

*Espaços, recursos e conhecimento tradicional dos
pescadores de manjuba (*Anchoviella
lepidentostole*) em Iguape/SP*



Iaskara Regina Ribeiro Saldanha

São Paulo
2005

Iaskara Regina Ribeiro Saldanha

*Espaços, recursos e conhecimento tradicional dos pescadores de
manjuba (*Anchoviella lepidentostole*) em Iguape/SP*

*Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciência Ambiental da Universidade
de São Paulo, como parte dos requisitos para a
obtenção do título de mestre em Ciência Ambiental*

Orientador: Antonio Carlos Sant’Ana Diegues

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

Saldanha, Iaskara R. R.

Espaços, recursos e conhecimento tradicional dos pescadores de manjuba (*Anchoviella lepidentostole*) em Iguape / SP / Iaskara Regina Ribeiro Saldanha; orientador; Prof. Dr. Antonio Carlos Sant'Ana Diegues.

--São Paulo, 2005.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental) Procam – Universidade de São Paulo.

1.Manjuba; 2.Pesca Artesanal; 3.Conhecimento Tradicional; 4.Recurso Natural; 5.Regras de uso; 6.Manejo.

Agradecimentos

A história desse trabalho, assim como a história da minha vida, tem a ver com partilha e doação. Foi uma longa jornada até aqui e é a você, que de alguma forma vivenciou esses momentos ao meu lado, a quem eu devo meus eternos agradecimentos...

Aos meus amados pais pelo amor e dedicação, vocês também são, de certa forma, autores desse trabalho... estiveram sempre em minha retaguarda (“você precisa se alimentar!!!”) incentivando-me e amparando-me.

Ao Prof. Diegues, a primeira pessoa que me mostrou como é importante estudar “gente” também! Obrigada por me apresentar o universo das Populações Tradicionais e por me permitir, durante esses anos em que estive no NUPAUB, compartilhar dos seus ideais e de sua orientação. Foi uma grande experiência e uma grande lição de vida!

Ao meu tio Orlando que sempre esteve a minha volta (“Você precisa fazer um mestrado, eu conheço algumas pessoas lá na USP!!!”) e em quem me inspirei muitas vezes para compreender o sentido de uma pesquisa científica.

Aos amigos que encontrei no PROCAM, Luciano, Fernanda e Maria José, pessoas tão especiais!

Aos amigos que encontrei pelo caminho, Chica, Kati, Wanda, Teresa Cristina, Dani, Marina, Luciana, Nelson, Carla (do Né), Carol, Fernando (dos golfinhos e botos), Quica...

À Colônia de Pesca Z7 Veiga Miranda que me presenteou com pessoas tão preciosas e generosas. Obrigada querida Gisele e Tainá pelo suporte e pelas divertidas conversas na beira do Valo Grande. Caro Rafael, obrigada por sua atenção e suas preciosas informações e, Valter muito obrigada por você ter me acolhido e por ter abraçado esse trabalho como se ele também lhe pertencesse e no fundo pertence mesmo!

Ao Agnaldo e ao Dauro por toda a atenção e pela “direção” nas difíceis estradas de terra de Iguape, principalmente quando saíamos com o Niva em dias de chuva!

Aos queridos John Cordell, Simone Maldonado e Cristiano Ramalho com quem aprendi o verdadeiro significado de respeito, de lugar e de pertencimento, pela dedicação aos homens do mar!

Ao professor Mauro Leonel pela oportunidade de receber suas contribuições enquanto ainda esse trabalho era somente um esboço de idéias.

À amiga e co-orientadora Márcia, por suas incansáveis leituras e correções, (“não entendi!!”, “o que você quis dizer com isso?”, “você pode fazer melhor!!”) por sua amizade, força e exemplo.

À Paulinha querida, por sua docilidade, paciência não só no momento da arte final do trabalho, como também em todos os momentos em que trabalhamos juntas.

À Paula e Mariana amigas e cúmplices dos momentos hilários e dos momentos de pânico!

À inigualável Stela com quem compartilhei quase todos os dias desde que entrei no NUPAUB. Só quem a conhece sabe o que significa ser inigualável!

Ao Bom Caminho, por minha fé e minha proteção.

Aos meus queridos vizinhos e amigos, Monique (“Você não vai acabar de escrever nunca???”), Daniel e agora o Rafinha pelos inúmeros jantares e salvamentos...

À minha querida Xanda, amiga de longa caminhada e com quem sempre pude contar.

Ao grande amor da minha vida, meu companheiro e meu amigo, meu nê! Obrigada por incentivar todos os meus sonhos e por me fazer acreditar que sou capaz de transformá-los em realidade!

Ao seu Benedito por ele ser quem ele é! Por fazer da pesca artesanal uma trajetória de luta, esperança, sofrimento, alegria, beleza e ensinamento.

Saiba que esse trabalho também é seu!!!

“Entre a verdade e a busca dela, fico com a última”.

(Bernard Berenson)

Resumo

Fundamentado na inter-relação dos sistemas naturais, sociais e culturais, esse estudo procurou compreender como se organiza a pesca da manjuba (*Anchoviella lepidentostole*) em Iguape/ SP, as dinâmicas de apropriação dos espaços produtivos e os conhecimentos envolvidos na prática dessa atividade. Do mesmo modo, objetivou compreender quais os fundamentos que viabilizam o uso compartilhado dos recursos pesqueiros. A partir dessas concepções foram descritas as lógicas comunitárias que permeiam as formas de acesso e exercem a manutenção e a gestão desses espaços. Os contornos do trabalho foram delimitados pelos conhecimentos tradicionais dos pescadores, que, fomentaram, juntamente com as inclinações teóricas utilizadas, o diálogo com o conhecimento científico. Buscou-se, dessa forma, valorizar a articulação dos “saberes”, a interação entre Sociedade e Natureza a fim de colaborar com as discussões contemporâneas sobre o manejo dos recursos naturais.

Palavras Chaves: Manjuba, Pesca Artesanal, Conhecimento Tradicional, Recurso Natural, Regras de uso, Manejo.

Abstract

Based on the ecological, social and cultural interaction, this work has searched for the understanding of Manjuba fishing organization (*Anchoviella lepidentostole*) in the city of Iguape, (São Paulo – Brazil), the dynamic of productive marine space appropriation and the knowledge involved in this practice. At the same time, looked for a comprehension of the fishing resource sharing fundamentals. These concepts were the foundation to the description of the local rules for management that are used by artisanal fishers, and for aspects of territoriality. This work borders were limited by the traditional fisher's knowledge, that, together with the theory inclinations foment the scientific knowledge dialog. The final objective was demonstrating the interaction value of the human and nature, include the importance in using local rules for natural fishing resources management.

Keywords: Manjuba, Artisanal Fishing, Traditional Knowledge, Natural Resources, Local Rules, Management.

Lista de Ilustrações

Figura 1 – Croqui de localização da área de estudo.....	14
Figura 2 – Croqui de localização dos pontos de pesca da manjuba – Iguape/SP.....	20
Figura 3 – Distribuição da manjuba.....	84
Figura 4 – Classificação taxonômica da manjuba.....	86
Figura 5 – Períodos de pesca / defeso da manjuba (1990).....	95
Figura 6 – Representação das instruções normativas da Portaria da manjuba (2004)	103
Figura 7 – Croqui de localização das casas dos pescadores (Ponto 1).....	137
Figura 8 – Genealogia de parentesco (Ponto 2).....	139
Figura 9 – Croqui de localização das casas dos pescadores (Ponto 3).....	141
Figura 10 – Croqui de localização das casas dos pescadores (Ponto 4).....	142
Figura 11 – Fluxograma de comercialização da manjuba.....	154
Gráfico 1 – Problemas apontados pelos pescadores para a atividade pesqueira.....	100
Gráfico 2 – Problemas mais freqüentes apontados pelos pescadores para a atividade pesqueira (Respostas que se repetiram mais de 25 vezes).....	101
Gráfico 3 – Taxa de trabalho formal e informal no município de Iguape.....	146
Gráfico 4 – População ativa e formalmente empregada (1995 – 2002).....	147
Foto 1 – Pesca com currico, Iguape/ SP, 2003.....	115
Foto 2 – Batida da rede de currico, Iguape/ SP, 2003.....	116
Foto 3 a 8 – Seqüência da pesca com rede de manjubeira, Iguape/ SP, 2003.....	119
Foto 9 e 10 – Organização dos petrechos de pesca, Iguape/ SP, 2003.....	130
Foto 11 – Canoas em fila apoiadas na areia, Iguape/ SP, 2003.....	130
Foto 12 – Canoas em fila na água, Iguape/ SP, 2003.....	131
Foto 13 e 14 – A Fiada no portinho, Vila Nova, Iguape/ SP, 2003.....	132
Foto 15 – Canoas na margem, Iguape/SP, 2003.....	133
Foto 16 a 19 – Fiada no Porto da Ribeira, Iguape/SP, 2003.....	133
Foto 20 e 21 – Paisagem da manjuba.....	153

Lista de tabelas

Tabela 1 – Pontos de pesca e suas respectivas artes – Iguape/ SP.....	20
Tabela 2 – Produção anual da manjuba, período de 1976 a 2002.....	71
Tabela 3 – Naturalidade dos pescadores moradores do bairro do Rocio.....	82
Tabela 4 – Número de canoas por ponto de pesca.....	145
Tabela 5 – Os papéis sociais no processo produtivo.....	150
Tabela 6 – Valores calculados para uma safra e utilizados nos cenários.....	155
Tabela 7 – Equipe autônoma que pesca com manjubeira (venda local).....	156
Tabela 8 – Equipe autônoma que pesca com currico (venda local).....	156
Tabela 9 – Equipe autônoma que pesca com manjubeira (venda Ceasa).....	157
Tabela 10 – Equipe autônoma que pesca com currico (venda Ceasa).....	157
Tabela 11 – Equipe trabalhando para um <i>patrão</i> utilizando o currico.....	158
Tabela 12 – Equipe trabalhando para um <i>patrão</i> utilizando a manjubeira.....	159
Tabela 13 – Comparação do lucro dos pescadores conforme as variáveis consideradas.....	159

Sumário

1. Introdução	12
1.1. Caracterização da área de estudo	13
2. Metodologia	15
2.1. O trabalho de campo: observação e aproximação	15
2.2. A escolha dos pontos de pesca	19
2.3. As entrevistas	21
2.4. O recadastramento	25
3. Referenciais teóricos	27
3.1. A relação Homem-Natureza	27
3.2. O uso dos espaços e dos recursos	37
3.2.1. <i>O espaço como lugar e território na pesca</i>	44
4. Começando a contar a história: uma trajetória pelos tempos antigos	49
4.1. A pesca: o recomeço	55
4.1.1. <i>A pesca e as indústrias: a estruturação de uma nova forma de produção</i>	58
4.1.2. <i>Lugar e território na pesca: antes e depois da construção da barragem</i>	64
4.2. As práticas culturais e “esse tal de meio ambiente”: uma relação conflituosa	72
5. Manjuba: que peixe é esse?	83
5.1. Protegendo a manjuba: os defesos	92
5.2. Dando voz aos pescadores	97

6. No caminho das águas: a subjetividade da natureza e a cultura material	105
6.1. O vai e vem das águas: a lua, a maré, o vento e as incertezas...	106
6.2. As artes de pesca como cultura material: o currico e a manjubeira	113
6.2.1. O currico	114
6.2.2. A manjubeira	117
6.2.3. Manjubeiros versus curriqueiros	121
6.2.4. Cada arte de pesca no seu espaço: definindo os “lugares”	123
7. Em busca do peixe: o funcionamento e a organização da pesca	125
7.1. Meu camarada: as relações de afetividade na pesca	126
7.2. Os lugares na pesca e as práticas comuns: A Fiada	128
7.2.1. A Fiada, o respeito e o pertencimento	130
7.3. Conflitos: Pouco espaço ou pouco peixe? os de fora	143
8. As particularidades das relações de produção	149
8.1. Os atores: a grande teia de relações sociais	149
8.2. A comercialização da manjuba	152
8.3. A industrialização da manjuba	161
9. Considerações Finais	163
Bibliografia	167

1. Introdução

“Quer dizer então que a senhora tá aqui prá modo de entendê a pesca da manjuba? A senhora querendo eu posso ajudá... (Seu Benedito, Vila Nova, 2002).

Comunidades tradicionais pesqueiras fundamentam suas atividades no vasto conhecimento empírico, adquirido e acumulado através de várias gerações. Nesse sentido, a intuição, a percepção e a vivência são parte desse “saber tradicional” que consolida a prática da pesca. A importância do conhecimento produzido e transmitido oralmente pelos pescadores artesanais tem recebido atenção especial nos programas de manejo pesqueiro que buscam por meio da gestão participativa validar as práticas tradicionais. Se a gestão constitui “ (...) o cerne onde se confrontam e se reencontram os objetivos associados ao desenvolvimento e ao ordenamento e aqueles voltados para a conservação da natureza ou para a preservação ambiental” (GODARD, 1997:214), não há como excluir do planejamento as variáveis sociais que influenciam o comportamento dos usuários do recurso (McCAY; ACHESON, 1987).

Como destaca McGoodwin (1990), o manejo dos recursos naturais é, antes de tudo, uma questão social e por essa razão a dimensão ecológica deve incorporar, aos modelos de gestão, a dimensão humana a fim de que esses possam ser bem sucedidos.

Considerar os processos envolvidos nessas práticas requer, por sua vez, a compreensão das relações que se estabelecem entre as comunidades e os espaços em que ritualizam suas atividades, onde se concretizam as interações entre o pescador, a água e a terra – o *locus* em que expressam suas relações simbólicas e matérias. A interdependência dessas comunidades com os ecossistemas e seus recursos justifica a necessidade de se considerar o binômio Homem-Natureza.

Embasado no estudo da inter-relação dos sistemas naturais, sociais e culturais, esse estudo procurou abranger as dinâmicas de apropriação dos espaços produtivos pelos pescadores e os conhecimentos envolvidos na pesca da manjuba (*Anchoviella lepidentostole*). Do mesmo modo, objetivou compreender os fundamentos nos quais se baseia a viabilidade do uso compartilhado do recurso. A partir dessas concepções foram descritas as lógicas comunitárias que permeiam as formas de acesso e permitem a manutenção e a gestão desses espaços, conferindo assim à categoria de “livre acesso” a conotação de “propriedade comunal”.

Nesse percurso, pontuado por eventos históricos significativos para a região do Vale do Ribeira, foi possível contextualizar as transformações ocorridas no município de Iguape que, por sua vez, resultaram em implicações diretas para pesca e que explicam a origem de muitos conflitos.

Os rumos do trabalho foram delimitados pelos conhecimentos tradicionais dos pescadores que, juntamente com as inclinações teóricas, fomentaram o diálogo com o conhecimento científico. Dessa forma, a interseção dos “saberes”, da teoria e da *práxis* foi adotada como fundamento básico para a discussão sobre o manejo dos recursos naturais.

1.1. Caracterização da área de estudo

“A senhora conhece bem Iguape? E os nosso rio a senhora conhece?” (Seu Benedito, Vila Nova, 2002).

O Vale do Ribeira está situado em uma extensa área que compreende a Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e o Complexo estuarino-lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá ou Lagamar (25°S-48°W) uma área úmida com cerca de 3.287 km², além de outras sub bacias interligadas. No total, a bacia do rio Ribeira abrange 30 municípios, dos quais 21 estão localizados no Estado de São Paulo (porção sudeste) e o restante no Estado do Paraná (porção leste) (ISA, 1998).

A região denominada de estuarino-lagunar inclui geograficamente a porção de Iguape e Cananéia e justifica a formação de uma laguna mediante a presença da Ilha Comprida que se estende por cerca de 70 km², e se interpõe entre o continente e o oceano. Em razão da presença dessa ilha, formou-se um estuário situado entre Iguape e a própria ilha, denominado de Mar Pequeno (ver mapa 1).

Devido à localização geográfica privilegiada, o sistema estuarino-lagunar Iguape-Cananéia-Paranaguá é conhecido como um importante criadouro e favorece, principalmente, os peixes que habitam a costa e os que vivem durante todo o seu ciclo de vida ou parte dele em águas com baixa salinidade. Considerado como um dos estuários mais importantes do mundo, apresenta em suas margens o predomínio do ecossistema manguezal (NOVELLI; CINTRON, 1988) responsável pelas altas concentrações de matéria orgânica que beneficiam a produção de plâncton, alimento de grande importância para a fauna aquática.

Segundo Miyao et al (1986), o Mar Pequeno tem valores de salinidade abaixo de outros locais da região lagunar, fato que se dá provavelmente devido à penetração da água doce do Rio Ribeira e da água de origem subterrânea, que se acumulam devido à baixa taxa de renovação das águas locais e de um certo grau de represamento por ação das ondas de maré em sentido oposto. Tais condições são propícias para o desenvolvimento e proliferação da manjuba, o que resultou, desde 1920 até os nossos dias, numa especialização da captura dessa espécie, sendo considerada nos dias atuais como a atividade de maior importância econômica no município.

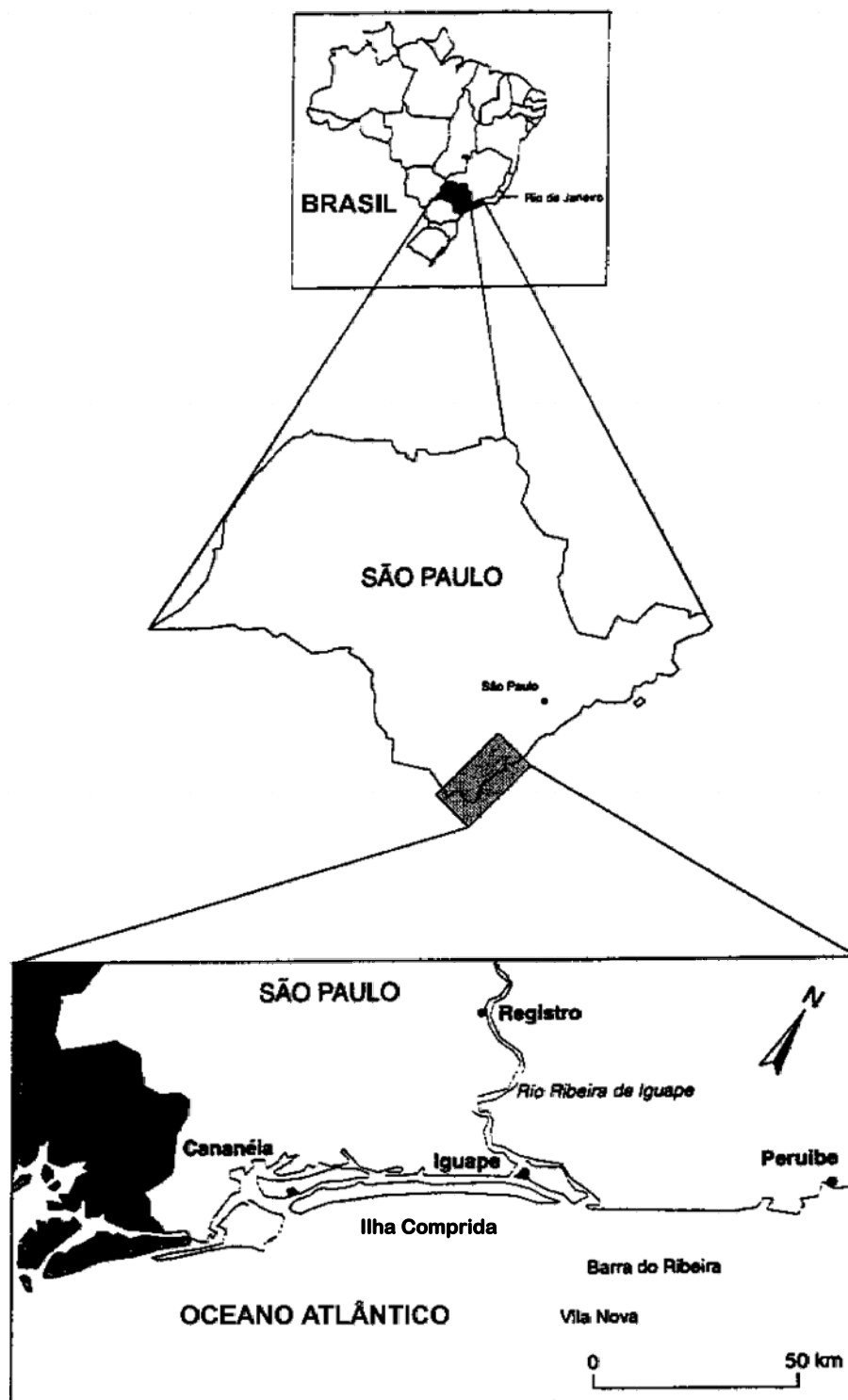


Figura 1. Croqui de localização da área de estudo

Fonte: Mapa adaptado do trabalho de BENAZERA, Clara; CAVANAGH, Julie. *Antropologia Marítima e Gestão da Pesca Litorânea Brasileira* número 3. Québec, 1994.

2. Metodologia

“A teoria do conhecimento nos fornece um caminho para compreender a realidade e não uma série de “verdades” a serem comprovadas. O encontro com desconhecidos, com os quais se pode cultivar uma relação de alteridade, é que permite conhecer o modo de operar sistemas simbólicos diversos que são postos em movimento por esta interlocução” (CARDOSO, 1988:103).

2.1. O trabalho de campo: observação e aproximação

Iniciei os trabalhos de campo no final de agosto de 2002, e apesar de já ter tido o contado com a literatura ainda não tinha idéia da real dimensão dessa pesca. Minha primeira ida ao campo coincidiu com o período que antecedia o início da safra da manjuba (setembro-março) o que significava a possibilidade de poder encontrar os pescadores no exercício da sua atividade. Porém essa minha expectativa inicial foi frustrada, não se concretizou, não havia nem sinal de pescadores, e muito menos de manjuba... a escassez das chuvas havia alterado a salinidade da água, retardando o período em que a manjuba faz sua entrada no estuário. Esse foi o primeiro momento em que me dei conta de que o trabalho de campo não seria uma tarefa fácil, sujeito a incertezas, a imprevistos e principalmente a sazonalidade sugerida por Marcel Mauss (1974).

Nesse mesmo ano estive em Iguape mais uma vez, no mês de novembro, e dessa vez a pesca finalmente a pesca havia começado. Dirige-me a um ponto de pesca, o Portinho em Vila Nova, onde certamente encontraria algum pescador. E realmente eles estavam lá... arrumando as redes, colocando as canoas na água, comendo bolo de roda e pescando manjuba!

Toda aquela riqueza visual representava uma infinidade de significados e nessa ocasião percebi a importância da observação como um instrumento investigativo. As primeiras vezes em que estive em campo, procurei apenas olhar. Olhar, no sentido dado por Sergio Cardoso em seu texto “O olhar viajante (do Etnólogo)” (1995), que nos remete às atividades dos sujeitos, investigando, indagando. Um olhar atento e tenso.

“O olhar não descansa sobre a paisagem contínua de um espaço inteiramente articulado, mas se enreda nos interstícios de extensões descontínuas, desconcertadas pelo estranhamento. Aqui o olho defronta constantemente limites, lacunas, divisões e alteridade... não deriva sobre uma superfície plana, mas escava, fixa e fura, mirando as frestas deste mundo instável e deslizante que istiga e provoca a cada instante sua empresa e interrogação... O olhar pensa; é a visão feita interrogação” (CARDOSO, 1995:349).

Fixava-me atentamente aos movimentos dos pescadores como uma tentativa de entender o funcionamento da pesca. Em alguns momentos me senti frustrada por acreditar que não seria possível interpretar tantos significados, foi preciso persistência. Procurava, através da observação, encontrar um sentido para as diferentes ações. A forma de arrumar a rede, de colocar os remos no interior da canoa, de se dirigir para a água... Assim, como descreve Zaluar (1986), busquei na interação entre as pessoas, observar a eficácia de certas idéias, a recorrência de padrões ou de ações. *“É esta fala na ação que lhe permite captar o rotineiro, o decisivo e o conflitivo, o que tem forma e o que não tem, o oficial e o espontâneo, o público e o privado”* (ZALUAR, 1986:122).

Os contatos vieram depois, e aos poucos, através de indagações curiosas e interrogativas que deram início às primeiras conversas informais. Nessa ocasião preocupei-me em explicar o que eu estava “observando” e o porque dessa observação. Porém, logo percebi, que mais importante do que dizer o que eu estava fazendo, era esclarecer de onde eu estava vindo, e conseqüentemente para onde eu levaria as informações ali obtidas. Foi preciso bastante cautela para que a aproximação não fosse interpretada como uma ameaça. Isso geralmente acontece uma vez que na região pesquisadores são freqüentemente confundidos com técnicos de órgãos estaduais ou federais, como do Ibama, por exemplo. Por essa razão foi necessário esclarecer e até mesmo convencer que não se tratava de um trabalho “para o governo” ou para “o Ibama”¹ e sim de uma pesquisa com o simples propósito de entender a pesca da manjuba.

O apoio de indivíduos-chave, conforme descreve Foote-Whyte (1980), foi fundamental para dirimir a desconfiança e estabelecer “pontes” nessa fase de aproximação. Nesse sentido, encontrei alguns “portos seguros”, como por exemplo, o seu Benedito e sua equipe de pesca da Vila Nova, com os quais pude contar para atenuar minhas primeiras dúvidas. Com eles aprendi, entre tantas coisas, que a paciência, a calma e a sorte não são atributos só da pesca! Conteí várias vezes com a sorte para poder encontrar algum pescador que estivesse disposto a conversar, a calma e a paciência foram necessárias para entender o momento apropriado para perguntar, e para me calar. O papel do informante-chave representou muito mais do que uma fonte segura de informação, assumindo muitas vezes, o que Foote-Whyte denominou de: o papel de protetor.

¹ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos naturais Renováveis.

Longe da pretensão de ser aceita pelos pescadores numa relação de igualdade², me dei por realizada depois de minimizada a fase de “estranhamento”³. Essa nova fase significou maior liberdade para os meus questionamentos. Desde então as conversas se tornaram mais freqüentes, mais soltas, e mais longas. Não me preocupei nesse primeiro momento em introduzir questões específicas sobre a pesca da manjuba e dessa forma, os assuntos, na maioria das vezes, eram sugeridos por eles. Tive a oportunidade de saber mais do que eu poderia supor. Conheci o passado da pesca, encontrei pessoas e ouvi muitas histórias sem fazer se quer uma pergunta. Participei de inúmeras discussões, como, por exemplo, sobre pescar “no proibido”, sobre a apreensão de material de pesca, sobre preço de peixe, até sobre um abaixo assinado para a instalação de telefone público...

Em alguns momentos a discussão parecia ter a finalidade de exteriorizar os problemas sentidos e vividos por eles. O texto de Alba Zaluar (1986), *“Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas”* traz essa reflexão e destaca o papel de interlocutor que muitas vezes o pesquisador ocupa em uma pesquisa. Sem que ele perceba se torna o intermediário entre o grupo que está estudando e o resto do mundo, registrando um discurso *para fora* dirigido a um público mais amplo como acontece com a maioria dos trabalhos de pesquisa.

Aos poucos, se estabeleceram laços de confiança o que significou maior participação dos informantes, que passaram então a dialogar dentro da pesquisa. Para Brandão (1984) esse diálogo representa “as portas abertas” para todas as questões a serem conhecidas, pesquisadas e discutidas. Ele reforça a idéia da *participação* como um instrumento que garante o comprometimento do pesquisador com o grupo a ser estudado. No entanto, mesmo sob esse ponto de vista, Brandão não ignora a relação de “estranhamento”, o que significa admitir que as desigualdades são inevitáveis. Ao trazer de volta as idéias de José de Souza Martins, Brandão considera ilusório se pensar que as desigualdades desaparecem quando fundamentadas em uma pesquisa participante. Pensando dessa forma, compartilho

² Segundo Alba Zaluar (1986): “A pesquisa pode e deve ser o momento em que se reflete sobre essas variadas possibilidades de relacionamento entre pesquisador e pesquisado, sobre os diferentes impactos que qualquer pesquisa sempre provoca no pesquisado, tomando-se como pano de fundo, uma alteridade nunca resolvida nem dissolvida nos encontros e desencontros que a pesquisa traz. A alteridade independe da vontade do pesquisador: está nos gestos, na posse de objetos (tais como o gravador, o papel, a caneta, a máquina fotográfica ou até mesmo o aparelho de vídeo e filmadora), nos hábitos de comer, andar, vestir, falar e nos sutis rituais de dominação a que o pesquisador não consegue escapar” (115).

³ O artigo de Sidney W. Mintz: Encontrando Taso, me descobrindo, traz uma análise crítica sobre a utilização dos relatos orais e histórias de vida como instrumentos metodológicos. A discussão baseia-se na utilização desses instrumentos a partir de uma relação estabelecida entre o pesquisador e o pesquisado, ou seja, como a aproximação e o estranhamento interferem na utilização dessas metodologias.

de sua opinião ao afirmar que: “A questão fundamental é a de saber colocar a desigualdade a serviço” (1984:252).

Diante dos inúmeros assuntos a que são “iniciados” ou “introduzidos” os pesquisadores, inevitavelmente e independente da desigualdade, em algum momento somos cobrados a tomar uma posição, um partido, ou como colocou Becker (1970) somos obrigados a definir “De que lado estamos?” No meu caso não foi diferente...

“A senhora não acha que devia ter um defeso pra não se matar a manjuba no inverno?... O que a senhora acha de fazer um lugar fechado pra pescar só quem é daqui do bairro?... Qual a opinião da doutora sobre matar a manjuba lá no Valo Grande?... A senhora não acha que o Ibama devia fiscalizar mais ao invés de prender material de quem é trabalhador... A gente daqui também quer ouvir o que pensa quem faz a pesquisa...”

Inúmeras questões nos são impostas ao tratar dessa relação pesquisador-pesquisado que se traduz na dialética da aproximação-distanciamento. A esse respeito, Becker (1970, 1994) argumenta que não podemos evitar tomar partido, pois isso inevitavelmente acontece, queiramos ou não.

“Ter valores ou não ter valores... esse dilema, que a muitos parece tão doloroso, na realidade não existe, pois um de seus tentáculos é imaginário. Para que ele exista, é necessário que alguém suponha, como alguns aparentemente o fazem, que na verdade é possível fazer uma pesquisa que não seja contaminada por simpatias pessoais e políticas” (BECKER,1970:122).

Segundo ele, tomamos partido de acordo com o que ditam nossos compromissos pessoais e políticos, porém é necessário que usemos recursos teóricos e técnicos para evitar as possíveis distorções que se poderiam introduzir em nosso trabalho.

Foi dessa forma que procurei estabelecer uma relação com o grupo estudado, sem me preocupar demasiadamente em evitar tomar qualquer partido, ou de me situar com igualdade. Procurei compartilhar com eles o tema central do trabalho para que assim eu pudesse definir quais seriam os aspectos relevantes a serem abordados. As conversas informais me auxiliaram a elencar os assuntos que responderiam aos meus objetivos iniciais e aos poucos, fui construindo um roteiro com assuntos que serviriam de base para a formulação da entrevista semi-estruturada.

Em 2002 foram realizadas duas viagens a campo (agosto e novembro), em 2003 dez (janeiro a outubro) e em 2004 três (janeiro a maio), totalizando 71 dias de campo.

2.2. A escolha dos pontos de pesca

Após esse período inicial de observação e de aproximação pude perceber a grande extensão geográfica da pesca da manjuba. Não se trata de uma pesca localizada, uma vez que a manjuba pode ser encontrada ao longo de todo o estuário, e no rio Ribeira, permitindo a captura em diferentes locais, definidos pelos pescadores como “pontos de pesca”.

Para que fosse possível realizar um acompanhamento mais detalhado foi preciso restringir o universo da pesquisa definindo assim quais seriam os locais a serem estudados. Depois de uma longa observação, e através de conversas com os pescadores, delimitei quatro pontos. Para essa escolha, adotei três critérios: 1) locais que permitissem o uso de mais de uma arte de pesca: currico e manjubeira, 2) locais que pudessem sofrer pouca alteração com mudanças ambientais, como chuvas e períodos de seca, 3) locais que segundo os próprios pescadores são os mais privilegiados geograficamente para a entrada da manjuba no estuário, como, por exemplo, os próximos às bocas de barra.

Esses pontos de pesca geralmente recebem uma denominação própria dada pelos pescadores, isso significa que um mesmo local pode receber mais de um nome. Por essa razão mantive a mesma denominação utilizada por eles, porém, adotei ainda outros pontos de referência, como o próprio bairro, colocados entre parênteses, para que fosse possível uma localização geográfica mais precisa. Os locais podem ser visualizados na Figura 02:

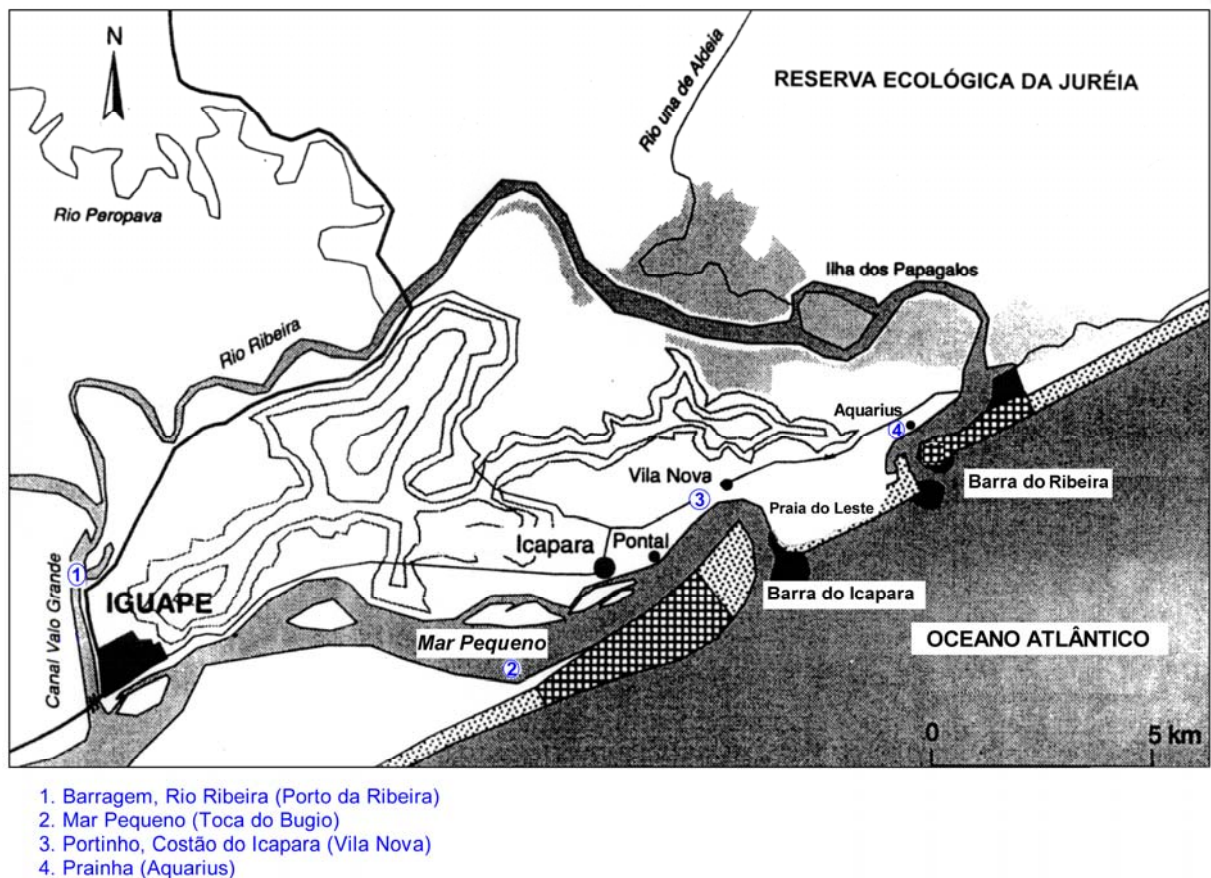


Figura 2. Croqui de localização dos pontos de pesca da manjuba – Iguape/SP

Fonte: Mapa adaptado do trabalho de BENAZERA, Clara & CAVANAGH, Julie. *Antropologia Marítima e Gestão da Pesca Litorânea Brasileira* número 3. Québec, 1994.

Tabela 1 – Pontos de pesca e suas respectivas artes – Iguape/SP

PONTOS DE PESCA	ARTE DA PESCA
1-Barragem, rio Ribeira (Porto da Ribeira)	Manjubeira
2- Mar Pequeno (Toca do Bugio)	Currico
3- Portinho, Costão do Icapara (Vila Nova)	Manjubeira e currico
4- Prainha (Aquarius)	Manjubeira e currico

Optei pela caracterização de pontos de pesca ao invés de bairros pensando em construir os limites a partir das representações dos próprios grupos, independentemente das localizações residenciais, ainda que eu voltasse a elas mais tarde... Dessa forma, a exemplo do que propôs Kant de Lima (1978), parti da hipótese de que os limites não são dados

somente no espaço físico sendo construídos a partir das representações dos grupos e pela organização da atividade de pesca.

“Trata-se como se vê de considerar a comunidade como um lócus em que se atualizam planos de vida social, compostos de conjuntos de instituições cuja afiliação separa e une as pessoas, nos diversos papéis sociais, que lhe são atribuídos. Assim a comunidade local poderá ter várias fronteiras, segundo níveis diferentes de consideração” (LIMA, 1978:57).

Apesar de se tratar de um território onde se supõe regras de uso e conflitos, os pontos de pesca a que me refiro nesse trabalho não tem a mesma conotação dos “pesqueiros” abordados por Begossi (1995), Cordell (1974, 2001), Diegues (2000), Forman (1967), Maldonado (2000). Segundo esses autores, pesqueiros representam um local específico no espaço aquático que concentra mancha de peixes e cardumes. Nesse caso, pesqueiros são partes de áreas de uso ou do espaço aquático (BEGOSSI, 2004). Sua localização é feita através de referenciais aquáticos (como uma laje) ou terrestres (como árvores, casas, igrejas) e muitas vezes, diferentemente dos pontos de pesca aqui considerados, são mantidos em segredo, sendo revelados somente se houver alguma ligação entre os pescadores, como o compadrio ou a camaradagem.

No caso dos pontos de pesca aqui considerados não existe o segredo envolvido na localização, trata-se de espaços conhecidos e por vezes disputados pelos pescadores.

2.3. As entrevistas

Para entender a pesca da manjuba e todas as suas representações seria necessário conhecer as diferentes formas de se descrevê-la, o que significa dizer, formas particulares de vivê-la e de experimentá-la. Nesse processo o narrador pode transmitir sua experiência dando a ela a importância devida, ou seja, independente da vontade do pesquisador, por mais que este possa “guiar” a entrevista, transparecerá sempre o que o narrador considera digno de ser valorizado. A experiência não é só contada pelo narrador como também é vivida por ele no momento em que ele a retoma. Nesse momento cada pausa, riso ou minutos de silêncio são partes da narrativa e representam as palavras não ditas.

Nesse sentido, o valor singular da história oral, demonstrado por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1983,1988), revelou-se como um importante instrumento metodológico:

“História oral” é o termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variadas formas, ela registra a experiência

de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. A história oral pode captar a experiência efetiva dos narradores e também recolhe destes, tradições, mitos, narrativas de ficção, crenças existentes no grupo... o relato oral é útil como técnica para registrar o que ainda não se cristalizara em documentação escrita...” (QUEIROZ, 1988:15-19).

Ao seguir esses pressupostos, procurei realizar as entrevistas da forma mais aberta possível. Elaborei um roteiro com temas que se relacionavam diretamente com o foco central da pesquisa, porém, o enriquecimento e o detalhamento desses temas, foi acontecendo a partir do processo inicial de aproximação, durante as conversas informais e continuou no decorrer de todo o trabalho de campo. Não limitei a possibilidade do surgimento de novos temas. Através do que Posey (1987) chamou de metodologia “geradora de dados” procurei abrir espaço para, sempre que possível, registrar os traços relevantes dos históricos de vida dos pescadores entrevistados. Assim, apesar de conduzir a entrevista não intervi na narração quando esta introduzia um novo tema.

A partir do diálogo, “abriram-se as portas” permitindo acrescer ao roteiro inicial da pesquisa as representações e as idéias dos pescadores. O resultado foi a união da teoria e da *práxis*, duas formas de conhecimento que justificaram a discussão dos temas da pesquisa. Através do diálogo com os pescadores foi possível compreender que para estudar o uso do espaço e do recurso seria preciso entender um conjunto de fatos que os justificavam e os influenciavam. Assim, a idéia inicial dos temas foi sendo preenchida e enriquecida e o roteiro das entrevistas, aos poucos, ganhou uma variação particular sugerida pelos próprios entrevistados:

“Olhe dona eu vou falar uma coisa prá senhora, prá se entender o começo da pesca da manjuba, a senhora vai ter que aprendê sobre o Valo Grande, uma história lá do “tempo de dantes”... eu conto prá senhora... porque senão a senhora não vai entender mais nada.” Tem também a história dos industrial que chegô por aqui, o famoso “patrão” a barragem, o assoreamento, a boca de barra... vixi tem coisa... tem os pobrema com os de fora, com o meio ambiente... tem muita coisa prá contar... quantas fitas de gravá a senhora trouxe?” (seu Benedito, Vila Nova, 2003).

Foram eles os responsáveis pelas ampliações dos temas e conseqüentemente pela riqueza dos **detalhes**: o surgimento da pesca da manjuba (**o Valo Grande, o “tempo de dantes”, os industriais**), as mudanças (**a barragem, o assoreamento da boca da barra**), a atualidade os conflitos/problemas (**esse tal de meio ambiente, os de fora, os aposentados, os funcionários públicos**), a divisão do espaço e do recurso (**o lugar, a fiada**), as relações na pesca (**o parentesco, o bairro, o respeito**), o conhecimento tradicional (**a Lua, a maré o vento**), as artes de pesca (**o currico e a manjubeira**), as formas de produção (**o patrão**).

Ouvir foi o que mais fiz nessa etapa do trabalho e as dificuldades encontradas não foram maiores do que os ensinamentos. Algumas respostas foram longas com riquíssimas descrições, outras, porém, mantiveram-se monossilábicas.

De uma forma geral, conforme a descrição da professora Maria Isaura (1983) as entrevistas seguiram dois rumos: 1) Entrevistas com roteiros, ou semi orientadas em que de tempos em tempos efetuei alguma intervenção a fim de trazer de volta o informante aos assuntos a que eu pretendia investigar; 2) Entrevistas livres ou abertas em que procurei depois de um breve diálogo inicial, evitar ao máximo as intervenções, de tal modo que a gravação registrasse um depoimento do entrevistado. Assim foram realizadas 46 entrevistas, todas gravadas e transcritas fielmente.

Em cada ponto de pesca mantive um informante chave (coincidentemente três pescadores chamados Benedito) com os quais pude contar para a indicação de nomes e para a aferição de dados e respostas. Com eles eu dividia minhas maiores aflições e minhas maiores dúvidas. Tomamos muitos cafés juntos e durante todo o tempo suas falas complementaram minhas leituras, comprovando a força e a importância da oralidade (DIEGUES, 2000).

Na escolha desses informantes chaves procurei privilegiar o tempo de pesca, o que significou identificar nos quatro pontos determinados, os pescadores mais antigos, além disso, procurei seguir a hierarquia determinada pelos pescadores, que me indicaram quais eram os pescadores mais experientes e mais respeitados. No entanto, foi no trabalho do antropólogo Sidney W Mintz: “Encontrando Taso, me descobrindo”, (1984) que encontrei a justificativa que mais se identificou com a minha forma de escolha, segundo Mintz, nos aproximamos de um informante por haver uma simpatia mútua – *alguma química*, por assim dizer. Ao ser questionado sobre sua escolha, Mintz responde da seguinte forma: *eu não “escolhi” Taso, ele me “escolheu”!*

Com os demais entrevistados, além de considerar a empatia e o acaso, alguns me foram apresentados pelo informante chave. Uma vez estando em um dos pontos de pesca eu sempre encontrava algum pescador disposto a conversar, a contar, a lembrar... E como eles se lembravam! Principalmente os mais velhos, com os quais as entrevistas foram as mais longas e também as mais ricas.

“Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda (...) “A memória é a faculdade épica por excelência” (BOSI, 2001:82-90).

As histórias contadas por eles permitiram a reconstrução do passado da pesca o que representou compreender muitos significados do presente. Dito de outra forma, através da “memória dos velhos” foi possível re-significar o momento atual. Autores como Ecléa Bosi (2001), Halbwachs (1990), Thompson (1998), conceituam a importância metodológica de se trabalhar com a memória e destacam a importância da sua utilização como instrumento para se captar a coletividade em que um indivíduo está inserido. Como destaca Maria Isaura: “a meta é sempre o coletivo, ficando a cargo dos biógrafos e psicólogos as particularidades” (1983:68).

A memória funciona como um resgate das situações e das experiências individuais e coletivas: “A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidencia dos fatos coletivos” (THOMPSON, 1998:17). O que se busca é o esclarecimento de relações coletivas entre indivíduos num grupo.

Isso foi fundamental para a compreensão da organização da pesca, pois através da coletividade foi possível identificar os elementos que sustentam as práticas comuns. Em outras palavras foi possível descobrir por onde passam as linhas de ações coletivas, onde elas se fundamentam, onde se diferenciam e o porquê dessa diferenciação.

A investigação realizada através da pesquisa qualitativa possibilitou o estudo de questões que não podem ser quantificadas como, por exemplo, os anseios, os sentimentos, as motivações, as crenças e as atitudes individuais que fazem parte do contexto da pesca e das relações sociais. Além disso, a pesquisa proposta não tinha como meta uma representação numérica do grupo pesquisado e sim a sua compreensão enquanto um grupo social, uma organização, uma instituição, uma trajetória, etc. (BECKER, 1994; GOLDEMBERG, 2002). Segundo Becker (1994), nesse método de pesquisa, a quantidade é substituída pela profundidade, ou seja, o número de pessoas é menos importante do que a tentativa de se observar uma questão a fundo e sob diferentes pontos de vista.

Durante o período da safra da manjuba (setembro-abril) as entrevistas transcorreram com maior facilidade, uma vez que inevitavelmente os pescadores se encontravam nos pontos de pesca. No entanto, com o final da safra a facilidade de encontrá-los já não era a mesma. Por outro lado acabei aproveitando esse período de entressafra para entrevistar o “patrão” (donos de indústrias e das peixarias). Essas entrevistas, por sua vez, foram as mais difíceis, pois a desconfiança era infinitamente maior do que a dos pescadores. Na maioria das vezes não segui um roteiro propriamente dito e quando era possível dizia somente que queria entender a relação entre o patrão e o pescador. Apesar de todas as dificuldades consegui bons relatos (quatro entrevistas) que me permitiram entender alguns detalhes dessa relação.

A análise das entrevistas transcorreu basicamente de duas formas: 1) Análise temática, onde detectei os tópicos gerais que eram sugeridos pelos entrevistados no decorrer das entrevistas. Esses foram destacados para uma re-leitura; 2) Fragmentação (isto é, nova análise) das entrevistas a partir dos temas selecionados anteriormente. Nessa etapa foi possível identificar quais tópicos se repetiam nas diferentes entrevistas e como esses tópicos poderiam auxiliar o entendimento do funcionamento da pesca. A concatenação dessas idéias culminou na construção dos capítulos que compõe a redação final da dissertação.

2.4. O recadastramento

Além do contato com os pescadores durante as entrevistas realizadas, estive com eles em outras ocasiões pelo meu envolvimento no projeto de Recadastramento dos Pescadores de Iguape, um projeto da Colônia de Pesca (Z-7 Veiga Miranda) que teve como parceiros o Instituto de Pesca de Cananéia e o Centro de Estudos Caiçaras (CEC). O objetivo geral era recadastrar todos os pescadores do município de Iguape, a fim de conhecer e quantificar o número de pescadores ligados às diferentes categorias pesqueiras. Esse projeto teve duração aproximada de seis meses e do universo estimado em 3000 pescadores, pela Colônia de Pesca⁴, participaram 523, o que representou 18% do total.

O processo de recadastramento ocorreu através de reuniões previamente marcadas em diferentes locais do município de Iguape, totalizando 18 bairros. Elaborou-se um questionário com perguntas fechadas e abertas, a fim de traçar um perfil sócio-econômico do pescador e da pesca de Iguape. Tais informações vieram a complementar um cadastro já existente no Instituto de Pesca.

Os questionários seguiram um roteiro fechado de perguntas que foram preenchidas no computador e a aplicação não objetivou expressar os anseios e aflições dos pescadores, pois, nesse caso, se buscava principalmente a representação numérica. Para alguns, porém, esse momento significou a possibilidade de exteriorizar dúvidas, e muitos assim o fizeram, extrapolando as alternativas das perguntas que lhe foram feitas. De certo modo, os números me foram úteis, pois através deles foi possível comparar estatisticamente algumas informações obtidas com as entrevistas, uma vez que os temas abordados nas entrevistas informais transpareceram também no questionário do recadastramento. Isso permitiu a utilização da análise quantitativa como um instrumento complementar aos relatos orais.

⁴ Não existe nenhum registro oficial do número exato de pescadores, os dados atuais são somente estimativas, que variam entre 2000 e 3000 pescadores.

“Os relatos orais tem sido ora remetidos para o início da pesquisa, a fim de se formularem questões pertinentes cuja investigação seria efetuada por meio de outras técnicas ora é empregado como elemento de controle para certos resultados obtidos através de outros procedimentos. Num e no outro caso, chega-se por meio dela aos valores inerentes aos sistemas sociais em que vivem os informantes, que dados como os estatísticos certamente não fornecem. No entanto, uma vez captado e analisado um relato oral, apresenta ele informações cuja amplitude pode ser em seguida pesquisada por meio de amostragem estatística e utilização de questionários” (QUEIROZ, 1988:28).

Para a Colônia de Pesca, o cadastramento dos pescadores significou muito mais do que uma amostra quantitativa, uma vez que, permitiu maior conhecimento sobre o universo pesqueiro do Município e forneceu informações importantes para o direcionamento de ações diretas e efetivas. Além disso, esse projeto incentivou uma maior participação dos pescadores que anteriormente não estavam vinculados à entidade, aumentando de 39 para 1255 pescadores cadastrados.

O resultado mais significativo desse trabalho representou, portanto, a maior abertura para o diálogo, assim como a solidificação da Colônia de Pesca enquanto instituição representante dos direitos e dos deveres dos pescadores.

Os princípios metodológicos aqui expostos edificaram os caminhos percorridos durante a fase de elaboração dessa dissertação, mas, a maior contribuição se fundamentou na participação dos pescadores através de suas histórias e estórias. Foi assim que alguns deles se tornaram parte desse trabalho, assumindo assim sua co-autoria. Seu Benedito, pescador de 77 anos e morador de Vila Nova, foi um deles!

“A senhora querendo eu posso acompanhá os seus estúdo prá pode lhe ajudá com as dificuldade de entendimento da pesca só que tem que tê um pouco de paciência porque tem muita coisa prá se falá e prá se entendê... Mas vâmo deixa de prosa e vâmo falá do que interessa, pode começa a grava que eu vô começá a contá a nossa história...” (seu Benedito, Vila Nova, 2002).

3. Referenciais teóricos

A abordagem teórica sobre o manejo de recursos naturais deve partir de uma abordagem interdisciplinar, onde as interações socioambientais devem ser contempladas. Nesse sentido, além das características ecológicas do recurso, a análise dos sistemas de manejo deve incorporar as dimensões sociais e políticas, variáveis essas que influenciam no uso do espaço e na apropriação do recurso.

3.1. A Relação Homem-Natureza

“Em ecologia humana focalizamos as interações entre dois sistemas. Um é o Homem, sistema bem mais complexo que aqueles encontrados entre os mamíferos superiores, onde a inteligência, a criatividade, o livre-arbítrio e o domínio de artes e ciências geram desempenhos que excedem o condicionado pelo binômio genes-ambiente. O outro é o meio ambiente do Homem, também mais complexo que qualquer outro, uma vez que é constituído não só do universo abiótico e do universo biótico, mas também do ambiente construído pelo Homem, suas religiões, suas doutrinas e teorias, sua economia, suas máquinas, seus governos, sua sociedade, seus mitos, etc.” (MACHADO, 1985:39).

Considerar a relação Homem–Natureza pela perspectiva da Ecologia Humana significa, como coloca Moran, que é necessário compreender de uma forma mais ampla o comportamento humano. Dessa forma destaco aqui, a *cultura*, como parte fundamental, porém não única, do vínculo do Homem à Natureza, uma vez que a partir das diferentes culturas são construídas as diferentes representações da natureza.

Há muitas formas possíveis de abordar e definir cultura, Gertz nos propõe que:

“Acreditando como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias” (GEERTZ,1989 :15).

Em outro trabalho, o autor complementa:

“Así, la cultura se comprende mejor no como complejos de esquemas o pautas de conducta (costumes, hábitos, tradiciones), sino como una serie de mecanismos de control (planes, recetas, reglas, instrucciones... programas) que gobiernan, modelan y dirigen la conduta” (1996:20).

Na linguagem da ciência social, cultura é uma perspectiva do mundo que as pessoas passam a ter em comum quando interagem. Ela se desenvolve na interação ao longo do

tempo. Determina boa parte do que faz o indivíduo e permite a continuidade, a estabilidade e a previsibilidade entre as pessoas. Uma cultura, antes de tudo, é um conjunto de idéias e cada organização social desenvolve uma visão de mundo específica à qual se mantém fiel e que ensina a seus membros (CHARON, 1999).

O conjunto das práticas sociais e culturais exprime os valores e os sentimentos vividos por um determinado grupo social. A estrutura social nos posiciona e nos confere papel, identidade, perspectiva, poder, privilégio e prestígio. A cultura nos diz em que acreditar; ela nos dá nossas verdades, valores, objetivos e normas. As instituições sociais nos dizem como as coisas são feitas na sociedade: são as trilhas amplamente aceitas (CHARON, 1999).

Dessa forma, existe uma relação que se dá tanto no campo das idéias quanto na realidade concreta das práticas, onde o espaço geográfico construído e apropriado pelos grupos sociais constitui parte fundamental dos processos de identificação social e cultural (HAESBAERT, 1999). Ou seja, existe um reconhecimento e uma identificação com o território, e as práticas desenvolvidas fazem parte dessa identificação. O reconhecimento das práticas distingue determinado grupo criando uma identidade social e coletiva.

A realidade da pesca da manjuba revelou aos poucos essa identidade coletiva. As afinidades com o meio e as percepções ambientais traduzem o conhecimento e a familiaridade que as comunidades pesqueiras desenvolveram ao longo do tempo com o ambiente em que praticam a pesca. Os pescadores reconhecem suas práticas como sinais duradouros que justificam a permanência e a resistência do modo como executam as atividades.

“Identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos” (BOURDIEU, 1989:113).

A identidade sociocultural pode permitir a visualização de padrões regulares nas interações entre comunidades e ambiente, ou seja, formas específicas pelas quais essas interações marcam a paisagem e as atividades tradicionais (MIRANDA, 2004). Para Ostron et al., (1994), a análise institucional local é uma ferramenta teórico-metodológica importante para se entender as relações entre usuários, a área manejada, e as regras de acesso e de uso.

Assim sendo, a utilização da categoria “Comunidades Tradicionais” ou “Povos Tradicionais”, representou uma opção fértil para o estudo proposto (DIEGUES; ARRUDA, 2001; ALMEIDA; CUNHA, 1999).

“(...) grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza. Essa noção refere-se tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional, que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos (...) Exemplos empíricos de populações tradicionais são as comunidades caiçaras, os sitiantes e roceiros, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas” (DIEGUES; ARRUDA, 2001:27).

Comunidades cuja vida está atrelada a significados simbólicos, míticos e culturais. O uso dos recursos é relativo à vida material, mas também ao universo simbólico⁵. Como nos mostra Edgar Morin (1986), as estratégias de conhecimento e de ação dessas comunidades são construídas por um pensamento empírico/lógico/racional relacionado ao universo simbólico/mitológico e mágico. Para Morin esses dois modos de ver o mundo estão associados completamente numa trama complexa. Godelier (1981) define o aspecto simbólico a as representações mentais como: *A parte ideal do real*. Na sua concepção a parte real é composta pelo próprio homem e pelos utensílios que ele utiliza, enquanto a parte ideal é determinada pelas representações simbólicas da natureza, regras de fabricação e de uso dos utensílios⁶.

Através da perspectiva das Comunidades Tradicionais, é possível reconhecer diferentes relações e as suas implicações ecológicas e culturais, como sugere a Ecologia Humana. Posey (1987) e Gómez Pompa (1992) nos mostram que, essa relação compreende ao mesmo tempo uma interação e uma modificação constante. Isso significa que do ponto de vista ecológico humano, a definição de biodiversidade não se limita a um aspecto unicamente biológico. Mais do que uma diversidade genética de indivíduos e de espécies, a biodiversidade representa o resultado de práticas milenares, dessas comunidades.

A prática dessas comunidades pode estar relacionada à ideologia conservacionista, mas não necessariamente. Como nos mostra Almeida e Cunha (1999), essa ideologia pode levar a uma exploração limitada dos recursos, no entanto, podem-se ter práticas culturais

⁵ Sobre o universo simbólico e mitológico ver Godelier “Os Fundamentos do Pensamento Selvagem” In: Antropologia (1981), Lévi-Strauss (1989) “O Pensamento Selvagem” e Edgar Morin “O Método, o Conhecimento do Conhecimento” (1986).

⁶ “Esta parte simbólica do processo de trabalho constitui uma realidade social tão real como as ações materiais sobre a natureza, mas sua finalidade, suas razões de ser e sua organização interna constituem igualmente realidades e idéias, cuja origem é o pensamento que interpreta a ordem escondida do mundo e organiza a ação sobre as potências que o controlam. Meios materiais estão, muitas vezes, implicados na realização desses rituais (objetos sagrados, argilas para pintar os corpos etc.) mas só possuem sentido e eficácia no interior do sistema de interpretação do ordem social e cósmica que os selecionou” (1981:185 -186).

que naturalmente sejam conservacionistas sem que necessitem de qualquer tipo de ideologia ou de rotulação. Isso significa dizer que existem populações que simplesmente seguem regras culturais locais para o uso e apropriação dos recursos naturais, e estas, por sua vez, é que se definem como sustentável. Trata-se de uma relação que ultrapassa a consciência conservacionista e se expressa como uma forma de vida!

Alguns autores refletem em seus trabalhos a estreita ligação entre natureza e cultura. Foi o que fez Pons (1993) ao considerar como condição básica para o relacionamento harmônico entre o Homem e a Natureza, a imbricação dessa última com a cultura. Para esse autor, a relação de respeito e mesmo de conservação só é expressa quando esta está integrada de forma total à cultura. Se isso não acontece, o homem permanece um turista ou um exilado, indiferente ao ambiente que o cerca.

O artigo de Xavier Pons “Austrália: entre o terror e a beleza”, publicado na coletânea “Os Sentimentos da Natureza”, reforça a crítica ao “conservacionismo ideológico”. O autor explora o sentimento que o Homem expressa pela natureza, e questiona sua veracidade e origem. Através da rotulação dos aborígenes de “povos ecologistas”, Pons faz uma reflexão sobre o que representa um ideal conservacionista e como isso pode se traduzir em práticas de vida:

“Como todos os povos que vivem da caça e da recollecção, os aborígenes criaram uma cultura, um modo de vida, estão estreitamente dependentes do ambiente natural e que se baseiam num íntimo conhecimento deste último. Essa dependência era para eles a própria condição de sobrevivência. Em termos práticos essa harmonia traduz-se num saber-fazer que dá ao homem a possibilidade de levar a existência não muito precária no seio de um meio pouco favorável” (1993:118).

Acima de tudo o que lhes confere uma característica “conservacionista” não é necessariamente uma ideologia de vida e sim a maneira como esses povos vêem a natureza, não como um objeto que se resume no local de onde provem seu sustento e sim como uma extensão da sua vida! Na verdade, a relação estabelecida demonstra igualdade sem que haja submissão, a natureza apresenta-se como um outro sujeito. Essa relação de sujeito é apreendida por Godelier (1981), ao descrever a relação dos pigmeus (caçadores-coletores) com a floresta. A percepção da natureza pelos pigmeus envolve um sentimento de confiabilidade, assim a floresta representa um ambiente amigo, como se assumisse uma extensão de suas casas e, portanto de suas vidas.

É viável, então, se pensar que grande parte da diversidade biológica coexiste com as sociedades humanas há milhares de anos. Relembrando Cândido, essa coexistência “saúdável” só é possível, quando existe uma equação equilibrada. Vários autores têm se

dedicado ao estudo dessas relações, reforçando essa idéia e demonstrando que muito da composição atual de plantas e mesmo de animais em muitas das comunidades biológicas são reflexos das atividades, ao longo da história social de pessoas naqueles locais (BALÉE, 1992; GÓMEZ-POMPA; KAUS, 1992; POSEY, 1987; REDFORD, 1992 apud PRIMACK; RODRIGUES, 2001).

Castro (2000) nos propõe que é justamente a complexidade das atividades dessas comunidades que constituem as formas múltiplas de relacionamento com os recursos. Essa variedade de práticas assegura a reprodução do grupo possibilitando a construção de uma cultura integrada à natureza e formas apropriadas de manejo. Pensando dessa forma, é possível intuir que essas comunidades representem a possibilidade de existência das *Sociedades Sustentáveis*.

Robinson (1990) desenvolve o conceito de “sociedades sustentáveis”, para (re)significar de forma mais apropriada a “sustentabilidade dos modos de vida”. Isso representa uma nova visão das sociedades, uma visão que reconhece as práticas existentes e que respeita os diferentes estágios de desenvolvimento. É possível, a partir desse conceito, definir, o padrão de produção e de consumo, bem como, o de bem estar determinado por cada cultura e pelo ambiente natural. Esse autor define sustentabilidade como a persistência por um longo período de certas características necessárias e desejáveis de um sistema sócio-político e de seu ambiente natural.

Para que se estabeleça uma sociedade sustentável, é necessário que a sustentabilidade seja um princípio ético e não somente uma definição pragmática. Nesse sentido, os princípios ecológicos, como a conservação dos processos vitais do ecossistema, a diversidade biológica e o manejo dos recursos naturais deve preconizar uma sociedade que se pretende sustentável.

Leff (2001) traduz a insustentabilidade do planeta como o resultado de uma “crise da civilização” e recomenda que esta seja solucionada de acordo com as características particulares de cada sociedade. Assim como Robison, Leff também reflete em seus trabalhos a preocupação com a manutenção dos diferentes modos de vida que se traduzem em particularidades culturais.

O mesmo viés é encontrado nas inclinações teóricas de Fernandez (1993), Sunkel (1980) e Klink (1993). Esses autores consideram que cada sociedade deve seguir padrões culturais próprios, e a partir desses padrões, é que se deve investir em modelos que venham a ser sustentável. Se é que muitos deles já não o são!

Os autores citados assumem como fundamental a conservação das diferentes formas de gestão dos recursos, desenvolvidos por diferentes sociedades, e defendem a

existência de uma heterogeneidade na forma como esses recursos são apropriados e utilizados. Ressaltam ainda, que as formas de apropriação são estabelecidas de acordo com as necessidades e os estilos de vida⁷. Através da leitura do trabalho de Antonio Cândido, *Os Parceiros do rio Bonito* (1964) é possível apreender essa relação descrita, assim como é possível encontrar semelhanças de idéias na exposição dos autores. Ao descrever sobre o modo de vida caipira, Cândido expressa a importante relação que se estabelece entre as formas de uso dos recursos e as necessidades e particularidades culturais:

“(...) as sociedades se caracterizam, antes de tudo, pela natureza das necessidades de seus grupos, e os recursos de que dispõe para satisfazê-las” (1964:23).

Mais adiante:

“(...) para argumentar nessa linha simplificadora, veremos que para cada sociedade, num determinado momento, há uma equação necessária entre o ajuste ao meio e a organização social” (1964:25).

É através dessa “equação” mencionada por Cândido que se definem as formas de uso dos espaços e a exploração dos recursos. Partindo desse pressuposto, é fundamental compreender como se estabelece à relação entre as comunidades humanas e a natureza da qual dependem para suprir suas necessidades (MORAN, 1990)⁸.

No entanto, para alguns campos da ciência, como por exemplo a ecologia preservacionista, torna-se um desafio aceitar que práticas humanas sejam vistas não só como “impactos antrópicos negativos” .

O biólogo Richard B. Primack (2001), autor de várias pesquisas sobre “conservação e restauração da natureza”, faz uma re-leitura desse tema, apresentando uma nova abordagem baseada nas idéias propostas por Dasmann (1991), Gómez-Pompa e Kaus (1992), Toledo (1998) e Posey (1983; 1987). Em seu livro “Biologia da Conservação”, Primack critica o autoritarismo existente no processo de criação das Unidades de

⁷ Godard (1980 apud Vieira 1995) sugere que existe certa negligência no reconhecimento da especificidade de cada nível de organização territorial, além de uma subordinação dos interesses dos níveis inferiores às aspirações hegemônicas dos níveis superiores.

⁸ Moran, no livro “A ecologia humana das populações da Amazônia” ressalta as mais antigas teorias conhecidas sobre as interações Homem/Natureza, desde o período greco-romano, até os anos 40 do século passado. Além deste, a coletânea organizada por Dominique Buorg, intitulada “Os Sentimentos da Natureza”, (1993) também proporciona uma sólida contribuição sobre as representações da natureza nas grandes civilizações.

Conservação em que são ignorados os direitos tradicionais e as práticas da população local. Processo esse denominado pelo autor “ecocolonialismo”.

Ao analisar os ditos populares – *“a natureza sabe o que é melhor e existe um equilíbrio da natureza (2001:235)”* – Primack critica o reducionismo biológico presente na forma de se pensar a preservação. O reducionismo se expressa, quando essa afirmação é apreendida como um “chavão preservacionista”. Sendo empregado para (re)afirmar que a presença humana representa somente uma ameaça à biodiversidade. O que Primack procura ressaltar, é que a preocupação com a manutenção de ecossistemas virgens⁹ pode não ser a melhor solução para a manutenção da biodiversidade, muito pelo contrário, sendo a própria intervenção humana a responsável pela manutenção de espécies biológicas e mesmo do próprio ecossistema: *“Muitas vezes, a proteção de uma reserva com uma política tipo “não me toque/mantenha distância” pode determinar a redução da sua biodiversidade”* (2001:236). Primack defende as estratégias que integram a proteção da diversidade biológica, os costumes de sociedades tradicionais e a variabilidade genética da agricultura tradicional, projetos integrados de Conservação e Desenvolvimento, como a Gestão Participativa: *“Muitas comunidades tradicionais têm uma forte ética de conservação e práticas de manejo que são compatíveis com a proteção da diversidade biológica, e essas comunidades precisam ter seus esforços apoiados”* (2001:309).

Gómez-Pompa e Kaus (1992), avançam nessa discussão afirmando que a intenção em se manter ecossistemas protegidos, idilicamente virgens, vai além desse reducionismo biológico, representando muito mais um sentimento subjetivo de nostalgia, que reflete a nossa necessidade de criar novas representações do espaço a fim de re(inventar) um mundo melhor, ou de nos transportar, através de uma janela imaginária para um passado remoto em que a natureza ainda existia na sua forma mais pura.

A leitura do *O território do vazio* de Alain Corbin (1989) ilustra esse processo de construção e modificação de representações sobre determinados espaços geográficos. Ao traçar um inventário do imaginário ocidental, acerca do litoral, Corbin descreve como esse espaço foi sendo concebido de formas diferentes no decorrer dos tempos. O mar inicialmente entendido e interpretado como um lugar incompreensível, sombrio e caótico foi aos poucos, sendo aceito como uma obra do Criador para o desfrute do Homem e, posteriormente, aceito por suas características medicinais e terapêuticas. Segundo o autor, as representações possuem genealogia e coerência com a estrutura simbólica de

⁹ “De acordo com o *Wilderness Act*, decreto americano de 1964, ecossistema virgem constitui um lugar onde o próprio homem é um visitante que não permanece” (Gómez - Pompa e Kaus, 1992: 127).

determinada época. Isso significa dizer que as representações dos espaços podem ser construídas, lapidadas, influenciadas e até modificadas através dos processos históricos.

Ao refletir sobre esse trabalho é possível se fazer uma analogia com as idéias propostas por Gómez-Pompa (1992) acerca da necessidade da concepção dos espaços intocados. A similaridade surge ao situar esse discurso da modelagem do espaço geográfico como parte de um processo histórico em que as questões ambientais assumiam um papel relevante dentro dos discursos preservacionistas.

Esse processo histórico, conforme descrito por Diegues (2000), toma grande vulto sobretudo a partir da década de 1970, quando então os governos começaram a estabelecer instituições, mecanismos e legislações destinadas a conservação do “mundo natural”. Data dessa mesma década a restauração do discurso malthusiano¹⁰ e também os grandes debates ambientalistas, os quais acabaram culminando na primeira grande discussão internacional durante a “Conferência de Estocolmo de 1972”¹¹. Muitas das convicções preservacionistas se apoiaram nessa “doutrina” ecológica dos ecossistemas intocados e virgens. Tendo como grande aliado a corrente teórica denominada *ecologia profunda* que através de uma visão biocêntrica postulava que a natureza deveria ser preservada, independentemente da contribuição para o homem. Preservar pela beleza e importância ecossistêmica.

Várias organizações não governamentais, assim como outras instituições ambientais passaram a dispor de recursos de organizações financeiras, como, por exemplo, o Banco Mundial, para trabalhar as questões ambientais. Essa fé indiscriminada em uma natureza mítica culminou na criação de políticas ambientais, como por exemplo, a da criação de Unidades de Conservação. Definiu-se dessa forma, através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (2002) o que deveria ser entendido como conservação da natureza:

“o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa ser produzido o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e as aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral” (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 p. 9 grifo nosso).

¹⁰ Discurso fundamentado na ameaça causada pela super população.

¹¹ Sobre os movimentos ambientalistas em torno do desenvolvimento sustentável, ver: Bruseke (1995), Meadows (1972), Sachs (1986).

Ao fazer uma analogia da definição acima com a definição dada às comunidades tradicionais é possível encontrarmos princípios semelhantes. O manejo, por exemplo, sugerido pelo SNUC também pode ser descrito para as comunidades tradicionais, através de diferentes práticas. As tradições culturais envolvem técnicas de baixo impacto o que pode significar serem essas, compatíveis com o uso sustentável de recursos. Porém, como já mencionado, muitas vezes, essas práticas não são reconhecidas como práticas de conservação e a idéia dos paraísos intocáveis sempre se sobressair como a melhor alternativa para a manutenção da biodiversidade. Encontramos aqui um ponto de convergência com as idéias propostas por Primack. As práticas tradicionais de uso existem, porém, dificilmente são consideradas ou incorporadas no plano científico.

A dicotomia dos saberes, entre o científico e o vivenciado leva a caminhos conflituosos. Muitas vezes as comunidades dotadas de um saber-fazer que as acompanha por várias gerações dificilmente são levadas em conta quando se planeja formas de uso sustentáveis. Vieira (1995) refere-se á essas comunidades como responsáveis por nos oferecer lições sobre o funcionamento de sistemas viáveis de apropriação, uso e gestão de recursos renováveis, que podem ser utilizados como referenciais importantes.

O autor ao expressar suas idéias nos alerta para as dificuldades existentes no enquadramento conceitual e teórico dos fenômenos ambientais. Ele aponta para uma compartimentalização do conhecimento¹², o que dificulta a definição de estratégias positivas para a resolução dos problemas. Essa definição de estratégias, a que ele se refere, envolve a “aceitação” de diferentes princípios, sejam eles científicos, políticos, econômicos ou culturais.

Acredito ser necessário despir-se dos pré e pós (conceitos) para incorporar de forma real essa “vivência”, expressada por todos os envolvidos com a problemática ambiental. Isso vai além dos paradigmas, representa questionarmos nossas próprias crenças e nossas verdades científicas¹³. Como nos recomenda Gómez-Pompa e Kaus (1992) é preciso superar nossa “suposta” capacidade científica de julgar quais as melhores atitudes e

¹² A compartimentalização do saber e das ciências é uma das causas da existência do olhar reducionista que domina as diferentes “escolas teóricas” levando cada uma delas a abordar e interpretar determinado tema de acordo com suas premissas teóricas e ideológicas (pré)estabelecidas, deixando de lado o que não corresponde a elas. Capra [19–] aborda a tensão existente entre o mecanicismo e o holismo e afirma que o início da visão em partes ou da visão mecanicista teve sua origem com as novas descobertas da física, da astronomia e da matemática, conhecidas como a revolução científica e associadas aos nomes de Copérnico, Galileu, Descartes, Bacon e Newton.

¹³ Existe uma grande contribuição teórica que tematiza “mudanças de paradigmas”, onde se destacam os trabalhos de Kunh (1975) e de Capra [19 –], Rhode (1995) também aborda essa questão apontando, as principais mudanças paradigmáticas em relação ao desenvolvimento sustentável.

soluções a serem tomadas em função da preservação da natureza. Leff (2001) também alerta para os perigos do autoritarismo teórico-científico, segundo ele, o próprio avanço das ciências ignorou os *saberes precursores*, saberes que foram subjugados pelos *logos científicos*. Leff se refere aos conhecimentos que não pertencem a nenhum escopo teórico, os “saberes” simbólicos, as intuições, a prática...

Configura-se, nesse caso, o confronto de dois saberes: o tradicional e o científico-moderno. De um lado, está o saber acumulado sobre os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte de madeira, da pesca e sobre sistemas de manejo. Do outro lado está o conhecimento científico, que não apenas desconhece como também, na maioria das vezes, despreza o conhecimento tradicional acumulado (DIEGUES, 2001).

“O paradigma positivista é tão persuasivo que, por definição, quem o utiliza não pode ver que existem alternativas. A posição absolutista do positivismo exclui outras possibilidades” (PIMBERT; PRETTY, 2000:12).

Esses autores sugerem a inclusão de métodos alternativos, para a conservação da natureza, métodos que contemplem o conhecimento tradicional e as experimentações locais. Os esforços de conservação, segundo eles, devem identificar e promover os processos sociais que permitem às comunidades locais conservar e aumentar a biodiversidade como parte de seu modo de vida.

Na concepção de Toledo (1998), a diversidade cultural deve ser protegida da mesma forma que a diversidade biológica. Para ele, salvaguardar a herança natural do país sem resguardar as culturas que lhe tem dado vida, é reduzir a natureza a algo sem reconhecimento, estático, distante, quase morto.

Destaca-se, então, que a sociodiversidade constitui uma dimensão tão importante quanto a biodiversidade (BERKES, 1989; DIEGUES; ARRUDA, 2001).

Resguardar as culturas, no entanto, não significa criar uma imagem estática das comunidades tradicionais como uma tentativa de mantê-las “congeladas” no tempo, ou de interpretá-las através do romanceado mito do “bom selvagem”. Sabemos que existe uma dinâmica de mudanças e negar essa realidade é o mesmo que restringir essas comunidades a uma história pretérita, talvez um pretérito mais que perfeito como afirma Lúcia Ferreira da Costa (1993).

As comunidades tradicionais aprendem de forma cumulativa, no decorrer dos tempos, em um processo contínuo de aprimoramento e revalidação de suas práticas. Faz parte de sua cultura a “atividade inventiva” como denominou Claval (2002). Não existem

regras para o sucesso de uma prática sem que essa se submeta a tentativa de acerto e de erro. É dessa forma que essas comunidades acompanham os padrões oferecidos pela natureza e é assim que respondem progressivamente aos obstáculos encontrados (LEONEL, 1998). A cada geração o conhecimento se renova e novos valores são incorporados, apesar de se constatar mudanças e conflitos, muitas práticas permanecem, assim como os traços tradicionais característicos de cada cultura.

A persistência da tradição talvez se explique por se tratar de uma prática de vida! Dessa forma concordo com Mauro de Almeida (1999), que ao considerar as comunidades tradicionais afirma que estas legitimam a todo momento os direitos de uso dos territórios resistindo à expropriação de suas terras ou “mares”.

3.2. O uso dos espaços e dos recursos

“Um elemento fundamental na cultura tradicional é a relação dessas populações com o território, que pode ser definido como uma porção da natureza e do espaço sobre qual determinada sociedade reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso na totalidade ou parte dos recursos naturais existentes” (DIEGUES; ARRUDA, 2001:24).

Klink (1993) introduz na discussão sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, a importância de se integrar formas de uso comum dos espaços, de gestão e de exploração do meio ambiente. Ao argumentar sobre essa questão, o autor formula uma crítica baseada na epistemologia que envolve o título do relatório de Bruntland - Nosso Futuro Comum – referindo-se a necessidade de se considerar formas de uso “comum” ainda em nosso presente. Ou seja, ele ressalta a importância de se potencializar as formas de propriedades comunais, assim como a racionalidade econômica e cultural inerente a este tipo de propriedade. Além disso, o autor critica a intencionalidade do relatório em demonstrar que o aumento das propriedades privadas poderia vir a ser a solução para a maioria dos problemas ambientais:

“De manera lamentable y paradójica, la CMMAD no presta atención a la posible relación entre el futuro común y el papel que puede jugar la propiedad común en el mismo, dando a entender que la racionalidad económica basada en la propiedad privada puede protagonizar y facilitar la transición hacia ese futuro común” (1993:13).

Analisando a racionalidade econômica, Klink (1993) considera essa como parte de uma racionalidade convencional, que se fundamenta em ideologias e ficções, como a

ideologia do mercado, a ideologia da propriedade privada, a ideologia da independência das atividades humanas etc.

Neste sentido, Fernandez (1993) traça um paralelo entre a economia convencional e a apropriação dos recursos. Segundo o autor os processos atuais de desenvolvimento, através de uma lógica capitalista que compreende uma ideologia de mercado, têm impulsionado a criação de um número cada vez maior de propriedades privadas e estatais que permitem uma subordinação muito maior ao capital se comparadas à gestão de propriedades comunais. Além disso, aponta o liberalismo econômico como um dos causadores da conversão de propriedades comuns em propriedades privadas ou estatais, dessa forma o liberalismo econômico se apóia na seguinte argumentação: a ineficiência econômica gerada pela propriedade comum põe em risco a sobrevivência dos recursos.

Para esse autor, a interpretação “trágica” dos recursos comuns é uma forma estereotipada da capacidade dos indivíduos de viver e cooperar coletivamente. Afinal, segundo ele, a tendência de se viver dentro de um regime de coletividade tem acompanhado as sociedades de caçadores e de agricultores durante séculos. No entanto, é importante frisar que Fernandez não considera o ser humano altruísta nem tão pouco o considera egoísta. Em sua concepção simplesmente existe a possibilidade do “ato de cooperar”.

A propriedade comum, e mesmo as formas de apropriação comunal dos recursos têm acompanhado o homem ao longo da história, assim como a polêmica sobre o tema dos recursos comuns também acompanha a longa história acadêmica de diferentes disciplinas (FERNANDEZ, 1993).

Já na década de 1950, surgiram alguns trabalhos que ressaltavam as implicações que o uso comum dos recursos poderia vir a ocasionar. Entre eles, descaram-se os trabalhos de Gordon de 1954 *“The economic theory of a common property resource: The fishery”* e de Scott de 1955 *“The fishery: the objectives of sole ownership”*.

Ambos os trabalhos, através de uma abordagem centrada em conceitos econômicos, alertam para a ameaça que a propriedade comunal exerce na conservação e na exploração eficiente dos recursos.

Gordon em suas reflexões aborda uma série de questões relacionadas com a economia específica da pesca e a sua gestão. O autor expõe a teoria através do exemplo das áreas de pastos comuns da sociedade medieval, onde necessariamente deveria existir uma gestão externa exercida por uma única pessoa, por um único senhor, assim como ocorria com os pastos controlados, o que evitava qualquer forma de abuso. Transferindo essa linha de raciocínio para pesca, o autor considera que formas de propriedade comum

levariam indubitavelmente a sobrepesca e a ineficiência econômica caso não existisse uma forma de controle.

Gordon conclui que “o que é propriedade de todos não é propriedade de ninguém”. Scott reforça a idéia de uma “racionalidade econômica” através da exposição sobre o uso comum dos recursos. Segundo o autor nenhuma pessoa se preocupa com aquilo que não lhe pertence, ou seja, nenhuma pessoa se preocupará em conservar os recursos a menos que seja o seu proprietário. Tanto Gordon quanto Scott abordam a questão dos comuns através de um viés econômico. Para esses autores a conservação dos recursos não é o principal ponto, nesse caso a conservação está agregada a idéia de uma “racionalidade econômica”, em que se usa os recursos da forma mais eficiente do ponto de vista econômico.

O viés biológico para a discussão sobre os comuns, surge com G. Hardin em 1968, no trabalho intitulado “A Tragédia dos Comuns”. Esse trabalho reflete a preocupação do autor com relação a conservação dos recursos e a superpopulação. Hardin retoma o discurso de seus antecessores e expõe novamente o exemplo dos pastos para construir a argumentação sobre a utilização de um espaço aberto a todos.

Neste caso, dentro de uma perspectiva racional, Hardin admite que cada pastor tende a aumentar cada vez mais o número de suas cabeças de gado. Se a utilização desse pasto se faz por uma sociedade de baixa densidade populacional não existem maiores conseqüências, no entanto quando se discute a utilização desse mesmo pasto por um número indefinido de pastores a tendência é de que ocorra uma maximização individual do lucro e uma sobreexploração coletiva dos pastos. O número excessivo de pastores que levaria a tragédia dos comuns se agravaria, segundo Hardin, pela falta de controle causado pelo aumento populacional. *“La libertad para reproducirnos nos traerá la ruina a todos”* (HARDIN, 1968: 248).

O autor referencia o uso dos recursos comuns através de reflexões morais, como a temperança, que envolve o convívio em grupo. Para Hardin a moral, a consciência e a responsabilidade e ética não são suficientes para conduzir a uma utilização adequada. Essa impossibilidade de cooperação entre os indivíduos para a gestão dos recursos naturais se traduz na racionalidade econômica egoísta “o mito do indivíduo egoísta”. Segundo Hardin é necessário que exista algum tipo de coerção externa. Dessa forma, a implementação da privatização e da gestão estatal é fortemente defendida em sua teoria.

Fernandez (1993), ao re(examinar) as teorias propostas, acredita que o conceito de “propriedade comum” tenha sido erroneamente empregado, tanto por Hardin, como por Gordon e Scott. Os referidos autores, até então, desenvolveram suas teorias, baseados

somente em um único conceito, da “propriedade comum” desconsiderando a possível existência de diferentes formas de apropriação do recurso e dos espaços. Trabalhos posteriores de Feeny, Berkes, McCay e Acheson (1990), mostraram que existem diferentes formas de se apropriar de um recurso traduzindo-se em diferentes categorias de direito de propriedade sob as quais esses recursos são manejados. Dessa forma definiram-se novas categorias: livre acesso, propriedade privada, propriedade comunal e propriedade estatal.

Refletindo, a partir das categorias propostas, penso que Hardin ao retomar seu discurso passaria a referir-se ao livre acesso e não mais ao regime de propriedade comum. Entendo que qualquer “regime de propriedade” implica obrigatoriamente em algum tipo de controle sobre o território e sobre o uso dos recursos, caso contrário não se trata de um regime de propriedade e sim de um espaço de livre acesso. Bromley e Cernea (1989 apud Goldman 1998) nos chamam a atenção para um aspecto importante, a definição de “propriedade”, que segundo esses autores, não deve ser reduzida somente a um objeto, como uma área física e sim como “um direito a um fluxo de benefícios”. A definição de Elinor Ostrom (1990), também segue essa mesma linha, referindo-se a propriedade, além das qualidades físicas, como uma rede de instituições sociais.

Dessa forma, ao retomar a teoria de Hardin, Gordon e Scott sobre o uso comum dos recursos, é possível concluir que o que se caracteriza como “comum” é somente o recurso e não o “regime de propriedade” sob o qual se encontra esse recurso, parafraseando o que já foi dito, trata-se de um espaço de livre acesso onde não existem direitos de propriedades definidos, o acesso é livre e não há regulação sob as formas de uso.

Ostrom (1995) nos alerta para a necessidade de se diferenciar a natureza dos recursos de uso comum, dos regimes de direito de propriedade sob os quais esses recursos são manejados. Segundo Berkes, *et al* “os recursos que fazem parte de uma propriedade comum são definidos como uma classe de recursos para a qual a exclusão é difícil e o uso conjunto envolve subtração” (1989:91).

Existem dois grandes desafios presentes no regime de propriedade comum: a exclusão de outros usuários potenciais e a regulação dos espaços por seus usuários para minimizar problemas associados à subtração. Isso significa dizer que a conservação e o manejo devem ser empregados para que a exclusão seja natural e para que os recursos não sejam exauridos. O manejo por sua vez é falho, ou ausente na proposta de Hardin, o que levou Ostrom e Mc Kean (1995) a concluir que isso seria uma das causas da visionária tragédia.

Em regimes de propriedade comum, um grupo particular de indivíduos divide os direitos e responsabilidades sobre os recursos, caracterizando uma forma de propriedade

onde os direitos são comuns a um determinado grupo de usuários. Os direitos e as responsabilidades são definidos através de regras informais e geralmente se sustentam através de práticas de manejo. Dessa maneira, a propriedade comum não se caracteriza por livre acesso a todos, mas acesso limitado a um grupo específico de usuários que reconhece essas práticas e as respeita.

Dos oito princípios definidos por Ostrom que regem a “propriedade comum”, considero como os mais relevantes para o presente trabalho as fronteiras definidas; a monitoração dos recursos naturais pelos comunitários; os mecanismos para as escolhas coletivas; as sanções aplicáveis aos que desobedecem aos regulamentos; os mecanismos de regulação de conflitos e o reconhecimento mínimo do direito a se organizar socialmente.

Weber (1997) elabora ainda outras dimensões sobre os modos de apropriação. Sua análise envolve: (1) as percepções, os valores e as atitudes dos atores sociais envolvidos no sistema de gestão, (2) as modalidades de utilização dos recursos; (3) as modalidades de acesso e de controle do acesso aos recursos; (4) as modalidades de direitos de acesso; e (5) as modalidades de repartição ou de partilha dos recursos e/ou da riqueza assim gerada.

Na dinâmica interativa dos modos de apropriação da Natureza nas diferentes sociedades, o potencial adaptativo do comportamento humano ocupa um papel determinante (MIRANDA, 2004). Esse potencial está condicionado, segundo Vieira e Weber (1997), aos ajustamentos historicamente construídos entre os grupos que estabelecem relações com os ambientes e com as práticas cotidianas. As práticas são compostas por significações construídas e compartilhadas entre os grupos e suas instituições.

As instituições representam as diferentes formas de coerção formal (regras e leis) ou informal (normas de comportamento, convenções e códigos de conduta) que moldam as interações em uma sociedade (NORTH, 1994). Segundo Ostrom (1990) as instituições são as regras-em-uso que controlam o recurso.

Essa dinâmica se faz presente em comunidades que se caracterizam pela utilização comum de determinados recursos, como peixes e plantas, o que pressupõe uma grande teia de relações, como as de parentesco, de amizade e de localidade além de normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade entre os grupos. Vários trabalhos, como os de Cordell (1982, 2001), Cunha [19 –], Diegues (1995), Maldonado (1993), Seixas e Begossi (2001), abordam essa questão.

As diferentes formas de uso assim como as diferentes práticas de manejo estão relacionadas a um conhecimento prévio do ambiente e do recurso. Um conhecimento que não se limita ao domínio classificatório de espécies. Vai mais além... Nesse sentido, como descreve Leonel (1998) a etnociência nos oferece uma grande contribuição, pois nos

convida a fazer uma interpretação das diferentes relações internas de sociabilidade, que orientam diferentes formas de ser, não se limitando a compartimentalização de alguns aspectos. Essa relação que envolve aspectos cognitivos, não pode ser estudada sem que se interprete a dinâmica cultural, a singularidade do modo de viver! (MARQUES, 2001).

Uma grande contribuição da etnociência pode ser constatada através do crescente número de trabalhos sobre o conhecimento das populações tradicionais e suas relações com o meio ambiente. Lévi-Strauss (1989), ao analisar os sistemas de classificação indígena, foi um dos primeiros antropólogos a enveredar pelos campos da etnociência. Além dele, diversos autores como Balée (1992), Diegues (2000), Marques (2001), Posey (1987), Seixas e Begossi (2001), utilizam conceitos da lingüística como uma forma de investigar a natureza percebida pelo homem. Os conhecimentos, dessas comunidades ganharam campos específicos dentro da própria etnociência. Esses campos tratam dos domínios da cultura e da ciência desses povos, como a (etno)botânica, a (etno)zoologia e a (etno)ecologia assim como todas as outras “etno-x” como sabiamente coloca José Geraldo Marques.

Assim, como define Berta Ribeiro:

“Nesse tipo de estudo combina-se a visão do observador estranho à cultura, refletindo a realidade percebida pelos membros de uma comunidade. Os elementos de análise são as categorias e as relações lógicas que se estabelecem entre o todo e as suas partes, que configuram o sistema taxonômico. Em outras palavras, o observador procura inferir as categorias êmicas dos povos em estudo” (1987:11).

Para se manejar um recurso ou para se ordenar um espaço é preciso conhecer profundamente cada elemento físico, biológico, ecológico, simbólico, mitológico, etc., que compõe o ambiente. Essa complexidade, no entanto, só é apreendida por aqueles que de alguma forma reconhecem esses elementos como parte de sua dinâmica de vida, incorporando-os de forma natural. O que caracteriza a identidade do grupo com o meio.

Nas últimas décadas têm se retratado evidências da habilidade que os grupos desenvolvem para utilizar e alocar os direitos de uso entre seus membros, evidências essas relevantes sobre o manejo de recursos comum (MCCAY; ACHESON, 1987; BERKES, 1986; BROMLEU, 1989; GOLDMAN, 1988; Mc CAY, 1980).

Os exemplos de gestão comunitária são diversos Berkes, (1986) e Mc Cay (1980), por exemplo, demonstraram através de estudos de caso que as populações são capazes de se organizar e de se auto-regular. Em um desses estudos Berkes descreve o regime de rotação de pesca que foi adotado pelas comunidades pesqueiras do Alanya, onde, através

de um sistema de vez, o acesso aos pontos mais produtivos pode ser garantido a todos os pescadores. Um outro estudo, realizado por Mc Cay, reflete as iniciativas de uma cooperativa de pescadores de Nova Jersey. Nesse caso, a cooperativa passou a controlar os níveis totais de captura do pescado em um determinado espaço físico, agindo coletivamente o controle da produção se tornou fundamental para que o valor comercial do produto se elevasse. Apesar de se tratar de uma estratégia para a elevação do valor do pescado o sistema também reduzia os incentivos a pesca predatória.

Vale destacar também os acordos de pesca¹⁴ que vem sendo firmado nos últimos 15 a 20 anos e que estão se proliferando, principalmente na região amazônica, na medida em que as comunidades ribeirinhas buscam proteger seus lagos da pressão da pesca comercial. Esses acordos, na Amazônia, se traduzem em “reservas de lago”, cujo objetivo central é diminuir o esforço de pesca através do limite de acesso e formas de uso, para assim assegurar a manutenção da produtividade do lago. Um sistema muito bem sucedido tem sido o manejo de lagos da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá.

Normalmente o acesso ao recurso é baseado no critério de residência/ localidade, ou seja, as comunidades envolvidas no acordo devem residir em locais próximos aos lagos comunitários e as regras de uso envolvem e definem as seguintes características da pesca: a) aparelho de pesca; b) local de pesca; c) espécies de peixe; d) estação do ano; e) tecnologia de transporte e armazenamento; f) função da pesca (comercial ou subsistência). Tais regras dificultam ou inviabilizam economicamente a pesca comercial nos lagos por pescadores de outras regiões, atingindo assim o objetivo de limitar o acesso aos lagos comunitários. O estabelecimento de regras de uso é baseado no conhecimento ecológico sobre o desenvolvimento e comportamento das espécies de peixe, bem como na viabilidade de monitoramento da atividade pesqueira (Mc GRATH; CASTRO, 2001).

Uma outra forma para se regularizar o acesso e garantir o direito às áreas de pesca se dá através da implantação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, que no caso da pesca se configuram como Reservas Extrativistas Marinhas¹⁵. A criação de uma Reserva Extrativista implica necessariamente em uma demanda ou uma manifestação da própria comunidade, que encaminha o pedido para o CNPT (Centro Nacional de

¹⁴ Entende-se por Acordo de Pesca, um conjunto de medidas específicas decorrentes de tratados consensuais entre diversos usuários e o órgão gestor dos recursos pesqueiros em uma determinada área, definida geograficamente. Essa definição está publicada no parágrafo único do Diário Oficial da União, edição número 1 de 01/01/2003.

¹⁵ Como resultado da luta dos seringueiros contra a expropriação e o desmatamento de suas terras, as RESEX surgiram, no início da década de 90, como sendo a única categoria de Unidades de Conservação que prevê simultaneamente o uso sustentável dos recursos naturais e a regularização fundiária dos espaços das populações tradicionais.

Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais), órgão competente do IBAMA responsável pela criação das RESEX. A partir de 1997, surgiram as demandas para a criação das RESEX marinhas, e hoje, já existem 13 reservas instituídas. Trata-se de uma unidade que contempla a participação das comunidades na elaboração, administração, fiscalização e monitoramento da Reserva, sendo elas co-gestoras do seu funcionamento. A comunidade deve ser envolvida na elaboração do Plano de Utilização dos Recursos Naturais, definindo as regras de uso econômico e social das atividades implantadas na Reserva.

Fatos como esses contradizem a teoria de Hardin (1968) a Tragédia “inevitável” dos Comuns, onde obrigatoriamente cada “comunitário” tenderia a aumentar os rendimentos e conseqüentemente a pressão sobre os recursos, levando à exaustão. Claramente o autor nega a possibilidade de arranjos institucionais ou de qualquer outra forma de interação e de ligação entre os indivíduos envolvidos. Destituídos de qualquer burocracia oficial, as instituições informais mantêm sistemas tradicionais de acesso ao recurso, onde residem as grandes forças de manejo e do direito consuetudinário¹⁶.

O grande desafio, no caso das comunidades pesqueiras consiste em delimitar as regulações de acesso aos espaços e aos recursos diante de um ambiente tão imprevisível como o mar e, teoricamente, considerado de livre acesso. É nesse espaço marítimo que se destacam situações paradoxais e que se expressam através da tensão existente entre a competição e a cooperação. Ao mesmo tempo em que o mar se caracteriza como um espaço onde existe disputa pelos recursos e que exige do pescador a perspicácia e a experiência, também se caracteriza como um mar socializado, aparentemente distribuído em partes iguais:

“Assim, o meio indiviso e imenso viabiliza à ação do homem sob o pressuposto da divisão e da apropriação, se não individualmente, pelo menos ao nível de comunidades, de famílias e de tripulações de pescadores” (MALDONADO, 1993:24).

3.2.1 O espaço como lugar e território na pesca

Segundo Milton Santos (1997, 2002), espaço é o terreno onde se constroem as relações sociais de trabalho, onde repousam os objetos naturais e materiais. Através da sua concepção é preciso que vejamos o espaço como um sistema de objetos e ao mesmo tempo como um sistema de ações. Ou seja, existe uma disposição espacial dos objetos, assim como existem diferentes ações que se desenvolvem a partir dessa organização ou

¹⁶ Direito de uso fundamentado em costumes locais.

dessa disposição espacial. Isso significa dizer que o espaço é dinâmico, pois pressupõe o empreendimento de ações humanas na sua configuração.

Como destaca Furlan (2000), o espaço é um produto das ações e relações humanas, uma construção histórica do homem à medida que esse se organiza, culturalmente e socialmente. Para a autora a percepção espacial de cada indivíduo é marcada por referenciais socioculturais e também por laços afetivos. Ao se reproduzir em um dado espaço, cria-se e recriam-se as particularidades nas relações, sejam essas estabelecidas entre os próprios indivíduos ou entre os indivíduos e o espaço onde desenvolvem suas atividades. Nesse sentido, o “espaço dinâmico” expressado por Milton Santos, ganha outra dimensão quando então se agregam a ele os conhecimentos, as práticas e as crenças (BERKES,1986). Quando se concebe a exteriorização dos sentimentos, produzindo assim a sua resignificação em que se tem a configuração de lugar!

Encontramos uma relação com o que propõe Tuan:

“O espaço é mais abstrato do que lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” (1983:6).

Os valores são produtos da experiência ou conhecimento. Uma experiência que pode ser direta e íntima ou indireta e conceitual, mediada por símbolos (TUAN, 1983). Compreender o lugar significa compreender de que maneira as pessoas atribuem valores (FURLAN, 2000).

O depoimento de seu Benedito ilustra essa dimensão de lugar:

“Esse espaço que a senhora diz aí é nosso lugá, nos termos bonitos de quem sabe lê e escrevê pode até ser que seja espaço mesmo, mais prá nós daqui é lugá! Nós nasceu aqui nós e é desse lugar que nós tira nosso sustento, seja da terra seja do mar, sono tudo irmão, irmão do rio, irmão do mar, são eles que dão o peixe são eles que dão a vida!” (seu Benedito - Vila Nova, 2002).

O espaço se transforma em lugar à medida que o revestimos de significados, sejam eles simbólicos ou materiais, afetivos ou míticos. Nesse contexto a afetividade e o pertencimento podem ser considerados formas de valor agregado, assim como o conhecimento e a *práxis* das atividades.

Na definição de Ostrowietski (1990), extraída do trabalho de Maldonado, lugar é definido como: “a conjugação do tempo, do espaço e do sentimento”. Ou, ainda como definiu Sueli Ângelo Furlan¹⁷ (2001): “o lugar é o vivido!”

“Ser do Lugar” é sentir-se dessa forma!

E a relação entre lugar território e territorialidade?

Em uma concepção abrangente sobre território, Haesbaert define:

“O território envolve sempre, ao mesmo tempo (...), uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o lugar onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos” (2001:121).

O território não se resume ao substrato material, aos limites físicos ou ainda ao espaço social, ele representa um campo de forças e de ações. Nesse campo, as ligações afetivas, a identidade entre um grupo social e espaço são fundamentais para a manutenção desse território. Nesse sentido ele comporta a dimensão material, a dimensão cultural e a dimensão social de um dado grupo.

No caso das comunidades pesqueiras, pode-se conceituar “território”, quando se emprega valor de uso aos “lugares” por elas apropriados, ou seja, na medida em que se expressa uma força ou um poder sobre os lugares. Maldonado (1993) ao se referir aos territórios esclarece:

“No mar, os territórios são mais do que espaços delimitados. São aqueles lugares conhecidos, nomeados, usados e defendidos. A familiaridade de cada grupo de pescadores com uma dessas áreas marítimas cria territórios que são incorporados à sua tradição” (1994:36).

A partir dessas concepções, as diferentes formas de dominação, de apropriação e de manutenção desses territórios podem ser entendidas como expressão de territorialidade. Dessa forma, a territorialidade se caracteriza a partir dos processos e mecanismos pelos quais os grupos estabelecem, mantêm e defendem o usufruto ou a posse dos territórios.

“A territorialidade se desenvolve através do tempo, passando de uma geração a outra nos processos de socialização e de transmissão da

¹⁷ Comunicação oral da Profa. Dra. Sueli Ângelo Furlan durante o Seminário Interdisciplinar “Paisagem e Cultura Caiçara”, realizado de 28 de maio a 01 de junho de 2001, NUPAUB/USP.

tradição como uma relevante dimensão da capacidade que o homem tem de conferir significados simbólico ao espaço, inclusive ao espaço social em que ocorrem as suas relações, construindo lugares. Estes comportamentos levam a fenômenos da ordem da ocupação e da posse, de exclusão, de distanciamento e de pertencimento” (MALDONADO, 1993:35).

Marques (2001) no estudo etnoecológico com os brejeiros de Marituba-AL, demonstra que a territorialidade é expressa através da posse, da delimitação, da defesa e da marcação de áreas. Essas formas de apropriação do espaço e do recurso são definidas muitas vezes a partir da organização cultural que, por sua vez, estabelece sistemas de relações sociais e ecológicas. São através desses sistemas, que os territórios são resguardados e controlados, de forma coletiva ou individual, através de acordos, coerções ou outros instrumentos que podem estar centrados nos regimes de propriedade comum.

Indícios de “apropriação territorial” podem ser constados entre as práticas de pesca, como acontece nas lagoas alagoanas Mundaú e Manguaba, onde são utilizadas, as “caiçaras” (conjunto de galhadas fixas ao fundo, utilizadas como atratores de peixes), na região sul do Brasil onde os aviõezinhos (armadilhas para a captura do camarão) se caracterizam como artes de pesca comum entre os pescadores, ou ainda na região estuarina lagunar de Iguape-Cananéia em que a construção de cercos se caracteriza como uma prática tradicional de apropriação desses territórios. No rio São Francisco o lanço também é considerado uma unidade territorial de pesca, assim como o sistema de vez descrito por Lima (1978) na praia de Itaipu-Niterói/RJ.

Como colocou Cardoso (2001), a questão da territorialidade pesqueira fornece elementos para a ampla discussão a respeito das propriedades de recursos, vistos como recursos comuns de acesso ilimitado, a apropriação de territórios pelos pescadores determina a criação dos mecanismos que regulam o acesso. Cordell, (1982), ao estudar as comunidades pesqueiras no sul da Bahia, explorou as bases desses mecanismos revelando que existem diferentes formas de se garantir o acesso aos territórios. Nas comunidades por onde o autor passou foi possível descrever que o sistema de parentesco ou de compadrio é um concessor do direito ao uso, além disso, o autor descreve que o aprendizado dos sistemas complexos de manejo de recursos pesqueiros também deve ser considerado como uma via de acesso. O elemento norteador de todas as vias de acesso, como destacou Cordell, se fundamenta na “lei do respeito”.

Admite-se, portanto a divisão do indivisível, através do parcelamento das “águas” em porções territoriais:

“A indivisão das águas se rompe mediante a territorialidade gerada pelos pescadores que expressam suas dinâmicas específicas nos espaços produtivos” (MALDONADO, 1993:24).

A percepção que se tem desses espaços produtivos, representa a continuidade da prática pesqueira. Segundo Maldonado (2000) a percepção dos lugares sob os quais se faz a ordenação da pesca e se estabelece a territorialidade é fundamental. Para a autora, a pesca marítima é uma das formas sociais em que a percepção específica do meio físico é de grande relevância devido à ordenação dos homens nos espaços sociais e à organização da produção para a reprodução da tradição pesqueira.

A arte de pescar e o conhecimento cognitivo do pescador envolvendo as especificidades do ambiente viabilizam o zoneamento do mar, assim como a manutenção de fronteiras e de territórios. Através desse conhecimento, os pescadores expressam suas dinâmicas específicas nos espaços produtivos (MALDONADO, 1993).

4. Começando a contar a história: uma trajetória pelos tempos antigos

“Ah... muita coisa aconteceu! Nós temos histórias até muito bonita aqui sabe, nós tivemos o ouro, é verdade... tem gente que nem acredita, mas aqui existiu ouro sim e esse ouro vinha tudo pelo rio no meio da água, meu avô que me contou (...), tivemos até o melhor arroz do Estado de São Paulo que era aqui do rio Ribeira de Iguape, a cidade ganhou até uma placa que dizia assim: arroz tipo Iguape, era o melhor arroz que existia (...) aí sabe veio a pesca minha nossa senhora e como tinha peixe por aqui...mas então nós perdemos tudo isso né, veio o Valo Grande e depois veio o IBAMA, e não deixou plantar mais e não podia nem derrubar árvore nem pra fazer canoa” (seu Benedito, Vila Nova, 2002).

O recorte histórico sobre o município e os seus processos de transformação nos permite compreender a origem de muitos conflitos, assim como nos permite fazer uma viagem pelo tempo. Um retorno que possibilita a composição do cenário da pesquisa e o encadeamento das primeiras idéias...

Quem um dia passou pelo município de Iguape teve a oportunidade de observar a forte ligação dos seus moradores com a geografia do lugar. Ao se rever a história do município, é possível compreender a partir de uma análise sistêmica não determinista, como o meio natural desempenhou um papel significativo na organização e na ordenação dos espaços pelos grupos humanos. Através dessa abordagem, o rio Ribeira de Iguape se destaca como um dos protagonistas na relação estabelecida entre a sociedade e a natureza. A presença desse rio faz parte da trajetória histórica do município assim como da vida dos seus moradores.

“Desse rio a gente vive pra mais de três geração, já vivemos do ouro, das plantações e agora da pesca... tudo saiu daí desse rio, sem ele não sei não o que seria desse povo daqui, acho eu que nem tinha ninguém morando” (seu Benedito, Vila Nova 2002).

O resgate histórico aqui descrito tem início no período compreendido entre o século XVI e XVII, quando então, Iguape é reconhecida como vila. Através da leitura de autores como Almeida (1951), Fortes (2000), Krug (1939), Mourão (1967,1971), Petrone (1966), Young (1902), é possível acompanhar o desenrolar de uma história em que se alternaram momentos de prosperidade e de decadência. Situações que refletem até os dias de hoje as suas conseqüências.

Ainda no século XVI a população vivia da lavoura de subsistência e da atividade pesqueira. As bases desse modo de vida estão atreladas à ocupação humana do Vale do

Ribeira que não se limitou à chegada dos europeus. Os inúmeros sambaquis encontrados nos sítios arqueológicos testemunham a presença humana desde a pré-história. Sugere-se que os hábitos dos “Homens dos Sambaquis” estavam intimamente ligados ao extrativismo da ostra e dos recursos da floresta assim como também da pesca. Assinala-se ainda que na época da chegada dos primeiros europeus, a região já era ocupada pelo povo Guaianá¹⁸, porém as informações sobre estas e outras populações ameríndias na região são escassas. A pesquisa etnográfica realizada por Krone (1914) enfatiza que os ameríndios desciam do planalto para o litoral, no inverno, em busca de áreas onde pudessem pescar. *“A população indígena miscigenando-se ou sendo substituída pelo europeu, deixou heranças culturais e traços que definiram o tipo étnico das populações tradicionais que ainda sobrevivem na região”* (ANGELO; SAMPAIO, 1995:37).

A prática das atividades herdadas pelos homens dos sambaquis e pela miscigenação cultural prevaleceu na região como principal meio de vida até meados do século XVII, quando então foram descobertos os filões de ouro na região. Segundo Fortes (2000) a história da mineração do ouro no Brasil deve ser escrita a partir de Iguape. O cobiçado metal podia ser encontrado entre os principais rios e seus afluentes em forma de aluviões e só posteriormente foram detectadas as jazidas em terra firme. O ouro disperso pelo Vale do Ribeira antecedeu, em muitas décadas, o esplendor aurífero de Minas Gerais. Conseqüentemente a procura por esse metal atraiu outros exploradores que passaram a seguir o curso do rio Ribeira em direção ao interior. A navegação pelo rio e afluentes resultou na intensificação da ocupação regional¹⁹.

A extração do ouro expandiu-se durante todo o século XVII e a atividade assumiu uma grande importância para o município, representada pela instalação da Casa de Fundição e a Casa da Moeda²⁰ (que funcionou regularmente de 1630 até 1760, segundo registros de Ernesto Young, 1902). À medida que a economia aurífera se tornava o eixo da produção no Vale do Ribeira, Iguape atingia uma posição muito importante beneficiada pela facilidade portuária por onde, inicialmente, escoava o ouro e entravam os escravos para a região.

¹⁸ Guaianá ou goiana (Guayaná) – grupo indígena que no século XVI que habitava a capitania de São Vicente. Documentos antigos os localizam no planalto de Piratininga, onde a cidade de São Paulo foi fundada. Acredita-se que foram os ancestrais dos caingangues. (http://www.miniweb.com.br/história/artigos/índios_brasileiros.html - acesso em 15/07/2004).

¹⁹ Assim se originaram os povoados de Xiririca da Serra (Eldorado Paulista), Juquiá, Miracatu, Sete Barras, Iporanga, Apiaí, Pariquera-Açu, Jacupiranga, Registro.

²⁰ Waldomiro Fortes assinala que todo o ouro que descia pelo Rio Ribeira passava obrigatoriamente pela atual cidade de Registro, onde existia um oficial encarregado de fiscalizar e pesar o ouro, bem como cobrar o dízimo. Em seguida o ouro era transportado para a Casa de Fundição, e era transformado em barras, deduzindo o quinto real devido, sendo então remetido para a vila de Santos, onde se localizava o Tesouro Real da Fazenda.

O apogeu dessa primeira fase econômica de Iguape perdurou até a descoberta do ouro em Minas Gerais, nos fins do século XVII, por volta de 1679, quando então ocorre um declínio da corrida do ouro em todo o Vale do Ribeira e um grande êxodo da população. Apesar da decadência da mineração, existem registros de que essa atividade resistiu até meados do século XIX, porém com baixa expressão econômica (YOUNG, 1902). Para Fortes (2000), essa fase do ciclo do ouro sempre esteve envolvida num misto de realidade e fantasia. Segundo o autor, apesar da carência de documentações históricas, que datam dessa fase, a fartura ficou registrada no patrimônio histórico arquitetônico do município.

É importante ressaltar que a atividade da mineração não excluiu totalmente o desenvolvimento da atividade extrativista e da atividade ligada à pequena agricultura, mesmo tendo enfrentado a estagnação e a escassez da mão de obra, em virtude da corrida do ouro. A manutenção dessas atividades pode ser entendida como uma persistência do modo de vida das comunidades. Petrone (1966) aponta que algumas culturas agrícolas eram cultivadas desde os tempos da colonização, como por exemplo, o arroz, que se caracteriza como uma cultura tipicamente ribeirinha assim como a mandioca e o milho, que se desenvolveram como uma forma de subsistência dos povoadores e das comunidades locais.

Com o beneficiamento do arroz, a persistência dos pequenos agricultores foi recompensada. O declínio do ciclo do ouro levou a população a orientar-se para outras atividades e dessa forma a agricultura praticamente reduzida à subsistência ganhou força, sendo impulsionada pelas plantações de arroz nas várzeas dos principais rios da bacia. Iniciava-se então a segunda fase econômica da região.

A abertura de mercados principalmente em Santos e no Rio de Janeiro, estimulou ainda mais o desenvolvimento da lavoura comercial, despontando além do arroz, a mandioca e a cana-de-açúcar. Do final do século XVIII até meados do século XX, a agricultura comercial, especialmente o arroz, apresentou uma expansão significativa e comprovada. Conhecido pela sua ótima qualidade, o arroz agulha de Iguape, chegou a ser produto de exportação²¹.

Paralelamente ao desenvolvimento da cultura do arroz, as atividades portuárias também cresceram em consequência da própria necessidade de se escoar a produção local. A ausência de estradas caracterizava ainda mais a dependência da navegação fluvial e lacustre o que resultou em um maior incremento da construção naval, que segundo Diegues (1973), chegou ao auge em 1780.

²¹ Segundo Young (1902), em 1825 foram exportadas de 50 a 60 mil sacas de arroz.

Utilizando pirogas ou ubás, as comunidades mais isoladas transportavam o que produziam ou o que necessitavam sulcando as águas dos canais marítimos abrigados pelas ilhas e pelos rios. O principal sistema que se organizou teve como “cabeça” o porto de Iguape localizado na margem continental da extremidade nordeste do Mar Pequeno. No entanto, para se atingir o porto pela água, havia a necessidade de se enfrentar uma viagem relativamente longa pelo Mar Pequeno e pelo mar margeando a costa. Para facilitar esse percurso e diminuir a distância percorrida por terra, projetou-se o “Porto Velho”, no Mar Pequeno, muito mais próximo da cidade (2,5km), e de onde partiam todas as embarcações de grande calado que demandavam o oceano²² (PETRONE, 1966).

Toda a produção agrícola advinda dos meandros dos rios era trazida pelas “barcaças” através do leito do Ribeira, no entanto, a travessia das canoas nem sempre ocorria de forma tranqüila, a dificuldade surgia a cada curva ou trecho estreito do rio, onde era preciso habilidade e conhecimento para que fosse possível transpor todos os obstáculos sem que a mercadoria fosse perdida. Nos locais onde não existiam rios navegáveis, as famílias eram obrigadas a seguir por terra, até atingir o Porto da Ribeira. Esse porto representava o centro das trocas regionais, de onde saíam e chegavam as pequenas embarcações e as produções trazidas dos sítios. Do Porto da Ribeira, a produção destinada aos grandes centros ou mesmo à exportação, seguia por terra, através de carroças até o Porto de Iguape.

A travessia desse trecho de terra, no entanto, ainda causava certo incomodo aos agricultores, justificado pelas dificuldades e morosidade do percurso. Foi assim que no início do século XIX surgiu a idéia de se abrir um canal que ligaria o Mar Pequeno ao rio Ribeira de Iguape permitindo assim o acesso das pequenas embarcações ao Porto de Iguape, o objetivo era a ligação entre os dois portos: Porto da Ribeira e o Porto de Iguape. Essa grande obra hidráulica, conhecida como Valo Grande, teve início no período compreendido entre 1826 e 1837 e apesar dos grandes entraves ocorridos foi finalizada por volta de 1860 e inaugurado em 1870. As grandes canoas escavadas em madeira passaram a navegar até o porto, evitando o trecho que até então, se fazia com as carroças. Arroz, feijão, milho, madeira, toucinho e outros produtos passaram a chegar diretamente no porto do mar e em contrapartida as canoas regressavam carregadas de sal, de tecidos e de outros produtos (MOURÃO, 1971). O canal aberto media cerca de 2,5 km de extensão e aproximadamente quatro metros de largura (YOUNG, 1902).

²² A navegação a vapor no Brasil teve início no ano de 1839 e segundo Paulino de Almeida (1945), a navegação a vapor no Ribeira de Iguape teve início alguns anos depois em 1844 quando o rio Una da Aldeia foi sulcado pela primeira vez pelo vapor Voadora.

A abertura do Valo Grande trouxe muitas implicações para a cidade de Iguape, suas consequências influenciaram não só a economia, como o próprio ecossistema local. A partir de então, a história vivida e contada pelos moradores não mais se desvinculou da história paralela do Valo Grande.

“Os trabalhos para a abertura do Valo Grande foram iniciados uma semana antes de 27 de agosto de 1827, dia em foi paga a primeira turma de trabalhadores empregados nessa obra. A abertura do Valo Grande foi a vitória da ignorância e o interesse financeiro de alguns capitalistas foi maior do que o bom senso...uma vez aberto o canal, ao invés de o rio Ribeira percorrer 27.000 metros até atingir o oceano, passou a fazer esse percurso em apenas 3850 metros. Assim, o rio tendo a sua disposição um canal de comprimento sete vezes menor do que o seu próprio leito, aumentou de volume dia a dia. Dessa maneira, como seria de se esperar, o canal alargou-se e aprofundou-se consideravelmente... pouco mais de uma década após começar a dar passagem às embarcações, o pequeno valo, que podia ser pulado por uma pessoa adulta, virou motivo de inquietação. O motivo? Simples: as águas do Ribeira que passaram a desaguar nesse canal, suas margens arenosas, não suportando a força da água, começaram a desbarrancar e a engolir as construções existentes nas imediações. A cidade passou a viver apavorada. Diziam que de uma hora para outra Iguape iria acabar no fundo do Valo Grande... (FORTES, 2000:87).

A apreensão que tomou conta dos moradores de Iguape tinha fundamento... No fim do século XIX e início do século XX, a cidade experimentou uma acentuada decadência abalada principalmente pela perda do porto devido ao assoreamento do Valo Grande que impediu a entrada de barcos de grande calado²³. Segundo os relatos de Krone (1914) as areias que eram trazidas de longe pelo rio foram sendo depositadas no porto da cidade diminuindo aos poucos a profundidade do Mar Pequeno. Além disso, por não existir grande circulação de água, essa areia foi obstruindo a passagem e conseqüentemente afastando o ancoradouro dos navios, que passou a localizar-se a uma distância de 700 metros mais ou menos.

Não bastando o problema causado pela abertura do Valo, houve outros agravantes como a epidemia da febre amarela que assolou a região e a abolição da escravatura, que do ponto de vista econômico implicou em um encarecimento de mão de obra. Esse período de decadência contou ainda com o desvio de grande parte do comércio para Santos e São Paulo em razão do prolongamento da Estrada de Ferro Sorocabana e da construção da

²³ Registros históricos demonstram que até as últimas décadas do século XIX, o porto de Iguape ainda oferecia um franco ancoradouro às embarcações de pequeno calado.

estrada de ferro Santos-Jundiaí, as quais assumiram quase todo o transporte que era feito através do porto de Iguape²⁴.

Fortes (2000) ressalta que o arroz foi o esteio da economia iguapense de 1800 até a década de 1920, no entanto por volta de 1860 apesar de ainda ser um dos principais produtores de arroz da província, Iguape já havia perdido grande parte de sua importância como centro regional. Segundo Diegues, (1973) isso pode ser explicado pela grande expansão da cafeicultura ao longo do planalto, o que não representou para o Vale do Ribeira uma expressão econômica importante. A participação no ciclo do café ocorreu de uma forma marginal e as principais rotas de cafezais seguiram outros rumos no Estado de São Paulo (ÂNGELO; SAMPAIO, 1990).

Mais uma vez Iguape sofria as conseqüências de sua instabilidade, e mais uma vez enfrentava o abandono de muitos moradores que saíram em busca de outros “portos” para sobreviver. Quanto ao Valo Grande... esse persistiu, e apesar de Iguape não ter sido literalmente “engolida” por ele, suas conseqüências catastróficas são revividas até hoje através da memória dos moradores.

“(...) as casas ia tudo caindo prá dentro do rio, ele passava com tanta força que parecia que ia arrastar o mundo, engoliu as casas e dizem por aí que engoliu até gente (...) aquele fiozinho de água se transformou numa grande corredera com muita água e muita força, eu não sei se eles fizeram certo de mexer na natureza desse jeito foi só prá encurtar o caminho do carregamento do arroz. Meu pai dizia que nem era assim tão longe mas a ganância do dinheiro fez as pessoas pensá que assim ia se bem melhor, o resultado é isso aí que a senhora tá vendo, mudô tudo e por contrariá a natureza nós pagamo um preço bem alto.” (seu Aristides Teixeira, morador do Rocio, 2003).

A decadência experimentada pela elite econômica (os grandes produtores de arroz) coincidiu e até mesmo promoveu um processo de transformação na organização do trabalho. Andrade (2003) ao analisar a história agrária do município de Iguape, descreve que esse período de transformações foi fundamentado principalmente por concessão de posses, fracionamentos de antigas propriedades, e formação de outras. Muitas famílias rurais, como os pequenos sitiantes e descendentes de escravos iniciaram o processo de reconhecimento do espaço, quando então foi possível delimitar novos territórios permitindo

²⁴ Em 10 de julho de 1875, com a abertura da ligação entre Sorocaba e São Paulo pela estrada de ferro Sorocabana, ligação prolongada posteriormente até Itapetininga, boa parte das mercadorias do Alto Ribeira foram, a partir dessa época, desviadas para a ferrovia em prejuízo do porto de Iguape. Em 1888, era dada uma concessão à companhia Docas de Santos que, em 1892, inaugura o primeiro trecho de cais. Santos, com o traçado das ferrovias e, posteriormente das rodovias, volta a ter o monopólio do comércio exportador e importador. Nossas ferrovias no estado de São Paulo, são como se sabe, conseqüências diretas do café” (MOURÃO, 1971: 37-38).

assim a solidificação da identidade com o “lugar”. Dessa forma, o que pareceu ser a decadência para alguns representou para outros uma nova oportunidade, um novo começo.

A história da agricultura, não termina com o ciclo do arroz. Apesar de não se equiparar economicamente, outros ciclos ainda vieram como o da banana, do chá, da mandioca, do palmito, etc., e alguns deles foram mais longe, resistindo até os dias atuais. A história da agricultura, a partir do século XX, toma um novo rumo e cria novas paisagens. Esse período se configurou pela diversidade das plantações, assim como pela diversidade ocasionada com a imigração. A partir desse século a imigração é percebida com maior intensidade e a colonização japonesa se destaca por sua grande influência na economia agrícola local. No entanto, não é objeto desse trabalho deter-se na análise e evolução da agricultura, assunto tão bem abordado em trabalhos de referência como o da Professora Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969)²⁵ e do Professor Pasquale Petrone (1966)²⁶. Sendo assim, a partir do século XX, exploro a história do município de Iguape, sob uma outra perspectiva: a da pesca.

4.1. A pesca: o recomeço

Com a decadência da monocultura do arroz abriram-se os caminhos para os pequenos agricultores que passaram a viver da policultura e da pesca, iniciando-se assim um novo período onde se fortaleceu a identidade dos habitantes com o lugar. As famílias plantavam milho, abóbora, feijão, mandioca... criavam pequenos animais, produziam farinha e pescavam! A cultura dos Homens dos Sambaquis parecia ter sido resgatada e mais uma vez o homem estava na água, seguindo os meandros dos rios com suas pirogas e ubás e aventurando-se no mar. Teciam suas redes, faziam canoas, ranchos e cercos.

O calendário anual das atividades se articulava entre as épocas de plantio e o ciclo pesqueiro, sendo estas, atividades consorciadas. As periodizações das plantações e das pescas seguiam um calendário diferenciado que não correspondia aos dias da semana ou do ano, tratava-se de um tempo natural que obedecia aos fluxos da natureza. O tempo da lua, das marés, dos ventos, das chuvas, e das estações do ano, um tempo determinado pela “variação sazoneira” no sentido apreendido por Marcel Mauss²⁷ (1974). Tem-se, nesse caso, a relevância do “meio natural” para o estudo da sociedade o que nos convida, através do

²⁵ “Vale do Ribeira – Pesquisas Sociológicas”.

²⁶ “A Baixada do Ribeira. Estudo da Geografia Humana”.

²⁷ Marcel Mauss estudou a organização social dos esquimós durante as estações do ano. Através de sua análise é possível perceber como as diferentes estações interferem nas formas organizacionais de uma sociedade.

raciocínio “ecológico humano” descrito por Moran (1994), a compreender a flexibilidade do sujeito em suas ações. Uma característica forte nessas comunidades é exatamente a variabilidade das atividades em função das estações do ano e das forças da natureza. É a intensidade dessa relação que as torna tão particulares.

“(...) comecei a pescar tinha 12 anos, nós sempre pesquemo e trabalhemos na lavoura, nós plantava de tudo, na época nós plantava o arroz, plantava o feijão, tudo da lavoura. Pescava e plantava, no tempo do frio nós pescava tainha e outros peixes desse tempo e no tempo quente nós pescava a manjuba, mais sempre nós plantava junto, um pouco de pesca e um pouco de lavoura. Já as plantação dependia muito das chuvas e até da lua” (seu Agostinho Carvalho, Porto da Ribeira, 2003).

“Lá no sítio do meu avô era bom, quando a gente morava lá no sambaqui lá nós plantava, lá é um terreno bom. Lá eu plantava e pescava, lá a gente plantava e tinha roçaria de mandioca, fazia farinha pra vender, vendia banana, feijão e abóbora, mais tinha o tempo certo de plantá e de colher, pra plantá o bom era sempre na fase de conjunção da lua e aí nós sempre contava o número das lua pra sabe quando a plantação já tava madurada, se perdesse as contas podia inté perde as lavoura (...)nosso calendário nem era esses de hoje na folhinha isso aí só serve para fazer propaganda dos lugá, nosso calendário era a lua e os tempo quente e frio, é que nem mulher grávida que conta o número de luas para saber quando o filho vai chegar não tem erro não! Nós aprendeu a viver assim (...)na pesca a mesma coisa se era maré de lua já sabia que dava prá enche quase que uma canoa e assim nós ia vivendo, se tivesse no tempo quente nós ia pescá certos peixes que não se encontra no tempo frio” (seu Benedito, Vila Nova, 2003).

O quadro social desse início do século XX caracterizava-se, principalmente, por uma população rural que vivia em torno de uma economia de troca. Historicamente a pesca da manjuba acontecia na mesma proporção das demais pescas como a do robalo, do bagre, da pescada, da corvina, etc., que complementavam o calendário das atividades e complementavam a dieta alimentar.

“O cerco enchia duas geladeiras, o peixe de cerco era mais gostoso, esse peixe era bom de mais de comê, nós matava caranha, robalão de 22 quilos, matava essa pescada de 18, 19 quilos, nessa época nós plantava e pescava” (seu Benedito, Vila Nova, 2003).

Essa “época” a que seu Benedito se refere, antecede a pesca especializada da manjuba, trata-se de uma época em que a pesca e a agricultura representavam a sobrevivência das famílias. A única exceção, segundo Mourão (1971), estava relacionada à pesca da tainha que representava mais do que um simples complemento alimentar, sendo responsável pelo incremento da renda familiar. A importância da pesca da tainha, como uma

pesca culturalmente artesanal pode ser constada através de sua permanência ao longo dos tempos, resistindo até os dias atuais.

Infelizmente, as informações sobre o início da comercialização da pesca em Iguape são escassas, sendo em sua maioria, fundamentadas nos relatos dos antigos moradores. De um modo geral, as descrições sobre a passagem da pesca de subsistência para a pesca comercial, no litoral sul, estão baseadas na evolução do setor pesqueiro de Cananéia onde o porto, ao contrário do que ocorreu em Iguape, desempenhava um papel próspero. Ao que tudo indica, o desenvolvimento inicial da pesca em Iguape teria sido influenciado pelo desenvolvimento da pesca em Cananéia, tendo sido estimulado, principalmente depois da construção do entreposto de pesca.

França (1975) sugere o início da pesca com visibilidade econômica por volta de 1920, no entanto Mourão (1971) descreve que foi a partir de 1910 que se iniciou a passagem da agricultura do arroz para a pesca, quando barcos de Santos, as “Briosas”, adentraram o porto de Cananéia, para propor a compra do pescado. Diegues (1973) assinala ainda, que a pesca comercial se tornou intensa a partir de 1926, quando navios equipados com refrigeradores adentraram o sistema lagunar com a finalidade de comprar a produção local. Data de 1930 a introdução do dinheiro em espécie que veio substituir a economia de trocas.

A pesca (com fins comerciais), que a princípio atraiu um número pequeno de famílias, foi aos poucos atingindo maiores contingentes que vislumbravam a possibilidade de se receber dinheiro logo após a pescaria. Para Mourão (1971) essa agilidade do retorno financeiro, “toma lá, dá cá”, teria sido uma das razões que determinaram a transformação da pesca sob o ponto de vista comercial. A idéia de ver o trabalho recompensado imediatamente representava um quadro mais atrativo se comparado ao tempo em que o agricultor tinha que aguardar para o amadurecimento da pequena colheita que, no mercado da troca, atingia pequeno valor.

O contingente dos pescadores de Iguape pertencia a mesma origem dos pescadores de Cananéia, descritos por Mourão (1971). Praticamente todos vieram da agricultura do tipo policultura e economicamente caracterizada por um sistema de troca. Para Iguape a pesca representou uma nova fase de prosperidade, e para muitos agricultores uma fase com novas esperanças.

Porém, em Iguape, essa fase se estabeleceu sobre bases diferentes das de Cananéia. Enquanto essa última experimentava uma produtividade pesqueira baseada na diversidade das espécies, Iguape se especializava na pesca comercial de uma única espécie, uma espécie sazonal: a manjuba (*Anchoiella lepidentostole*).

Segundo Giulietti (1992), inicialmente essa pesca era tida como uma ocupação acessória dos colonos japoneses, dessa forma, além das atividades agrícolas os japoneses faziam da pesca da manjuba, uma segunda atividade voltada para o comércio local. O processo envolvido na venda consistia na secagem e na salga da manjuba. Talvez, tenham sido eles os primeiros a perceberem o grande potencial de Iguape para a comercialização dessa espécie.

O ecossistema local de Iguape formado por suas lagunas proporcionou um ambiente fértil para a pesca dessa espécie. Por ironia do destino, a abertura do Valo Grande, que havia acelerado o processo de decadência da cidade influenciou positivamente a pesca da manjuba. A mudança de salinidade da água causada pela abertura desse canal ampliou as possibilidades de migração dessa espécie. Antes da abertura do Valo Grande a manjuba entrava no estuário somente pela barra do Ribeira (onde o rio desemboca no mar) e subia o rio no sentido da cidade de Registro. Depois da abertura do canal, a salinidade do Mar Pequeno ficou baixa devido ao aporte de água sobrevinda do rio Ribeira, proporcionando um ambiente favorável para a entrada da manjuba²⁸ que por essa razão passou a entrar também pela barra de Icapara (ver figura 2).

De um modo geral a manjuba acabou se “espalhando” enquanto paralelamente outras espécies foram desaparecendo em consequência da mudança da salinidade do Mar Pequeno. Os crustáceos e peixes de águas salgadas não entravam mais no estuário, restando outras poucas espécies e a manjuba... muita manjuba!. A potencialidade dessa espécie era notória e acabou atraindo muitos moradores, inicialmente para as proximidades da foz do Ribeira, barra do Ribeira, barra de Icapara e entrada do Mar pequeno, incluindo o bairro de Vila Nova e mais tarde para as proximidades do Valo Grande quando as indústrias aí se instalaram. A pesca, de um modo geral, levou a uma maior ocupação do espaço, expandindo a cidade, as vilas e os povoados.

4.1.1. A pesca e as indústrias: a estruturação de uma nova forma de produção

Em 1930, a indústria da pesca em Iguape passou a adquirir importância e segundo os relatos de Fortes (2000), em 20 de junho de 1936 foi fundada a Sociedade Industrial de Iguape, que se localizava às margens do Valo Grande. A produção representava uma franca expansão para a pesca da manjuba que em 1938 já atingia 580 mil quilos. A viabilidade da pesca estimulou a abertura das fábricas: em junho de 1939 foram fundados o Estabelecimento de Pesca Industrial de Manjubas Iguapenses LTDA e a famosa Fábrica

²⁸ Detalhes sobre a biologia da espécie estão descritos no capítulo 5.

Epamil. E em setembro de 1940, inaugurava-se a conceituada indústria Única que se instalou no prédio dos Matarazzo (antiga beneficiadora de arroz). Essa indústria marcou época em Iguape no processo de industrialização da manjuba. Ao final de um ano já havia três indústrias e em 1944 somavam-se nove. Esse foi só o início...

Aos poucos foi se constituindo o que Mourão denominou de “ideologia da pesca”²⁹, quando então os grupos de pescadores passaram a se identificar como possuidores de uma profissão. Essa emergência de uma consciência profissional tem como base, conforme destacou Mourão (1971), o desenvolvimento de novas conotações da noção de valor. Nesse sentido, Diegues (1983) demonstra que a titulação de pescador profissional ganhou uma nova dimensão, diferente da conotação inicial. A princípio, “ser pescador” envolvia muito mais um conjunto de conhecimentos e técnicas que permitiam ao produtor subsistir e se reproduzir, do que qualquer outro mérito ou reconhecimento. O trabalho de Mourão deixa bastante claro que o prestígio de se considerar um pescador profissional tardou um pouco para acontecer. Isso se justifica, uma vez que, a passagem da agricultura para a pesca, sob o ponto de vista comercial, representou de certa forma uma desorganização social, causando uma situação de anomia, configurada pela marginalização de muitas famílias sob o ponto de vista econômico.

“Pescar um pouco para uso em casa, atividade de que em alguns casos e em relação aos estratos sociais mais elevados da cidade, pode ser considerada uma atividade lúdica e era aceitável para a sociedade local, mas pescar para vender a comerciantes de fora, elementos que tinham determinado o desequilíbrio econômico e social do qual parte da população urbana, que vivia da comercialização, estava sendo vítima, não era aceitável, o que ao fim a ao cabo redundava em uma conotação negativa da pesca” (MOURÃO, 1971: 53).

Com o tempo, a pesca como fonte de renda passou a ser vista com outros olhos, até porque, determinava uma maior circulação monetária cujo fluxo era percebido no próprio comércio local.

Aos poucos a economia de troca foi perdendo força e sendo substituída pela venda e compra de produtos, essa passagem da cultura de excedentes para os manufaturados foi influenciada, principalmente, pela introdução da pesca nos moldes comerciais. Nessa época o pescador experimentou condições para diversificar sua alimentação e melhorar a habitação o que se reverteu em uma melhora do seu padrão de vida, incluindo a construção de casas próprias.

²⁹ Mourão ao realizar sua pesquisa em 1971 teve a oportunidade de acompanhar a emergência de uma consciência organizacional relacionada à pesca, denominada por ele como “ideologia da pesca”.

“Chegava sábado, o pescador vinha para a cidade para gastá o dinheiro, porque corria dinheiro (...) qualquer criança aí ia ajudar a tirar uma barcada de peixe na brincadeira tirava uns cinco quilo um pouco ele levava para casa e outro pouco ele vendia (...) as mulheres, elas laváva o peixe e tinha o seu dinheiro, não precisava pedir dinheiro para o marido nós melhoremo muito de vida naquela época... comprava roupa, calçado e teve gente que fez inté casa.”
(seu Agostinho Carvalho, Porto da Ribeira, 2003).

No entanto, essa melhor condição de vida para os pescadores artesanais, teve uma duração limitada. Com o crescimento da indústria de processamento da pesca, paulatinamente, o pescador passou a transferir os recursos para o setor industrial.

Ao analisar o contexto geral da pesca artesanal, seu desenvolvimento histórico não representou para o Estado um horizonte promissor, o que se comprovou pelo descaso com milhares de famílias que viviam dessa pesca. Diferentemente da pesca industrial que sempre ocupou um lugar de destaque nas medidas estabelecidas pelo governo, a pesca artesanal esteve sempre às margens de qualquer possibilidade de desenvolvimento (BENEZERA; CAVANAGH, 1994). Nos anos de 1960, quando o governo estabeleceu um plano de desenvolvimento para a pesca industrial, não se definiu nenhuma medida de incentivo à pesca artesanal. Como destaca Diegues (1983) os incentivos fiscais que surgiram entre 1967 e 1980 beneficiaram principalmente os proprietários de capital exteriores ao mundo da pesca, que viam esta atividade somente como um bom empreendimento comercial, na verdade a pesca representava um investimento com retorno em curto prazo e isso era o fundamental para os grandes investidores. Como consequência, Diegues descreve a criação de dois setores distintos de atividades pesqueiras: a industrial/empresarial e a artesanal/familiar. Durante esse processo, somente a pesca industrial tirou algum proveito, fato este que pode ser observado através das aberturas de mercados exteriores, e da introdução de novas técnicas no setor pesqueiro. Enquanto isso acontecia, o cenário da pesca artesanal continuava estagnado. Sem uma estrutura financeira adequada as famílias que praticavam a pesca de forma artesanal, foram aos poucos se rendendo ao capital industrial, pois sem viabilidade econômica não havia outra maneira de adquirir o material de pesca: as redes e as canoas. Com os pescadores artesanais de Iguape a história não foi muito diferente.

O controle dos meios de produção, redes e canoas, passaram a ficar nas mãos dos industriais tirando assim não só a autonomia do pescador, como também o poder de barganhar o preço do pescado.

Esse processo histórico do desenvolvimento da pesca da manjuba é considerado por alguns autores como a dissolução da pesca artesanal em que o pescador era ao mesmo tempo trabalhador e proprietário dos instrumentos de trabalho. Como descreve Marx:

“Dissolução das relações em que o homem mostra-se como proprietário do instrumento. Como a forma acima de propriedade da terra pressupõe uma comunidade real, assim também a propriedade do instrumento de trabalho pelo trabalhador presume uma forma particular de desenvolvimento da manufatura expressamente, a forma de trabalho artesanal” (1975:92)³⁰.

Somente as indústrias detinham os meios para a venda do pescado: o transporte e o contato com os mercados externos. Se o pescador quisesse vender sua produção para fora de Iguape tinha que passar obrigatoriamente pelas mãos de um intermediário que era representado pelo próprio industrial. Nesse caso, restava ao pescador somente o poder de decisão sobre os apetrechos de pesca, o que significava poder fazer a opção de pescar com rede própria ou com a rede fornecida pelo dono da indústria, o mesmo se aplicava às canoas. Apesar da opção de escolha, os benefícios em se trabalhar com material próprio não lhes rendiam grandes resultados, uma vez que os rendimentos não superavam os gastos. O valor que era pago pelo quilo da manjuba ao pescador que detinha os meios de produção não ultrapassava alguns centavos do que era pago aos pescadores que pescavam com redes de terceiros, além disso, levava-se em conta o auto custo empregado na rede, devido à sua manutenção.

“No começo nós tudo tinha rede ou canoa, se não tinha pescava com o camarada, mas as redes custavam caro e quando a rede rasgava era um trabaião pra arrumá e enquanto arrumava, não dava pra pescá. Além disso, o industrial pagava muito poquinho a mais pra quem tinha rede e então não compensava o trabáio prá ganhá uma miséria a mais era preferível pescá com a rede deles mesmo” (seu Benedito, Toca do Bugio, 2002).

“Compensa é melhor assim porque as vezes você perde um, dois fardos de rede no mangue, então a gente não tira lucro, se pesca com rede de patrão. Não tem problema porque se a gente perde um fardo, dois fardo, ele dá mais um fardo e aí a gente não precisa mais compra e já economiza” (Maria Jussara Pereira, Índia, Toca do Bugio, 2003).

Mourão (1971) descreve que a partir de 1968, a rede de algodão foi sendo substituída pela rede de náilon, o que significou mais um reflexo da incrementação da pesca industrial. Com a substituição do fio de algodão pelo fio de náilon as redes passaram a ser adquiridas prontas ao invés de serem confeccionadas tradicionalmente por antigos pescadores. A utilização do náilon proporcionou maior durabilidade para as redes que até

³⁰ No capítulo 8 encontra-se a descrição sobre as relações sociais de produção na pesca da manjuba.

então precisavam ser reparadas e tingidas constantemente para não apodrecerem³¹. Os compradores de pescado, donos das indústrias, foram mais uma vez beneficiados, pois conseguiam adquirir essas redes com bons preços, quando compradas em grandes quantidades, nos centros urbanos. Alguns deles passaram a revender essas redes aos pescadores locais criando um vínculo por essa dívida enquanto outros colocaram redes a disposição dos que quisessem pescar em troca da exclusividade de venda. O pescador que ainda utilizava rede própria foi se sentindo cada vez mais desestimulado até que muitos sucumbiram à dependência das indústrias.

Foi assim que o pescador artesanal de manjuba experimentou uma situação de dependência da qual nunca mais conseguiu se desvincular.

O momento histórico favorável para a pesca industrial, aliado a abundância da manjuba, beneficiou o aparecimento de mais investidores industriais. Em 1966 já havia 17 indústrias instaladas em Iguape, a maioria nas proximidades do Valo Grande³², e a produção média correspondia a aproximadamente seis mil toneladas. Durante os trabalhos de campo, tive a oportunidade de conhecer um desses industriais, talvez um dos mais famosos, segundo as “falas” dos pescadores.

“O Francês foi o maior industrial que já teve por aqui, todo mundo queria trabaia com ele porque ele pagava direito os pescado inté reajuste que eu nem sabia o que era, ele deu pro pescador” (seu Benedito, Vila Nova, 2002).

Seu Ovídio, conhecido como Francês foi realmente um grande empreendedor da pesca da manjuba, chegou a ter mais de 100 barcos e uma média de 300 pescadores.

“A fábrica chamava Real Pesca, até os barcos tinham esse nome, eu investi muito, dava muito emprego, corria dinheiro, e precisava de dinheiro para a rede, o barco (...) eu dava tudo e ainda deixava o barco e a rede com o pescador para ele poder para pescar outros peixes quando acabava a safra da manjuba” (Francês, 2003).

“Eu tive um pescador que pegou uma vez na barra de Icapara um lanço de 5000 mil quilos, num só lanço (...) eu fazia duas coisas mandava fresquinha para São Paulo e o peixe salgado eu mandava para o Sul” (Francês, 2003).

³¹ “As redes precisavam ser lavadas em água doce e tingidas quinzenalmente, quando em uso, com tinta de jacatirão, raiz-de mangue, aroeira e outras que se obtêm nas matas” (MOURÃO, 1971:72).

³² Muitos pescadores se deslocaram em direção às margens do Valo Grande, devido a proximidade com as indústrias de salga, que aí se instalaram, gerando um crescimento urbano em suas proximidades, tanto em sua margem direita, constituindo o bairro do Rocio, quanto em sua margem esquerda, mais próxima ao centro da cidade.

Através dos relatos do Francês foi possível perceber que, ainda que a manjuba fosse pescada somente durante seis meses, pois se trata de uma espécie sazonal, os pescadores ficavam atrelados à indústria o ano todo. Esse atrelamento do pescador à indústria começara pelo envolvimento no trabalho da salga da manjuba. Além disso, os pescadores ainda trabalhavam na estocagem e no embalo para a venda. A conservação da manjuba nas salgas permitia que essa fosse vendida o ano inteiro. Por essa razão os industriais tinham maior autonomia para controlar o preço do pescado. Na medida em que a oferta aumentava e conseqüentemente o preço baixava, o peixe era estocado nas fábricas, voltando a ser oferecido somente quando a safra já havia terminado e a oferta do produto se encontrava em baixa.

“O peixe valorizava porque as indústrias segurava, porque quando o preço tava baixo eles segurava no secado (...) então a gente secava o peixe, por exemplo, agora em janeiro para vender só em maio” (Antonio da Guia Trigo, Porto da Ribeira, 2003).

“Quando tava bom o preço nós mandava para o Ceasa e quando tava ruim de preço que é no natal e dia de ano então nós sargava que era para vender agora na quaresma” (Agustinho Carvalho, Porto da Ribeira, 2003).

Através do trabalho de Mourão, realizado em 1967, é possível averiguar que o famoso Francês não foi o único, pois, existiram outros industriais além dele. Vale ressaltar que eram considerados industriais todos aqueles que detinham redes e canoas de pesca independentemente de possuir ou não um estabelecimento para o beneficiamento do pescado. Cada rede representava uma equipe de pesca, composta por quatro a cinco pescadores, onde o mestre era o encarregado de zelar pelo material e de manter o contato com o industrial. Nas descrições de Mourão, (1967) encontramos referenciados os seguintes donos de redes: Antonio José Morais (23 redes), Irineu Mancio (18 redes), Manuel Alves (15 redes), Luis da Costa (22 redes), Irmãos Ribeiro (?), Mario Yanaziguawa (10 redes), Zé Mathias (17 redes), Jardes Fragoso (16 redes), Dario Martins (15 redes), José Peniche (26 redes), Jonas Cardoso (15 redes), Joaquim Ribeiro (18 redes), José Pereira (12 redes), Carlos Ribeiro (25 redes), Jofre Manuel (17 redes), Abílio Barbosa (40 redes), Francisco Costa (80 redes) cuja fábrica foi comprada pelo Nishidate alguns anos mais tarde³³.

³³ No capítulo 8, Tabela – 5 estão descritas as fábricas e peixarias que funcionam atualmente.

4.1.2. Lugar e território na pesca: antes e depois da construção da barragem

O grande contingente de pescadores encontrava-se distribuído entre os diversos pontos de pesca do Valo Grande, do Mar Pequeno e do Ribeira de Iguape, estendendo-se até as cidades de Registro, Sete Barras e Eldorado. Segundo Giulietti (1992), havia mais de 40 locais de pesca que eram freqüentados no período da safra da manjuba. O território era definido pelos próprios pescadores que mantinham seu lugar assegurado sem qualquer demarcação formal.

“Nesse tempo era assim cada pescador pescava no seu lugar, o que era de Icapara, pescava em Icapara, o que era da Ribeira, pescava na Ribeira” (seu Benedito Cunha, Porto da Ribeira, 2004).

“Nóis não ia onde não tinha parente ou um amigo pra colocá a gente na fiada. Se não tinha peixe eu voltava pra casa e aí dependendo da maré voltava depois, mas eu não saía do meu ponto pra ir bagunçá os pontos dos outros como eles faz aqui hoje” (Antonio da Guia Trigo, Porto da Ribeira, 2002).

A ampla distribuição geográfica da manjuba permitia a grande diversificação de pontos de pesca, oferecendo ao pescador a possibilidade de escolha. Porém, não se pescava em qualquer ponto, pois o que definia essa escolha era a ligação do pescador com o lugar. Era preciso que ele se identificasse de alguma forma com o território onde se exercia a prática da pesca.

“Aqui quando era antigamente e cada um tinha um ponto certo de pesca era bonito de se vê, cada um ia na festa do seu bairro ou até no mutirão quando ainda tinha. A senhora já ouviu falar em mutirão? Pois é aqui era assim mas tinha que sê amigo, cumpadre ou parente era assim que a gente vivia por aqui, um sabendo quem é o outro, assim ninguém tinha corage de bagunçá não, funcionava bem a gente que era do lugar se dava com quem também era do lugar, craro que se a senhora viesse pra modo de morar aqui, com o passar dos anos também já podia se considerar do lugar mas antes ia te que entrá no aprendizado da gente da qui” (seu Benedito, Vila Nova, 2002).

A identificação com território possibilita também o estabelecimento do trabalho coletivo. Como definiu Queiroz (1969), o trabalho coletivo é digno de consideração especial, dada a quantidade de referências para essa área estudada.

Nas descrições da autora, o trabalho coletivo é denominado de “troca de dias”, “ajutório”, “quebra galho”, terminologia local para designar o trabalho que tem como base a ajuda vicinal sendo realizada entre vizinhos com a finalidade de atender quem está apurado de serviço. O “serviço” pode ser destinado a diversas atividades, tais como aberturas de

roças, plantio de mandioca, construção de casas entre outros e o beneficiado sempre retribui com a mesma quantidade de dias que recebeu (QUEIROZ, 1969:86-87). Antonio Cândido (1964) considera, a prática do mutirão, um importante traço da cultura caipira, enquanto forma de solidariedade: *“Formas intermitentes de convívio”*.

Na pesca, essas formas de solidariedade também podem ser descritas. A ajuda mútua existia não só entre os pescadores de uma equipe de pesca como também entre os pescadores de equipes distintas. Essa ajuda mútua era necessária não só nos momentos de fartura, quando as redes repletas de peixe quase que não podiam ser retiradas da água por uma única equipe de pesca, como também nos momentos de desespero quando os pescadores precisavam de ajuda para salvar suas canoas e redes...

“Óia a senhora sabe que uma vez teve um temporal aqui e como era eu que sempre ia na praia prá modo de vê a maré eu tive nesse dia a visão do inferno, o vento era muito forte as canoas tavam tudo indo uma por cima da outra um rebu só e a canoa do meu cumpadre tava revolvendo a água e quase que tava indo embora. A minha canoa tava segura mais nós não podia abandoná as outra canoa foi então que eu mais meus camarada se atiremo na água pra modo de salvá as canoas dos outros pois eles eram tudo amigo! Foi terrível porque muita gente se machucô e alguns até perdero as canoa e as redes que ficavam dentro da embarcação. Não tinha como não ajudá porque na pesca era sempre assim um sempre ajudava o outro quando esse outro precisava.” (seu Benedito, Vila Nova, 2004).

Apesar de todas as intempéries a pesca se mostrava próspera, tanto em aspectos econômicos como em aspectos de relações humanas, principalmente em se tratando da pesca da manjuba que exigia a colaboração, o respeito, o conhecimento, a experiência, etc., No entanto, essa prosperidade que acompanhava a atividade pesqueira, em nenhum momento conseguiu superar o medo causado pelas ameaçadoras enchentes que assolavam Iguape nos períodos das grandes chuvas³⁴. Com a abertura do Valo Grande esse fato se agravou. Nos períodos de chuva a quantidade de água que descia pelo leito do rio Ribeira superava em muito a capacidade de escoamento, dessa forma a ação das chuvas aos poucos foi destruindo as margens do Valo Grande e aumentando a distância entre elas. O canal que havia sido aberto no século XIX (1826-1837) com cerca de quatro

³⁴ No trabalho de Paulino de Almeida sobre as grandes enchentes (1951) publicado na revista do Arquivo Municipal, vol CXLII, ano XVIII, 7-15 de agosto, estão relatados os grandes estragos causados pelas enchentes que ocorreram no século XIX: *“A meia noite mais ou menos, a população do Bairro da Ribeira de Iguape é despertada por um grande número de tiros, sinal de alarmes, e aviso de grande inundação que se aproximava rapidamente, medonha e ameaçadora. Ao amanhecer a parte baixa do bairro era um grande lago!... Animais e aves, tudo era arrebatado, a safra de arroz e milho que pareciam abundantes era toda perdida e levada pelas águas em sua vertiginosa carreira”* (1951:15).

metros de largura de uma margem a outra já atingia os 300 metros de largura em meados do século XX.

A sucessiva perda de colheitas causada pelas enchentes que acompanhavam a trajetória histórica do município levou os moradores e as autoridades locais a se empenharem mais uma vez em busca de uma solução³⁵. A empresa Geobrás que vinha examinando o problema do complexo lagunar desde a abertura do canal, apresentou algumas recomendações, entre elas a posição contrária ao fechamento do Valo Grande. Segundo as argumentações dos técnicos, tratava-se de uma obra extremamente cara e de difícil execução, além disso, segundo os estudos realizados pela empresa, o fechamento viria a piorar a condição da barra de Icapara que já vinha assoreando continuamente. O custo do fechamento não compensaria as vantagens que seriam obtidas com a estabilização das margens do Valo Grande e com o aumento da salinidade do Mar Pequeno. Apesar de toda a argumentação contrária, decidiu-se pela construção da barragem. O DAEE, Departamento de Águas e Energia Elétrica, que desde 1965, através da Geobrás acompanhava os estudos sobre o Valo Grande, realizou a obra. Em dezembro de 1975, o DAEE apresentou o projeto básico para a execução da obra e em 1978 a barragem estava finalizada (GIULIETTI, 1992). Porém isso não significou o fim da ameaça...

Mais uma vez mudava-se a geografia local e conseqüentemente o próprio ecossistema também era modificado. Até então, com a abertura do Valo Grande, a água do rio Ribeira penetrava no mar Pequeno baixando a salinidade e propiciando um ambiente favorável para a entrada da manjuba. A migração para dentro do estuário ocorria por duas vias, pela barra do Ribeira e também pela barra de Icapara, conforme já descrito. Com o fechamento do Valo Grande, através da construção da barragem, a água doce vinda do rio não mais penetrou no Mar Pequeno que, por essa razão, voltou a ficar com uma salinidade mais alta o que fez com que diminuísse a entrada da manjuba pela barra de Icapara.

Os dados do Instituto de Pesca, que acompanham a produção pesqueira desde 1976, demonstram que até a construção da barragem o volume de captura se manteve em três mil toneladas (ver Tabela 2), diminuindo consideravelmente a partir de 1980, ano subsequente à construção da barragem, quando então a entrada desse peixe no estuário foi modificada. Pode-se pensar que exista alguma relação entre a diminuição desse peixe e a

³⁵ Essa, porém, não seria a primeira vez que se buscava uma solução para os problemas causados pelas enchentes. A primeira tentativa direcionou-se ao fechamento do Valo Grande que teria acontecido por volta de 1889, porém quando as obras estavam para ser finalizadas, faltando um metro para alcançar o nível das águas nas marés mais baixas, o serviço foi suspenso e tudo foi abandonado.

construção da barragem. Para os pescadores, não resta a menor dúvida de que a barragem representou o fim da fartura para Iguape.

“A entrada do peixe diferençô né porque o peixe antigamente descia para baixo como eles taparam a Ribeira ali e aí o peixe não desceu mais, todos que pescavam lá tiveram que se virar para arrumar peixe (...)se pescava até lá no Jairê, todo mundo tinha rede lá pra cima no rio Ribeira de Iguape, depois da barrage a manjuba não chegou mais até lá” (seu Benedito Cunha, Porto da Ribeira, 2002).

“Se antes tinha a manjuba depois da construção da barrage acabou-se tudo a manjuba não foi mais lá pra cima e o camarada teve que ir mata peixe no quintal dos outro. Vai fazer o quê...” (Agustinho Carvalho, Porto da Ribeira, 2003).

Apesar de se tratar de uma hipótese bastante plausível para a explicação da diminuição da manjuba, é preciso ainda se levar em conta outros eventos que também podem ter influenciado tal situação. Nesse sentido, Mourão (1971) já nos alertava para os eventos de ordem climática, como aumento ou diminuição das chuvas, que interferem no ciclo da manjuba. A diminuição da manjuba em Iguape foi objeto de várias pesquisas cujos aspectos biológicos não foram conclusivos. Queiroz (1969) aponta algumas causas, que baseadas nas opiniões dos pescadores explica essa diminuição. Entre elas se destaca a concentração intensa da pesca no Valo Grande e proximidades, restringindo assim, a subida da manjuba pelo rio. Outros pescadores consideravam também a influência das enchentes que tornava a água muito barrenta e com isso afugentava os cardumes, além disso, os pescadores ainda apontavam a utilização de produtos químicos utilizados no combate ao mal de Sigatoka nos bananais.

Na verdade, o que de concreto pode-se constatar, é que houve a diminuição dos pontos de pesca, que por sua vez, implicou na necessidade de reorganização dos espaços onde novos territórios tiveram que ser definidos. No entanto, com essa nova organização surgiram alguns problemas. Como alguns pontos deixaram de ser produtivos muitos pescadores tiveram que se deslocar para continuar pescando. Esse deslocamento significou encontrar outros pontos de pesca que muitas vezes se localizavam distantes de seus bairros de origem e que já apresentavam uma tradição de uso por aqueles que ali estavam. Os industriais incentivaram essa atitude fornecendo inclusive o transporte para que os pescadores pudessem se deslocar.

O resultado foi uma maior concentração de pescadores nos pontos que não sofreram alteração com o fechamento da barragem. Com a área restrita para a captura da manjuba, gerou-se um conflito de espaços, pois todos os pescadores que antes se encontravam divididos entre os inúmeros pontos de pesca, a partir do fechamento do Valo passaram a

concentrar-se em sua maioria nas proximidades da barra do Ribeira, aumentando o número de pescadores nesse local.

A tentativa de se conter as enchentes através do barramento do rio pode ter sido a principal causa do rompimento de uma trajetória próspera para a pesca da manjuba e o que é pior, não resolveu o problema das enchentes. A partir de 1979, foram observadas inundações nas áreas baixas do Ribeira, com prejuízos aos agricultores. Os anos seguintes também foram marcados pelos períodos de cheias sempre agravados nas épocas de grandes chuvas. Em janeiro de 1981 ocorreu o primeiro galgamento da barragem, fato que se repetiu em mais três oportunidades durante a ocorrência das cheias de 1983.

As grandes cheias desse ano causaram o transbordamento das águas do Ribeira, que transpuseram a barragem atingindo o Mar Pequeno. Por essa razão nos períodos seguintes a pesca se concentrou notadamente no Valo Grande.

Essa última cheia de 83 destruiu a maioria das lavouras, principalmente as de banana, ao longo da baixada do Ribeira. Para a maioria dos agricultores a causa da cheia foi a barragem que não deu vazão ao grande volume de água. Para outros a grande causa foi o assoreamento do leito do rio.

Algumas indústrias de salga também sofreram as conseqüências pelo fechamento da barragem e os motivos também se baseavam na diminuição da manjuba no estuário. Além disso, como a maioria delas estava localizada na extensão do Valo Grande estas acabaram ficando distantes dos pontos de pesca que estavam restritos às barras do rio. O custo para as indústrias aumentava a medida em que a distância dos pontos de pesca também aumentavam, sendo necessário otimizar o processo através da utilização de transporte para buscar a produção³⁶ e gelo para a conservação, isso repercutiu no aumento dos custos que muitas indústrias não tiveram como manter. Como constatou Diegues (1973), das 17 indústrias existentes na década de 1970, contabilizavam-se nove em 1980, passando para oito em 1982 e seis em 1987.

Outro fato, descrito pelos pescadores, também deve ser considerado para explicar o enfraquecimento das indústrias: a fiscalização.

“O Francês foi um dos que trouxe a fiscalização pra cá e por isso o pessoal ainda guarda mágoa dele. Ele entrou vamo dizê assim prá comê tudo sozinho, então ele trouxe a fiscalização pra controlar as indústrias porque elas funcionavam aos trancos e barrancos. Aí a fiscalização passou a obrigar os industrial a fazer tudo de acordo, azulejar e fazer as industrias de acordo com o esquema né. Então aí

³⁶ Desde então é possível encontrar os caminhões que transitam entre as estradas para levar os pescadores e para buscar a produção durante a safra da manjuba.

os pequenos foram obrigados a ir caindo fora né porque não tinha condição de fazer o que a fiscalização queria, fazer aquela planta né para pegar o sif³⁷” (pescador de Iguape).

Muitas indústrias, talvez a maioria delas, funcionavam sem nenhum tipo de licença, e por essa razão, quando a fiscalização através da inspeção federal foi acionada, a apreensão foi geral e o resultado calamitoso. Como a maioria não tinha condição de se manter dentro dos padrões exigidos, aos poucos acabaram fechando, restando atualmente somente duas.

Enquanto as indústrias passavam por um período de crise agravado pela diminuição da manjuba e pela fiscalização federal, o que se podia observar era uma diversificação na pesca. Essa diversificação, resultado do aumento de salinidade no Mar Pequeno, de certa forma desvinculou alguns pescadores, ainda que timidamente, da manjuba, abrindo novas perspectivas para a produção de outras espécies que vieram a se beneficiar com a mudança do ecossistema local. Segundo informações fornecidas pelo Instituto de Pesca, nos anos em que a barragem esteve fechada, a vida na região estuarino-lagunar se recuperou rapidamente. O aumento da salinidade trouxe de volta organismos aquáticos, como os bivalves (mariscos e ostras) e os crustáceos (camarão) que eram extraídos como uma alternativa para geração de renda, mesmo para os pescadores que continuavam atrelados à pesca da manjuba, pois garantiam sua sobrevivência na entressafra.

“Criou mangue, criou marisco, veio peixe diverso do mar, o peixe do mar habitou aí, porque ficou só água salgada né. Foi quando nós podia pescar outras coisas que não só a manjuba e aí o industrial ficou na mão.” (seu Benedito, Toca do Bugio, 2002).

A não ser pela grande cheia ocorrida em 1983, o Valo Grande e o Mar Pequeno, haviam se estabilizado, permitindo um certo equilíbrio e uma melhora da produtividade biológica. No entanto esta cadeia natural de vida foi novamente quebrada em dezembro de 1989, quando a barragem se rompeu devido as fortes chuvas. O que não foi destruído pela força das águas foi destruído pelas máquinas:

“Com aquela enchente que deu em 1989 eles apavorado e com medo que a cidade fosse pro fundo, meteram a máquina no resto da barragem que a água não levou abriu uma cabeça aqui, mas a pedra ali no meio eles deixaram” (seu Benedito da Costa, Porto da Ribeira, 2002).

As águas do rio Ribeira voltaram a penetrar no Mar Pequeno através do Valo Grande por um período de cerca de seis meses, ocasionando um impacto ambiental no ecossistema

³⁷ SIF- Selo de Inspeção Federal fornecido pelo Ministério da Agricultura.

estuarino-lagunar com conseqüências incalculáveis para produção e reprodução de organismos marinhos (GIULIETTI, 1992). No entanto, a penetração das águas do Ribeira baixou a salinidade do estuário, permitindo que a pesca da manjuba voltasse a ser realizada nas proximidades do Valo Grande e Mar Pequeno. Apesar de ocasionar a abundância de manjuba, o Estado, após esse grave acidente e com base nos estudos já existentes, providenciou mais uma vez o fechamento do canal, mas dessa vez pretendia-se efetuar obras definitivas com barragem e comportas, como deveria ter sido realizado desde a primeira vez, em 1978. Sua função seria a de controlar o aporte de água que o Mar Pequeno receberia do rio Ribeira. Assim, nos períodos de grandes cheias as comportas seriam abertas para dar maior vazão à água, permanecendo fechada nos períodos em que a água diminuísse de volume.

A barragem que havia sido parcialmente destruída em 1989 foi aos poucos sendo reconstruída, mas, as maiores atenções voltaram-se somente para a construção da ponte que durou cerca de dois anos (1990-1992). Essa por sua vez, recebeu toda a preparação necessária para o funcionamento do sistema hidráulico das comportas, no entanto, a sua serventia limitou-se a somente uma via rodoviária que liga Iguape ao bairro do Rocio e a rodovia no sentido de Pariquera-Açu. A barragem nem chegou a ser refeita totalmente, foram fechados alguns buracos e preenchidos de cimento e barro os locais que haviam sido destruídos. Foi o suficiente para conter a entrada de água doce do Ribeira, elevando mais uma vez a salinidade e conseqüentemente restringindo os territórios de pesca.

Com o passar do tempo as obras foram sendo abandonadas, as comportas nunca chegaram a ser instaladas e aos poucos a barragem foi novamente sendo rompida pelas forças das águas. Os anos foram se passando e em 1995 devido as grandes chuvas provocadas pelo fenômeno *El niño*, a barragem se rompeu de forma definitiva, retomando o mesmo estado em que ficou depois da enchente de 1989. Coincidência ou não, mais uma vez, os anos subseqüentes ao rompimento atingiram o maior pico de produção de manjuba da história, chegando a mais de seis mil toneladas em 1996 e 1997. O processo de mudança ecossistêmica ocorreu mais uma vez, quando então se baixou a salinidade no estuário.

Os pescadores voltaram a freqüentar os “velhos” pontos de pesca procurando estabelecer mais uma vez a territorialidade pesqueira. Porém, a prática de deslocamento de pescadores continuou sendo explorada, atraindo principalmente pescadores mais jovens que viram na pesca da manjuba uma fonte de renda fácil. Os anos se passaram e, no entanto, parece-me que apesar de todos os problemas (antigos e atuais) a pesca da manjuba continua sendo a atividade de maior importância na cidade de Iguape. A barragem continua como um tema polêmico que se caracteriza como o elemento central de muitos

conflitos. Até os dias de hoje, nada de concreto foi realizado ou ao menos proposto para o problema do Valo Grande, que sem dúvida, é o maior acidente ecológico da região. O aporte de água do Ribeira ainda é grande e com isso a variação da salinidade da água continua ocorrendo, a pouca capacidade de retenção de água, se deve ao que restou da barragem. Sua história já virou um símbolo de Iguape assim como a *pedra que eles deixaram ali no meio da barragem...* conforme descreveu seu Benedito da Costa.

“A senhora não vai falar do Meio Ambiente nessa pesquisa? Eu acho que sem essa história, não vai ficar bão não! Olha, todo mundo que a senhora for procura prá modo de conversá sobre pesca vai querê falá também do Meio Ambiente (...) A senhora tem que perguntá porque tem muita coisa que aconteceu por aqui, isso faz parte da história da nossa cidade” (seu Benedito, Vila Nova, 2004).

Tabela 2 – Produção anual de manjuba, Iguape no período de 1976 a 2002

ANO	PRODUÇÃO (TON)	OBSERVAÇÃO
1976	3073	
1977	2546	
1978	2987	
1979	3554	Construção da barragem
1980	1898	
1981	1849	
1982	2263	
1983	1189	Grande enchente
1984	1674	
1985	2364	
1986	1947	
1987	1869	
1988	1269	
1989	1642	Rompimento da barragem
1990	1134	Início da reconstrução da barragem (90-92)
1991	3112	
1992	3292	
1993	2771	
1994	1875	
1995	2790	Rompimento da barragem
1996	6486	
1997	6227	
1998	1319	
1999	1046	
2000	1676	
2001	1802	
2002	1483	

Fonte: Plano de Gestão Participativa, Instituto de Pesca, 2003.

4.2. As práticas culturais e “esse tal de meio ambiente”: uma relação conflituosa

Ao penetrar pelo rio Ribeira para realizar sua pesquisa exploratória em 1967, Maria Isaura Pereira de Queiroz distinguiu diferentes tipos de paisagens e os justificou como o resultado da pluralidade de relacionamentos entre a comunidade e os recursos. Diante de tamanha riqueza cultural e biológica, Queiroz descreveu os diferentes modos de vida e ainda destacou a importância da variedade das práticas tradicionais como uma forma de assegurar a reprodução dos grupos, possibilitando-os a solidificação de uma cultura integrada à natureza. Suas descrições referem-se aos ribeirinhos, os capuavas e os caiçaras.

“A paisagem ribeirinha, com suas casas de palafitas às margens do rio a fim de abrigá-las das enchentes (...) palafitas que variam de troncos de árvores enfiados no solo, árvores nativas plantadas por eles muitas vezes, a pilotis de tijolo e cimento dos habitantes mais afortunados. Afora as palafitas, as casas se assemelham a todas as outras das zonas caipiras do Estado de São Paulo, havendo as de tijolos, de madeira e de pau-a-pique. Em maior ou menos escala, tais populações dependem do rio para a sua subsistência, locomoção etc. Há lugares em que o rio só é utilizado praticamente para a pesca não comercial. Noutros, porém, o rio tem importância primordial e vemos séries de canoas amarradas nos barrancos, homens lançando suas redes, etc” (1969:38).

“Outra paisagem é a paisagem capuava, isto é, trabalhada pelo homem que vive no interior das terras e não a beira rio, a expressão capuava é preferível a caipira que é mais geral e denota um gênero de vida já definido em vários trabalhos de pesquisa, ver em Antonio Candido, 1964. Ribeirinhos, capuavas e caiçaras são caipiras. Os capuavas vivem nas terras de pé de serra, onde as matas tipo tropical são ainda abundantes e as terras virgens muito férteis a extração de produtos vegetais ocupa, portanto lugar importante em sua economia. Coleta de palmito, corte de madeira denominada caxeta, complementam sua agricultura de subsistência. Finalmente o terceiro tipo de paisagem com que defrontamos – a paisagem caiçara, foi a das orlas marítimas em Iguape: a pesca assume função importante, e o peixe serve tanto para a subsistência, quanto é vendido (se há excedente) no povoado ou na cidade próxima. Dedicam-se também os caiçaras à pequena agricultura de mandioca, malgrado a má qualidade dos solos”. arenoso” (1969:38-39).

As práticas extrapolavam os ciclos econômicos, pois significavam muito mais do que uma simples forma de sobrevivência traduzindo-se em um modo de vida. A dinâmica dessas comunidades refletia sua forma de reprodução social assim como o alto grau de dependência da Natureza. Era assim que se pretendia continuar vivendo, nos lugares reconhecidos afetivamente: pescando, plantando, cortando caixeta, cortando palmito...

“(...) nem falo pra senhora como é que era bom nós viver aqui, antes mesmo de se prantá arroz ou de prantá banana, nós aqui já tinha nosso modo de vivê! Sempre prantamo uma rocinha de mandioca, feijão, abóbora, eu aprendi com o meu pai que aprendeu com o pai dele ansim era a vida, nós já tinha nosso costume, além de querer um dinheirinho pra pode construir nossa casinha e compra uns pano pra modo de fazer umas roupas, nós também queria continuar fazendo o que a gente sempre fez!” (seu Benedito, Vila Nova 2002).

As atividades estendiam-se para além da pesca:

“Antes nós aqui tirava o palmito e a caixeta era bem bom porque a gente prantava o palmito e depois colhia tudinho, nós sabia como fazer para não se acabar” (Antonio da Guia Trigo, Porto da Ribeira, 2003).

“Não tinha jeito de você não ganhar dinheiro por aqui, porque aqui tinha palmito que era forte aqui em Iguape, tinha a caixeta a gente tirava a caixeta do brejo. Um pau de caixeta que você tira faz nascer 5 ou 6. Naquele tempo nós fazia inté sapato que ia tudo para exportação dava serviço para as mulheres também que ficavam nas fábricas lixando os calçados (...) assim era que a gente vivia por aqui, uma hora tava na caixeta e outra hora tava na pesca” (Agustinho Carvalho, Porto da Ribeira, 2003).

Em Iguape, existiam três fábricas de palmito (*Euterpe edulis*) que trabalhavam muitas vezes dividindo a mão de obra com as industriais da pesca. Muitos pescadores consorciavam o tempo entre a atividade de pesca e a do palmito ou ainda com a caixeta, seu Benedito Martins Xavier, morador do Porto da Ribeira, foi um deles:

“A gente plantava nessa beira de rio tudo aí e trabalhava na fábrica ali na margem do Ribeira, trabalhei vinte e dois anos naquela fábrica comecei pescando depois fui trabalhar ali, saía dali e ia pescar, voltava a noite e trabalhava mais um pouco era bom trabalhar ali, uma turma trabalhava de dia e outra turma trabalhava de noite. Naquele tempo ainda dava serviço para todo mundo, todo mundo trabalhava, os cara acampava no mato, era eu que ia lá para essas fazendas, andava, via quanto tinha de palmito e só tirava palmito bom, é assim que a gente fazia né, nós só tirava o palmito bom e aí passava seis, oito meis que nós voltava lá e tava tudo os palmito bonito. Nós não tirava tudo não, ele não acabava (...) na fábrica nós trabalhava tudo de uniforme, bota, fiscalização da saúde e ia a maior parte para a exportação, nós exportava para o Canadá, Estados Unidos, Alemanha e França era para quatro países que nós exportava, eu sei porque era eu o encarregado de coloca os rótulo que vinha escrito nas quatro línguas. Mas eu não largava da pesca, vixi que eu ficava sem pesca logo ia chamar meus companheiros prá botá a rede na água” .

A periodização das atividades, estabelecida pelos ciclos de plantio e de pesca, refletia um profundo conhecimento específico do meio. Estratégias de conhecimento, como define Edgar Morin, constituídas a partir de um universo que envolvia tanto o empírico como o simbólico, o lógico e o mitológico, o racional e o mágico. Essa relação, porém, teve suas bases abaladas quando o movimento ambientalista atingiu o Vale do Ribeira.

“Magina só que alguém cortava a madeira fora da lua certa se isso acontecesse podia contar que dava bicho na madeira e aí nem prestava pra fazer canoa carunchava tudinho além da madeira nem secar direito, o mesmo nós fazia com o parmito tinha que sabe quando planto pra sabe quando corta... vixi quem não era entendido sofria (...) Mas aí deu corte do Ibama né e a florestal (Polícia Florestal) aí fechou a fábrica de palmito, fechou serraria que trabalhava com madeira né, acabou com tudo” (morador de Iguape, 2003).

Considerada uma área de relevância ecológica a Bacia Hidrográfica do Vale do Ribeira foi palco da institucionalização de diversas áreas de proteção. O resultado foi a criação de 25 Unidades de Conservação, das quais 18 destinaram-se ao uso indireto (proteção integral) e 7 ao de uso direto (uso sustentável). Essas áreas se encontram integral ou parcialmente inseridas no Vale do Ribeira, perfazendo um total de 1.462.504 hectares o que corresponde a aproximadamente 51% da região (ISA, 1998).

Unidade de conservação: “*espaço territorial e seus recursos ambientais, incluído as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplica garantias adequadas de proteção*”; (SNUC, 2002:9).

Das Categorias de Unidades de Conservação: As Unidades de Conservação integrantes do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) dividem-se em dois grupos: I - Unidades de Proteção Integral e II – Unidades de Uso Sustentável.

§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nessa Lei.

§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Art. 8º. O Grupo de Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: I - Estação Ecológica; II - Reserva Biológica; III - Parque Nacional; IV - Monumento Natural; V - Refúgio da Vida Silvestre.

Art. 14º. Constituem o Grupo das Unidades de Usos Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação: I - Área de proteção Ambiental; II - Área de Relevante Interesse Ecológico; III - Floresta Nacional; IV - Reserva Extrativista; V - Reserva de Fauna; VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; VIII - Reserva Particular do Patrimônio Natural” (SNUC, 2002:15-18).

A aplicação das leis ambientais interferiu diretamente no curso das atividades tradicionais particularmente no modo de vida dos pequenos produtores tornando a satisfação das necessidades cada vez mais complicada. A intensidade dessas interferências

esteve, e ainda está, relacionada ao grau de restrição imposto por cada categoria de conservação, o que pode significar desde a readequação de práticas ou o que é pior, a perda do espaço físico e conseqüentemente a perda da relação afetiva com o lugar.

“Com esse pobrema aí do Meio Ambiente né, eles tocaram todos os caiçaras e não deram opção de vida pra os caiçaras né, eles foram expulsos da terra deles, porque se não pode planta vai fazer o que? Tem que ir embora (...) Cê vê aí tem gente que nem sabe faz outra coisa da vida, nunca aprendeu a dirigir caminhão, só sabe faz canoa e aí? Tem que começa tudo de novo? Mas e que já ta com os 80 anos? Eles fica tudo desgostoso de vivê” (Antonio da Guia Trigo, Porto da Ribeira, 2003).

O contexto em que se insere a “variação sazoneira” estudada por Marcel Mauss (1974) nos permite compreender o sentimento de “expulsão” descrito por seu Antonio da Guia, uma vez que a proibição de qualquer uma das suas práticas, significa a alteração do calendário tradicional que perde o seu sentido quando modificado. Por essa razão, a definição dada à “expulsão” compreende ao mesmo tempo dois significados: um deles, diz respeito à expulsão física pela qual o morador se vê obrigado a realmente deixar o seu lugar, pois lhe é negado a possibilidade de permanência, o outro tem um significado mais profundo quando a expulsão assume um caráter mais simbólico o que significa a expulsão do seu próprio modo de vida.

“Aqui em Iguape se plantava arroz tinha fábrica de parmito, mas fechou porque ninguém pode prantá também. Não pode prantá (...) foram roçá aí no mato, fazê uma roça prá prantá um arroz e um feijão e aí a Florestal prendeu, não pode. É por isso que eu falo que o desemprego é por causa disso porque que aumento mais a raça de vagabundo, de bandido não é por causa disso? Não pode trabalhá, fica na rua o que ele vai fazer. Vai na malandrage o cara tendo serviço... igual o preso se ele teve algum serviço pra ele trabalhar ele não tá tão nervoso dentro da cadeia. Agora se deixa ele preso ele tá tornando-se mais bandido. Ainda ele tá preso com outro que é mais que ele vai passa sabedoria prá ele ainda e se esse preso tivé com um serviço pra ele trabalhá ele não fica pensando só na malandragem (...)a melhor coisa é o cara que trabalha. Agora o cara que não pode trabalhar fica na rua, ele vai fazer o que. Ele tem fome, vai comê e não acha comida vai robá vai vende fumo, maconha alguma coisa ele vai fazer na vida. Naquele tempo ainda dava serviço pra todo mundo todo mundo trabaiáva. Então hoje em dia que as indústria fechô o cara vai de clandestino no mato. Agora se vai no mato, cê não acha um parmito nem prá comer, cê não acha mais, a turma acabaram com tudo. E naquele tempo cê trabalhava ali tinha empregado, recolhia inps. Pro mercado saía tudo com nota hoje não, hoje o cara faz cem caixa de parmito no mato e vende aí. Não tem higiene não tem nada é feito com água do mato (...) E sabe o que é pior nós não pode mais vivê da forma como a gente vivia. É muito duro isso” (morador de Iguape).

Além da restrição de algumas atividades, deve-se ainda levar em conta a difícil compreensão sobre a funcionalidade das Unidades de Conservação que representam uma incógnita na vida dessas comunidades, não existe sequer a compreensão nítida do que venham a ser tais categorias e muito menos dos papéis que desempenham os órgãos ambientais. No Vale do Ribeira a incidência de leis se confunde pela sobreposição dessas Unidades, só no município de Iguape, por exemplo, sobrepõem-se cinco categorias de UC's:

- Zona de Vida Silvestre (Art.12º do DF 90.347/84);
- APA – CIP Área de Proteção Ambiental Federal (DF 90.347/84 e DF 91.892/85);
- Área de Relevante Interesse Ecológico- ARIE - Ilha do Ameixal (DF 91.899/85);
- Estação Ecológica Juréia-Itatins criada em 1986 (DE 24.646/86);
- Estação Ecológica dos Chauás (DE 26.719/87).

Além disso, incide ainda sobre o município o Código Florestal (Lei Federal 4.771/65 e a Medida Provisória 2.080), o decreto 750/93 da Mata Atlântica, e o decreto da UNESCO (Órgão da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) que considera o município como parte integrante da Reserva da Biosfera. Essa titulação se justifica pela relevante importância para a conservação do Meio Ambiente, do conhecimento científico e a preservação de valores humanos e do saber tradicional na busca de modelos de desenvolvimento sustentado.

Código florestal – instituído pela Lei federal nº 4.771/65 - limitou o exercício do direito de propriedade referente às formações vegetais nativas existentes em todo o território nacional. Qualificou as florestas como bens de interesse comum. Dentre as limitações impostas pelo Código florestal, a principal foi, além da Reserva Legal³⁸, a criação das áreas de preservação permanente, protegendo as matas ciliares e os cursos d'água onde a supressão da vegetação foi proibida sob qualquer forma. A lei procedeu da mesma forma para as faixas marginais às lagoas, nascentes e olhos d'água. Instituiu áreas de preservação permanente, para topos de morro, encostas com declividade superior a 45°, bordas de chapadas e vegetações em altitudes superiores a 1800 metros. A Art. 14, letras “a” e “b” do Código Florestal permitem que sejam prescritas outras normas, além das do Código, que atendam às peculiaridades locais proibindo ou limitando o corte de determinadas espécies. Foi com base nesse artigo 14 do Código Florestal que surgiu o Decreto 750/93

Decreto 750/93 – instrumento de defesa da Mata Atlântica estendendo a proteção a todas as formações florestais e subtropicais das regiões Nordeste, Sudeste, Centro-oeste e Sul e seus ecossistemas associados como manguezais, restingas e campos de altitude. A partir de então a supressão e a exploração da vegetação “Mata Atlântica” passa a ser regida por este decreto. A supressão da vegetação poderá ser autorizada, mediante decisão motivada do órgão estadual competente, com anuência prévia do IBAMA, informando-se ao CONAMA, quando necessária a execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social, mediante aprovação de estudo e relatório de impacto ambiental. Disponível em: <http://www.geofiscal.eng.br/750.doc>. Acesso em: 16 jul. 2004

³⁸ Área mínima de vegetação em cada propriedade rural onde o corte raso é expressamente proibido; Art 16 e 14 da Lei Federal nº 4.771/65 (Código Florestal).

Entre as Unidades de Conservação que estão inseridas no município de Iguape, a APA e a Estação Ecológica, são destacadas pelos moradores, como as unidades que, ao serem criadas, exerceram os maiores impactos nos modos de vida. A Área de Proteção Ambiental de Cananéia, Iguape e Peruíbe – APA – CIP foi criada a partir do convênio entre o IBAMA e a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo com o Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE) e o Plano de Gestão (PG). Com uma área de 217.060ha, abrange os municípios de Iguape, Cananéia, Ilha Comprida, Peruíbe, Miracatu e Itariri. Trata-se de uma categoria de Unidade de Conservação de Uso Direto, ou seja, que permite a coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais. Segundo reza o Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC)³⁹, as APA's se definem como:

“Uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos e estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (Art. 15).

Visando a “conservação” dos recursos naturais dentro dos princípios da sustentabilidade, a APA foi instituída com a função de disciplinar o uso dos recursos através da ordenação dos espaços e incentivo de práticas de manejo. Para a comunidade local a dimensão teórica que fundamentou a criação dessa APA, nunca foi suficientemente compreendida assim como não foi executada pelos órgãos competentes. O que significa que nenhum plano de gestão, ou de manejo, foi até os dias de hoje, concebido. De certa forma, no âmbito da pesca, veremos mais adiante, que algumas iniciativas tem mostrado inclinações positivas para a incursão das comunidades pesqueiras na discussão e implementação de políticas locais que visam a regulação dos espaços. No entanto, no que diz respeito às práticas ligadas à agricultura e ao extrativismo a situação é um pouco mais crítica.

Apesar de a APA conceder a utilização dos recursos naturais, depois da sua implantação assim como das demais UC's o processo se tornou mais complicado, uma vez que, passou a ser necessária a expedição de autorizações prévias ou licenças para a abertura de roças, caso essas não existissem antes da criação da APA. Essa medida se efetivou devido a necessidade de se preservar os remanescentes da floresta atlântica, conforme está estabelecido no item (e) do Art 2º do Decreto que normatiza a APA assim

³⁹ Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, Capítulo I, das disposições preliminares, Art. 1º Esta lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (SNUC, 2002:9).

como no Decreto Federal nº 750/93, ainda que se destine ao uso dos recursos por Comunidades Tradicionais. O mesmo se aplicou ao corte de árvores, de palmeiras, de caixeta e do palmito, sendo proibido totalmente o exercício da caça.

Apesar de parecer lógico e cabível a expedição das licenças, esse processo nunca transcorreu de forma tranqüila e muito menos de forma rápida. Uma das causas é a relação conflituosa estabelecida entre as comunidades e os órgãos regulamentadores.

“Eu tô desde 95 trabalhando aqui eu morava no lado de lá trabalhava de tudo do lado de lá, eu pescava só que aí o Florestal começou a cair em cima e aí não tinha como trabalhar mais. Se você vai ali pra fazer uma roça o florestal vai lá e te joga na cadeia. Não pode derrubar nada por causa da lei ambiental aqui, tem um sítio abandonado aí não mora ninguém mais pra lá, porque não tem onde a turma fazer nada. Até 92 eu plantava ainda, eu mandava pimenta, maracujá pro CEASA, a gente carregava aqui 30 40 caixas de pimenta, nós ficava na pescaria e na agricultura. Que nem agora o maracujá tá terminando e já tinha pescaria. O mato agora é só para criar bicho e se a senhora quer saber nem eles têm mais porque não tem mais o que eles comê. Ali para cima era cheio de morador agora tá tudo largado, tinha os cara aí que quando não tinha pescaria, em tempo frio já se virava para fazer uma roça (...) Tem muito terreno por aí que a turma fez posse, mas aí não adianta nada porque tem a posse, mas não pode trabalhar. Isso ajudou a aumentar o número de pescador na água sim” (morador de Iguape).

Conflitos entre órgãos ambientais e comunidades tradicionais já datam de muito tempo e a consolidação desse diálogo dificilmente acontece. Em Iguape se observa essa mesma dificuldade. O discurso burocrático dos órgãos coíbe qualquer iniciativa por parte das comunidades locais e ainda se negam a ver como propostas de manejo, práticas já existentes. Nesse sentido mesclaram-se dois tipos de situação: o abandono de práticas, principalmente as ligadas ao extrativismo, por dificuldades impostas pelos próprios órgãos competentes e o abandono coagido pelo medo e pelo desconhecimento do significado dessas leis: o que elas permitem e o que elas proíbem.

Enquanto estava em campo observando a pesca, um pescador que só tinha ouvido falar “nessa tal de APA” me contou que procurou saber quais eram os tramites legais para poder fazer a sua roça.

“Pois a senhora sabe que eu fui lá no Ibama prá modo de saber o que era que tinha que ser feito pra eu poder prantá as roças. Então eles me disseram que nessa tar de APA inté pode prantá mas antes eles tem que vim pra dizer se ali pode ou não prantá. Pois a senhora sabe que eu fiquei esperando um tempão e ninguém foi lá, até hoje eu tô esperando mas ninguém apareceu. A roça fico só na saudade...” (morador de Iguape).

Foi assim que muitos moradores acabaram desistindo de suas roças. Ainda que não fosse proibido plantar ou praticar o extrativismo, depois da criação das UC's a vida do morador de Iguape sofreu transformações em consequência, principalmente, da dificuldade de se lidar com uma situação inusitada, e pela burocratização que intimidou a muitos.

“Era tudo muito bonito aqui, uma vez teve uma reunião sobre a caixeta e um cara lá da agricultura sei lá, aí ele falo: como que vocês vão derrubar um morro desse aí pra cortar caixeta, vocês não vê que isso é prejudicial para o meio ambiente? Aí um cara falou pra ele: o senhor, onde que o senhor viu caixeta em morro? Caixeta não dá em morro, o senhor já viu um caixetal, caixetal é onde dá a caixeta, é brejo, é brejo que o senhor não anda e um pau de caixeta que o senhor derruba hoje nasce cinco ou seis se souber cortar, agora vem o senhor dizer que nós tamo destruindo tudo esses caixetal aí já existiam muito antes de nossos avós nasce e sempre se tirou a caixeta daí. Se esses moço que fala aí que sabe de tudo ouvisse um pouquinho nós daqui ia também aprende com nossos ensinamento a senhora não acha?” (morador de Iguape).

A criação da Estação Ecológica resultou em uma situação ainda mais crítica. Segundo o Art. 9º do Capítulo III do SNUC: *“A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas”*. Trata-se de Unidades de Proteção Integral cujo objetivo como prescreve o SNUC é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais. Nesse caso o uso indireto está definido como *“aqueles que não envolvem o consumo, coleta ou destruição dos recursos naturais”*. Diferente da APA, a implantação da Estação Ecológica significou muito mais do que a adequação de práticas, como definiu Nunes:

“Esse novo arranjo sócio-espacial impõe uma ruptura, um desenraizamento, “um separar o homem do seu chão”. O sentimento é o de estar sendo apartado de suas raízes, de sua origem, mesmo que os moradores permaneçam nas unidades de conservação” (2003:79).

Sabendo que, preferencialmente, as Estações Ecológicas devem ser implantadas em locais onde não existem pessoas morando, é de se estranhar que no caso da Juréia, tenha sido ignorada a presença de mais de 300 famílias que lá viviam. O espanto é ainda maior ao se averiguar que no ano em que a Estação Ecológica foi criada (1986), a Lei vigente nº 6.902⁴⁰, portanto anterior ao SNUC, estabelecia que as EE só poderiam ser implantadas em terras públicas ou desapropriadas para esse fim, no entanto: *“Infelizmente esse preceito da Lei não foi atendido na criação da EEJI. Nem a maioria dos proprietários devidamente*

⁴⁰ Em 27 de abril de 1981, é assinada a Lei 6.902 normatizando a criação das estações ecológicas (EE) e das Áreas de Proteção Ambiental (APA's) (NUNES, 2003:57).

documentados, nem os ocupantes/posseiros assegurados pela lei do Uso Capião foram respeitados no seu direito à propriedade e à indenização devida pelo Estado” (NUNES, 2003:57).

A maioria dessas famílias dependia do plantio das roças de mandioca, arroz, milho, feijão, da criação de pequenos animais, da caça e da pesca.

“(...) a gente tava fazendo lavora eles queria prendê o machado e foice essas coisas que a gente trabalhava né aí foi indo o pessoal desgostou-se do sítio e começo a vende os terreno e para de prantá era muito difícil vive desse jeito...” (ex -morador da Estação ecológica Juréia-Itatins).

Como regia a Lei de 1981 e posteriormente o SNUC (2002) uma área de proteção integral não permite qualquer forma de uso dos recursos, assim como não permite a permanência de pessoas nessas áreas. Nesse sentido as comunidades deveriam ser realocadas e indenizadas conforme está prescrito no Capítulo VII Art. 42⁴¹ e reforçado pelo Capítulo IX Art. 35⁴² do SNUC. Até que isso efetivamente acontecesse, as comunidades tradicionais dessas áreas teriam a concessão para a permanência. Até quando? E em que condições?

“Eu fazia roça, plantava arroz, tirava caixeta, tirava palmito, quando chegava na época da manjuba eu vinha pra cá, eu sempre fiz isso mesmo antes da estação ecológica. Quando chegava na época eu colhia o arroz, já em Março, abril. Era um ciclo, várias atividades. Hoje na verdade que mais nenhuma atividade de plantação pode ser realizada o que se observa é um inchaço na atividade de pesca, muitos que em determinada época do ano estavam praticando a agricultura, hoje estão proibidos de planta restando somente a pesca como fonte de renda” (morador da Juréia).

“Antes nunca passava pobrema, nunca passava falta de nada, porque lá sempre tinha tudo né, tinha de tudo, hoje apertou mais a coisa, porque a gente não pode mais trabalhar” (morador da Juréia).

Desde a sua criação até os dias de hoje, nenhuma família foi realocada muito menos indenizada⁴³. Sem a possibilidade de permanecer exercendo suas atividades de forma tradicional, a perspectiva de futuro tornou-se cada vez mais ameaçada e incerta para as

⁴¹ Art. 42. As populações tradicionais residentes em Unidades de Conservação nas quais sua permanência não seja permitida, serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes

⁴² Art. 35. O processo indenizatório de que trata o art. 42 da Lei nº 9.985, de 2000, respeitará o modo de vida e as fontes de subsistência das populações tradicionais.

⁴³ Sobre o processo de criação da Estação Ecológica Juréia Itatins, ver Nunes (2003).

comunidades que ali viviam. Sem grandes expectativas e descrentes de tudo algumas famílias não resistiram a pressão e migraram.

“Depois da cheia de 87 veio todo mundo pra cidade. E tem esse problema aí do meio ambiente né eles tocaram todos os caixas e não deram opção de vida para os caixas né, eles foram expulsos das terras deles. Vieram tudo para o Rocio. Não pode nada, se você fizer um roçado ou qualquer coisa a floresta vem e te multa te prende, então quer dizer o governo fez uma coisa errada né, devia fazer o seguinte: bom então você vai ficar aqui e você vai ter sua área de plantio, controlado né, ou você vai para a cidade você vai ter um ordenado para você sobreviver para você não atrapalhar a vida de ninguém, devia ser assim, mas não, jogaram tudo o pessoal aqui no Rocio. Meus pais plantavam muito né meus pais são do rio das Pedras, eu nasci no rio das Pedras, depois eu vim para Peropava e depois eu vim pra cá”. (ex-morador da estação ecológica Juréia-Itatins).

O abandono forçado de suas raízes significou a necessidade de se buscar novos “espaços”. Esse processo de “desagregação comunitária e dispersão da população” foi descrito por Nunes (2003): das 145 famílias tradicionais (localizadas através do levantamento realizado pelo SMA no Cadastro Geral de Ocupantes da Juréia de 1991), 39 permaneceram no local, 47 migraram e dos 59 restantes não se tem informação. Através de sua análise, Nunes demonstrou que dessas 47 famílias que migraram, 30 estão espalhadas entre os bairros de Iguape e Peruíbe, das quais 17 se encontram no bairro do Rocio. Esse dado demonstra que o bairro do Rocio foi preferencialmente o destino das famílias que migraram da Juréia. Isso pode ser explicado pela disponibilidade de terrenos a baixo custo e pela procura por conjuntos habitacionais e casas populares que são construídas nesse bairro justamente para atender a população de baixa renda. Longe de se parecer com seu local de origem, muitas famílias originárias da Juréia migraram para o Rocio com esperanças de uma nova vida.

Na sua origem, o bairro do Rocio era uma vila de pescadores onde grande parte da população era constituída pelos chamados pescadores-lavradores. Segundo depoimentos de moradores locais, há 50 anos, início do século XX, se vivia da pesca e das roças que eram plantadas livremente. Atualmente, no entanto, o Rocio é considerado a periferia da cidade de Iguape que cresce desordenadamente sem qualquer infra-estrutura e onde vive atualmente aproximadamente 17.000 habitantes⁴⁴ (62% da população total do município: 27.343 conforme o censo de 2000).

⁴⁴ Esse dado foi obtido com a população local e através de informações fornecidas pelos órgãos locais como o Posto de Saúde, Colônia de Pesca, SABRO (Sociedade Amigos do Bairro do Rocio),

Essa condição de bairro receptor de migrantes também pode ser confirmada através de alguns resultados obtidos com recadastramento dos pescadores. Dos 523 pescadores do município de Iguape que compareceram ao recadastramento, 152 (29,3%) são moradores do Rocio. Apesar de este número ser bem inferior ao total de pescadores do bairro (estimado em 800 pelo Instituto de Pesca de Cananéia), pode-se traçar um perfil quanto à sua naturalidade:

Tabela 3 – Naturalidade dos pescadores moradores do bairro do Rocio, 2003

Total de pescadores	152	%
Nascidos em Iguape	81	53,29
Nascidos em outros lugares	49	32,24
Sem informação	22	14,47

Através desses dados pode-se aferir que o Rocio conta com uma alta taxa de migrantes o que condiz com os dados sobre a migração dos moradores da Juréia. Segundo os relatos locais e mesmo os dados fornecidos pelos órgãos já citados, os novos moradores do bairro são originários das Unidades de Conservação (UC) que foram criadas na região do Vale do Ribeira na década de 1980, de outras cidades do litoral, principalmente Santos e São Vicente, e da cidade de São Paulo. Muitos deles atraídos pela fama da pesca da manjuba de Iguape.

A consequência dessa migração é o aumento da população local que muitas vezes não encontra meios para sobreviver. Os terrenos em que são construídas as casas não tem espaço se quer para uma roça. A oferta de empregos é baixa em relação ao número de moradores (migrantes ou moradores antigos) que muitas vezes encontram somente na pesca uma fonte alternativa de renda, tornando-se essa a única na maioria dos casos. Para alguns, a pesca já era tradicionalmente praticada em outros locais enquanto que para outros assumiu um caráter de sobrevivência.

“Pronto que a senhora agora já sabe mais ou menos como é que tudo aconteceu por aqui e agora quer saber o que? Sobre a manjuba né? Afinal foi prá isso que a senhora veio até aqui é ou não é?” (seu Benedito, Vila Nova, 2002).

5. Manjuba: que peixe é esse?

“É, agora a senhora precisa entender como é que funciona esse bichinho (a manjuba) porque é complicado de se entender, cada um fala uma coisa, uns fala que ela vem prá desová, outros fala que é prá se alimentá... no meu conhecimento eu posso dizer algumas coisas, mas o que eu mais tenho certeza é que ele gosta mesmo das água daqui porque se não ela não vortava todo ano, é ou não é?” (seu Benedito, Vila Nova, 2003).

As manjubas, assim como as sardinhas boca-torta, fazem parte da família Engraulidae, peixes que apresentam ampla distribuição geográfica com predominância em águas tropicais e subtropicais das Américas (MCGOWAN; BERRY, 1983 apud SILVA et al., 2003). São abundantes na plataforma continental⁴⁵, em regiões costeiras semi-abertas, consideradas áreas de criação para as primeiras fases de vida desses peixes. Depois da desova, os ovos e as larvas são transportados para as baías onde encontram melhores condições de proteção e disponibilidade de alimento (COTO et al., 1988, MACGREGOR; HOUDE, 1996 apud SILVA, 2003).

A pesca de diferentes espécies de peixes da família Engraulidae tem uma grande expressão comercial na América do Sul. No Peru, por exemplo, em 1972, foram capturados 12 milhões de toneladas da espécie *Engraulis ringier*, o que equivale a 22% das capturas mundiais (VALENTIN, 1994). Outras espécies do mesmo gênero *Engraulis* também têm um bom destaque comercial, como por exemplo, a *Engraulis anchiota* capturada na costa do Uruguai e da Argentina, a *Engraulis mordax* no norte e nordeste do México e a *Centegraulis edentulus* no leste da Venezuela (COTO et al., 1988).

No Brasil, economicamente, destacam-se as pescarias do gênero *Anchoa*, *Centegraulis* e *Anchoviella* sendo comuns na Baía de Sepetiba (RJ) as pescas da *Anchoa tricolor*, *Anchoa januaria* e *Centegraulis edentulus*. O gênero *Anchoviella*, particularmente a espécie *lepidentostole* ocorre desde as Guianas até o Estado do Paraná aparecendo no trecho baixo do rio Paraíba do Sul, próximo a São Fidélis (RJ) (ARAÚJO, 1996 apud SILVA et al., 2003), no estuário de São Vicente, e com maior frequência no rio Ribeira de Iguape estendendo-se até Registro (BENDAZOLI et al., 1990).

⁴⁵ A plataforma continental faz parte da margem continental, sendo uma continuação submersa da topografia e geologia visíveis nas terras adjacentes (praias), com modificações introduzidas pela erosão marinha ou por deposições sedimentares (TUREKIAN, 1996).



Figura 3. Distribuição da manjuba

Fonte: Museu Nacional – Disponível em: <<http://www.mnrj.ufrj.br/results2.htm>>. Acesso em 22/07/2004.

A distribuição nessas localidades pode ser confirmada através de um registro de ocorrências de espécies de peixes, cujo resultado encontra-se no *site*⁴⁶ do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Esse registro funciona como um mapeamento dos locais em que determinadas espécies aparecem, ou seja, a ocorrência corresponde ao lugar em que a espécie foi encontrada, seja de forma isolada ou em cardumes.

Para a espécie *Anchoviella lepidentostole*, o registro demonstra 48 ocorrências, distribuídas da seguinte forma: 25 no Vale do Ribeira, 8 no rio Paraíba do Sul próximo à São Félix (RJ), 1 na Venezuela, 2 em Santos, 3 em Ilhéus (praia do malhadinho), 1 Vitória, 1 no rio São Francisco, 1 em Caravelas, 1 no rio São João, cidade de barra de São João (RJ), 1 na Caixa Prego, Salvador, 1 em Areia Branca, Rio Grande do Norte, 1 baía de Paranaguá e 2 registros sem a identificação de localidade.

Apesar de não ter encontrado dados estatísticos pesqueiros para espécie nas localidades citadas, exceto para Iguape, é possível demonstrar, através do número de ocorrências a expressividade dessa espécie no Vale do Ribeira. Como diria Toninho Pelote...

“Em nenhum lugá existe a quantidade de manjuba que tem aqui, não essa manjuba aí pode até te outro tipo, mas essa aí não tem não...”
(Antonio da Guia Trigo, Porto da Ribeira, 2003).

A manjuba *Anchoviella lepidentostole*, é a única espécie da família Engraulidae de importância comercial no sudeste do Brasil (PAIVA FILHO, 1990) sendo, considerada a espécie com maior expressão comercial pescada em Iguape, (75% da produção desembarcada no município em 2002) o que justifica a importância dessa pesca para o município.

“Vixi que eu nunca que vi ninguém falá que pesca a manjuba que nem nós pesquemo por aqui. As manjuba dos outros lugar nem é mesma que nós tem por aqui” (Benedito da Costa, Porto da Ribeira, 2004).

⁴⁶ MENEZES, N.A.; FIGUEIREDO, J.L. Engraulidae. In: BUCKUP, P.A.; MENEZES, N.A. (eds.) Catálogo dos Peixes Marinhos e de Água Doce do Brasil. 2.ed, 2003. Disponível em: <<http://www.mnrj.ufrrj.br/catalogo/>>. Acesso em: 22 jul. 2004.

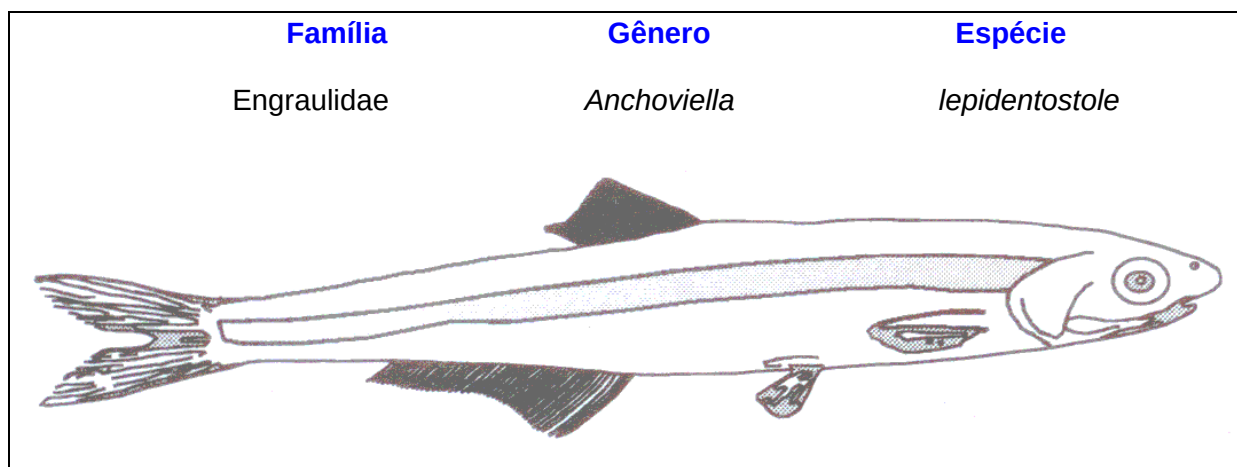


Figura 4. Classificação taxonômica da manjuba

Apesar de sua significância, os dados biológicos sobre a *Anchoviella lepidentostole* no Vale do Ribeira são ainda escassos. O número de trabalhos é bastante reduzido e as informações mais relevantes sobre essa espécie estão fundamentadas nos próprios pescadores, nos dados fornecidos pelo Instituto de Pesca de Cananéia e em um estudo interinstitucional⁴⁷ realizado em 1990 intitulado: “A manjuba no rio Ribeira de Iguape: biologia, comportamento e avaliação de estoque”. Os objetivos do trabalho centraram-se nos aspectos ligados à reprodução, ao crescimento, à alimentação, ao ciclo de vida e a avaliação de estoque e até os dias de hoje os resultados apresentados são utilizados nas pesquisas sobre a manjuba, sendo este, citado como o trabalho científico que apresenta o maior número de informações sobre essa espécie.

O mérito, porém, pela sua realização, não se limita aos pesquisadores e técnicos dos institutos acadêmicos, estendendo-se aos pescadores que participaram de forma ativa no processo de coleta de informações. A teoria somente não era suficiente, precisava-se de “vivência”...uma experiência que não faz parte de nenhum escopo teórico e que se traduz no “saber-fazer” e na capacidade de atribuir valores aos serviços ecológicos (LEFF, 2001), nas intuições e nas práticas de vida.

“Eu ajudei sim nós sabia que eles queria ver a manjuba aqui, intão nós levava eles nos lugar certo pra modo de fazê a tal da pesquisa, só que sem nossa ajuda eles não ia conseguí achar o que eles queriam, tem também nosso conhecimento que ajudava eles a responder as pergunta... nós dizia pra eles: olha moço as vês o que

⁴⁷ Trabalho realizado pela: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis/Ibama, Instituto de Pesca da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo.

o senhor enxerga nos livros lá onde o senhor estuda não é a mesma coisa que acontece no dia a dia!” (Antonio da Guia Trigo, Porto da Ribeira, 2003).

“Queria só vê como é que eles ia fazê pra achá a manjuba ovada, eles até tinha um barco grande e todo equipado mais até que a gente ajudasse ninguém pegô manjuba ovada não... prá falá a verdade eu não sei nem prá que eles tinham que abri o bichinho pra vê se tem o filhote dentro, nós só de vê já sabe” (seu Benedito, Vila Nova, 2003).

A manjuba (*Anchoviella lepidentostole*) encontrada em Iguape é considerada uma espécie anádroma, ou seja, que precisa migrar para áreas de água doce para se reproduzir (peixe que faz piracema); e uma espécie eurialina, o que significa que essa espécie suporta grandes variações de salinidade. Trata-se, portanto de uma espécie migratória que procura águas com menor salinidade para a reprodução. Ela ocorre, em grandes quantidades, somente no estuário de Iguape e permanece por um período de mais ou menos seis meses concentrando-se principalmente na primavera e no verão. O início da safra pode variar entre setembro e outubro e o término entre março ou abril, o que não significa que possa haver ainda outras alterações nas datas de início e término da safra. A incerteza desses períodos é ocasionada pelas variações ambientais que influenciam diretamente a entrada da manjuba no estuário, variações essas que inclui, principalmente, o aumento e a diminuição da pluviosidade (BENDAZOLI; ROSSI-WONGTSCHOWSKI, 1990). Quando há muita chuva aumentando a vazão do rio Ribeira de Iguape, a incidência de manjuba aumenta no estuário (MENDONÇA, 2004)⁴⁸.

“Nem adianta esperar manjuba se não esperar a chuva. Sem a chuva a manjuba não vem não, ela até vem mais não entra aqui pra dentro, fica todinha lá fora só esperando a água doce tirá o sal do mar. Aí ela vem, do contrário é só rezando pra chover (...)” (seu Benedito da Cunha, Porto da Ribeira, 2003).

A safra em Iguape corresponde à época do ano em que a espécie, formando grandes cardumes, migra do oceano para as águas do rio Ribeira. As migrações são então periódicas e a espécie ao penetrar no rio, pode chegar a percorrer distâncias de até 140 km. O motivo da migração, conforme explicam os pescadores e demonstram os estudos, está associado à desova, o período em que a manjuba procura águas salobras e doces para depositar os ovos (CARVALHO, 1950). À medida que penetram no Ribeira os peixes vão maturando os produtos gonadais (óvulos e espermatozóides) e desovando em parcelas.

⁴⁸ MENDONÇA, J. Modelos desvendam crise da pesca no litoral sul de São Paulo. In: Com Ciência. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/modelagens/modelagem/mod04.htm>. Acesso em 24/07/2004.

Nesse período de migração constatou-se, através do estudo do regime alimentar, que à medida que a manjuba se afasta do mar em direção à cabeceira do rio, sua atividade alimentar diminui. Através dos conteúdos estomacais demonstrou-se que os itens alimentares mais freqüentes são: insetos, detrito, material vegetal e de origem mineral, material não identificado, gastrópodes, camarão e peixes. Toda energia, nesse processo é direcionada ao processo migratório de natação contra a corrente.

“Deve ter um minério, tipo um calcário que ela se alimenta né e ela vem para se defender dos peixes grande porque ela é comidinha de tudo né! Como ela não sabe se defender ela procura prá desovar um lugar mais sossegado! Eles andaram aí muitos anos atrás, os caras da Usp quiseram provar pra nós que ela desova e morre, só que não se via manjuba morta aí! Só que ela não bóiá aí não dava para comprovar não é que nem o bagre né quando ele morre ele bóiá, a manjuba não” (Antonio da Guia Trigo, Porto da Ribeira, 2003).

Através da análise do comprimento dos peixes feita por Rossi-Wongtschowski et al. (1990) pode-se compreender a estrutura da população e a proporção sexual. Os valores indicaram que a entrada no estuário é feita a partir de grupos “etários”. No período inicial da safra, os cardumes são compostos por indivíduos mais velhos (dois e três anos, com um tamanho médio de 130 mm ou mais) e por juvenis, sem capacidade reprodutiva (até 90 mm). Esses últimos, no entanto, não penetram no rio, fazendo-o apenas cinco ou seis meses mais tarde, quando atingem a maturidade sexual, enquanto isso permanecem no mar se alimentando e se desenvolvendo. Os mais velhos desovam logo nas áreas com influência marinha, nas barras (barra de Icapara e barra do Ribeira). Apesar de serem considerados locais proibidos para a pesca, freqüentemente se tornam espaços disputados por alguns pescadores, onde, coincidentemente, não existem regras para o uso.

Os cardumes de indivíduos com um e dois anos entram gradativamente no rio e são os principais componentes da desova de novembro-dezembro (primeiro pico de desova) por último entram os mais jovens, e os que “conseguem” subir até a parte mais alta do rio desovariam predominantemente em abril-maio (ROSSI-WONGTSCHOWSKI, 1990).

“Claro que a gente aqui sabe quando a manjuba desova se nós pega ela todo ano nós tem obrigação de conhecer (...) os pescador daqui, já sabe, se a gente pesca em dezembro mas principalmente em janeiro com certeza vai pega a bichinha cheia de ovas depois que passa esse tempo senhora pode vê que só tem manjuba mirradinha na rede porque tudo elas já desovou!”

laskara: Vocês pegam filhote de manjuba aqui?

Não pega sabe, eu nunca vi porque ela desova pela escama, quando ela solta o filhote, ela solta o filhote grande, quando ela tá desovando ela tá toda cheia de pinta, tá toda cheia de pintinha, então ela tá desovando, ela é que nem a tainha né, ela agasalha o filhote na escama né, então a manjuba é a mesma coisa ela solta pela escama, fica tudo pintadinho quando ele sai dali já sai o filhote, eu já vi muita gente vim fazer pesquisa aqui, tirar a ova do peixe, mas ela desova pela escama, ela não solta na água. Eu tinha um colega lá que andava nesses barco oceanográfico e ele me falou pra mim assim que se sair uma ova de peixe lá em Registro eu caço aqui, eles tinham os saquinhos de tudo quanto era tipo né, tudo quanto era ova de peixe eles pegavam naquele aparelho, menos de manjuba. É de Janeiro e Fevereiro é que elas desovam, presta atenção que elas tão bem pintadinha, preste atenção que você vai ver, e pegue nela e tire com certeza pra ver se não é ova de manjuba aquilo que tá saindo pela escama, faça isso e a sra vai dizer se é verdade porque uns dizem que é doente, que essa manjuba tá doente. Que doente o quê!” (Agustinho Carvalho, capivara, Porto da Ribeira, 2003).

Os dados do Instituto de Pesca de Cananéia demonstram que até 1990, no início da safra, a manjuba dividia-se em 70% de machos e 30% de fêmeas, sendo as fêmeas as primeiras a entrarem no estuário. O meio da safra apresentava a concentração de 50% para machos e fêmeas e o término da safra apresenta uma situação inversa do início com 70% de fêmeas e 30% de machos. Outros trabalhos realizados na década de 1990 confirmam essa situação (ROSSI-WONGTSCHOWSKI et al., 1990; CAMARA et al., 2001). Rossi-Wongtschowski consideram que, o fato de os machos penetrarem no estuário antes das fêmeas pode significar que: ou estes sofrem maturação sexual antes que as fêmeas ou se trata de uma estratégia para garantir a fecundação de qualquer fêmea que esteja madura.

Essa proporção entre fêmeas e machos, com a proximidade do primeiro pico reprodutivo (novembro-dezembro), tende a se igualar ao longo de toda área. Um fato interessante é a predominância das fêmeas no segundo pico de desova (abril-maio). No entanto, nos trabalhos citados não existe uma explicação aprofundada sobre isso, somente algumas hipóteses foram levantadas: os machos regressariam antes para o mar, há mortalidades diferenciais entre machos e fêmeas; há nesta época disponibilidade diferencial à pesca; houve problemas de amostragem ou o fato seria ocasional.

Essa proporção entre fêmeas e machos se manteve até 1999, e a partir de então, segundo informações do próprio Instituto de Pesca, a porcentagem entre machos e fêmeas vem se modificando ao longo dos anos. Na safra analisada (2000/2001) não houve grandes concentrações de machos ao longo de toda a safra, apenas uma equiparação ao meio desta. Em 2002 foram encontradas diferenças significativas entre a proporção sexual da espécie apenas em fevereiro, com predominância das fêmeas. Tais padrões, diferentes do

encontrado por Rossi-Wongtschowski (1990), alerta que a população está apresentando mudanças em sua estrutura, pois nos meses de outubro e novembro ou novembro e dezembro⁴⁹ (primeiro pico de desova) deveria ocorrer maior número de machos e em fevereiro e abril ou abril e maio (segundo pico de desova) o predomínio de fêmeas (MENDONÇA, 2003).

Através da leitura de anéis de crescimento nos otólitos (carbonato de cálcio existente na membrana do labirinto) da *Anchoviella lepidentostole*, Rossi-Wongtschowski (1990), estimaram a longevidade da espécie em cerca de 3,4 anos. Trata-se, portanto de uma espécie de vida curta, que apresenta um crescimento rápido, em um ano, aproximadamente, estão prontas para desovar, penetrando pela primeira vez no rio. No trabalho mais recente sobre a dinâmica reprodutiva da espécie, realizado no período entre 2001 e 2002, Dias et al., [200-] capturaram manjubas com comprimentos variando de 100 a 144mm, sendo a classe de comprimento de maior ocorrência a de 120-124mm. Os machos apresentam tamanhos inferiores aos das fêmeas, o que significa que essa espécie apresenta crescimento diferencial entre os dois sexos. Essa variação de tamanho entre machos e fêmeas também é sugerida pelos pescadores:

“Eu vou explicá pra senhora, é bem facinho de se vê, mas tem que conhece bem o bichinho. A manjuba, no caso, a gente sabe diferença um do outro porque a fêmea é maior que o macho, mas tem que vê direito, porque as vês a gente acha que é um macho porque tá pequeno e na verdade é uma fêmea, só que ainda jovem, tem que prestar atenção na época do ano pra não se confundi é no começo da safra que dá prá ver direito porque aí as fêmeas já tão tudo no tamanho certo e então com certeza são maiores que os machos, mais depois que desova e quando elas tão tudo se criando aí nesse rio fica difícil porque é tudo muito jovem ainda então se mistura tudo! E a senhora sabe porque é que a fêmea é maior que o macho? Ora, afinal quem é que carrega os filhote, é a fêmea ou é o macho? Se é a fêmea então ela tem que se maior é ou não é?” (seu Benedito, Vila Nova, 2003).

Segundo Mendonça (2003) observou-se ao longo das safras uma diminuição dos comprimentos médios dos indivíduos de manjuba que não ultrapassam em sua maioria os 130mm. Os mais capturados pertencem às classes de comprimento de 100 a 120mm e representam os indivíduos que estão em condição de se reproduzirem, com idade variando de um a dois anos. Para Mendonça, isso demonstra que o sistema empregado na pesca está incidindo sobre os indivíduos em idade reprodutiva, conforme observou Rossi-

⁴⁹ Estou considerando essa variação mensal, pois encontrei trabalhos que indicam o primeiro pico começando tanto em outubro como em novembro, o mesmo ocorrendo com o segundo pico de desova. Tal variação se justifica pela entrada da manjuba no estuário que ocorre entre os meses de setembro e outubro, dependendo da quantidade de chuvas no ano.

Wongtschowski (1990). Conseqüentemente isso pode vir a causar uma diminuição no estoque de manjubas uma vez que a morte de muitas fêmeas maduras pode determinar uma perda no recrutamento, o que torna perigoso o aumento indiscriminado do esforço de pesca sobre o mesmo.

Dados de produção pesqueira, trabalhados através de modelos matemáticos, podem estimar, por exemplo, a captura máxima sustentável para cada espécie. Dessa forma o Instituto de Pesca de Cananéia, avalia e compara a dinâmica populacional de algumas espécies marinhas, a biomassa (quantidade de animais de uma espécie em uma determinada área) e o rendimento da pesca (a quantidade de animais pescados). Os resultados obtidos são comparados com a Captura por Unidade de Esforço (CPUE), que se define como o esforço da atividade pesqueira sobre determinado recurso, calculado através da quantidade de pescado (em quilogramas) que cada pescador adquire por dia de trabalho (kg/pescador/dia). Segundo Jocemar Mendonça (2004):

“Em Iguape, o cálculo da pesca da manjuba através dos modelos matemáticos de Jones e de Thompson & Bell, entre os anos de 1997 e 2001, não traz resultados muito animadores. A biomassa (quantidade de animais de uma espécie em uma determinada área) sofreu redução acima de 15%, o rendimento (quantidade de animais pescado) apresentou pouca variação, exceto na safra de 1998/99, quando chegou a cair 39%. A produtividade dessa espécie apenas aumentará caso haja uma redução de 70% no esforço de pesca, e isso não passa de sonho”.

Ainda que o esforço pesqueiro seja prejudicial e ameace a produção de manjuba, seria socialmente desastroso a proibição total da pesca. Segundo Jocemar desde 1976 até os dias de hoje, a produção de manjuba caiu cerca de 50%. A sobrepesca também é uma preocupação dos pescadores que sentem esse problema no seu dia a dia:

“Nóis aqui sabe que a manjuba tá diminuindo porque nós lida com ela todo dia, o pescador sabe pelo que vêm na nossa rede e aí a gente vê se ela diminuiu ou não, nem precisa de estudo prá saber disso, quem lida com pesca conhece. Mas também não é um fator só, o problema têm várias coisas que estão envolvidas, têm o problema do assoreamento da boca da barra, têm o problema dos de fora que vêm pescá aqui, têm os bagunceiro da pesca que nem pescador é se eu for falá pra senhora vai aí uns três dias. O que eu vou fazê é ir explicando prá senhora cada dia um pouquinho dos nossos problemas e aí a senhora vai vê que não é só esse tal de esforço de pesca que eles diz aí. Na minha opinião que tempos assim do inverno não deveria pescar, a manjuba né porque a manjuba que fica aí ele se cria aqui. Devia ter o defeso, acaba a safra e o pessoal continua pescando, depois de março, pesca de março, abril, maio, o inverno todo, então quando chega na safra do peixe, vamô dize assim, não tem tanto peixe. Não dá uma safra boa, eu acho mais prejudicial pescar no inverno né. A safra diminuiu eu

acho que é também de pescar no inverno. Porque não dá tempo dela procriar, porque o peixe que tá aqui no rio, ele não vai sair para fora, ela fica aqui criando aqui, quando nós começamos a pescar em tempos atrás, 20 ou 25 anos atrás, nós não pescava no inverno. Tinha uma data pra começar e tinha data para terminar, era muito difícil pescador pescar manjuba no inverno” (Aristides Teixeira Ramos, Rocio, 2003).

Assim como descreveu seu Aristides, a história da pesca da manjuba sempre esteve envolvida em fatos que de alguma forma causaram modificações na sua trajetória. É evidente que o aumento do esforço pesqueiro é preocupante, porém não deve ser considerado como a única razão da diminuição dessa espécie. Como foi demonstrado, através do histórico dessa pesca, outros eventos, ao longo dos anos, também causaram interferências no recurso pesqueiro. Eventos como, por exemplo, a construção da barragem que afetou a entrada da manjuba no estuário e conseqüentemente a divisão dos espaços de pesca pelos pescadores. Deve-se ainda considerar a própria destruição da barragem, assim como o assoreamento do leito do rio que está tornando as águas do estuário e do próprio Ribeira cada vez mais baixas e a instabilidade pluviométrica, que como já vimos tem relação direta com o período da safra.

Pensar na proteção desse recurso requer, portanto, uma compreensão ampla dos eventos ocorridos e dos fatores que de alguma forma interferiram na pesca. É preciso se levar em conta a complexidade dos acontecimentos sem que estes sejam analisados de forma isolada. É preciso ainda lembrar que a pesca não é feita só de peixe e que por essa razão a colaboração do pescador é sempre imprescindível.

“A senhora sabe o que é defeso? Pois eu posso explicá prá senhora agora, mas é confuso porque aqui já mudou várias vês o jeito de fazê esse defeso. Defeso é ansim defender alguma coisa... e é isso que eles criaram aqui pra cuidá da manjuba, mas isso já deu tanta confusão acho até que funciona mas tem que fazê direito né? Tem que respeitá.” (seu Benedito, Vila Nova, 2003).

5.1. Protegendo a manjuba: os defesos

Ao voltarmos um pouco no tempo, através da análise das portarias direcionadas para a pesca da manjuba, é possível compreender de que maneira se pensou a proteção desse recurso. Desde o seu início, até meados da década de 1980 para a pesca dessa espécie não havia sido instituída nenhuma norma legal. Eram os próprios pescadores que definiam os locais e o período para a pesca. O tempo dedicado a essa atividade era determinado a partir da sazonalidade da própria manjuba e do modo de vida dos pescadores, raramente se pescava fora do período da safra, pois nesse período os pescadores despendiam esforços em outras atividades como as roças, o plantio de palmito, o corte da caixeta, a pesca de

peixes do “tempo frio”, o trabalho de salga, as danças, os mutirões, as histórias, as lembranças...

“Não dava não pra ficar pensando só na manjuba, eu tinha que ajudá a fazer a roça, tinha que colhê o arroz, as fruta e tinha que corrê pra tirar a caixeta. Eu também ia prás pescarias de tainha que é peixe de tempo frio, a senhora sabia disso? A manjuba nós pescava quando ela vinha depois nós deixava ela aí se criando...” (seu Benedito, Vila Nova, 2002).

A legislação de pesca era definida pelo Código de Pesca Federal (vigente desde 1967) e toda regulamentação era feita pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) criada na década de 1960. O período em que a SUDEPE esteve atuante, de uma forma geral, condiz com o período de “modernização” da pesca, em que se presenciou uma política voltada para a viabilidade de recursos destinados à criação e reprodução da estrutura industrial. Foi através dos incentivos de financiamento para a compra de barcos, implantação de unidades de beneficiamento do pescado, entre outras ações que se marcou o período próspero para a pesca industrial (CARDOSO, 2001, DIEGUES, 1983).

“De fato o setor se transformou. O crescimento verificado na produção pesqueira brasileira, neste período, teve por base um investimento maciço nas frotas e plantas industriais de pescado, com a finalidade primeira de gerar produtos de exportação. O salto de cerca de 300.000 para 900.000 toneladas de pescado em pouco mais de duas décadas demonstrava uma possibilidade de incremento de produção que mostrou seus limites na década de 1990. A produção do pescado brasileiro estagnou e chegou a decrescer, a frota sucateou e as indústrias mostraram sua baixa competitividade frente ao mercado mundial” (CARDOSO, 2001:17).

Em Iguape é notável esse processo, basta lembrar que em 1966 havia 17 indústrias de pesca instaladas no município.

Foi através da SUDEPE que em 1982 se instituiu a primeira portaria para regulamentação da pesca da manjuba (Portaria nº- 034, de 16 de novembro de 1982). Essa portaria significou o período inicial do ordenamento da pesca quando se estabeleceu pela primeira vez, de forma oficial, o período da safra (15 de setembro a 31 de março). Foi a primeira interdição de alguns trechos do rio Ribeira que passaram a ser considerados proibidos para a pesca. Ainda nessa portaria se definiu a malhagem permitida para as redes utilizadas nessa prática pesqueira (24 milímetros).

A portaria seguinte de 1986 (Portaria nº- 031, de 13 de outubro de 1986) reiterou o que já havia sido publicado na portaria anterior e restringiu a pesca ao uso somente da rede de manjubeira definindo assim todas as medidas permitidas para essa rede (braço, manga,

saco etc). A deliberação dessa portaria excluiu a utilização de outras redes, particularmente a utilização da rede de currico⁵⁰. Apesar de constar nas portarias como uma arte de pesca que foi introduzida por volta de 1988, através do trabalho realizado pela Pastoral da Pesca junto ao Instituto de Pesca, como veremos mais a diante, o currico já era utilizado antes disso por alguns pescadores artesanais, no período em que as indústrias de salga eram atuantes no município de Iguape. Podemos considerar que o uso do currico teve então duas fases, sendo que a primeira delas perdurou até a publicação dessa portaria que proibiu a sua utilização.

“Naquele tempo, antes de fazerem a barragem não tinha currico, o currico veio avançar mais agora depois do fechamento da barragem, naquele tempo tinha as indústrias e só pra elas é que se usava o currico, peixe de currico era só para a salga e de rede ia para São Paulo né” (Antonio da Guia Trigo, pelote, Porto da Ribeira, 2003).

“Tinha muito pescador que tinha a sua redinha de currico prá pode pescar manjuba de salga, mas ninguém usava o currico direto a turma pescava mesmo era com rede, a manjubeira como o povo chama” (seu Benedito, Vila Nova, 2002).

A princípio, os pescadores não demonstravam grande interesse pelo currico, essa arte de pesca era empregada por poucos pescadores e somente para a manjuba que seria entregue à indústria para a salga. A maior parte da pesca era realizada com a rede de manjubeira que seguia a tradição da pesca, através dos arrastos de praia. Para os pescadores a utilização da manjubeira significava e ainda significa a manutenção da tradição pesqueira, pois exige do pescador a experiência. Estratégias de conhecimento construídas por um pensamento empírico, que envolve a intuição, a vivência, o racional e o simbólico (MORIN, 1986).

“Pescar com essa rede de arrasto é que nem pescava meus avós, eu gosto porque tem que ter o conhecimento... a senhora pode perguntar por aí a turma hoje em dia pode até pescar de currico mais na verdade, na verdade mesmo, pescador que é pescador gosta de pescar com rede grande, e aí é muito mais bonito porque tem que entende as coisas da natureza e tem que respeita o mar porque é ele quem diz se vai ter peixe ou não...” (seu Benedito, Vila Nova, 2003).

A portaria de 1988 manteve as mesmas determinações da anterior, porém essa foi a última portaria definida pela SUDEPE, que foi extinta em 1989. A partir desse ano, o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) absorveu várias

⁵⁰ Descrição das artes: ver capítulo 6 (6.2.)

funções, entre as quais o gerenciamento do setor pesqueiro, ficando responsável também pelas definições das portarias regionais da pesca.

Através de uma perspectiva geral da situação da pesca no Brasil nesse período, ao assumir as funções na pesca, o Ibama encontrou pela frente uma situação crítica instituída pelo desenrolar do projeto de modernização do setor pesqueiro. Assim como aponta Diegues (1983): *“...a dinâmica do capital levou não somente à exploração dos trabalhadores do mar, mas também ao desrespeito das leis que regulam o metabolismo da natureza...”* A sobrepesca de algumas espécies, a pesca predatória e a destruição de ecossistemas produtivos foram algumas conseqüências do processo de modernização, com as quais o Ibama teve que lidar. Essa foi uma das razões que levou esse órgão a enfocar prioritariamente a manutenção dos recursos naturais, através de medidas que pudessem evitar a sobre-exploração das espécies.

No primeiro ano em que o Ibama assumiu essa função, nada se modificou na pesca da manjuba. Reiteraram-se somente as medidas determinadas para rede de manjubeira e manteve-se a proibição do petrecho denominado currico. Porém, em 1990 a situação se modificou e o Ibama definiu pela primeira vez, através da portaria nº 01 de 05 de outubro a época de defeso, de permissão e de proibição da pesca da manjuba.

Safra da manjuba – outubro a abril
Permissão de pesca – 06/10/90 a 18/12/90
O defeso (proibição de pesca) – 19/12/90 a 18/01/91
Permissão de pesca – 19/01/91 a 15/04/91
Proibição de pesca – 16/04/91 a 24/09/91

Figura 5. Períodos de pesca / defesos da manjuba, 1990

Fonte: Portaria de pesca, IBAMA, Iguape/SP, 1990

O período de defeso definido nessa portaria baseou-se fundamentalmente nos estudos sobre a espécie, sendo o objetivo principal permitir que ocorresse o primeiro pico de desova. A proibição da pesca no período do inverno seguiu a mesma lógica, resguardando assim o segundo pico de desova. Além disso, pensou-se que esse período permitiria que as espécies se desenvolvessem o suficiente para o recrutamento de novas espécies, ou seja, haveria tempo para que os jovens atingissem a maturidade. Jocemar Mendonça, pesquisador do Instituto de Pesca, avalia o defeso como uma boa alternativa para a pesca

da manjuba: “O método ajuda a diminuir em torno de 20% o esforço pesqueiro sobre a espécie” (MENDONÇA, 2004).

Para esse primeiro defeso (1990), não foi concedido aos pescadores o pagamento do seguro-defeso, pois a Colônia de Pesca, não se encontrava em condições “legais”⁵¹ para entrar com o pedido no Ministério do Trabalho. Os pescadores tiveram que parar de pescar, mas não receberam nenhuma compensação por isso. O agravamento da situação do pescador se concretizou com a redução de suas atividades tradicionais, como o plantio de roças, a extração da caixeta e do palmito, que desde a década de 1980, quando foram criadas as Unidades de Conservação, ficaram sujeitas às pressões ambientais.

A portaria nº 01, de outubro de 1991 continuou considerando os mesmos períodos de liberação, de defeso e de proibição da pesca, estabelecidos na portaria de 1990, permitindo a pesca somente na safra, (outubro a abril), mantendo ainda o defeso de 40 dias, entre dezembro e janeiro. Em 1992, a situação da pesca se manteve como no ano anterior, somente com poucas alterações referentes às proibições e permissões em determinados locais do rio Ribeira de Iguape (portaria nº 01 de janeiro de 1992).

A regulamentação da pesca da manjuba manteve-se com as mesmas determinações até o ano de 1994, quando então se instituiu uma nova portaria (nº 4 de 12 de setembro). Foi a partir dessa portaria que se deu a deliberação para utilização do petrecho de pesca denominado currico a título de experiência: “A utilização desse petrecho, a título de experiência, obedecerá as normas e orientações técnicas e acompanhamento da Seção de Controle e Orientação da Pesca, do Instituto de Pesca, da Secretária da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, a qual vem desenvolvendo estudos referentes à utilização desse petrecho na pescaria em questão” (Art. 4º da Portaria de 1994). Muitos pescadores que utilizavam a rede de manjubeira não aceitaram com tranquilidade a liberação do currico, para eles isso significou a liberação de uma pesca sem qualquer restrição de tempo, horário ou época do ano, como veremos mais adiante.

“Foi proibido mais aí a turma achou que o currico de manjuba não matava filho de peixe, ele não mata o filho do peixe, mas prende a desova, isso que a turma não sabe. Porque mata o peixe, a maioria desova a noite né que nem eu falei, usa a noite então o peixe que vai desovar morre tudo” (Agustinho Carvalho, Porto da Ribeira, 2003).

Apesar da liberação em 1994, essa arte de pesca só foi regulamentada pela portaria nº 3 de 30 de agosto de 1995, quando então se definiu a metragem da rede e os locais em que seria permitida a sua utilização. Nessa mesma portaria foi revogado o período

⁵¹ A Colônia de Pesca não dispunha de um estatuto aprovado pelo Ministério da Agricultura.

estipulado para a pesca da manjuba, o que significou o fim do defeso por tempo de pesca. A manjuba, desde então pode ser pescada em qualquer época do ano, permanecendo assim durante os anos seguintes conforme descrito nas portarias de 1996, de 1998 e de 1999. A cada portaria modificavam-se somente os limites permitidos para a pesca, criando-se assim o defeso por local ou área. Na maioria das vezes, os pescadores ficavam insatisfeitos com o que era proposto pelo Ibama. A relação entre os órgãos ambientais e os pescadores não era nada animadora e a situação de conflito que se estabelecia dificultava qualquer possibilidade de entendimento. Aliados de qualquer poder de decisão, os pescadores não tiveram nenhuma participação efetiva nas determinações das portarias. Essa situação refletia a dicotomia dos saberes onde os referenciais tradicionais dos pescadores eram subjugados pelo plano científico.

5.2. Dando voz aos pescadores

A reversão desse quadro teve início somente a partir de 2003, quando houve um avanço no diálogo entre o conhecimento tradicional e o conhecimento científico. Através da reunião do conselho gestor da APA-CIP (Iguape-Cananéia), realizada no dia 04 de setembro desse mesmo ano, a câmara técnica de pesca apresentou o edital do Ibama com os procedimentos para o estabelecimento dos acordos de pesca. A exemplo dos acordos estabelecidos na região amazônica, essa foi a primeira iniciativa para a validação dos “saberes tradicionais”. A reunião contou com a presença de técnicos do Ibama de Iguape e de São Paulo, do Instituto de Pesca de Cananéia, da Colônia de Pesca, Pastoral da Pesca e principalmente dos pescadores. Foi um momento importante para a discussão sobre a pesca da manjuba onde foi possível reunir a maior parte dos interessados. As revisões das antigas portarias, dessa vez, contaram com a colaboração dos pescadores, que através do empirismo puderam efetivamente participar pela primeira vez de um processo de decisão.

A discussão da nova portaria envolveu assuntos referentes aos locais delimitados para a pesca, ao defeso e principalmente sobre o tamanho da rede do currico. Os pescadores alegaram que o tamanho determinado para a rede era inadequado para a pesca, sendo considerado muito reduzido (150 m). Segundo os próprios pescadores, a maioria dos “curriqueiros” utiliza metragens bem superiores aos 150 metros permitidos, chegando até aos 600 metros, por julgar insuficiente a metragem permitida para se obter bons resultados na pesca. Isso conseqüentemente aumenta a sobrepesca da manjuba, uma vez que em determinados pontos, como nos trechos mais estreitos do rio, a metragem acima de 300 é suficiente para atingir as duas margens, não restando espaço para que a manjuba possa escapar da rede. Conscientes de que o aumento do esforço de pesca é

realmente prejudicial, os pescadores propuseram que se dobrasse o tamanho da rede, passando então a vigorar na portaria do Ibama 300 metros ao invés de 150 e assim eles poderiam se comprometer a não ultrapassar essa metragem respeitando o estipulado na portaria e auxiliando a fiscalização. Foi um “acordo” assumido entre os pescadores, o Ibama e a polícia florestal e posteriormente com o patrão⁵². Além da discussão sobre o aumento da rede, foi proposto o defeso por tempo de pesca, 30 dias entre dezembro e janeiro, como determinavam as portarias anteriores, de 1990 a 1994.

Os pescadores tiveram ainda a oportunidade de debater com os técnicos do Ibama e do instituto de Pesca, as razões para a diminuição da manjuba no estuário. Ao mesmo tempo em que compreenderam os dados estatísticos também tiveram a oportunidade de ensinar, fazendo valer suas experiências.

Entre os problemas apontados por eles, alguns já comentados nesse capítulo, destacaram-se:

- *O assoreamento do leito do rio*: o que impede a entrada do cardume de manjuba no estuário;
- *Problemas relacionados ao defeso*: falta de participação dos pescadores para a criação e inserção de novas portarias;
- *Pesca na Boca da barra*: a pesca nessa área é considerada pelos pescadores como uma pesca predatória;
- *Barragem*: falta de comportas para a estabilização da salinidade da água;
- *Falta de fiscalização*: entre as reclamações destacam-se principalmente a falta de fiscalização na boca de barra e a falta de fiscalização das carteiras de pesca que raramente são solicitadas;
- *Falta de material / linhas de crédito para o pescador*: o pescador se vê obrigado a ficar atrelado ao patrão;
- *Problemas com a comercialização*: difícil escoamento do produto causando dependência dos atravessadores;
- *O elevado esforço pesqueiro*: os de fora. Esse fato, ao contrário do que pensa a maioria das autoridades ambientais, demonstrou ser a preocupação central dos que dependem da atividade pesqueira, tornando-se um dos temas centrais da reunião. Os pescadores apontam para o aumento do número de pescadores como a principal causa para a diminuição da manjuba.

⁵² A Colônia de Pesca organizou reuniões com os donos de redes (Patrão) para que esse acordo também fosse firmado por eles. Estabelecer esse acordo era fundamental, uma vez que são eles os fornecedores do material de pesca e, portanto da metragem da rede. Nessa reunião estiveram presentes 15 armadores de pesca o que representou uma boa participação, baseado no número total de armadores levantados nessa pesquisa.

Os pescadores argumentaram ainda sobre a “facilidade” em se obter a carteira de pescador profissional⁵³ considerado como um agravante. Segundo Valter Xavier, atual presidente da Colônia de Pesca: *“Muitas pessoas, mesmo com pouca experiência, adquirem o currículo e recorrem à pesca de manjuba pela necessidade de sobrevivência. Não há lei que proíba quem não é pescador de pescar a manjuba ou qualquer outra espécie de peixe. É preciso regularizar a situação do pescador, hoje qualquer um pode ter a carteirinha de pescador, mesmo tendo outra profissão”*⁵⁴. Na opinião de Valter, as carteiras deveriam sofrer algum tipo de limitação: *“Deveria existir uma portaria específica para limitar a carteirinha, deveria ceder só para o município, só para o pessoal que é realmente pescador artesanal e que é daqui!”* (2003).

Deve-se considerar o evento clássico da inserção gradual do turismo na região onde turistas e aposentados, que até então não viviam da agricultura e muito menos da pesca, juntaram-se ao funcionário público, ao policial ao desempregado... para competir pelo espaço com o pescador. Segundo os depoimentos de Valter Xavier, presidente da Colônia de Pesca... *“Hoje em dia tá cheio de pescador que nem é profissional, ele nem sabe como se trabalha com a rede, ele pega e lança na frente do outro e aí o que acontece, prejudica o pescador que vive da pesca, só que esse outro pescador que jogou a rede ele é o policial, ele é o funcionário público, ele é o aposentado que vem da capital. O aposentado quando vem pra cá a primeira coisa que ele faz, porque ele tem uma situação financeira melhor, ele vai e compra o material de qualidade, porque ele vem pra se divertir, mas ele vai atrapalhar quem vive da pesca”*.

“Eles tão caindo tudo no rio, e não era nada pescador, as vez tem gente que nem precisa daquilo ali, e aí já cai no rio e pega a frente da gente né? Tem aposentado, gente rica que se aposentou, compra um bom currículo, e um bom barco e então eles sortia a rede tudo na nossa frente e vão vive disso que é pra modo de não gasta o dinheiro da aposentadoria. E aí atrapalha nós porque eles pega muitas vezes o peixe que era para o gasto da gente e pega o lugar da gente né. De madrugada nós já perdemos umas par de vez nosso lugar, também eles vão de motor e nós de remo!” Eles leva tudo isopor com cerveja e um montão de comida e eu...levo só uma garrafinha de café” (Maria Jussara Pereira, Toca do Bugio, 2003).

⁵³ Para a obtenção do registro de pescador profissional é necessário: preencher o formulário de requerimento, entregar uma cópia autenticada do documento de identificação pessoal (RG ou CPF), cópia do PIS/PASEP, quando o interessado for requerer o benefício do seguro desemprego, documento que comprove a data do primeiro registro como pescador profissional em órgão competente à época, caso não possua deverá recolher três assinaturas de pescadores que já possuam o registro, uma foto 3x4 e o comprovante de recolhimento bancário referente à taxa de expedição da carteira.

⁵⁴ Jornal Agrícola, edição nº 21- Março de 2003. Disponível em: <<http://www.rgt.matrix.com.br/jornaljr/agricola/agricola31.html>>. Acesso em: 13 ago. 2004.

Todos esses problemas apontados também transpareceram na ocasião do recadastramento, a análise dos dados confirma serem essas as maiores preocupações dos pescadores e ainda apontam outros problemas relacionados à pesca, conforme demonstrado no Gráfico 1.

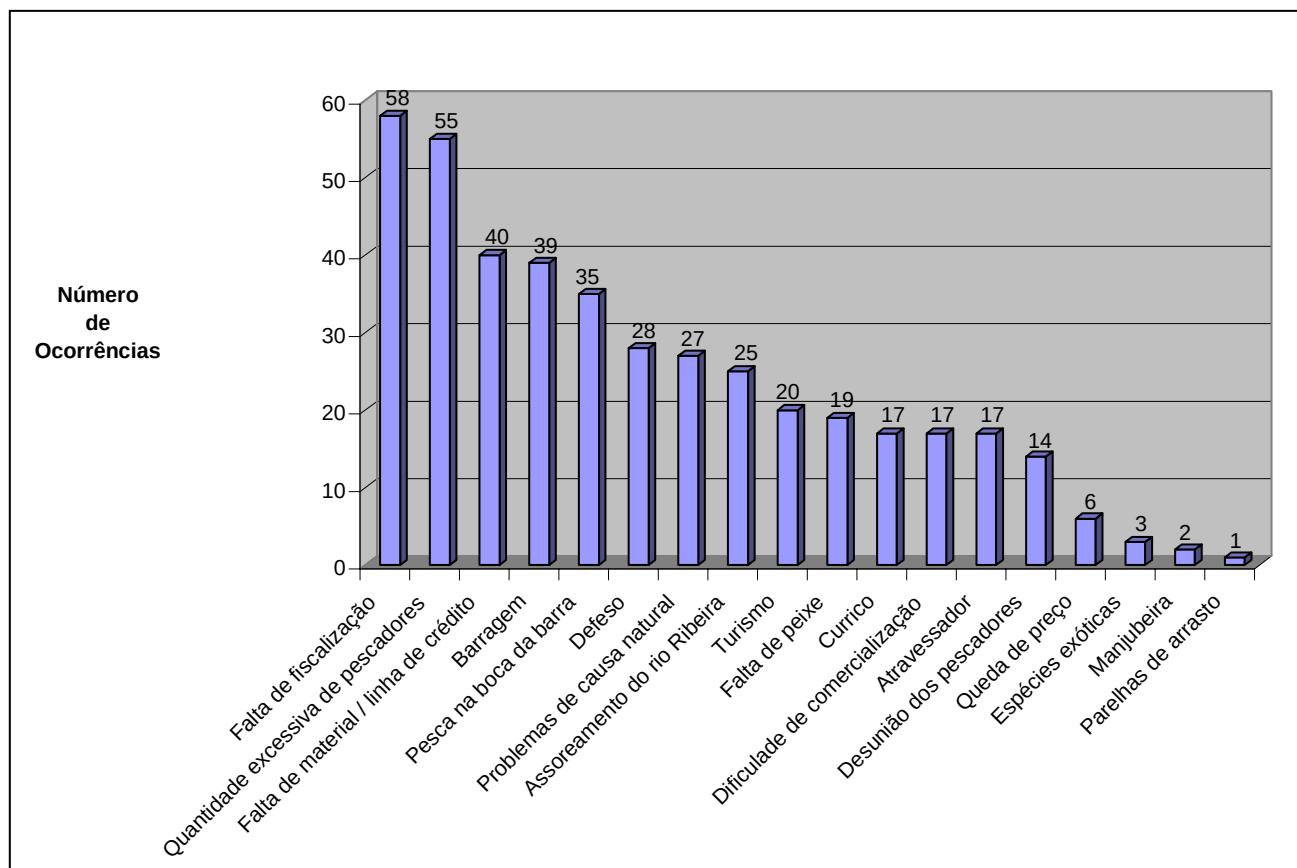


Gráfico 1. Problemas apontados pelos pescadores para a atividade pesqueira, 2003

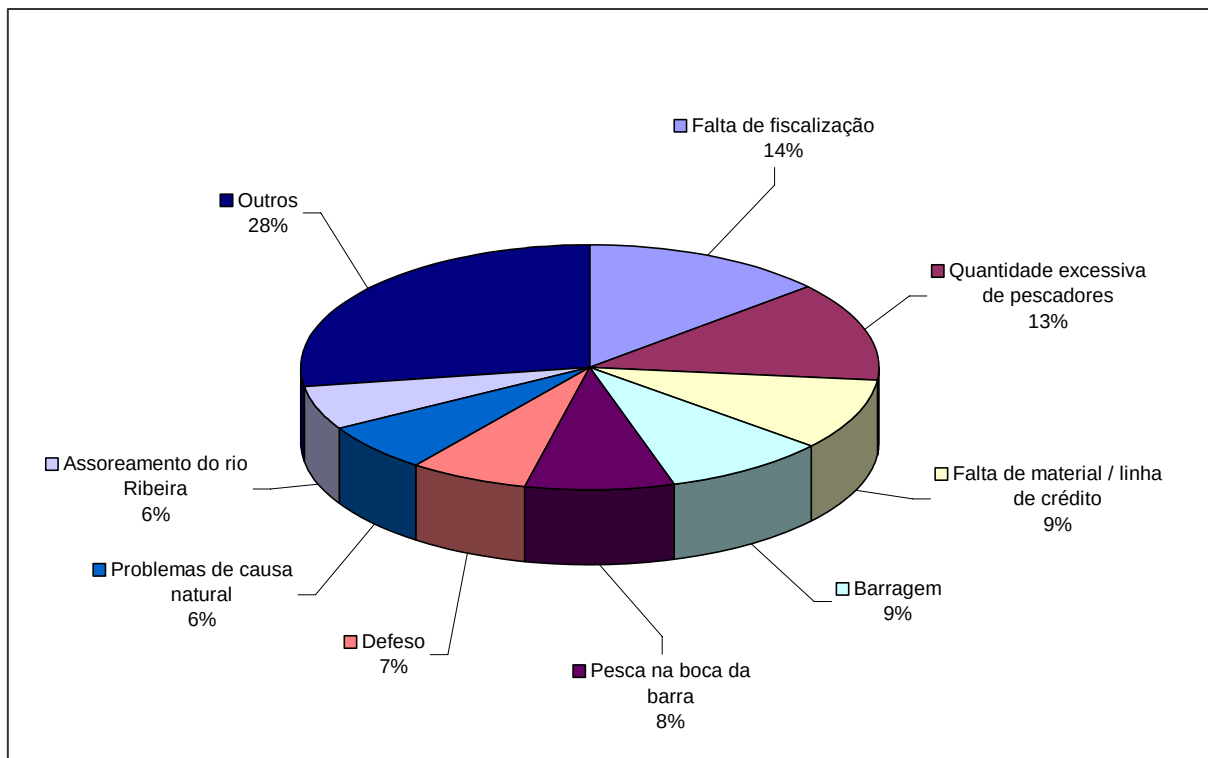


Gráfico 2. Problemas mais frequentes apontados pelos pescadores para a atividade pesqueira (respostas que se repetiram mais de 25 vezes).

As reclamações mais recorrentes referem-se a: fiscalização, ou seja, a falta de uma regulamentação que sirva não só para punir os pescadores, mas também para defendê-los e protegê-los a partir dos seus direitos. Dessa forma espera-se que haja efetivamente uma fiscalização dos espaços produtivos pesqueiros em que se vise a proibição da pesca predatória, como por exemplo nas bocas de barra, e o controle dos que se utilizam desses espaços, através da exigência do único documento que comprova a necessidade dessa atividade: a carteira de pesca. Os pescadores, ao contrário do que pensam alguns órgãos ambientais, desejam sim que a fiscalização seja efetiva e que essa garanta a pesca para aqueles que realmente se enquadram na Pesca Profissional Artesanal.

A legislação Pesqueira vigente - Decreto Lei Federal nº221, de 28 de fevereiro de 1967 – não dispõe de nenhum artigo específico sobre o Pescador Artesanal. A divisão das categorias de pesca limita-se a somente: Pescadores Profissionais e Pescadores Amadores. Exceto pela Lei nº 8.287 de 30 de dezembro de 1991 que se refere ao seguro-

desemprego⁵⁵, a falta de instrumentos legais que contemplem o Pescador Artesanal enquanto uma categoria de pesca diferenciada corrobora ainda mais para a situação de estagnação em que se encontra. Sem qualquer respaldo legal, dificilmente poderia se pensar em portarias específicas como a que foi sugerida por Valter.

A política pesqueira nacional sempre teve como diretrizes o fomento da pesca oceânica na Zona Econômica Exclusiva e em águas internacionais assim como a recuperação e racionalização das pescarias costeiras, a inserção no mercado internacional e a abertura de espaços para a atração de capitais. Dessa forma a pesca artesanal, manteve-se distante de um ordenamento apropriado. Atualmente com a recém criada - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca reavivaram-se os ânimos, no entanto, ainda que se tenha notado um forte empenho do Presidente da República para sucesso dessa iniciativa, o processo inicial de organização e estruturação interna ainda está muito aquém de proporcionar mudanças efetivas⁵⁶, pelo menos em curto prazo.

Os pescadores de Iguape têm consciência da sua posição de marginalidade no âmbito geral da pesca e por essa razão acreditam que somente através de ações locais é que será possível cobrir as deficiências da categoria.

Nesse sentido, os “acordos de pesca” podem ser considerados como ações positivas e que lhes permite acreditar que as melhorias são realmente possíveis. A sua proposição, para a rede de currículo, representou a visibilidade dos pescadores como sujeitos sociais envolvidos na problemática pesqueira. A possibilidade de participação os torna agentes ativos e fundamentais, que vislumbram propostas de modelos para a gestão das pescarias.

Conforme indica Cardoso (2001), a atividade pesqueira, enquanto modalidade de uso dos espaços, interage com outros processos como o da sobrepesca, da degradação ambiental, da urbanização, da industrialização e da expansão turística. Frente a todos esses processos, os pescadores defrontam-se com um amplo campo de embate no qual é posto em jogo seus espaços de vida, seus territórios e seus lugares. Nesse sentido a articulação dos pescadores artesanais em torno do fortalecimento de sua categoria é fundamental para que, aos poucos, se institua uma nova política pesqueira onde haja a espaço para participação efetiva e o reconhecimento da capacidade desse grupo de gerir seus espaços pesqueiros.

“Apreender as práticas formais e informais dos grupos de pescadores, suas ações legais ou a parte da legalidade, individuais

⁵⁵ Art.1º O pescador profissional que exerça sua atividade da forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, sem contratação de terceiros, fará jus ao benefício de seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo, mensal, durante o período de proibição de atividade pesqueira para a preservação da espécie.

⁵⁶ Algumas expedições de licenças, como a do pescador profissional e do pescador amador já foram transferidas para a responsabilidade da SEAP.

ou coletivas, permitirá vislumbrar um modelo incipiente para a gestão das pescarias. Não constitui uma bandeira de luta unificada, mas aponta para necessidades e anseios presentes no mundo da pesca e que comportam uma visão diferenciada para o setor, que luta por seu espaço político” (CARDOSO, 2001:71)⁵⁷.

Para os pescadores de Iguape a participação, na discussão da problemática pesqueira lhes rendeu frutos... Através da instrução normativa nº 33, de 16 de junho de 2004, a portaria referente à pesca da manjuba, contemplou mudanças, muitas das quais sugeridas por eles!

A portaria atual traz modificações nas delimitações dos locais proibidos para pesca. A sugestão dos pescadores influenciou ainda na realocação dos marcos e dos sinalizadores utilizados para demarcar os esses espaços proibidos. O acordo para os 300 metros do currico também está legalizado nessa portaria, assim como o período do defeso. O fortalecimento institucional da Colônia de Pesca permitiu não só a participação efetiva dos pescadores, como também lhes concedeu pela primeira vez a possibilidade de receber o seguro-defeso.

⁵⁷ Ao referir-se sobre o movimento social e político dos pescadores, o autor destaca: “Na história recente dos movimentos dos pescadores, a Constituinte da Pesca pode ser considerado um marco que deu visibilidade à categoria e alavancou os processos recentes da organização de pescadores. Surgida como decorrência da IV Assembléia Nacional dos Pescadores, em 1984, onde pescadores, agentes pastorais vinculados À Comissão Pastoral de Pescadores e técnicos do Centro Josué de Castro, discutiram a necessidade de transformação do Sistema de Representação da Categoria, este movimento mobilizou pescadores de todo o país, visando incluir seus direitos na nova Constituição que estava em elaboração nos anos 80” (op. cit).



Figura 06. Representação das instruções normativas da Portaria de Pesca da manjuba, 2004

Fonte: Portaria de pesca, Ibama, Iguape/SP, 2004

A manjubeira pode ser utilizada no rio Ribeira de Iguape em toda a sua extensão até o local conhecido como “coroinha” ou “sinal”, que fica próximo à balsa que faz a travessia para a barra do Ribeira; no costão do Icapara pode pescar após a barra do Icapara até a pedra do Jejava, margem da Ilha Comprida até o hotel Maré Alta.

A pesca com o currico é permitida no Mar Pequeno até Subaúna a partir da abertura do canal, (depois da ponte que liga Iguape a Ilha Comprida) até Subaúna e também no rio Ribeira de Iguape até o local conhecido como “coroinha ou sinal”.

Os locais proibidos para a pesca, independente da arte utilizada, determinados pela portaria do IBAMA são: A boca da barra do Ribeira, a boca da barra do Icapara, a praia do leste e o interior do Valo Grande até a barragem.

6. No caminho das águas: a subjetividade da natureza e a cultura material

“Agora vamo falar de outra coisa... ainda sobre a manjuba, mas eu quero contá prá senhora como é o conhecimento dessa pesca, os ensinamentos que tem que ter prá matar esse peixe! Presta bastante atenção que é prá senhora tentar entender os ensinamentos certo...então não é só jogá a rede na água, tem que saber o que tá fazendo, tem que acompanhá os ciclo da natureza, é assim que funciona na plantação e assim que funciona também na pesca...têm Lua, têm maré, têm o vento e têm também a sorte, eu vou explicá tudinho prá senhora e aí quem sabe a senhora aprende...se não aprender tudo não faz mal é assim mesmo, mas pelo menos a senhora pode depois dizer por aí que pescador também é professor, é ou não é?” (seu Benedito, Vila Nova, 2003).

A cultura tradicional dos pescadores artesanais se fundamenta principalmente nas especificidades da natureza, nos seus ciclos e na sua imprevisibilidade. O ato de pescar se revela através da articulação dos elementos naturais com os elementos culturais, quando então o “saber – fazer” se transforma em um ato produtivo!

A relação Homem-Natureza na perspectiva da pesca artesanal evidencia o que Cunha [19–] denominou de *“noção tridimensional do espaço que abarca os distintos domínios da vida: Mar, Terra e Céu, dotados de significado próprio”*. O Mar envolve o conhecimento das especificidades do ecossistema marinho⁵⁸ como as marés, as espécies de peixes, as correntes, a temperatura e a salinidade. A Terra é o domínio em que se realiza a preparação da pescaria, o tecer das redes, a organização social da pesca e o estreitamento dos laços de amizade e de respeito. Onde se fortalece a identificação com o território e onde surge o sentimento de identidade e de pertencimento como assinala Ramalho (2002). O domínio do Céu, por sua vez, compreende as condições atmosféricas, os ventos, as chuvas, as secas, e a influência dos astros, com destaque para a Lua, que através de sua força que é ao mesmo tempo mítica e gravitacional, assume muitas vezes um papel fundamental na pesca.

O pescador é assim um mediador da natureza e a apropriação desta é expressa no processo do conhecimento e do trabalho: *“O processo de trabalho exige um aprendizado prévio, o homem necessita aprender a natureza a fim de poder apreendê-la. Quando aprende, apreende; quando apreende, aprende”* (SANTOS, 1997:182).

Na compreensão de Ramalho (2002), de fato, ser pescador artesanal é tornar-se portador de um conhecimento que permite conduzir suas atividades, amparando seus atos

⁵⁸ Estou considerando, neste caso, o sistema estuarino e lagunar como integrantes do ecossistema marinho.

em uma complexa cadeia de inter-relações ambientais. Como afirma Diegues: “o importante não é conhecer um ou outro aspecto, mas saber relacionar os fenômenos naturais e tomar as decisões relativas às capturas” (1983: 199).

A relação com o espaço de pesca revela a cumplicidade estabelecida entre o pescador e o recurso, entre “as práticas e as águas que lhe oferta os peixes”.

“Nóis aqui usa a sabedoria como ferramenta pra achá o cardume, nós não tem o equipamento que tem nos barco de pesca esse tal de sonar que eles falam aí, aqui vai na raça mesmo, de primeiro a gente olha bem prá modo de aprende depois a gente vai acompanhando um mestre de rede, a gente sempre fez assim!” (seu Benedito, Vila Nova, 2003).

O elemento cognitivo é a bússola do pescador no espaço aquático. O ato de produzir e de se reproduzir, socialmente advém da sabedoria aquática contida nas ações desfechadas pelos homens na pescaria, principalmente pelo fato de que eles não possuem os mesmos mecanismos encontrados na pesca industrial (sonar, GPS, por exemplo) (RAMALHO, 2002). Essa realidade compreende uma relação estabelecida entre o Homem e a Natureza que tem suas bases fundamentadas em práticas culturais milenares onde a natureza apresenta-se como um sujeito ativo.

Diante dessa perspectiva, a apropriação do espaço e dos recursos implica no conhecimento profundo sobre o meio natural e na tradição da atividade da pesca, concretizando-se como uma atividade ideológica e identitária (MALDONADO, [19 –]).

6.1. O vai e vem das águas: a Lua, a maré, o vento e as incertezas...

“Na pescaria precisa ir aprendendo tudo, a maré, a Lua e outras coisas, não adianta você chegar lá e jogar a rede a torto e direito que não pega nada” (Dito, Toca do Bugio, 2003).

Pensar e apreender a pesca da manjuba exige o desprendimento do tempo do relógio, é preciso integrar-se ao tempo sugerido pela própria natureza, é preciso se inscrever em um ritmo natural, em um “tempo natural” e assim seguir o ritmo das marés...

Já passava das seis horas da tarde e seu Benedito (Vila Nova) dirigia-se novamente à praia, já havia estado lá por mais de sete vezes no dia, as quais não lhe renderam grandes resultados, era preciso voltar e tentar novamente: “é uma questão de tentativa”, me disse ele! Estava chovendo, mas isso não importava, afinal como ele mesmo me ensinou “a chuva é coisa de Deus e se está chovendo é porque Ele acha que a chuva é importante pra nós, além disso, a chuva acalma o mar!”. Era preciso estar na praia no momento em que a

maré começasse a virar, no querer da maré subir: *“nosso relógio é o vai e vem das águas, se quisé pegá a manjuba tem que acompanhá esse tempo da água subí e desce!”*.

O dinamismo da pesca da manjuba em Iguape é enriquecido por uma série de influências ambientais que precisam ser dominadas através do conhecimento empírico do pescador artesanal, assim acontece com o vai e vem das águas, e com o vai e vem dos cardumes! Nesse contexto, a Lua, personificada pelos pescadores destaca-se como protagonista da “faina pesqueira”:

“Prá saber como vai ser a pesca têm que sabe como está a Lua, ela pesca junto com nós porque é ela que cuida das marés, sem ela não dá prá saber quando é prá lançar a rede, tem vez que até de dia ele fica com nós e aí a gente vai acompanhando ela até ela sumir de veis lá no mar e aí ela só volta de noite... claro que tem também outras coisas que influencia na pesca, mas a Lua é a mãe de todos!” (seu Benedito, Vila Nova, 2004).

A Lua é a responsável pelas variações da altura das marés e pela variação do número de marés ao dia. O início da pesca segue o tempo da maré, um relógio incerto marcado pelas cheias e pelas vazantes. As marés resultantes da Lua cheia ou da Lua nova são denominadas pelos pescadores de maré de Lua⁵⁹. Trata-se de marés mais fortes com maiores amplitudes que se formam duas vezes ao dia e em períodos bem definidos, uma maré cheia pela manhã e outra à tarde. A periodização dessas marés de Lua permite ao pescador estabelecer seu tempo de permanência na água. Cada virada de maré representa um novo momento de tentar a sorte!

“A manjuba começa a querer entrar no querer da maré subir, sabe quando ela começa (...) a gente já tem a manha, quando você vê que a maré começa a crescer na praia aí a gente solta a rede que é certeza que ela tá lá” (Walter Borges, 2003).

“(...) é com essa marezinha aí que começa a encher que é bom, a manjuba vem lá da boca da barra, e vem subindo o rio, e a gente pesca ela justamente quando ela tá indo “ (Mario Pereira, 2003).

É a maré de Lua que proporciona uma maior troca de vida marinha entre o mar-de-dentro (o estuário) e o mar-de-fora (o oceano) e vice-versa, uma vez que o fluxo de águas se torna mais intenso. A força das águas permite que a água salgada penetre com maior

⁵⁹ O movimento da Terra em torno do centro de massa é essencial para explicar a participação da Lua na formação das marés. A Terra é atraída gravitacionalmente não só pela Lua como também pelo Sol. Se o Sol e a Lua estiverem do mesmo lado da Terra, as marés altas ocorrerão nos mesmos lugares e se somarão. Quando a Lua e o Sol estão do mesmo lado da Terra temos Lua Nova e as marés são altas devido a força centrífuga, o mesmo ocorre quando temos a Lua cheia em que a Lua e o Sol estão intercalados pela Terra. Em ambos os casos como os astros estão alinhados, as forças gravitacionais se somam e por essa razão torna-se o período em que se formam marés com maiores amplitudes.

intensidade no estuário, assim como as águas doces do Ribeira que se misturam ao mar, é um momento de troca e de doação quando os ecossistemas se misturam e a manjuba finalmente encontra um novo habitat, é, portanto o momento de encher a rede!

As particularidades da pesca artesanal nos revelam a todo o momento diferentes hábitos tradicionais repletos de significados particulares, o dia a dia no campo me ensinou isso... Estávamos há três dias a espera da mudança da Lua que ainda estava na fase crescente, a pouca amplitude das marés não causava grande entusiasmo na maioria dos pescadores que aguardavam a maré de Lua. No entanto, para seu Benedito, morador da Vila Nova, esse período não deveria ser desprezado, ele insistia para que seus camaradas o acompanhasse na pescaria *“Hoje que é bão prá pescar, não é só nos dias de Lua se soubé manusiá a rede dá prá saí da água com ela cheia, a Lua tá só espreitando o pescador e daqui uns dias ela vai surgi com toda a sua força, aí só ela que manda, antes disso temo que aproveitá...”* Mas afinal a melhor maré não é a conhecida maré de Lua? *“É e não é”*, me disse ele, *“Isso é coisa de pescador e pescar é assim, tem vários mistérios...”*.

Essa situação se repetiu com outros pescadores, em sua maioria, os mais velhos, como o seu Benedito que pesca atrás da barragem, no Porto da Ribeira (ponto 1 – ver figura 2) e que me relatou sobre a pescaria antes da virada da Lua, ou seja, nos três dias que sucedem ou antecedem a Lua cheia ou nova.

“Eu acredito que é melhor perto da virada da Lua, três dias antes ou três dias depois... a virada da maré já está bem marcada nesses dias. O porquê, eu não sei dizer não senhora, eu só sei que é melhor...” (seu Benedito, Porto da Ribeira, 2003).

“Pescá, nós pesca todo o dia, mas tem uns dia que é mais especial né? Eu prefiro pescá antes da virada da Lua, eu gosto porque sempre pesquemo assim, não sei se tem um porque!” (seu Benedito, Vila Nova, 2003).

As “teorias tradicionais” que fundamentam a pesca artesanal são comprovadas através das práticas cotidianas e justificadas pela perpetuação. A partir, “da minha perspectiva”, acredito que para os pescadores mais velhos seja realmente mais difícil a pesca durante as marés de Lua por se tratar de uma maré muito forte, a puxada da rede exige um maior esforço físico do pescador. Apesar de se tratar somente de uma hipótese, essa pode ser a explicação para a preferência de pescadores mais velhos pelos dias que antecedem ou sucedem a Lua cheia ou a Lua nova, pois, nesses dias, apesar de já existir uma força centrífuga ativa e, portanto já é possível sentir os resultados gravitacionais que alteram a maré, não as torna tão forte quanto nos dias de pico. Essa explicação, no entanto é desnecessária para os pescadores que justificam seus atos na pesca como simples respostas aos ciclos naturais que lhes são impostos.

Além da importância que as marés de Lua exercem na determinação dos horários de pesca, alguns pescadores também relataram que ela se faz necessária para a movimentação das águas, tornando-as turvas. Essa turbidez dificulta a visibilidade na água e conseqüentemente faz com que a manjuba dificilmente escape da rede:

“A manjuba não enxerga a rede e nem a malha da rede” (Benedito, Toca do Bugio, 2003).

Se por um lado a maré de Lua proporciona uma melhor pescaria, seja pela sua força, pelo aumento da turbidez na água, ou pela possibilidade de períodos bem marcados para a pesca, por outro lado ela também pode elevar demasiadamente a salinidade, fato esse que se agrava quando a pluviosidade está baixa.

“Agora, por exemplo, do jeito que tá, a maré de Lua, assim uma maré grande (...) quando não dá chuva forte a água fica salgada até lá na barragem” (Benedito, Toca do Bugio, 2003).

Quando isso ocorre, a entrada dos cardumes de manjuba é prejudicada, uma vez que esse peixe busca salinidades baixas para a reprodução. O resultado é o aumento da disputa pelo peixe que em quantidade reduzida não pode satisfazer a todos. Para os pescadores a situação de baixa pluviosidade corresponde aos “dias de perrengue” na pesca, dias em que cada espaço utilizado para dar o lanço é disputado. As redes muitas vezes são recolhidas vazias e a persistência dos lanços é a única saída. O período das secas que ocorre em Iguape é visto pelos pescadores como um elemento fundamental que deve ser considerado para justificar a diminuição da manjuba no estuário. Além disso, eles destacam que essa situação é ainda mais grave pela presença da barragem, que apesar de ter sido praticamente destruída com a enchente de 1989, continua com uma pequena capacidade de retenção de água doce o que corrobora para o aumento da salinidade nos períodos de pouca chuva. Isso nos faz lembrar uma das fala de seu Benedito Cunha do Porto da Ribeira:

“Com aquela enchente que deu em 1989 eles apavorado e com medo que a cidade fosse pro fundo, meteram a máquina no resto da barragem que a água não levou. Abriu uma cabeça aqui, mas a pedra ali no meio eles deixaram.” (seu Benedito Cunha, Porto da Ribeira, 2002).

Visto dessa forma, os dados científicos, baseados somente no esforço pesqueiro (esforço da atividade pesqueira sobre determinado recurso, calculado através da quantidade de pescado em quilogramas que cada pescador adquire por dia de trabalho kg/pescador/dia) são insuficientes para explicar os fenômenos da pesca:

“Eles falam aí que diminui o peixe porque aumentô o número de pescador, pode até se isso, mas não é só isso, tem também as condições naturais que fazem parte da pesca (...) eles acha que pesca só é feita de pescador! E a chuva, os ventos, as coisas da natureza, é fácil colocá a culpa só no pescador né? Mais isso é porque eles não conhece as leis da natureza porque não precisam delas, a gente que depende delas pra sobrevivê tem que sabe tudinho é por isso que tem coisa que a gente sabe explicá e eles não! Agora a senhora veja só eu acho que no meu conhecimento eles acabam pegando uma informação meio que errada (...) se vai falá que diminuiu o peixe não pode só ficá fazendo conta de número é preciso vim na beira da água pra sabe o que tá acontecendo!” (seu Benedito da Costa, Porto da Ribeira, 2003).

Como destaca Ramalho: *“o dom nesse momento, é o invólucro do ato de pescar, sendo reservado a poucas pessoas, o pescador percebe-se na qualidade de um sujeito social diferente, em sua indissolúvel aliança, de pescador com o mar-de-dentro e o mar-de-fora”* (2002:114). O pescador considera-se uma “peça” desse ambiente natural e isso evidencia uma relação de sentimento com o espaço em que exerce suas atividades. É a partir desse entrosamento que o pescador sente-se à vontade para diagnosticar fatos e explicar situações vividas no cotidiano.

Ainda falando da Lua... a maré denominada de quarto, pelos pescadores, defini-se pela maré de quarto crescente e quarto minguante, marés que como vimos, para alguns, não tem grande expressividade, se comparadas às marés de Lua. As marés de quarto representam marés mais fracas e mais incertas, o momento de cheia e de vazante não ocorre em um determinado tempo, as variações são aleatórias e são muito mais sujeitas à outros fatores como os ventos e as correntes. Toda essa incerteza obriga o pescador a retornar ao ponto de pesca várias vezes ao dia para observar a subida e a descida das águas.

“Se for quarto crescente aí dá duas ou três marézinhas, a água sobe um pouco e aí tem que esperar mudar de posição, primeiro ela enche e daí vai fraqueando, fraqueando, ficando fraca até que uma certa hora ela dá uma viradinha na praia (...) a gente tem que fica de oio porque se não nós perde a vazante” (seu Ademir, rio Ribeira, 2003).

“A gente vem e fica aqui horas tem que ser assim se não pesca nada, tem que presta atenção na subida e descida das água é assim, meu pai já me dizia que prá pescar tem que ter paciência, as veis os camarada que logo ir embora...”(seu Benedito, Vila Nova, 2004).

Ele ainda completou:

“Porque eu, prá mim pescá eu chego me levanto e tenha café ou não tenha eu passo tomo um gole, quando não tem café eu tomo um copo de leite e me largo pra lá aí eu chego lá e

*espero...espero...espero...e ninguém aparece aí quando eles chegam
nóis dá uns três lanço e eles ficam loco pra varar a canoa e prá
tomar café...e se tiver dando o peixe o cara não vai querer tomar
café, não armoça e também não morre...”*

Ainda que a Lua seja considerada como “a mãe de todos” nos processos naturais que influenciam a pesca da manjuba, essa atividade conta ainda com a incorporação de outros fenômenos que juntos dão sentido e razão para as escolhas e as decisões da pesca. Nesse contexto, a temperatura da água e, portanto as correntes marinhas, justificam o afugentar dos cardumes, pois segundo alguns pescadores a temperatura da água interfere diretamente na entrada do cardume no estuário o que significa que quando a água está muito fria a manjuba não penetra nas águas do mar-de-dentro. Para seu Agostinho Carvalho, de 94 anos que pescou a vida inteira, a temperatura da água é um fator tão importante que justifica até mesmo a migração da manjuba para o estuário de Iguape:

*“Cada um fala uma coisa, mas a verdade seja dita, a manjuba vem
prá nós aqui, não é que nem o povo fala que é para a desova, não
ela vem aqui por causa do calor porque quando no outra parte lá tá
fria, aqui prá nós tá quente, então ela do outro lugar do mar que tá
fria ela vem aqui pra nós que é quente pro nosso lado aqui, nosso
setor que é quente, que esquento, quando aqui tá esfriando então ela
vai pra outro lugar que tá quente, então a manjuba é peixe de calor,
mas a manjuba não é do rio Ribeira de Iguape a Manjuba é do mar”
(seu Agostinho Carvalho, Porto da Ribeira, 2003).*

Para a Maria Jussara Pereira, a Índia, que pesca na Toca do Bugio, saber a temperatura da água é fundamental para iniciar uma pescaria:

*“Tem também a água quente, se você pisar na água e a água tá
quente, pode jogar o currico, é a hora que ela tá batendo, se tiver
gelado nem vai mesmo” (Índia, Toca do Bugio, 2003).*

Outros pescadores como seu Benedito da Vila Nova e seu Mario Pereira de rio das Pedras, Juréia, também confirmam essa teoria:

*“Tem o calor da água também que é importante prá mantê a manjuba
aquecida, ora se ela vem prá se criar aqui ela não vai querer água
fria pros seus filhote vai?” (seu Benedito, Vila Nova, 2003).*

*“Com água muito fria não tem manjuba, eu nem largo a rede na água
porque já sei que é perda de tempo... tem que sabe prá não
desperdiça o nosso tempo e a nossa força” (seu Mario Pereira, rio
das Pedras, Juréia, 2003).*

Somando-se à Lua e à temperatura, o vento também tem o seu reconhecimento, pois é ele quem direciona as marés alterando também o ritmo das vazantes e das cheias.

“O vento traz as nuvens e as chuvas, bagunça a água e leva embora todos os maus agouros” (seu Benedito, Vila Nova, 2003).

“O vento é bom porque traz alegria e leva embora a tristeza” (Seu Aristides Teixeira, Porto da Ribeira, 2003).

No mar-de-dentro, a pesca está mais protegida das ações dos ventos, porém não está livre de suas interferências. Quando entra um vento de sul dificilmente é possível perceber a virada da maré, pois essa se mantém cheia na maior parte do tempo, o que conseqüentemente prejudica a entrada da manjuba no estuário, já que esta acompanha as viradas para penetrar nas águas salobras do Mar Pequeno.

As histórias sobre os ventos permeiam a atividade pesqueira, Lima (1978) em seu trabalho sobre os pescadores fluminenses distingue os “ventos de terra” dos “ventos do mar”, onde estes ganham significados próprios quando desvendados pelos pescadores, Cardoso (2001) também estudou a representatividade dos fenômenos naturais na vida dos pescadores, destacando a personificação desses elementos. É do seu trabalho que eu empresto a “História dos ventos”, contada por Ditinho morador de Ilha Grande, RJ:

História dos ventos

“... Era o mar, o sol, a Lua e o vento. Os quatro, tavam parado, conversando, aí vendo um rapaz, passou e: - Bom dia! E caminhou, foi embora, deixou os quatro ali, foi embora. Aí foi discutindo os quatro: -Ele deu bom dia pra mim! Aí o outro: - Não, foi pra mim! O outro: - Não foi pra mim! Aí resolveram sair atrás do cara. Aí foram correndo: - Moço! Moço! Espera aí!

- Que é que houve?

- Cê não passou ali, deu bom dia pra quem?

- Oi dei bom dia pro vento.

Aí responde o mar:

- Ah, então tá bom, a hora que eu te pegar em cima de mim, vou agitar tanto o mar que tu vai sumir!

Aí respondeu o vento:

- Nunca fica com medo não, sem eu ele não é nada!

Aí pulou com o sol:

- Eu vou te esquentar a hora que eu te pegar no ar livre, eu vou te esquentar tanto que você vai morrer torrado!

- Que nada, eu tapo ele com as nuvens!

Aí virou a Lua:

- Ó a hora que eu te pegar num lugar livre eu vou esfriar tanto que você vai ficar congelado!

- Que nada! Eu boto o vento norte, te esquento!

Aí, terminou!!!!

(Ditinho – Ilha Grande – RJ)

(seu Ditinho, apud CARDOSO 2001:42/43)

O sucesso de uma pescaria depende muitas vezes de todas essas formas de conhecimento, porém apreender esses “saberes” não significa para esses pescadores a superação de um obstáculo ou de um desafio, pois suas práticas revelam que o conhecimento pesqueiro é patrimonial, ancestral e que renasce a cada nova geração perpetuando assim os segredos das águas, dos peixes, dos astros e do significado de ser pescador!

6.2. As artes de pesca como cultura material: o currico e a manjubeira

“A senhora quer sabe como é que pesca a manjubinha? Lembra que eu contei prá senhora as história do defeso? Pois é, agora que a senhora já sabe disso eu posso explicá sobre o material de pesca, tem dois jeito de mata o peixe, pode usá o currico ou a rede grande de lanço né (manjubeira), cada um tem o seu aprendizado prá pescá, eu posso contá prá senhora, mas eu acho que prá aprende direito a senhora vai tê que vê! Pescador é assim só aprende vendo os outros pescar porque aqui não tem escola prá pescador nós até aprende os número na escola, se for estudá né, mas o aprendizado da pesca nós aprende na lida com o peixe né, no nosso dia a dia com os camarada e com o mar!” (seu Benedito, Vila Nova, 2003).

Os instrumentos de trabalho permitem ao pescador o acesso aos espaços produtivos. O ato de pescar recria um corpo indiviso em que as redes e os barcos se misturam ao pescador rendendo-se a sua força, a sua habilidade e a sua experiência. A relação que se estabelece entre os pescadores e os seus instrumentos de trabalho permitem as formas e expressões variadas de divisão de tarefas e de modos de pescar (MALDONADO, [19 –]).

Assim acontece na pesca da manjuba, onde as artes de pesca empregadas, o currico e a manjubeira, concretizam as interações, as hierarquias, a cooperação e a competição e ainda definem a ocupação dos diferentes lugares.

Desde as primeiras descrições a rede de manjubeira é citada como a principal arte de pesca empregada, seu surgimento em Iguape é descrito por Mourão por volta de 1930 quando então se intensificou a pesca na região. O currico, como demonstrado no capítulo anterior, aparece na história da pesca da manjuba como uma arte introduzida posteriormente à rede de manjubeira e apesar de estar registrada nas portarias regionais como uma arte introduzida por volta de 1988, o relato oral dos pescadores nos revela ser essa uma arte mais antiga. Segundo os pescadores trata-se de uma arte “criada” por eles próprios, com a finalidade de suprir as necessidades básicas de alimentação e de complemento da renda. A intensificação de sua utilização acompanhou a trajetória das indústrias de salga de manjuba.

6.2.1. O currico

“Cada rede tem uma história, tem seu jeito de usá, tem suas dificuldades e suas facilidades, depende só de quem manuseia ela, tem que ser sempre com carinho... o curriquinho gosta de apanhá, mas é só porque é assim que a gente despesca a rede e antes que a senhora me pergunte de novo: - Como é que é isso? Eu vou logo contando então pode ligá aí o gravador...” (seu Benedito, Vila Nova, 2003).

“Reza a lenda” que quem fez o primeiro “curriquinho” foi um rapaz morador do Rocio chamado Otacílio, ele utilizava o currico para pescar sozinho e todo dia matava 10, 12 caixas de manjuba (mais ou menos 200 quilos).

A história da introdução dessa arte de pesca reflete a importante participação da Pastoral da Pesca, como agente mobilizador do movimento dos pescadores artesanais. O padre Weber, membro da Pastoral da Pesca de Cananéia foi um dos responsáveis pela introdução “oficial” do currico na pesca. Segundo seus depoimentos a rede de manjubeira era uma rede com custos muito elevados e por essa razão não podia ser adquirida pela maioria dos pescadores, forçando-os assim a permanecer atrelado ao dono da indústria. Foi por essa razão que a Pastoral da Pesca iniciou um trabalho junto ao Instituto de Pesca e ao Instituto Oceanográfico de São Paulo a fim de testar a eficiência do currico e a sua viabilidade como uma alternativa econômica para os pescadores que não podiam adquirir uma rede de manjubeira.

Após constatar que se tratava de uma arte específica para a pesca da manjuba e, portanto não tendo sido considerada predatória, foi possível conseguir sua liberação em 1994, como já vimos na descrição das portarias no capítulo 4, no entanto, tratou-se de uma liberação prévia que envolveu 60 pescadores, entre os quais pescadores idosos e deficientes. A iniciativa tomada pela Pastoral teve como experiência um período de um ano, tendo sido liberada para os demais pescadores em 1995. Segundo o relato do presidente da Colônia de Pesca, os curricos utilizados antigamente eram registrados e identificados através de plaquetas que presas a eles identificavam a procedência da rede.

A princípio essa iniciativa da Pastoral se mostrou como a solução para os pescadores artesanais que puderam se tornar independentes dos donos de indústrias, pois passaram a adquirir o material de pesca a baixos custos. Isso proporcionou, temporariamente, a autonomia para o pescador de manjuba, que ao utilizar material próprio, podia decidir qual seria a finalidade do pescado. No entanto, tal autonomia não durou muito tempo...

“(...) os industrial cresceram os olhos e aí começaram a fazer 5, 6 fardos, dava para um, dava para outro, o Jairo Cardoso aqui era uma potência na pesca e começou a fazer 5, 6 fardos pra um, 8 prá outro, ele ia fazendo por que naquela época era barato era, e foi fazendo aí a turma ói, primeiro era só de dia depois era de noite e aí não tinha mais hora” (seu Agustinho Carvalho, Porto da Ribeira, 2003).

Logo os industriais perceberam a vantagem de se utilizar o currico ao invés da rede de manjubeira, os custos eram bem mais baixos e, além disso, o número de pescadores por rede era bem menor, reduzindo de cinco para um ou no máximo dois pescadores, isso representou um número maior de redes na água o que lhes proporcionou uma maior possibilidade de aumento dos rendimentos.

“No início de tudo quando só o pescador tinha o curriquinho era bem bão de trabalhar, era um curriquinho pequeno e cada um ficava na sua porque tinha só pescador de verdade e não essa molecada que tem hoje em dia e que só serve pra bagunça... mas isso aí é culpa dos indústriá que dá a rede pra qualquer um. Nem precisa ser pescador de verdade, até a senhora se for lá pedir eles dão um currico. Aí a senhora imagina o que virá isso aqui... se é só pescador as veis já dá um perrengue ou outro, mas nada muito sério, agora quando mistura tudo... aí já viu! (seu Benedito, Vila Nova, 2003).

A rede de currico se caracteriza por ser uma rede do tipo emalhe de deriva⁶⁰ e o procedimento para a sua utilização consiste em soltar a rede na água e ir acompanhando seu trajeto junto à corrente.

O pescador segue no barco acompanhando a rede até o momento em que julgue satisfatório o tempo de permanência na água, um período que pode durar um dia inteiro.



Foto 1. Pesca com currico, Iguape/SP, 2003

“Eu levo uma garrafinha de café, e isso vai o dia inteiro, chega no fim da tarde já tá gelado o cafezinho e a gente fica só com isso o dia inteiro, sem nada só com esse café” (Índia, Toca do Bugio, 2003).

Voltar de uma pescaria envolve uma decisão criteriosa, pois uma nova pesca só poderá ser iniciada depois de um longo período. Esse tempo entre uma pesca e outra é necessário para que se faça a despesca da rede, que consiste em um processo penoso denominado de “batida de rede”. Uma tarefa considerada exaustiva por muitos pescadores

⁶⁰ A descrição do currico utilizado em Iguape não é a mesma descrição encontrada no trabalho de Kant de Lima, 1978 (Pescadores de Itaipu – a pescaria da tainha e a produção ritual da identidade social) pois tratam-se de artes de pesca diferentes que coincidem somente no nome.

porque exige, além de paciência, a força física para que seja possível permanecer horas repetindo os mesmos movimentos das batidas. Uma lona é colocada em baixo da rede para que as manjubas não caiam na areia. (ver figura 9) Conforme a instrução normativa nº 33, de 16 de julho de 2004, o comprimento da rede não deve ultrapassar 300 metros e deve ter malhagem de 24mm.



Foto 2. Batida da rede de currico, Iguape/SP, 2003

Na pesca com o currico, observei canoas motorizadas, sendo encontradas na região voadeiras com motor de popa, e, em maior número, as canoas a remo. Ainda que algumas canoas sejam providas de motor, é comum que o pescador utilize o remo como instrumento para propulsão, uma vez que esse ato se inscreve como parte da organização social da pesca tradicional que mantém suas características artesanais:

“O motor a gente têm porque o industrial dá, mas a gente não usa sempre, o bom mesmo, prá quem é pescador de verdade é ir no remo...aí você pode percebê a maré, os vento, pode percebê o movimento da água e também para onde o peixe vai... se tiver ventando muito nós até liga o motor porque também não vamo fica sofrendo né, mas se não precisá é melhor porque afinal nós também economiza!” (Índia, Toca do Bugio, 2003).

Esse tipo de comportamento têm sido considerado na pesca artesanal por autores como Maldonado [19 –] que aborda a cultura material de pescadores. Ao realizar um estudo na costa nordestina, a autora evidenciou que os instrumentos de trabalho e os meios de transporte são parte da lógica produtiva artesanal, incorporados de forma natural ao dia a dia do pescador e por essa razão, dificilmente são abandonados ou substituídos. Nesse sentido, ao se referir ao motor, Índia reconhece sua utilidade e suas vantagens, principalmente quando a natureza lhe oferece alguns revezes, como as chuvas e os ventos fortes. No entanto, a adoção de novos instrumentos também causa estranhamento e preocupação, pois os pescadores temem pela perda de identidade e do seu saber tradicional, enquanto pescadores artesanais. Na citação a seguir, referenciada no trabalho Maldonado, sobre a motorização na pesca, Mestre Guju, pescador de Ponta de Mato nos diz:

“É. Facilitar, facilita. Mas daqui a pouco ninguém mais é pescador. Ninguém precisa saber mais nada. Daqui a pouco o pescador não conhece mais o vento, as estrela nem a marcação. É só ligar o

motor, botar a proa pra fora e pronto. O pescador (...) não vai saber de mais nada. Vai se acabando, acaba-se o pescador.” (p. 05)

A forma como essas comunidades pesqueiras constroem a relação com os instrumentos de trabalho reflete um dos princípios da pesca artesanal, princípio esse, tão expressivo quanto o conhecimento das leis da natureza, o respeito, o parentesco, a tradição oral e o cooperativismo.

Ainda que a pesca com o currico seja feita por um único pescador, essa arte não deve ser considerada individualista, pois sua forma de produção se insere na lógica da pesca artesanal. É no momento em que a canoa está na água que se torna possível a observação dessa lógica, quando então se revelam os demais princípios dessa pesca: o momento da divisão dos lugares e do recurso.

6.2.2. A manjubeira

“Essa é rede grande, rede que já existe prá mais de tempo... meu avô já pescava com ela, tem também sua sabedoria pra poder usá, tem que conhece bem de pesca...tem gente que diz que é só puxá e pronto, vixi que esse camarada não sabe é de nada e também não vai matá é nada de peixe...” (seu Benedito, Vila Nova, 2003).

A manjubeira, também denominada de rede de lanço é descrita como a mais antiga arte de pesca empregada na captura da manjuba, os registros históricos demonstram que essa é utilizada desde 1920. É considerada uma rede de “meia água”, o que, segundo os pescadores, significa que esse petrecho é utilizado em pequenas profundidades, em águas rasas. Na parte superior são colocadas bóias de cortiça ou de plástico que são responsáveis pela flutuabilidade da rede e, na parte inferior, estão os chumbeiros que mantêm a rede estendida e encostada ao fundo.

A estrutura dessa rede tem uma complexidade maior que a rede de currico; enquanto este representa o tecer de um só pano e de uma só malhagem formando assim uma rede inteira e uniforme, a manjubeira exige composições de malhas diferentes, sendo composta por três partes: duas mangas e um saco podendo ainda apresentar a seguinte variação: braço, manga e saco.

A instrução normativa do Ibama (nº 33, de 16 de junho de 2004) determina que o comprimento total da rede deve ser de, no máximo, 150 metros, incluindo o comprimento da manga de 90 metros e malhagem mínima de 20 milímetros e o saco com comprimento máximo de 26 metros e a malhagem mínima de 18 milímetros. Se houver braço, o comprimento máximo deve ser de 34 metros com malhagem mínima de 24 milímetros.

As diferenças básicas entre uma rede e outra, além da estrutura, consiste na forma de utilização. Enquanto a rede de currico pode ser operada por até um único pescador, a manjubeira exige um contingente maior. Nas descrições de Mourão (1971) e Giulletti (1982), o número de pescadores por rede variava entre quatro a cinco, atualmente, no entanto já é possível encontrar redes que são operadas por somente três pescadores como acontece no ponto 1. Independente do número de pescadores, a figura do mestre de rede é sempre fundamental.

A maioria dos trabalhos sobre pesca artesanal refere-se aos mestres de rede como sendo a figura de maior importância na pesca, um “cargo” que lhes permite receber de cada pescaria uma parte ou um quinhão a mais. Isso é muito comum na pesca da tainha, conforme descrito por Lima (1978). Na pesca da manjuba, porém, o mestre da rede não recebe nenhuma parte a mais por desempenhar esse papel. Seu reconhecimento é somente moral e o poder de decisão e o respeito são os fundamentos da sua relação com os camaradas.

*“São três aqui em cada equipe, pois o mestre é o popeiro é o que pega a rede e arruma dois camarada. **E o mestre ganha alguma parte a mais na pesca?** Não aqui é uma pescaria toda a vida de manjuba é partes iguais, toda a vida foi assim. O mestre é o responsável daquele material, agora todos os três tomam conta mas só que tem o mestre que é o...não é divisão assim como o barco né que pesca fora e que divide em várias partes, na manjuba não, manjuba matou cem quilos durante o dia chega de tarde ou fim de semana recebe e divide o dinheiro iguais, deu cem conto divide o cem por três. Mas o mestre é o que decide, sempre é o que decide a hora do lanço, mas não recebe mais do que os outros, não recebe mais..”* Benedito da Costa, Porto da Ribeira, 2004).

A organização da pesca com a rede de manjubeira, conforme a descrição dos pescadores, se apresenta da seguinte forma:

“Tem o popeiro que o mestre, tem o chumbreiro que é o camarada e tem o caloeiro que caloa, tem ainda o estepe que é quando só vai junto (...) o mestre é o popeiro e também é o que joga a cortiça na água, um dos camarada joga o chumbeiro e outro fica com o cabo em cima do barranco e esse é o caloeiro (...) o mestre é o piloto, se a canoa for a motor e é o popeiro se for a remo” (seu Benedito da Costa, Porto da Ribeira, 2004).

Se a tripulação do barco for formada por quatro ou cinco pescadores, é possível encontrar mais de um caloeiro ou mais de um chumbeiro, o papel do mestre, no entanto, será sempre ocupado por um único pescador.



Foto 3



Foto 4



Foto 5

Depois que a canoa é colocada na água, um dos camaradas, o “caloeiro”, permanece em terra segurando um dos cabos da rede, enquanto os demais remam em direção ao centro da área, geralmente enquanto dois pescadores remam, os “chumbereiros ou chumbeiros”, o mestre fica em pé, na ponta da canoa, direcionando a remada e orientando a soltura da rede na água.

A canoa e a rede vão aos poucos desenhando na água uma meia circunferência para cercar o cardume. O pescador que ficou em terra, geralmente procura um tronco caído pela areia para poder “apoitar” o cabo e assim o mantém tracionado durante todo o tempo em que os seus camaradas estão na água.



Foto 6



Foto 7



Foto 8

Fotos 03 a 08. Seqüência da pesca com rede de manjubeira, Iguape/SP

O tempo de despesca pode variar, entre os pescadores mais velhos, como o Bendito e seus camaradas (que pescam em Vila Nova), existe uma preocupação em relação ao tamanho dos peixes capturados e por essa razão a despesca é mais demorada, cada peixe é avaliado cuidadosamente e os pequenos sempre voltam para a água.

Nessa pesca não existem canoas motorizadas todas são a remo e ainda que seja possível encontrar canoas escavadas em madeira, infelizmente essas, são minoria. Nos

Enquanto a canoa se dirige de volta à margem, a meia circunferência começa a se fechar assumindo o formato de um U, e com isso vai cercando cada vez mais os peixes e forçando-os a entrar no ensacador. Quando a canoa atinge finalmente a margem novamente, os pescadores da canoa se dividem para começar a “puxada da rede”, o número de pescadores de cada lado varia conforme o número da tripulação do barco e nesse momento, não é incomum presenciar a ajuda de outras equipes que ali estão aguardando a vez de jogar a rede.

Aos poucos, a rede é trazida até a margem. Em seguida os pescadores ficam “a meia água” para poder separar a manjuba no ensacador. Nesse processo de separação do peixe, existe uma apreensão muito grande por parte dos pescadores, essa apreensão que se aproxima ao pânico tem relação direta com a presença de bagres na rede. Muitos pescadores são feridos por espinhos ao separar a manjuba dos demais peixes.

dias de hoje a maior parte das canoas é feita de alumínio ou de fibra de vidro. A diminuição das canoas confeccionadas artesanalmente é atribuída à proibição do corte das árvores para a sua confecção, o que para os pescadores representa uma grande perda em sua cultura tradicional:

“Nóis sempre pesquemo em canoa de um pau só, igual faziam os índios, meu avô já pescava nessas canoa... e agora aos poucos tão tirando também isso do pescador, logo mais não vai sobra mais nada da pesca do tempo de dantes (...) a madeira dá mais segurança na água, se vira logo desvira de volta e também não vai pro fundo que nem pau morto” (seu Benedito, Vila Nova, 2003).

Restam hoje poucos “artesãos” de canoas e a proibição do corte das árvores para esse fim está causando o desaparecimento dessa prática que logo fará parte somente na memória dos pescadores locais.

6.2.3. Manjubeiros versus curriqueiros

No decorrer dos trabalhos de campo, durante as entrevistas ou mesmo em conversas informais, notei que existem diferenças de opiniões em relação a utilização das duas artes de pesca. Essas opiniões envolvem não só a eficiência de cada arte como também a dificuldade em usar cada uma delas e os prejuízos que essas causam para o meio estuarino.

Alguns manjubeiros, por exemplo, afirmam que o peixe pescado com a rede de currico perde qualidade, isso porque como a manjuba é retirada da rede através de “batidas” elas acabam perdendo parte da cabeça ou mesmo a cabeça inteira. Por essa razão a rede de currico, “no tempo de dantes”, era utilizada somente quando os peixes se destinavam a salga caso contrário, se estes fossem vendidos “frescos” utilizava-se então a rede de manjubeira.

Nos dias de hoje, com o funcionamento de somente duas indústrias de salga, a maior parte da manjuba é vendida de forma fresca, e, no entanto, as duas artes de pesca são utilizadas para este fim.

“O currico sempre quebra com a manjuba né, os curriqueiro defama a rede e os redero defama o currico porque o currico esculhamba a manjuba, na rede a manjuba sai sem deformação deferente do currico que aí eles pode vender mais barato, porque a manjuba perde a cabeça, agora a manjuba de rede é mais cara” (seu Benedito, Vila Nova, 2002).

Um outro diferencial entre as duas artes, apontado pelos pescadores, se refere ao período em que essas artes são utilizadas. A pesca em que se emprega o currico, por

exemplo, não está tão sujeita às influências dos astros e mesmo das intempéries ambientais, o que permite aos pescadores dar continuidade na pescaria independente das mudanças climáticas. Além disso, os manjubeiros acusam os curriqueiros de pescarem durante o inverno, na entressafra, o que viria a prejudicar o recrutamento da manjuba.

“O currico não tem tempo ruim é com chuva é no tempo quente e tempo frio eles tão aí” (seu Benedito, Vila Nova, 2002).

Os curriqueiros, por outro lado, se defendem alegando que a pesca com a manjubeira é mais predatória, pois se trata de uma rede de arrasto que captura não só a manjuba, mas também várias espécies de peixes que habitam a coluna de água além de peixes bentônicos que tem como habitat o fundo. O currico, segundo eles, é uma rede seletiva, pois a malhagem é específica para a captura da manjuba.

“Essa rede de arrasto aí é que prejudica o meio ambiente porque nós só pesca a manjuba a rede já é certa pra isso, mais eles não eles vai pegando tudinho... tudinho ...” (seu Aristides, Rocio, 2003).

Ainda que existam diferenças de opiniões, na maioria dos casos, a discussão entre os pescadores acontece de forma amigável. A manjubeira por ser considerada uma arte mais tradicional ganha o respeito dos pescadores mais antigos. Para esses pescadores a utilização dessa arte representa o fortalecimento de seus conhecimentos e de sua experiência.

“Não é ansim da noite para o dia que se aprende a pescar eu já falei isso prá senhora e torno a repetir, é preciso sentir a pesca... tem que conhecer a água, a Lua, a maré... Parece fácil porque nós já faz a mesma coisa faz muito tempo, mas isso não é prá qualquer um, tem gente que vai até tentar mas por mais que tente nunca vai ser um pescador de verdade, vai até consegui pescá uns peixinho, mas não vai se torná um pescador porque para ser pescador é preciso um conhecimento muito grande é assim com a rede grande (a manjubeira) tem que sabe direitinho o funcionamento do mar se quisé pescar alguma coisa...” (seu Benedito, Vila Nova, 2004).

Por se tratar de uma arte que vem sendo utilizada desde o início da pesca da manjuba, a manjubeira tem para esses pescadores um valor patrimonial.

O currico, como vimos, surgiu como uma alternativa para o pescador como forma de desvincular o pescador do patrão, no entanto, ao ser incorporado pelos industriais o objetivo inicial, perdeu seu sentido, representando, a partir de então somente mais uma arte de pesca cujo domínio, mais uma vez, escapou das mãos do pescador artesanal. Os pescadores que hoje utilizam essa arte têm consciência de sua funcionalidade, seu

reconhecimento, porém, não tem a mesma conotação de “tradição” que é conferido à manjubeira.

6.2.4. Cada arte de pesca no seu espaço: definindo os “lugares”

Todo esse processo que envolve a utilização de determinada arte de pesca nos fornece elementos importantes para a compreensão das formas de utilização do espaço na pesca da manjuba. A especificidade de cada arte de pesca determina em que local essa arte deve ser utilizada, e o inverso, também é verdadeiro, ou seja, o local também influencia a escolha de cada arte de pesca.

O relevo marinho condiciona formas distintas de pescaria e a configuração dessa geologia define quais são os locais apropriados para a utilização de cada uma das artes de pesca. A rede de currico, por exemplo, nem sempre é utilizada nos mesmos locais em que são empregadas as redes de manjubeira, pois ao longo do estuário existem configurações geológicas diferenciadas (ver tabela 01, capítulo 2) “Apreender” esses espaços, no sentido dado por Milton Santos, exige do pescador um aprendizado precedente, um conhecimento anterior que se traduz no “saber-fazer”, é assim que ele apreende os espaços em que realiza a pesca, reconhecendo as suas limitações e as suas possibilidades. É preciso, fortalecer a relação estabelecida entre o pescador e o espaço em que exerce a sua atividade conferindo assim a concretude de “lugar”. Foi dessa forma que eu compreendi a pesca no Porto da Ribeira.

A natureza da prática do “arrasto de praia”, onde se emprega a manjubeira sugere uma formação de praia, pois sem ela certamente o arrasto perderia o sentido. A lógica da pesca com a manjubeira segue, parcialmente, esse pressuposto, é possível observar a sua prática em locais que apresentam esse tipo de formação, como acontece no ponto 3 e no ponto 4. A parcialidade dessa lógica, no entanto, se justifica pela continuidade dessa prática no local em que essa formação atualmente não existe mais. Isso é observado no ponto que se localiza atrás da barragem, no Porto da Ribeira (ponto 1) que com a periodicidade dos alagamentos causados pela construção da barragem deixou submersa a porção de areia. Os pescadores, porém, continuam lá, pescando com a manjubeira, “arrastando na praia”...

A razão dessa insistência parece estar relacionada com o sentimento que o pescador estabelece com o espaço em que concretiza suas atividades, essa é talvez a melhor justificativa para explicar a representação de “lugar”, na pesca. Assim como me disse uma vez seu Benedito Cunha, do Porto da Ribeira: *“Esse é o meu lugar de arrastar a rede é aqui que eu sempre arrastei e aqui que eu sempre vou arrastar, se eu tiver que sair daqui, eu prefiro parar de pescar”*. As características geográficas nesse caso não parecem ter assumido um caráter determinista, uma vez que se modificou a natureza, e a prática

continuou inalterada. Isso nos mostra uma grande capacidade de adaptação que os pescadores desenvolveram para continuar utilizando o espaço e o recurso, assim como indica a própria Ecologia Cultural.

A relação entre a arte de pesca e o lugar de pesca é um dos fundamentos da lógica artesanal que norteia a pesca da manjuba. Cada arte representa um instrumento de dominação do espaço. Tanto o currico como a manjubeira permite ao pescador dominar seu lugar e a proposição de uso de cada uma delas define a forma de organização dos espaços compreendendo assim o sentido da territorialidade.

“A senhora que sabê o que mais? Eu posso contá como é que a gente se ajeita lá na água... mas por hoje nós já falamos bastante coisa, vamô deixa um pouco pra amanhã...” (seu Benedito, Vila Nova, 2003).

7. Em busca do peixe: o funcionamento e a organização da pesca

“Olha só quanta coisa eu já expliquei prá senhora, mas ainda farta dizê o mais importante... dizê que o pescador também sabe dividi o peixe, nós que é pescador e eu tô falando de pescador de verdade, é tudo camarada na pesca, é amigo e um entende a necessidade do outro, craro que também tem as confusão mais aí é uma outra história (...)Vamo continuá conversando sobre a manjuba, mas agora eu vou levá a senhora lá na beira da água prá modo de lhe mostrá o que eu tô lhe falando, lá a senhora vai vê como é que a gente faz prá ir buscar o peixe...” (seu Benedito, Vila Nova, 2003).

“Buscar o peixe” representa, para os pescadores, iniciar uma pescaria e assim ocupar um lugar junto ao espaço produtivo. O sucesso se baseia no envolvimento do pescador com a arte de pesca, com os camaradas assim como com o lugar em que joga a sua rede. A harmonia dessa relação concretiza a prática artesanal e fundamenta a organização dessa atividade.

Explicitar a forma de organização da pesca da manjuba significa, como descreveu Lima (1978), considerar os elementos que compõe o seu sistema social, suas representações, suas regras e seus valores. Nesse sentido, ainda utilizando uma terminologia citada pelo autor, é preciso considerar o espaço produtivo como o lugar da “communitas” em que seus atributos constroem a identidade social do grupo. O aspecto relevante é a forma como se constrói essa identidade, ou seja, o que os define como pescadores artesanais de manjuba ou ainda o que os caracteriza como “pescadores de verdade” como afirmou seu Benedito.

Para Lima trata-se de um conjunto de práticas e valores que se define em um dado espaço, que é pensado e representado.

“A senhora quer saber o que é ser pescador de verdade? Não sei explicá eu só sei dizer quem é e quem não é! É como se a gente já nascesse assim, é fácil identificá, mas é difícil descrever. É como se a gente prestasse atenção nas atitudo dos companheiro, no jeito dele pescá, no jeito dele lidá com os outro pescador, na forma como ele age enquanto pescador deu pra entender? É o jeito do sujeito vivê tanto na terra como no mar!” (seu Benedito, Vila Nova, 2004).

Essa “forma de viver” a que seu Benedito se refere explica o fundamento da construção de uma identidade.

7.1. Meu camarada: as relações de afetividade na pesca

Os elementos que permitem a reprodução social do grupo seguem os caminhos percorridos e edificados na luta diária dos pescadores pela sua sobrevivência. Nesses caminhos constituídos por dois meios (a terra e o mar), se estabelecem as relações humanas e, o respeito recíproco entre os pescadores, principalmente entre aqueles que dividem não só o mesmo espaço como também o mesmo barco.

Como definiu Maldonado [19 –], a pesca é uma atividade na qual a confiabilidade e a competência dos participantes constituem as verdadeiras condições para o sucesso da atividade pesqueira. Grande parte dos trabalhos sócio-antropológicos sobre pesca tem demonstrado a relevância do parentesco na formação dos grupos de trabalho, privilegiando a família como um dos principais constituintes da reprodução da pesca simples. Acrescenta-se aí o importante papel que ocupam os amigos e os compadres, um convívio que fortalece os laços afetivos transformando-os em relações familiares.

“Ninguém aqui pesca com qualquer um tem que conhecer ou ser parente de algum de nós! Tem que se trazido por um pescador que já é antigo. Não dá pra se chegá na pesca sem ter um conhecimento dos camaradas, tem barco que faz ansim pega os camarada sem nem conhecê direito aí um dia ou outro sempre dá uma confusão...” (Antonio da Guia Trigo, Toninho Pelote, Porto da Ribeira, 2003).

“Meu camarada é que nem um irmão, não é irmão de sangue mas é como se fosse..” (Sérgio, Prainha, 2003).

“Meu camarada é minha mulher, quer camarada melhor do que é essa?” (Dito, Toca do Bugio, 2003).

“Compadre pode ou não se parente. Se for amigo de verdade já é um compadre, amizade tem grande valor na pesca” (Mario Pereira, rio das Pedras, Juréia, 2003).

“Na pesca tem que ter união, a desunião não deixa a pesca vingar” (seu Benedito, Vila Nova, 2003).

Esse parentesco simbólico que considera como parentes não só irmãos, tios, pais, sobrinhos e primos, mas também compadres, vizinhos e amigos, permitem aos pescadores a criação de um elo familiar, um elo de solidariedade capaz de enfrentar as dificuldades da vida, seja na terra seja no mar (MALDONADO, 1993; RAMALHO, 2002).

“Através de cadeias de relacionamentos pessoais e de parentesco, os pescadores apóiam-se mutuamente. Cooperação e reciprocidade combatem a escassez de alimentos, ajudam a construir as habitações, o provimento de remédios e de roupas, facilitam a

necessidade constante de reparo nas embarcações” (CORDELL, 2001:143).

De fato, ao ouvir os pescadores de manjuba é possível perceber como a cumplicidade é valorizada e como a união é fundamental para a funcionalidade da pesca. Desta maneira se constrói a ética pesqueira que ordena e gerencia os grupos de trabalho. Segundo Ramalho (2002), as regras instituídas pela ética são partilhadas por aqueles que estão inseridos no mesmo rol de relações materiais e simbólicas de uma comunidade, que formam e são formadas pela lógica do pertencimento e pelo sentimento traduzido objetivamente na construção dos grupos de pescaria.

Para esses pescadores o sentimento de familiaridade com o camarada lhe garante uma relação harmoniosa e lhe permite firmar acordos com maior facilidade, é assim que são definidos os horários da pesca e a quantidade de lanços. A tripulação representa sempre um todo e ainda que o mestre ocupe um papel de destaque, é o conjunto que responde pelo sucesso ou fracasso da atividade. Os acordos internos de uma tripulação são em sua grande maioria partilhados com as demais equipes através de conversas em torno do barco, em torno de uma mesa de bar, nas soleiras das casas vizinhas.

Entre a terra e o mar os pescadores dividem anseios, idéias e ideais assim como fazem com o carreto, que é utilizado para levar o barco até a água e que é compartilhado por todos que estão na praia. Alguns chegam a dividir os peixes, outros dividem o café preto e o bolo de roda enquanto conversam sobre as condições da água, sobre a boca da barra e sobre os pescadores que foram pescar “lá no proibido”.

Externalizar as dúvidas e as opiniões aproximam as pessoas e faz com que os laços de afetividade sejam cada vez mais estendidos, assim se garante o fortalecimento da união entre os pescadores e a minimização dos riscos de grandes conflitos.

“É vergonhoso passar a perna em que se conhece, ninguém vai joga a rede na frente daquele que a gente cumprimenta todo dia, se a gente conhece tem que respeitá seja um irmão, um pai ou um vizinho” (Benedito, Toca do Bugio, 2002).

A cumplicidade ocupa um papel tão importante que não lhes permite infringir as regras impostas pelo grupo, isso, porém, não significa que as situações de conflito não aconteçam, elas ocorrem sim, mas em um nível diferente onde o respeito é o agente balizador da exaltação dos ânimos. Seu Benedito Cunha, pescador do Porto da Ribeira me explicou que as vezes sai uma conversa mais alta mas que não chega a ser uma briga.

“As vezes sai umas conversa mais quente, mas não é briga não, um xinga o outro enquanto tá na água mas nada é sério aqui não tem briga não é só conversa mais arta” (Porto da Ribeira, 2003).

“É nós tem que dividir tudo por aqui as alegria e as tristeza, as vezes sai uma discussãozinha na água, um xinga o outro, joga a rede no escuro, corta o currico, mas logo nós pede desculpa e aí vai ajudá o companheiro que nós acabo prejudicando, tem que compensá de algum jeito se não vai passa vergonha com o resto dos camarada” (Maria Pereira, Índia, Toca do Bugio).

A afetividade é ainda mais enriquecida quando consideramos também as relações estabelecidas entre as pessoas e os lugares, espaços que são revestidos de significados e de sentimentos. No sentido conferido por Mendras (1978) essa relação é denominada de “interconhecimento” em que se observa um vínculo territorial e, acima de tudo familiar, o lugar assim como as pessoas são parte de uma mesma família e, portanto, pertencem aos mesmos laços de amizade.

7.2. Os lugares na pesca e as práticas comuns: a *Fiada*

“Ora, ser do lugá não é só vivê a mais de 50 anos num mesmo bairro é sabê conhecê cada um, é dividí a mesma praia com os camarada e até mesmo, como era antigamente, dividí a mesma terra” (seu Benedito, Vila Nova, 2003).

O fato de se pertencer a algum lugar representa dotar o espaço de valores, e dar-lhe novo significado. O lugar é considerado um espaço íntimo, um *lócus* em que se conjugam as práticas, os conhecimentos e a vivência. (BERKES, 1986; FURLAN, 2000; OSTROWIETSKIS, 1990 apud MALDONADO 1993; TUAN, 1983). Ser do lugar, através da sabedoria de seu Benedito, significa antes de tudo compartilhar das mesmas atitudes!

É a constituição do sentimento de lugar, que confere concretude ao espaço, seja este terrestre ou aquático. O trabalho pesqueiro cria e incorpora lugares, situando os pescadores a partir da organização do espaço, enquanto desdobramento de uma territorialidade cujas bases são permeadas pelos sentimentos de afetividade e de respeito (MALDONADO, 1993). Como assinala Cordell (1989) a “lei do respeito” é o elemento norteador de todas as vias de acesso.

Os pescadores com os quais estive durante a pesquisa de campo me fizeram ver e perceber como esse sentimento é relevante no processo que envolve a regulação dos espaços e dos recursos de uso comum. O “respeito” dignifica o pescador e proporciona o uso compartilhado dos recursos.

É assim que, seguindo essa premissa, se firmam os acordos na pesca da manjuba, o respeito é incorporado ao sistema de organização e representa a possibilidade de divisão dos espaços produtivos. A base desse sistema se traduz como uma regra de “regulação de vez”: “*First come right’s*” “*Quem chega primeiro*” ou “*first come, first serve*”, denominada pelos pescadores de Iguape como *Fiada*.

Lima (1978), em seu trabalho sobre a pesca da tainha em Itaipu, descreve esse mesmo sistema como “direitos de inverno” e “direitos de verão”. Um conjunto de regras que se constituem no “direito à vez” e que ordenam a pesca de cerco e de lanço. Seixas e Begossi (2001) também identificaram essa regra para outras localidades: na Ilha de Búzios, SP para as pescarias de lula com linha e anzol e em Aventureiro na Ilha Grande, RJ em que se emprega a rede de espera. No entanto, a denominação de *Fiada* parece ser particular dos pescadores de Iguape.

Dos quatro pontos de pesca pesquisados em Iguape constatei em três deles esse tipo de sistema regulador de vez, e ainda que eu tenha observado, algumas poucas variações, o princípio do respeito se caracterizou como senso comum a todos os pontos. Os pescadores me mostraram como é possível dividir o indivisível e através dessa sabedoria patrimonial pude aprender que é possível compartilhar e cooperar. Percebi que as teorias utilizadas para auxiliar as análises dos fatos, aos poucos foram ganhando novos contornos sendo enriquecidas pelas experiências transmitidas através das práticas de vida desses pescadores.

“Pescador que é pescador divide muita coisa, nós aqui compartilhamos o café, o pão, até os peixes as vezes! Mas também dividimos nosso lugar na água tem que ser assim, pois todo mundo precisa sobreviver e nós respeita a vida de cada pescador, tem pescador que é irmão, vizinho, pai, tio... isso não importa pra nós porque nós aqui se considera tudo uma família só! Ora, se a gente mora perto vive na água junto e toma do mesmo café tem que se considerá parente a senhora não acha?” (seu Benedito, Vila Nova, 2003).

A pesca da manjuba, assim como a pesca da tainha descrita por Lima (1978), é exercida de acordo com regras instituídas localmente, que se constituem num direito capaz de controlar as contradições sugeridas pela exploração individualizada de um bem comum limitado. Como destaca Forman (1970) os sistemas locais de “direitos temporários”, assim como quaisquer regras jurídicas, são importantes para minimizar a competição e resolver possíveis conflitos além de impedir a superexploração de recursos. O direito construído pelo grupo assume particular importância como parte fundamental de sua identidade e como forma de controlar suas contradições internas (GODELIER, [19 –] apud LIMA, 1978).

A forma como esses pescadores se organizam em torno do “lugar” e do recurso, pode ser interpretada, através de Teoria dos Comuns, como um regime de propriedade em que o sistema da Fiada assume a responsabilidade da regulação de acesso aos lugares. A expressão “*A gente trabáia bonito aqui*” de seu Benedito Cunha (pescador do Porto da Ribeira) transcreve essa teoria de forma simples.

7.2.1. A fiada, o respeito e o pertencimento

O sistema da *Fiada* tem seu início assim que o primeiro pescador chega na praia. A partir de então a fila começa a ser organizada conforme a ordem de chegada dos pescadores.



Fotos 9 e 10. Organização dos petrechos de pesca, Iguape/SP, 2003

Alguns tomam café antes de preparar a canoa, outros, porém, só o fazem depois de tudo pronto ou quando tudo “*já está no jeito*”. As canoas são verificadas, assim como os remos e principalmente as redes, segundo seu Benedito “*Tem que oiá tudo direitinho porque se a rede tivé algum rasgo todo o trabáio de puxada da rede é perdido porque o cardume escapa tudinho*” (Vila Nova, 2003). Não é incomum encontrar pescadores “tralhando” suas redes



Foto 11. Canoas em fila apoiadas na areia, Iguape/SP, 2003

antes de começar uma pescaria. Depois de prontas, cada rede é disposta cuidadosamente no interior das canoas. É preciso posicioná-las de forma correta para facilitar a soltura na água.

Com os equipamentos prontos, os pescadores vão aos poucos levando suas canoas para próximo da água. Ao atingirem a margem as

canoas vão sendo posicionadas uma ao lado da outra ocupando uma extensa faixa de praia, assumindo assim seus lugares na fila. As canoas podem permanecer na areia ou serem levadas para água onde obedecem a mesma ordem de anteriormente, respeitando a Fiada. Para que não haja risco destas se afastarem demasiadamente da margem, os pescadores utilizam-se de troncos para “apoitar” (prender) os cabos.



Foto 12. Canoas em fila na água, Iguape/SP, 2003

O momento seguinte evidencia a dialética estabelecida entre o Homem e a Natureza. O olhar do pescador se volta para a água, para a altura da maré, é preciso então sentir a direção do vento, a temperatura e a força da água. É preciso saber, conhecer, apreender... É preciso interpretar a subjetividade da natureza!

“Eta que parece fácil mais não é” (seu Mario Pereira, rio das Pedras, Juréia, 2003).

Se as condições oferecidas não parecem favoráveis é preciso aguardar com paciência...*“Quando nós vê que não vai matar peixe, nós não se arrisca porque só vamo perde força, nós tem que se poupá prá modo de fazê força na hora certa”* (seu Mario Pereira, rio das Pedras, Juréia, 2003).

Enquanto a tripulação que está na frente aguarda o momento certo para dar início a pescaria o pescador que está por último tem o direito de soltar a sua rede se ele assim quiser. Isso é permitido pois no sistema da Fiada, existe uma manobra denominada de “exprimento” ou “exprimenta”, e é só através desse exprimento que um pescador pode passar na frente de outro, ou “furar a fila”. Tal procedimento justifica o porque da sorte ser considerada uma virtude na pesca. *“Ora é ansim que nem exprimentá uma comida que a senhora nunca comeu pode se que a senhora vai gostá, mas também pode se que a senhora não vai gostá, é ansim na pesca o camarada vai tentá a sorte sem usa dos conhecimento”* (seu Benedito, Vila Nova, 2003).

Qualquer pescador, desde que esteja no final da fila e que queira se arriscar tem o direito de jogar a rede. Na verdade é como se ele fosse realmente experimentar a água, fazer um “exprimto”! Os outros apenas observam...

“Se ela pegar um monte de peixe aí grita parou, parou, aí ela sai e o primeiro vai dar o lanço e depois todo o resto e ela volta para o final da fila” (seu Mario Pereira, rio das Pedras, Juréia, 2003).

Se a tripulação que estiver fazendo o “exprimto” conseguir pegar uma grande quantidade de manjuba todos os outros pescadores que estão em volta observando gritam para que se encerre o procedimento. Essa embarcação então recolhe imediatamente a rede e retorna para o seu lugar no final da fila restabelecendo assim a ordem inicial da Fiada. A partir de então, a canoa que estava posicionada como primeira da fila inicia a pesca jogando a sua rede. A alternância das canoas na água cria uma coreografia sincronizada que vale a pena ser vista de perto.



Fotos 13 e 14. A fiada, Iguape/SP, 2003

O sistema da Fiada, como já havia comentado, pode sofrer algumas variações dependendo do ponto de pesca, isso pode ocorrer basicamente por duas razões:

- 1- os acordos firmados entre os pescadores podem ser diferentes de um ponto para outro;*
- 2- a geografia do lugar pode variar forçando os pescadores a adaptarem-se.*

Por exemplo, no ponto 3 (em Vila Nova) a Fiada é decidida no dia da pesca, assim como acontece também no ponto 4 (em Aquarius), ou seja, a medida em que os pescadores vão chegando na praia a fila vai sendo organizada, no ponto 1 (no Porto da Ribeira), no entanto, a Fiada é decidida dias antes da pescaria. Nesse caso, a Fiada não é “tirada” ou “xingada” todos os dias, assim independente do horário em que cada pescador chegar para pescar, seu lugar na fila já está definido. Essa ordem pode permanecer válida por uma safra

inteira e só é permitido furar a fila se o camarada for dar um “exprimeto” ou se não houver ninguém pescando.

*“Tem vez que nós xinga a fiada logo em agosto, a gente se reúne e tira, se dê tudo certo fica valendo até o final da safra, se nós enjoá pode até convocá os pescador e tirá outra vez...”. **E o esprimeto tem também?** “Ora se não tem! O esprimeto tem tudo aqui em Iguape, a senhora nunca ouviu falá? Aqui pode furá a vez só por duas razão, ou se for fazê um esprimeto ou se não tive mais nenhum camarada da fila na água. Se o sujeito tivé sozinho na água ele pode ir porque cada um pesca na hora que acha que deve, só que se tivé mais um pescador que seja têm que respeitá a vez” (Benedito da Cunha, Porto da Ribeira, 2003).*



Foto 15. Canoas na margem, Iguape/SP, 2003

No ponto 1 (Porto da Ribeira), além do diferencial que diz respeito a “tirada” da fiada, ainda se observa outras particularidades que implicam na organização inicial da pescaria. Devido a formação geográfica desse ponto, algumas práticas tiveram que ser adaptadas. As canoas, por exemplo, por razão da dificuldade de acesso, permanecem na água durante toda a safra sendo retiradas somente quando são necessários reparos.

Por não existir formação de praia, os pescadores se dirigem ao centro do ponto, onde a água, mais baixa, lhes permite permanecer em pé fora da canoa para a puxada da rede. No trajeto até esse ponto as canoas obedecem a uma fila que pode ou não ser a ordem estipulada para a Fiada, de qualquer forma, segundo os pescadores, esse tipo de formação evita maiores tumultos. A ordem “oficial” da fiada, no entanto, só é percebida quando as canoas atingem finalmente o centro.

O processo que se segue a partir de então ocorre da mesma forma que nos demais pontos. Retoma-se a ordem da fiada, esbanja-se paciência, e demonstra-se muito respeito!



Foto 16



Foto 17



Foto 18



Foto 19

Fotos 16 a 19. Fiada no Porto da Ribeira

Ao descrever a forma de organização dos pontos de pesca é preciso considerar que as artes de pesca também podem variar, e assim sendo, as formas de se organizar nos espaços também. Isso ocorre como o currico, pois sua utilização, como está descrito no capítulo anterior, não segue os padrões comuns de uso da manjubeira e, por conseguinte a organização do espaço também se diferencia. Mesmo que uma determinada ordem seja respeitada pelos pescadores de currico, a própria natureza da arte impede que se organize qualquer tipo de fila. Por se tratar de uma arte em que a condição de uso obedece aos movimentos das correntes, dificilmente o pescador consegue manter-se em uma mesma posição durante muito tempo. Ao acompanhar a movimentação da água a canoa segue cursos diferentes sem que o pescador possa controlar a direção a que deve seguir. Nessa pesca os caminhos das águas é que ditam os caminhos do pescador.

“Se vai assim ao sabor da maré, seguindo para onde ela quisé te levar seguindo o curso da água é que nós vamo encontrá os cardume, deixa que a água te leva até o peixe” (Dito, Toca do Bugio, 2004).

A *Fiada*, nesse caso, não é adotada como uma forma de organização, restando somente o respeito como força de regulação. Essa essência, imprescindível para o bom funcionamento de qualquer sistema de uso, tem fundamento nos laços que os pescadores estabelecem entre si e com o lugar em que exercem suas atividades. Assim, “o ato de cooperar” reforça a importância dos laços de “afetividade” e de “pertencimento”.

“Nóis aqui não tem a fiada não, se um não cooperar com o outro ninguém pesca direito. Quando é só gente daqui do lugar é uma pescaria bem bonita e um respeita o outro porque todo mundo se

conhece, ou é parente ou é vizinho ou coisas assim!” (Dito, Toca do Bugio, 2003).

A mesma idéia de pertencimento descrita por Mendras (1978) para o campesinato pode ser estendida para os pescadores, auxiliando-nos na compreensão dos sistemas de regulação dos espaços:

“A coincidência entre laços de parentesco e território, completada pela posse de uma fração desse território, pode fazer com que o pertencimento à aldeia e o pertencimento a uma parentela, sejam indissociáveis: “aqui” é “uma só família” e todos estão “em casa” (MENDRAS, 1978:88).

A criação dos laços de pertencimento descrito para os camponeses, segundo Cordell (1989), constitui estratégias de reprodução também adotadas na pesca artesanal. Dessa forma são estruturados os acordos e constituídos os códigos de ética, que ordenam a apropriação do ambiente pesqueiro e conforme descrito por Elinor Ostrom (1995), permitem o “direito a um fluxo de benefícios”.

Como assinala Cordell:

“O código de honra que os pescadores chamam de respeito está intimamente ligado à reciprocidade que forma e controla as relações pessoais na pesca local. A ética associada ao respeito vai além de um cerimonial de pesca: ela se liga às consciências...(2001:144).”

Nesse contexto, Vieira e Weber (1997) apontam que os sistemas de representações e de valores que são compartilhados por membros de um determinado grupo são os balizadores dos acordos para a regulação do uso dos recursos. O uso decorre não somente pela necessidade de sobrevivência, mas fundamentalmente do universo simbólico que permeia todo o tecido da vida social dessas comunidades.

O sentimento de “pertença” pode então ser entendido como uma parte importante no processo de apropriação do espaço e na constituição e manutenção de um regime de propriedade.

Ao estudar a pesca da manjuba encontrei esse preceito. Cada ponto de pesca se revelou como uma rede de instituições distintas, cada uma delas, determinadas por diferentes laços de pertencimento: laços de família de amizade e de localidade.

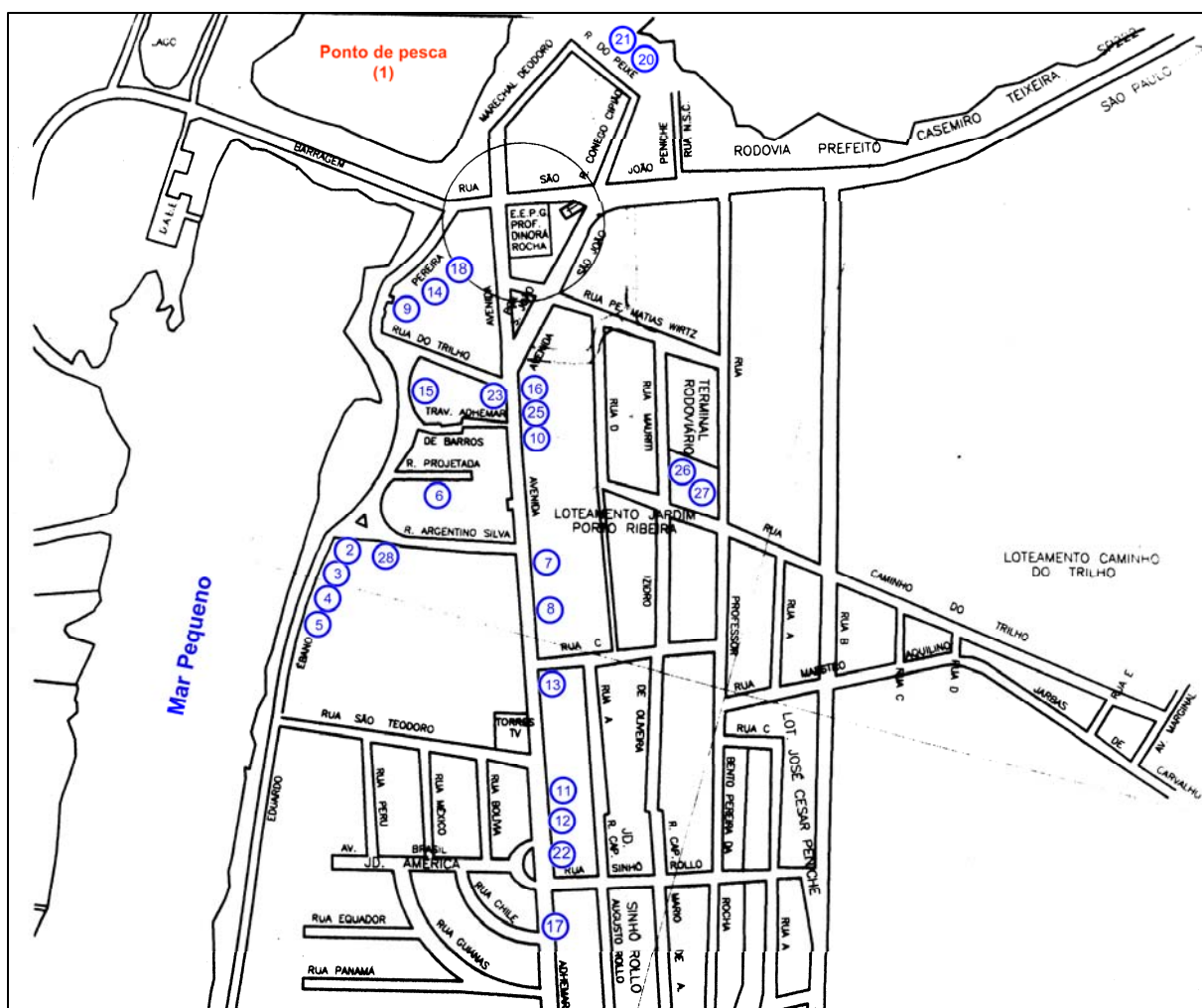
Ponto 1 (Porto da Ribeira):

A estrutura que sustenta a organização da pesca nesse ponto se assemelha a forma como são manejadas as reservas de lago na Amazônia. Guardadas as devidas diferenças,

principalmente por se tratar aqui de uma pesca comercial e não de subsistência como ocorre nessas reservas, as regras de uso seguem, por vezes, os mesmos princípios:

- Somente uma arte de pesca é permitida: a manjubeira
- Somente uma espécie é capturada: a manjuba

Além disso, todos os pescadores utilizam a mesma tecnologia e a mesma forma de armazenamento do pescado. Porém, a característica mais relevante da semelhança com as reservas é conferida ao critério de residência ou de localidade. Assim como acontece nas reservas de lago, só pescam nesse ponto, os que residem no bairro ou os que estão ligados pela parentela. O total de redes não ultrapassa o número de 30 e dos 28 mestres que pude identificar somente três não são moradores do porto da Ribeira (Figura 7).



- | | | |
|--|---|-------------------------------|
| 1- Narciso Ribeiro (*) | 11- Lauro Dias Chavier (irmão de Dito Cascudo) "mamão" | 19- Edmilson (*) |
| 2- José Vassão de Aquino | 12- Antonio Dias Chavier (irmão de Dito Cascudo) "Belo" | 20- Diego |
| 3- Diego Gonçalves de Aquino (filho de Vassão) "berne" | 13- Edinho | 21- Carlos |
| 4- Jéferson Gonçalves de Aquino (filho de Vassão) | 14- Antonio da Guia Trigo "Toninho Pelote" | 22- Marcos "Alemão" |
| 5- Luis Cláudio "bolo" | 15- Salustiano de Paula Franco | 23- Dirceu Celestino de Souza |
| 6- Antonio Carlos "Marcha Lenta" | 16- Benedito Cunha | 24- Hélio "Marujo" (*) |
| 7- Ditão Martelo "Uru" | 17- Agustinho Carvalho "Capivara" | 25- Zé Canela |
| 8- André Lavo (genro de Ditão) | 18- Filho de Toninho | 26- Amarildo |
| 9- Adilson Lemos "Cará" | | 27- Paulo Sérgio |
| 10- Benedito da Costa | | 28- Daniel |
- (*) Não-morador

Figura 7. Croqui de localização das casas dos pescadores – Ponto 1

Fonte: Adaptado do mapa da cidade de Iguape, Prefeitura do Município de Iguape.

As equipes de pesca, diferente dos demais pontos, são todas formadas por somente três pescadores, um quarto pescador, quando presente, é considerado “estepe”⁶¹. O mestre é quem responde pelo material de pesca e também quem escolhe os integrantes de sua tripulação, na maioria das vezes essa escolha é determinada ou pela afinidade ou pelos laços de parentesco e de amizade.

“Nem pensar que dá prá botá qualquer um prá pescá com nós, tem que sê aqui do lugá ou então compadre de alguém que daí é apresentado pro mestre e ele então decide se qué pescá com ele ou não. Camarada na pesca é que nem marido e mulhé no casamento, tem que conhecê bem prá podê dá certo... é ou não é? Mesmo conhecendo já dá separação...” (seu Benedito Cunha, Porto da Ribeira, 2004).

A localização geográfica desse ponto de pesca deve ser considerada como sendo privilegiada, não por ser um ponto em que a entrada da manjuba se faz de forma mais acentuada do que nos demais, mas sim, por apresentar alguns contornos físicos como a presença da barragem e o próprio estreitamento do rio Ribeira, que confere ao local uma delimitação mais ou menos similar a de uma lagoa. Essa característica permite aos pescadores o maior controle do “território”. Parafraseando Haesbaert (2001) a manutenção do espaço pesqueiro apresenta a disciplinarização dos indivíduos e reforça o princípio da territorialidade que envolve sempre e ao mesmo tempo um controle simbólico e concreto de um determinado lugar.

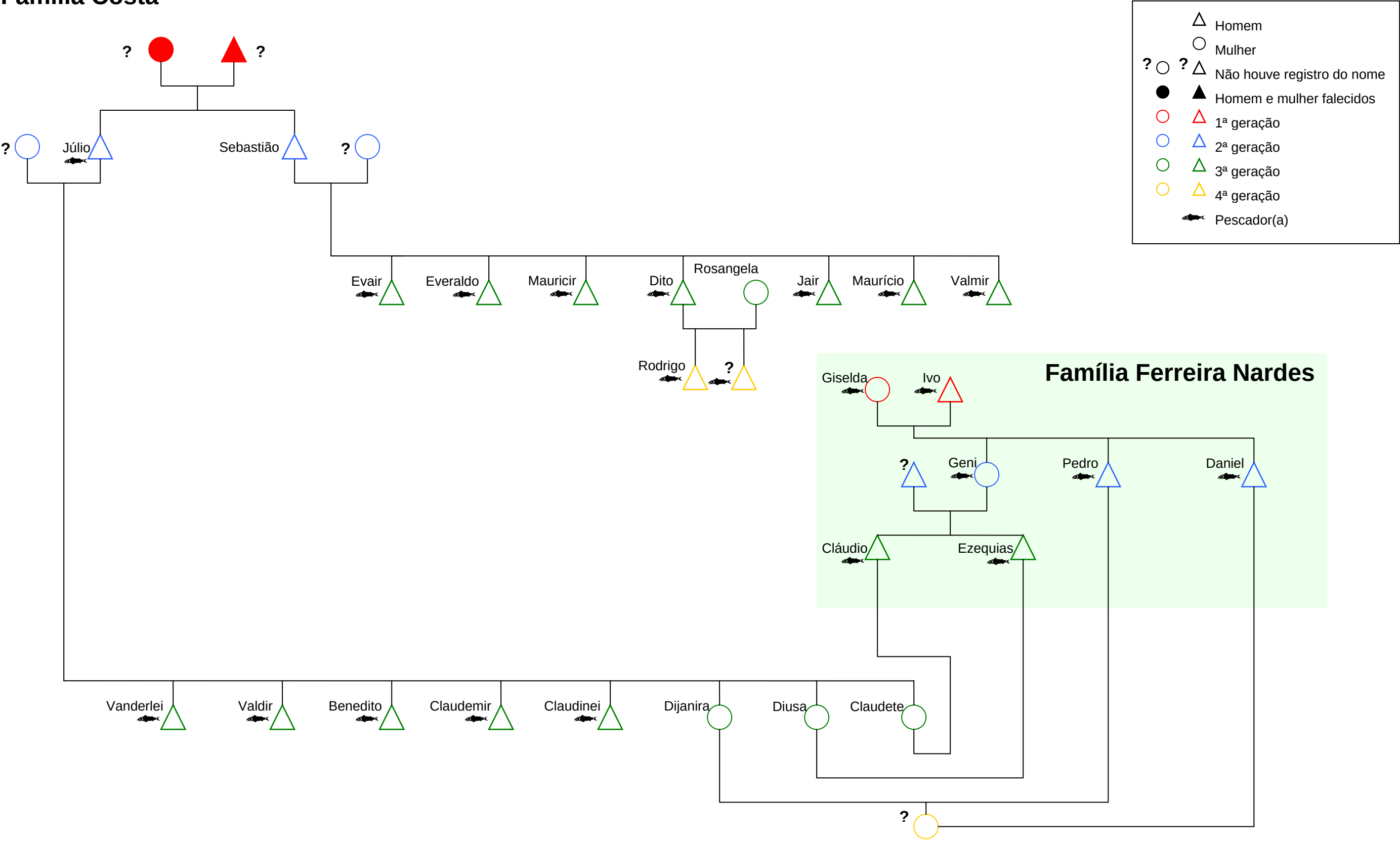
Ainda que eu tenha evidenciado a importância da parentela nesse ponto de pesca (Porto da Ribeira), foi no Ponto 2 (Toca do Bugio) que tive a oportunidade de constatar a instituição ligada ao parentesco mais evidente e mais representativa. Todos os pescadores que pescam somente nesse ponto e que respeitam a divisão do espaço, apesar de não adotarem o sistema de fiada⁶², possuem laços de consangüinidade sendo a única exceção a Maria Jussara, a índia. Trata-se, de uma família bastante unida que luta para manter assegurado o direito ao uso da terra e do mar. Confirma-se nesse caso, o importante papel da unidade familiar, que através da instituição do parentesco visa sua resistência cultural.

⁶¹ Descrição de Seu Benedito da Costa (Porto da Ribeira), Capítulo 6 (6.2.2).

⁶² Nesse ponto emprega-se o currico.

Figura 8 – Genealogia de parentesco

Família Costa

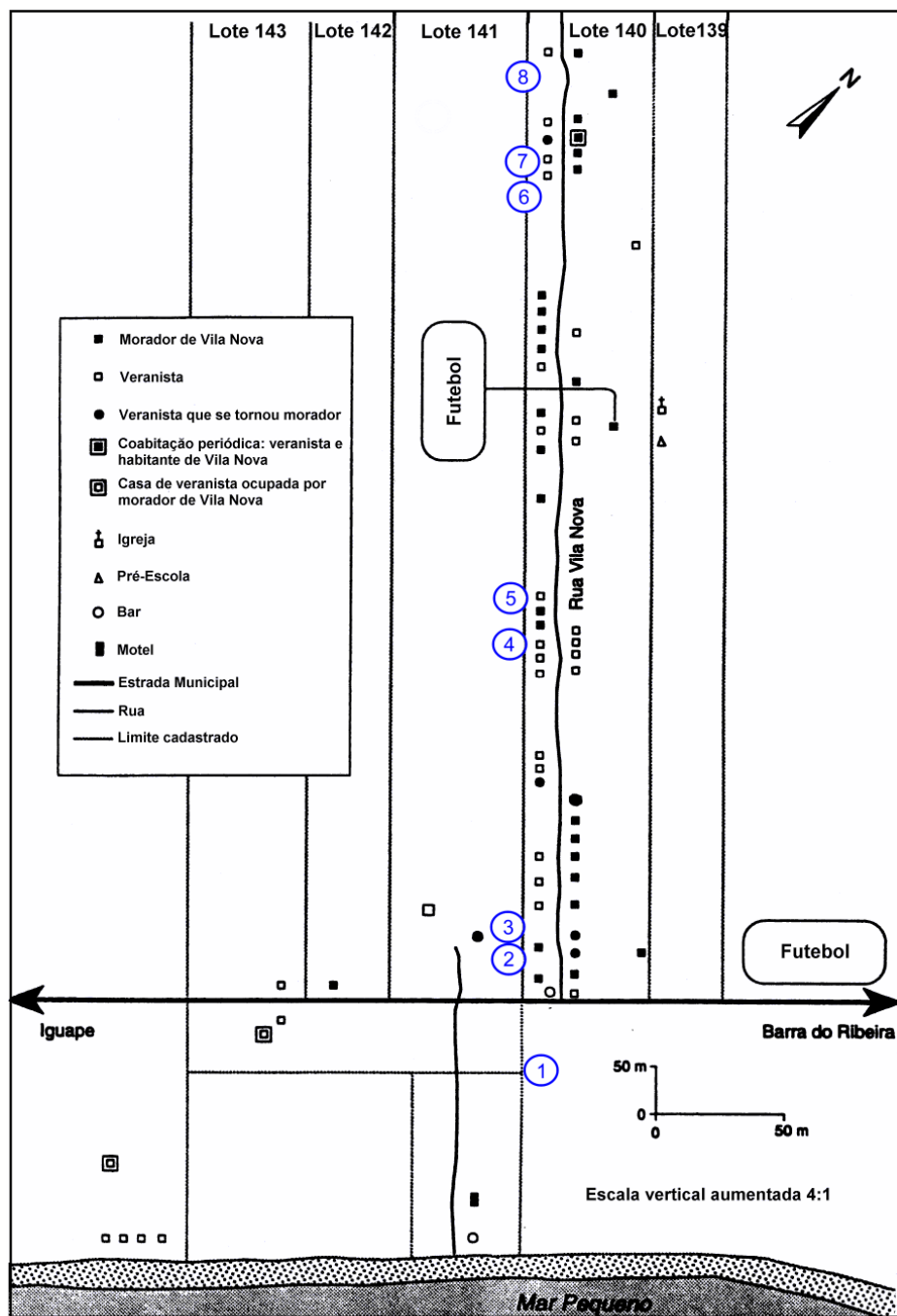


Nesse caso o pescador pesca sozinho, contando com esposas e filhos para auxiliá-lo na “batida da rede”. Apesar de estar solitário, o pescador não se sente dessa forma, pois sabe que os problemas assim como as dificuldades na pesca podem ser compartilhadas com aqueles que considera como sendo “os seus e os do lugar”.

“É bom demais pescar por aqui, é tudo parente o que já dificulta passa na frente do outro né? Além disso, todo mundo se ajuda quando precisa, é só dá um grito por aí que logo aparece uns camarada pra dividir o peso da rede! É tranquilo quando é só gente daqui do bairro porque é tudo uma família só!” (Dito, Toca do Bugio, 2004).

No ponto 3 (Vila Nova) o sentimento de localidade foi o que mais prevaleceu, constatei que todas as equipes que participam da Fiada procedem do mesmo bairro conforme está demonstrado no mapa de localização da casa dos pescadores. Foi ainda nesse ponto de pesca que tive a oportunidade de compreender como a conduta/comportamento de cada pescador pode influenciar na concepção do sentimento de pertencimento. Compartilhar das mesmas atitudes, nesse caso é fazer valer o direito de pertencer a um determinado grupo e por assim dizer a um determinado lugar! É isso que acontece com seu Mario Pereira que apesar de ser morador do rio das Pedras na Juréia e só pescar em Vila Nova no período da safra, não é considerado um pescador de fora.

“Esse aí já é nosso compadre já pesca por aqui pra mais de anos, é amigo, respeita a fiada e os outros pescadores. Ele é pescador de verdade desses que quando a gente vê pescando já sabe que é pescador de verdade” (seu Benedito, Vila Nova, 2003).



1-Rubens

2-Benedito Pinto da Silva (Serenio, Ângelo, Osvaldo e Juvenal)

3-Leonides

4- Benedito "capacete"

(*) não morador

5-Gabriel

6- Elias

7- Milton

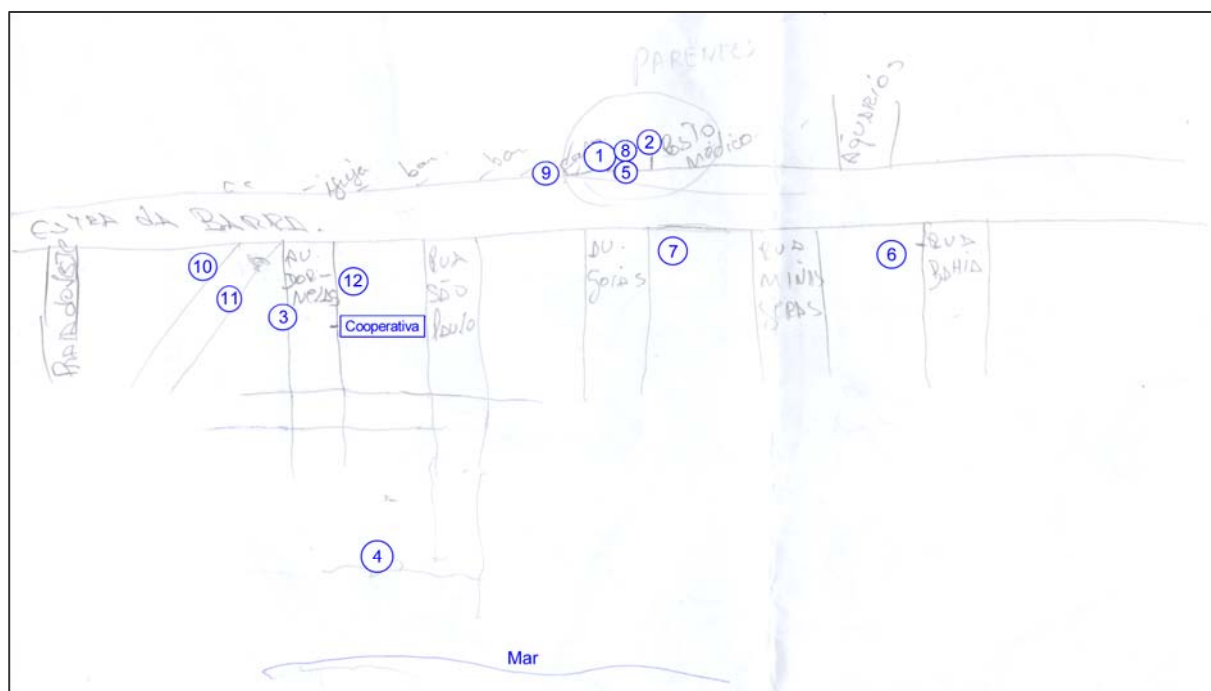
8-José Benedito da Silva

9-Mario Pereira (*)

Figura 9. Croqui de localização das casas dos pescadores – Ponto 3

Fonte: Mapa adaptado do trabalho de BENAZERA, Clara; CAVANAGH, Julie. **Antropologia Marítima e Gestão da Pesca Litorânea Brasileira** número 3. Québec, 1994.

No quarto e último ponto (Aquarius), o bairro também assume um caráter determinante na organização da pesca. As redes utilizadas somente nesse ponto pertencem aos moradores locais, o elo entre eles se constituiu pela ligação com o lugar. É assim que se fundamenta a organização da pesca nesse ponto.



1-Levi de Souza Prado
2-Adail Rodrigues
3-Rubens Carlos
4-João Cordeiro
5-Mauro de Lara
6-Osiel Correia

7-Maurício Ripari
8-Denir de Jesus
9- Ataíde Rodrigues
10-Arquimedes Frois de Almeida
11-Zé Preto
12 - Sérgio

Figura 10. Croqui de localização das casas dos pescadores – Ponto 4

Fonte: mapa mental feito por Sérgio, pescador e morador do Aquarius, Iguape/SP

Nota-se, nos quatro pontos de pesca, que a ordenação dos espaços e a cooperação entre os pescadores é fruto de relações humanas em que os laços de pertencimento, além de fortalecidos pelo sentimento de localidade, são também construídos a partir das práticas, das atitudes e das ideologias de vida.

“Tudo parece muito bonito quando não tem gente de fora tudo funciona bem, tem respeito e tem ajuda entre os pescador, mas basto nosso lugá se invadido pra isso aqui virá terra de ninguém!”
(seu Benedito, Vila Nova, 2003).

7.3. Conflitos: Pouco espaço ou pouco peixe? os de fora

“É porque vem gente de fora e eles é safado, eles já vem cá e põem na frente de todo mundo... e aí a gente grita ÓIA A FIADA MOÇO! Aí ele responde - Eu só vou da uma experimentadinha” (seu Benedito, Vila Nova 2003).

O conflito não é uma exceção na pesca da manjuba e ainda que o sistema da Fiada e o respeito sejam adotados pelos pescadores como regras de uso, o regime de propriedade é ameaçado por aqueles que desconhecem ou ignoram as regras locais.

É comum, na pesca, ouvir dizer que um pescador copiou o outro, o que significa jogar uma rede em cima da rede que já está na água. No caso da manjubeira isso acontece quando o pescador, que está copiando, solta a rede praticamente dentro da circunferência formada pela rede do pescador da vez.

“Se a gente joga a rede aqui eles ao invés de vorta pra trás prá jogá pelo fundo eles já joga a qui por drento da gente” (seu Benedito, Vila Nova 2003).

Ainda que se trate de um fato relativamente comum e até mesmo tolerado dentro de um certo limite, essa situação se agrava quando a quantidade de pescadores aumenta demasiadamente. Esse aumento se deve principalmente pelo grande número de pescadores de fora, ou seja, pescadores que de forma alguma, exceto pela própria prática da pesca, se relacionam com os pescadores locais.

Não existem laços estáveis. Eles simplesmente vêm e vão sem criar qualquer vínculo com nada e com ninguém. Estão somente em busca do peixe e as relações estabelecidas são frágeis e instáveis. Por essa razão é comum o pescador de manjuba receber a denominação de “fixo” e “móvel” como uma forma de caracterizar aqueles que concentram a pesca em um único local e os que transitam entre os diversos pontos.

O deslocamento dos pescadores se baseia nas variações das condições naturais do tempo, da água, dos ventos, da Lua, das chuvas... Essas variáveis, interpretadas pelos pescadores “fixos” com naturalidade, pode significar um obstáculo para os pescadores que não alimentam nenhum laço de pertencimento. Qualquer alteração causada por fatores naturais pode comprometer o resultado de uma pescaria, e a maneira como isso é encarado pelos pescadores é que diferencia os que são do “lugar” dos que são “móveis”.

A oportunidade de se deslocar é concedida a todos. Os caminhões que pertencem aos padrões têm a finalidade de transportar o material de pesca, o peixe e também os pescadores, cabendo a eles, decidir se querem ou não se deslocar. Muitos preferem ficar, mesmo que isso lhes custe o fracasso de uma pescaria. *“Se eu tiver que sair daqui eu*

prefiro pará de pescar” (seu Benedito Cunha, Porto da Ribeira, 2003), “(...) se não mata peixe, paciência tem que voltar outra hora ou outro dia, mas eu é que não vou me mandar prás bandas de lá porque meu lugá é aqui” (Sérgio, morador do Aquarius, 2003), “Eu não saio daqui pra matá peixe em outro lugá não, só pesco aqui porque toda minha vida eu pesquei por aqui” (seu Benedito, Toca do Bugio, 2003), “É ruim que eu vou saí daqui, eu não tenho mais idade pra isso além do que meu pousio é aqui, por essas terras e por essa água aí na frente” (seu Benedito, Vila Nova, 2003).

Para esses pescadores as intempéries ambientais são encaradas como forças seletivas que impedem ou favorecem a pesca em um dado tempo, isso pode significar que ao fracassar em sua pescaria o pescador pode ter dado a chance do peixe ter saído como vencedor. Nesse caso, trabalha-se a favor das forças da natureza e em prol da continuidade da vida, onde ora se ganha, ora se perde!

Para Godelier:

“Todo processo de produção constitui, portanto uma seqüência ordenada de operações cuja natureza e encadeamento se fundam nas condições às quais se submetem para obter o produto final esperado. Essas operações se desenrolam, portanto na base de um meio natural e de realidades sociais dadas que constituem as restrições que limitam e determinam as possibilidades do sistema, sua eficácia” (GODELIER,[19 –] apud LIMA, 1978:191).

Essa interdependência, que “limita” as possibilidades é conferida aos pescadores que convivem com as oscilações do tempo, se não “matam” o peixe naquele local, não se deslocam para outro, eles simplesmente esperam que a próxima Lua, ou a próxima maré mude sua sorte.

Esses são os que ficam, os pescadores considerados “fixos”, mas existem, os que pensam de forma diferente: os que vão – os que chegam e partem dos lugares.

A movimentação dos caminhões ao longo das estradas que cercam o estuário começa logo cedo, quando então os pescadores são levados para os pontos de pesca escolhidos para o dia. A escolha desses pontos depende sempre de uma somatória de fatores ambientais, os quais devem ser conhecidos e superados para que o resultado seja proveitoso. Após um período de chuvas, por exemplo, quando então as águas se tornam bastante turvas, os pescadores, conscientes de que podem ser prejudicados, se deslocam para pontos mais distantes do rio e mais próximos do mar, como as barras, tanto a barra da Ribeira (Ponto 4) como a barra de Icapara (Ponto 3).

O horário da movimentação dos caminhões segue sempre o tempo das viradas de maré. Quando se trata de uma maré de Lua, em que se tem maré cheia bem marcada no

período da manhã, é possível encontrar caminhões percorrendo a cidade, a partir das 5:00 horas.

Aos poucos a quantidade aumenta e a “procissão” que se forma nos remete à imagem que temos do transporte dos bóias-frias, pessoas amontoadas umas as outras dividindo o pouco espaço com os instrumentos de trabalho... Enxadas ou pás, canoas, redes e remos.

Ao longo do percurso pelo estuário, os caminhões, vão se dividindo entre os diversos pontos de pesca sendo comum que se tenha uma grande concentração em um único ponto, cinco, seis, sete, oito até dez caminhões em um único local. Se levamos em conta que cada caminhão carrega mais de 30 pescadores, é realmente possível acreditar que em Iguape existam 3000 pescadores ou mais. O resultado desse deslocamento em massa representa um grande desequilíbrio sob o ponto de vista social e biológico.

Tabela 4 – Número de canoas por ponto de pesca

PONTOS DE PESCA	ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO	NÚMERO DE CANOAS	TIPO DE REDE	BRAÇAS DA REDE	PROCEDÊNCIA DO PESCADOR
1-Barragem, rio Ribeira (Porto da Ribeira)	Fiada (Localidade e parentesco)	28 no máximo 30	manjubeira	150-250	Iguape
2- Mar Pequeno (Toca do Bugio)	Respeito (Parentesco)	24 pode chegar a 300	currico	95-140	Vila Nova e Icapara
3- Portinho, Costão do Icapara (Vila Nova)	Fiada (Localidade)	9 pode chegar a 80	Manjubeira/currico	...	Iguape e barra do Ribeira
4- Prainha (Aquarius)	Fiada (Localidade)	12 pode chegar a 50	Manjubeira/currico	100-140	Iguape, barra do Ribeira, Vila Nova

O aumento do número de canoas não necessariamente representa uma ameaça ao sistema de organização dos espaços, no entanto quando se tem a extrapolação do controle comunitário instaura-se a situação de conflito. As regras continuam a ser adotadas, no entanto, nem sempre são respeitadas. O conflito surge e se agrava à medida que o respeito diminui ou desaparece, assim como acontece com os sentimentos de pertencimento. Nesse caso, tem-se a dissociação das “formas de apropriação” local. O “lugar” é revertido em um simples espaço produtivo ou ainda, como considera Begossi (2004), o “lugar” assume

somente o papel de território. Dessa forma, o “regime de propriedade” é destituído assumindo as características de “livre acesso”. Parafraseando North (1994) quando isso acontece “as regras do jogo” são quebradas.

A ausência de laços comuns denota que o aumento de pescadores na água não está enraizado no incremento da cultura local, tendo, infelizmente, outros fundamentos. Inserido no mesmo contexto econômico que o restante do país, Iguape também sofre as consequências geradas pela crise do desemprego tendo como agravantes a falta de indústrias e de investimentos privados. A baixa taxa de empregos formais⁶³ no município, sinaliza que uma grande parte da população encontra-se ou desempregada ou atuante no mercado informal. Os dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo – SEADE demonstram essa realidade.

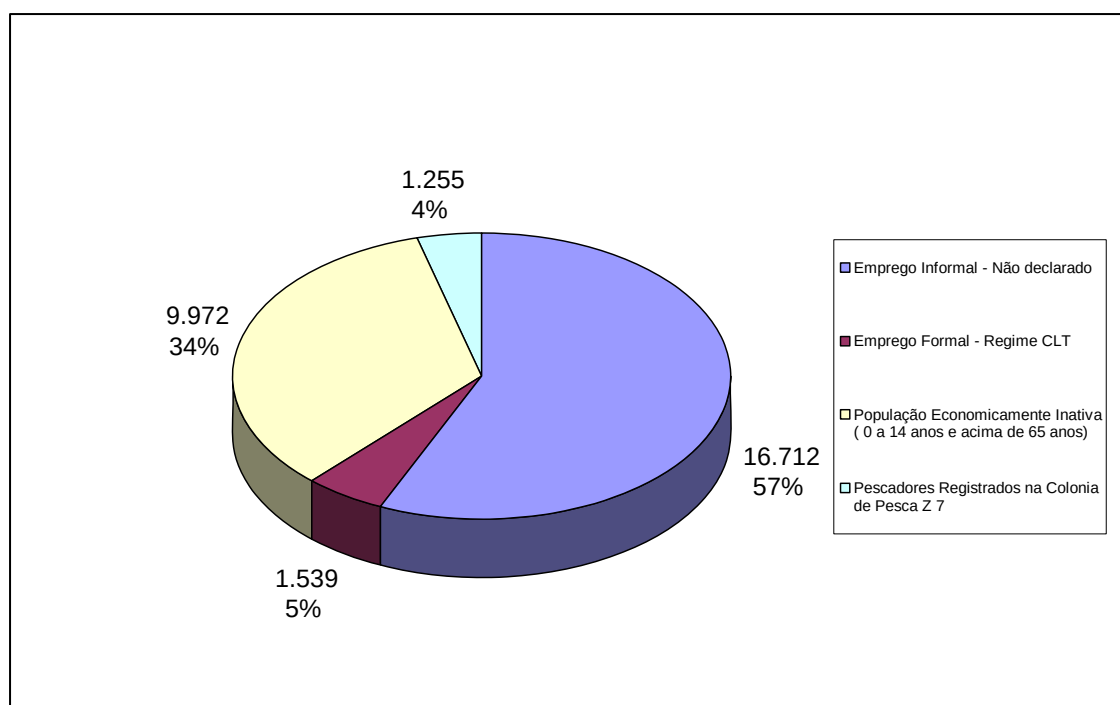


Gráfico 3. Taxa de trabalho formal e informal no município de Iguape (2004)

Fonte: Dados consultados no SEADE <<http://www.seade.gov.br/cgi-bin/lingcv98/tabela.htm?anos=1991&anos=1...>>. Acesso em: 05 dez. 2004
Projeção dos valores de 1995 - 2004

⁶³ Os dados de emprego formal são apresentados como o "número de empregos ocupados" e referem-se aos totais de vínculos empregatícios remunerados, efetivamente ocupados por trabalhadores com carteira de trabalho assinada (regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), estatutários (funcionários públicos) e trabalhadores avulsos, temporários e outros, desde que formalmente contratados: numa determinada data, informados pelos estabelecimentos quando da elaboração da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, do Ministério do Trabalho. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/cgi-bin/lingcv98/tabela.htm?anos=1991&anos=1...>>. Acesso em: 05 dez. 2004.

A grande disparidade entre os empregos formais 5% e os considerados informais 57% sinaliza que grande parte da população economicamente ativa não se encontra inserida nos padrões formais trabalhistas. Ao considerarmos a pouca disponibilidade de empregos no município, esses dados podem representar um forte indício de que muitas pessoas estejam se dedicando a pesca, o que confirma um dos maiores problemas apontados pelos pescadores: o grande número de pessoas disputando o mesmo espaço pesqueiro.

Ao analisar os dados anteriores do SEADE (1995 até 2002) é possível notar que esse quadro se repete, mesmo havendo crescimento lento da população total e conseqüentemente também da população economicamente ativa, o número de empregos formais sempre se manteve baixo.

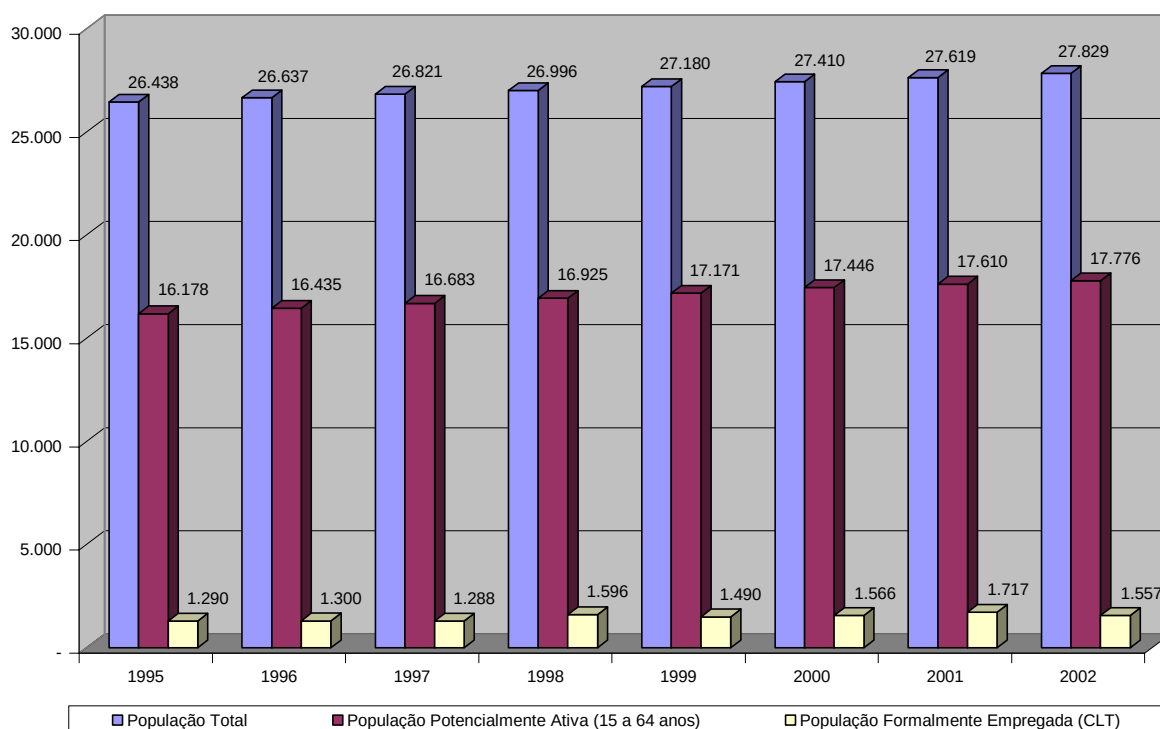


Gráfico 4. População ativa e formalmente empregada (1995-2002)

Fonte: Dados consultados no SEADE <<http://www.seade.gov.br/cgi-bin/lingcv98/tabela.htm?anos=1991&anos=1...>>. Acesso em: 05 dez. 2004.

Nesse sentido, a pesca, assume também o caráter de sobrevivência. Sem grandes perspectivas de emprego, muitos recorrem a ela como uma opção de vida e de trabalho. As evidências sobre isso estão referendadas não só nos dados do SEADE, mas também nas conversas com os pescadores que vivem no cotidiano o impacto quantitativo de trabalhadores.

“Hoje tem muito mais rede na água né, o camarada não tem trabáio e vem cá jogar sua rede” (seu Aristides, Rocio, 2003).

“Aumentou de mais o número de pescador na água é por causo do desemprego, a senhora vê, não tem indústria pra trabalhá, não tem emprego no comércio o camarada vai fazê o que vai é pegá uma rede de currico e vai começá a pescá porque é só assim que ele vai sobrevivê” (Maria Jussara, Índia, Toca do Bugio, 2003).

“Vixi essa molecada de hoje não tem emprego não e aí vem tudo pra pesca vem bagunçá as coisas por aqui, é assim que aumento por demais o número de pescador na água é a falta de emprego” (seu Benedito, Vila Nova, 2004).

“É só perguntá prá todos esses pescador que tão aí na praia quem é que sempre pescou e quem é que começo a pesca há pouco tempo, a senhora vai vê que tem muita gente que só tá pescando porque não tem outro emprego na vida” (seu Mario Pereira, rio das Pedras, Juréia, 2003).

Ao assumir o papel de centralidade na vida dos moradores de Iguape, a atividade pesqueira transforma a reprodução social dos pescadores gerando uma relação conflituosa entre os que os que vivem da pesca e os que pescam para viver. Essa relação dialética e ao mesmo tempo contraditória separa os pescadores em dois grandes grupos: os que têm a pesca como fonte de renda somente e os que têm na pesca sua razão de viver.

“Pescá como eu já falei pra senhora é uma maneira de vivê, a gente sempre viveu assim ligado com a pesca, agora é tudo gente que nunca pegou na rede e então só esculhamba com os outros, esses aí não sabem nada, nem se existe Lua nem se existe maré...” (seu Benedito, Vila Nova, 2004).

A análise de grupos de interesse representa uma importante ferramenta para entender como cada grupo de usuários percebe seu papel no sistema adotado na pesca. Os conflitos em função das diferentes identidades são inevitáveis e nesse sentido os “grupos de fora” constituem uma posição institucional de peso. Tem-se aí a demonstração de que sistemas socioeconômicos influenciam diretamente o padrão da atividade pesqueira local, ameaçando sua continuidade. A ameaça à exploração coletiva tem como aliado o enfraquecimento dos canais de reivindicação e o forte controle dos meios de produção pelo padrão.

Como destaca Begossi (2004) os processos envolvidos na apropriação dos espaços e dos recursos são parte de contextos sociais mais abrangentes que formam um sistema acoplado de relações entre seres humanos e o ambiente.

8. As particularidades das relações de produção

“A senhora qué entendê o que é o patrão? Eu vou explicá prá senhora, mas já vou avisando que é um tanto quanto complicado...”
(seu Benedito, Vila Nova, 2003).

Submeter-se ao sistema capitalizado da pesca não significa necessariamente romper com as tradições e as relações históricas. A tradição é recriada e redefinida pelos pescadores que precisam acompanhar as novas condições que lhe são impostas. Dessa forma o capital “do patrão”, ao penetrar na pesca artesanal, pode ou não estimular o individualismo e o utilitarismo, isso irá depender do comprometimento do pescador com a sua atividade.

Essa situação se inscreve no processo produtivo da pesca da manjuba em que se consolidam o saber fazer e o poder fazer, uma relação entre o conhecimento empírico do pescador e o capital financeiro do patrão.

8.1. Os atores: a grande teia de relações sociais

A consolidação entre o saber fazer e o poder fazer está fundamentada na diversidade dos atores sociais envolvidos, diversidade essa que se traduz em uma grande teia de relações. Para a caracterização desses atores, tomei como base algumas definições utilizadas por Giulietti (1992), as quais foram adequadas conforme a realidade observada no campo.

Atores sociais da pesca da manjuba em Iguape

- a) O pescador que possui os instrumentos de trabalho;
- b) O pescador que não possui os instrumentos de trabalho;
- c) O dono da indústria que compra o pescado e não fornece material
- d) O dono da indústria que fornece somente o material de pesca;
- e) O dono da peixaria que fornece o material de pesca;
- f) O dono dos materiais de pesca que não é dono de indústria nem de peixaria;
- g) O dono do caminhão que só faz o frete do pescado.

Cada ator social pode desempenhar mais de um papel dentro do processo produtivo, dependendo de sua atuação (ver Tabela 4). O dono da peixaria ou da indústria, por

exemplo, também pode ser proprietário de um caminhão de transporte de pescado e nesse caso, além de transportar a sua produção, pode prestar serviços como freteiro, levando a produção de outros e cobrando por esse serviço. Além disso, pode também fornecer o material de pesca para os pescadores que não os possuem, ou ainda comprar o pescado do pescador autônomo. Dessa forma ele assume tanto o papel de freteiro, como o de patrão ou ainda o de atravessador.

Tabela 5 – Os papéis sociais no processo produtivo

PEIXARIAS E INDÚSTRIAS	DONO DA PEIXARIA	DONO DA INDÚSTRIA	DONO DO MATERIAL	DONO DO CAMINHÃO DE FRETE	NÚMERO DE PESCADORES E TIPOS DE REDES
Bilaco	-	-	X	-	40 mestres / 40 curricos
Cooperativa de manjuba de Aquarius	-	-	X	-	-
Costão da barra	-	X	-	-	-
Jairê Pescados	X	-	X	X	Novo no mercado
João Rodrigues (nervo)	-	-	-	-	-
Manuel Simões Xavier (Rocio)	X	-	X	-	-
Mar azul (rocio)	X	-	-	-	-
Massakatu Nishidate	-	X	X	X	Não faz frete para terceiros
Peixaria Ademir	-	-	X	X	-
Peixaria Alvarenga	X	-	X	-	28 mestres / 28 currico
Peixaria Avelino	-	-	X	X	34 mestres / 28 manjubeiras e 6 curricos
Peixaria Beira mar/ Wilson	X	-	X	-	Não faz frete para terceiro / 60 mestres / 60 currico)
Peixaria Valdomiro Colaço	X	-	X	-	20 mestres / 20 currico
Peixaria do Zé Carlos	X	-	X	X	54 mestres / 54 currico
Peixaria Flor do mar	-	-	-	-	-
Peixaria João Rodrigues	X	-	X		-
Peixaria Paulinho Martins	X	-	-	X	É o melhor para frete
Peixaria Zé Roque	X	-	X	X	60 mestres / 32 curricos e 28 manjubeiras
Régis	-	-	X	-	30 mestres / 10 manjubeiras
Tiago do Embu	-	-	X	X	Não faz frete para terceiros

O pescador que detém os materiais de pesca: a canoa a rede ou ambos é considerado um pescador autônomo, conforme a classificação dada por Diegues (1983). Nesse caso o pescador estabelece uma relação de parceria com os camaradas e a divisão do pescado pode acontecer de três formas:

1) O pescador que detém os meios de produção, os petrechos de pesca, tem o direito a duas partes e o restante é partilhado entre os camaradas, 2) Se todos forem donos do meio de produção estabelece-se uma forma de sociedade e a produção ou o lucro da venda do pescado é partilhado entre todos de forma igual. 3) Não existe a partilha do peixe, o mestre da rede paga aos camaradas pela produção e adota o “preço da casa”, preço estipulado pelas próprias peixarias com base em cotações alcançadas nos leilões realizados no Ceagesp.

Como se trata de uma pesca autônoma em que o pescador independe do material de terceiros para pescar não existe a obrigação da exclusividade no momento da venda do pescado, tendo assim a liberdade para vender para qualquer peixaria ou ainda se preferir, pode optar por enviar o pescado para o Ceasa - Ceagesp – o maior entreposto de venda da manjuba, desde que pague as despesas do frete.

Mesmo que os pescadores autônomos evitem a venda exclusiva, pois assim perdem a possibilidade de barganhar o preço, muitos acabam estabelecendo vínculos com donos de peixarias, isso acontece na maioria das vezes quando o pescador não pode esperar o pagamento da produção que foi enviada ao CEASA, que pode demorar até 15 dias. A necessidade financeira o obriga a vender o pescado para aqueles que lhes pagam à vista e assim acabam se rendendo aos donos de peixarias ou indústrias de pesca. Quando isso acontece, o comprador, seja ele da peixaria ou da indústria, assume o papel do atravessador, pois ele compra a manjuba para revender. Apesar de cientes disso, os pescadores muitas vezes não têm outra saída.

Encontrar um pescador autônomo em Iguape é uma raridade, a maioria dos pescadores deixou de ter o próprio material de pesca e passou a depender cada vez mais do “Patrão”, denominação empregada aos “financiadores da pesca”, ou “armadores de pesca” (Diegues, 1973, 1983), o que, no entanto não agrega nenhum vínculo empregatício legal, não existe carteira assinada assim como qualquer outro benefício.

O patrão, ou armador de pesca é o que detém os meios de produção (a rede de manjubeira o currico e a canoa que pode ser motorizada ou não). O acordo estabelecido entre o patrão e o pescador é informal, não existindo contrato ou qualquer outro tipo de documento. Geralmente o patrão confia o material de pesca a esse pescador que será o

mestre responsável, sendo dele a obrigação da devolução ao final da safra. Em contrapartida o pescador se compromete a entregar toda a produção. O pagamento aos pescadores é feito geralmente de casa em casa ou nos próprios pontos de pesca e na maioria das vezes isso acontece aos sábados. O mestre é quem recebe o envelope e o valor recebido pela produção é partilhado entre ele e os camaradas, sempre em partes iguais.

A fidelidade do pescador ao seu patrão, muitas vezes é estabelecida à custa de dívidas que ele contrai com a retirada de vales que antecipam a safra da manjuba. Dessa forma, o pescador já inicia a safra com dívidas, o que o impede de mudar de patrão durante toda a safra, ou pelo menos até o pagamento do saldo devedor. A maior retirada de vales acontece no período que antecede a festa do Bom Jesus de Iguape em 06 de agosto. Geralmente uma semana antes da festa os “patrões” reúnem os seus pescadores para distribuir os vales, que podem chegar até a R\$ 600,00 (seiscentos reais) / US\$ 201,34 (Duzentos e um dólares e trinta e quatro centavos de dólar)⁶⁴. A festa do Bom Jesus de Iguape tem a duração de uma semana e os pescadores participam das comemorações, comprando, cumprindo promessas, e fazendo pedidos para que a pesca seja promissora.

Ao discorrer sobre esse pescador que não possui os instrumentos de trabalho, vale ressaltar que ainda assim ele é capaz de dominar todas as etapas ligadas à processualidade de sua atividade e isso lhe reveste de uma qualidade incomum frente aos outros profissionais, pois, ele se sente parte, sujeito ativo das decisões. (MALDONADO, 1993).

As práticas produtivas e simbólicas baseiam-se nas experiências e no conhecimento adquirido no transcurso da vida, independentemente de possuir ou não as tecnologias patrimônias/artesanais (barcos e redes) (RAMALHO, 2002).

8.2. A Comercialização da manjuba

A comercialização da manjuba é feita principalmente *in natura*, e apesar de existir um mercado constituído pelas peixarias que atendem a população local e aos turistas, o ponto forte de escoamento é o entreposto Ceagesp de São Paulo.

O processo que envolve a comercialização tem início a partir do recolhimento do produto nos pontos de pesca. Assim que os pescadores finalizam uma pescaria o pescado é

⁶⁴ Os valores em dólares foram calculados usando-se como base a cotação de R\$ 2,98 do dia 01/09/03.

condicionado em caixas plásticas para que possa ser feita a pesagem. Para isso são utilizadas as balanças trazidas pelos caminhões ou as que são fixas nos pontos de pesca.



Fotos 20 e 21. Pesagem da manjuba, Iguape/SP, 2003.

Depois de pesada a manjuba é transferida para outras caixas já identificadas com o nome do comprador. A quantidade de manjuba é anotada no caderno do Patrão em que constam todos os nomes dos pescadores, não existe emissão de comprovante. Alguns pescadores mantêm um controle próprio, outros, porém, confiam na honestidade do patrão.

Os caminhões que recolhem a manjuba nos pontos de pesca, não são os mesmos que fazem o transporte para São Paulo. Para esse fim são usados caminhões apropriados com sistemas de refrigeração. Quem assume a função de transportar a produção para o Ceagesp é conhecido como “freteiro” e a relação desses se dá com os pescadores “autônomos” e com os donos das peixarias que, ou não possuem caminhão apropriado para o transporte do peixe ou o seu caminhão não é suficientemente grande para transportar toda a produção.

Toda a produção de manjuba que sai de Iguape já tem destino certo, o freteiro antes de carregar o caminhão, divide o pescado em várias caixas de plástico que são identificadas com os nomes dos comissionários. Esses por sua vez são os vendedores ou “atravessadores” que possuem boxes no Ceasa e que atendem aos mercados: principalmente os feirantes e as grandes peixarias da capital. Na maioria das vezes é o freteiro quem mantém o contato com esses comissionários. A comercialização se dá pelo pagamento de comissão. Cada consignatário ou comissionário recebe 12% do valor total da venda do pescado.

Por exemplo, se um pescador autônomo quer enviar o produto para o Ceasa através do freteiro, ele precisa pagar o valor do frete que está fixado em R\$ 3,00 (três reais) / US\$ 1,01 (Um dólar e um centavo de dólar) por caixa de pescado (o que representa mais ou menos 20 quilos), também precisa pagar pelo gelo que é mais ou menos R\$ 0,50 (cinquenta

centavos por caixa) / US\$ 0,17 (Dezessete centavos de dólar por caixa) e ainda um taxa que eles chamam de acostamento do caminhão, isso quer dizer que o pescador ainda tem que pagar mais R\$ 0,04 (quatro centavos) / US\$ 0,01 (Hum centavo de dólar)⁶⁵ por cada quilo de manjuba que entra no Ceasa, além dos 12% do comissionário.

Esses valores não são pagos diretamente ao freteiro ou mesmo ao comissionário, na verdade o processo funciona da seguinte forma: o pescador envia o pescado pelo freteiro que repassa para o comissionário, que é quem efetua a venda e, portanto é ele quem vai receber o dinheiro. Quando isso acontece, ele entrega ao freteiro os cheques correspondentes a venda efetuada. O pagamento só chega nas mãos do pescador depois de uma semana ou até quinze dias que é o tempo que o comissionário leva para vender o pescado. Quem entrega os cheques aos pescadores é o próprio freteiro e o que o pescador recebe é o valor da venda com todos os gastos descritos acima já descontados.

A Figura 10 exemplifica as possíveis situações encontradas no sistema de comercialização da manjuba: o pescador autônomo, o pescador que trabalha para o patrão e o pescador que fez retirada de vales.

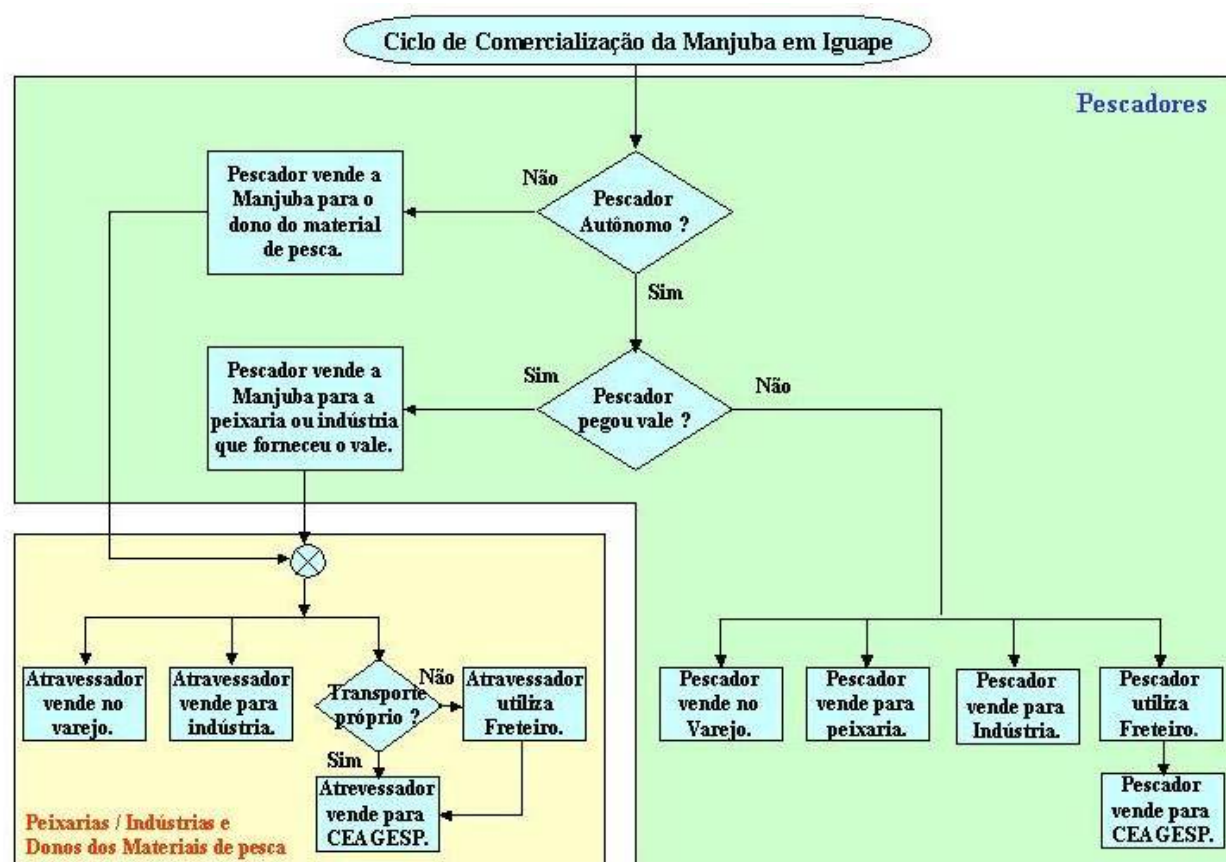


Figura 11. Fluxograma de comercialização da manjuba

⁶⁵ Os valores em dólares foram calculados usando-se como base a cotação de R\$ 2,98 do dia

Por se tratar de um ciclo de produção que envolve muitas variáveis, o processo produtivo se torna bastante complexo. Todas as despesas, assim como o lucro, variam de acordo com o papel de cada ator social e de cada arte de pesca empregada. Para a melhor compreensão desse processo e visualização de todos os valores criei alguns cenários com duas situações distintas: Equipe autônoma e Equipe trabalhando para o patrão. Para tanto considerei como variáveis: os locais de venda e as artes de pesca.

- Equipe autônoma: constituída por quatro pescadores no caso do uso da manjubeira ou dois pescadores quando se utiliza o currico. Nesse caso os pescadores detêm os meios de produção sendo então sócios na rede, no barco ou no motor e a divisão das despesas e do lucro acontece sempre em partes iguais. A variação implica na arte de pesca, currico ou manjubeira e na venda do pescado que pode ser local para as peixarias e para os turistas ou para o Ceasa em São Paulo.
- Equipe trabalhando para um *patrão*: também constituída por quatro, dois, ou um único pescador dependendo da arte de pesca utilizada, só que nesse caso os pescadores não são donos dos meios de produção.

Os valores e a quantidade de manjuba utilizados nos cenários foram calculados para uma safra toda (período de seis meses) e estimados juntamente como os pescadores, nos estabelecimentos de venda local e no Ceasa.

Tabela 6 – Valores calculados para uma safra e utilizados nos cenários

DESCRIÇÃO	QTDE/REAIS (R\$)	QTDE/DÓLARES (US\$)	UNIDADE
Quantidade média de Manjuba pescada na safra (por tripulação)	12.000	12.000	QUILOS
Cotação média do CEASA na safra	2,30	0,77	POR QUILO
Capacidade Caixa de pescado	20	20	QUILOS
Gelo	0,50	0,17	POR CAIXA
Comissão	12%	12%	
Frete	3,00	1,01	POR CAIXA
Acostamento	0,04	0,01	POR QUILO
Cotação média de Iguape na safra	1,50	0,50	o quilo

Tabela 7 – Equipe autônoma que pesca com manjubeira (venda local)

DESCRIÇÃO	REAIS (R\$)	DÓLARES (U\$)	%
Receita Total valor estimado (12.000 Kg x R\$ 1,50 cotação da casa) ⁶⁶	18.000,00	6.040,27	
Despesas			
• Depreciação da manjubeira	1.500,00	503,36	8
Lucro total	16.500,00	5.536,91	92
Lucro por safra para cada pescador (4 pescadores)	4.125,00	1.384,23	23

Estou considerando que todos os pescadores são sócios da rede, mas se os petrechos pertencessem a apenas um único pescador o lucro não seria o mesmo para todos. Nesse caso, o dono do material do material venderia a produção por R\$ 1,50, preço estipulado nas peixarias locais, e repassaria aos seus camaradas o valor de R\$ 1,30, assumindo assim o papel do *patrão*.

Tabela 8 – Equipe autônoma que pesca com currico (venda local)

DESCRIÇÃO	REAIS (R\$)	DÓLARES (U\$)	%
Receita Total valor estimado (12.000 Kg x R\$ 1,50 cotação da casa)	18.000,00	6.040,27	
Despesas			
• Depreciação do motor e do currico	2.000,00	671,14	11
• Gasolina (1.200 l x R\$ 2,30)	2.760,00	926,17	15
Lucro total	13.240,00	4.442,95	74
Lucro por safra para cada pescador (2 pescadores)	6.620,00	2.221,48	37

Mesmo considerando os gastos com a gasolina e a depreciação da rede e do motor o lucro da pesca com o currico ainda é maior quando comparado à pesca com a manjubeira.

⁶⁶ Preço estipulado pelas peixarias da cidade que compram o pescado do pescador autônomo.

Tabela 9 – Equipe autônoma que pesca com manjubeira (venda CEASA)

DESCRIÇÃO	REAIS (R\$)	DÓLARES (U\$)	%
Receita Total valor estimado (12.000 Kg x R\$ 2,30 cotação CEASA)	27.600,00	9.261,74	
Despesas			
• Comissionário	3.312,00	1.111,41	12
• Freteiro (R\$ 3,00 x 600 caixas)	1.800,00	604,03	7
• Gelo (R\$ 0,50 x 600 caixas)	300,00	100,67	1
• Acostamento (R\$ 0,04 x 12.000 kg)	480,00	161,07	2
• Depreciação da manjubeira	1.500,00	503,36	5
Despesa total	7.392,00	2.480,54	27
Lucro total	20.208,00	6.781,21	73
Lucro por safra para cada pescador (4 pescadores)	5.052,00	1.695,30	18

Tabela 10 – Equipe autônoma que pesca com currico (venda CEASA)

DESCRIÇÃO (VALORES ESTIMADOS)	REAIS (R\$)	DÓLARES (U\$)	%
Receita Total (12.000 Kg x R\$ 2,30 cotação CEASA)	27.600,00	9.261,74	
Despesas			
• Comissionário	3.312,00	1.111,41	12
• Freteiro (R\$ 3,00 x 600 caixas)	1.800,00	604,03	7
• Gelo (R\$ 0,50 x 600 caixas)	300,00	100,67	1
• Acostamento (R\$ 0,04 x 12.000 kg)	480,00	161,07	2
• Depreciação do motor e do currico	2.000,00	671,14	7
• Gasolina (1.200 l x R\$ 2,30)	2.760,00	926,17	10
Despesa total	10.652,00	3.574,50	39
Lucro total	16.948,00	5.687,25	61
Lucro por safra para cada pescador (4 pescadores)	8.474,00	2.843,62	31

O lucro que o pescador obtém com a venda para o Ceasa, principalmente quando utiliza o currico, é maior do que quando vende o peixe localmente, mesmo descontando 27% de despesas gastas com o envio do pescado. No entanto, muitos pescadores optam por continuar vendendo para as peixarias locais para garantir o retorno financeiro em curto prazo.

Tabela 11 – Equipe trabalhando para um *patrão* utilizando o currico

DESCRIÇÃO (VALORES ESTIMADOS)	REAIS (R\$)	DÓLARES (U\$)	%
Receita total do patrão (12.000 Kg x R\$ 2,30 cotação CEASA)	27.600,00	9.261,74	
Despesas do patrão			
• Comissionário	3.312,00	1.111,41	12
• Freteiro (R\$ 3,00 x 600 caixas)	1.800,00	604,03	7
• Gelo (R\$ 0,50 x 600 caixas)	300,00	100,67	1
• Acostamento (R\$ 0,04 x 12.000 Kg)	480,00	161,07	2
• Depreciação do motor e do currico	2.000,00	671,14	7
• Pagamento dos pescadores (R\$ 1,30 x 12.000 Kg)	15.600,00	5.234,90	57
Despesa total do patrão por equipe	23.492,00	7.883,22	85
Lucro total do patrão por equipe	4.108,00	1.378,52	15
Receita total da equipe (R\$ 1,30 x 12.000 Kg)	15.600,00	5.234,90	57
Despesas da equipe			
• Gasolina (1.200 l x R\$ 2,30)	2.760,00	926,17	10
Lucro por safra para cada pescador (2 pescadores)	6.420,00	2.154,36	23

Na situação em que o pescador se submete ao *patrão*, independente da arte de pesca utilizada o valor pago pelo quilo da manjuba sofre sempre a redução de R\$ 0,20, sendo R\$ 1,30 o valor estipulado, além disso, quando se pesca com o currico a despesa com a gasolina, conforme demonstrado na Tabela 10, é sempre descontada da receita total do pescador e não da receita do patrão.

Tabela 12 – Equipe trabalhando para um *patrão* utilizando a manjubeira

DESCRIÇÃO (VALORES ESTIMADOS)	REAIS (R\$)	DÓLARES (U\$)	%
Receita total do patrão (12.000 Kg x R\$ 2,30 cotação CEASA)	27.600,00	9.261,74	
Despesas do patrão			
• Comissionário	3.312,00	1.111,41	12
• Freteiro (R\$ 3,00 x 600 caixas)	1.800,00	604,03	7
• Gelo (R\$ 0,50 x 600 caixas)	300,00	100,67	1
• Acostamento (R\$ 0,04 x 12.000 Kg)	480,00	161,07	2
• Depreciação da manjubeira	1.500,00	503,36	5
• Pagamento dos pescadores (R\$ 1,30 x 12.000 Kg)	15.600,00	5.234,90	57
Despesa total do patrão por equipe	22.992,00	7.715,44	83
Lucro total do patrão por equipe	4.608,00	1.546,31	17
Lucro por safra para cada pescador (4 pescadores)	3.900,00	1.308,72	14

Tabela 13 - Comparação do lucro dos pescadores conforme as variáveis consideradas:

	Valores em reais (R\$)	Valores em dólares (U\$)
1. Pescador autônomo que pesca com manjubeira (venda local)	4.125,00	1.384,23
2. Pescador autônomo que pesca com currico (venda local)	6.620,00	2.221,48
3. Pescador autônomo que pesca com manjubeira (venda CEASA)	5.052,00	1.695,30
4. Pescador autônomo que pesca com currico (venda CEASA)	8.474,00	2.843,62
5. Pescador trabalhando para um <i>patrão</i> utilizando a manjubeira	3.900,00	1.308,72
6. Pescador trabalhando para um <i>patrão</i> utilizando o currico	6.420,00	2.154,36

Ao se avaliar o lucro do pescador autônomo observa-se que, independente, do local de venda, os valores são mais altos quando se emprega a rede de currico. Antigamente, no período em que a maioria das indústrias era ativa, existia o reconhecimento da superioridade do pescado proveniente da rede de manjubeira e por essa razão o lucro era

maior quando se empregava essa arte. Nos dias de hoje, porém, em que raramente se considera essa diferença no momento da compra do peixe⁶⁷, o que se observa é uma diminuição, cada vez maior, do estímulo para a sua utilização. Além disso, o capital inicial necessário para a aquisição dessa rede torna quase que inviável o incremento dessa arte de pesca. Para se comprar a rede de manjubeira o pescador necessita de no mínimo R\$ 5.700,00 (Cinco mil e setecentos reais) / US\$ 1.912,75 (Mil novecentos e doze dólares e setenta e cinco centes), valor excessivamente alto se comparado ao custo necessário para se adquirir uma rede de currico, estimado pelos pescadores em R\$ 900,00 (Novecentos reais) / US\$ 302,00 (Trezentos e dois dólares). Ainda que se leve em conta os gastos para a compra do motor que nem sempre é utilizado, muitos pescadores que pretendem continuar pescando como autônomos, acabam investindo no currico justamente por esse apresentar menor custo e atualmente oferecer maiores benefícios.

Além desses dados, outro fato interessante deve ser considerado. Mesmo que se observe um lucro maior quando se pesca como autônomo 0,30% a mais utilizando a manjubeira e 0,32% utilizando o currico, em ambos os casos, considerando a venda para o Ceasa, o que se observa é que a maioria dos pescadores encontra-se pescando para algum *patrão*. Essa informação é validada pelos dados do cadastramento que demonstra que 75% dos pescadores pescam atualmente para algum *patrão*. Ainda que conscientes da possibilidade de melhores rendimentos a maioria dos pescadores não encontra nenhuma forma de financiamento para adquirir os petrechos de pesca. O capital inicial, mesmo sendo baixo, no caso do currico, é inviável para a grande maioria. A falta de alternativas os força a submeterem-se ao *patrão*, sendo essa a única forma encontrada por eles de continuar pescando.

O *patrão*, conhecendo as vantagens da utilização do currico, o baixo custo e o menor número de pescadores necessários para operacionalizar essa rede, intensifica cada vez mais a utilização dessa arte, visando com isso aumentar o número de redes na água⁶⁸ garantindo assim um retorno ainda maior. Isso talvez justifique o número crescente dessa arte de pesca que, aos poucos, parece estar substituindo a rede de manjubeira.

Infelizmente, pescar para o *patrão* representa a solução não só dos que não encontram nenhuma fonte de financiamento como também dos que não encontram nenhuma possibilidade de emprego. Cada vez mais se observa o aumento do número de

⁶⁷ Atualmente somente o Nishidate paga melhor pela manjuba proveniente da rede de manjubeira.

⁶⁸ Enquanto se pesca em quatro com a rede de manjubeira, são necessários somente dois para se pescar com o currico o que representa a possibilidade de se ter duas redes na água ao invés de uma única se consideramos a divisão dos pescadores que utilizam a manjubeira.

redes de currico na água e cada vez mais se intensifica o conflito gerado entre os pescadores que sempre tiveram na pesca sua ideologia de vida e os que optaram pela pesca como única forma de sobrevivência.

8.3. A Industrialização da manjuba

O processo de industrialização da manjuba permanece atualmente estagnado se comparado ao período em que esteve em ascensão (meados da década de 1940 até fins da década de 1970). Atualmente existem somente duas indústrias ativas na cidade: o Massakatu Nishidatte e o Costão da barra. Ambas trabalham com a manjuba salgada, seca e, em bem menor escala, com a filetagem. Mesmo trabalhando com o beneficiamento do pescado, as atividades em sua maioria restringem-se ao tempo da safra, reduzindo a quase zero durante o restante dos meses.

A diferença entre as duas indústrias reside principalmente no sistema de trabalho adotado, enquanto o Nishidate fornece o material de pesca para os seus pescadores garantindo assim a produção, o dono do Costão da barra somente compra o pescado do pescador autônomo, pois não fornece material de pesca.

Segundo o relato de alguns pescadores, a maior parte do pescado que entra no Costão da barra é beneficiado fora dela, isso significa que o peixe é salgado de forma artesanal, a fábrica fornece a caixa e o sal e os pescadores fazem a salga e embalam o produto em suas casas, ou em locais bastante improvisados, não é incomum encontrar no meio do mato, esteiras, que são utilizadas para a secagem da manjuba.

Nesta última safra 2002-2003 a fábrica pagou pela manjuba já seca e embalada (caixa com 10 quilos) R\$ 34,00 (trinta e quatro reais) / US\$ 11,41 (Onze dólares e quarenta e um centavos de dólar) e revendeu por R\$ 60,00 (sessenta reais) / US\$ 20,13 (Vinte dólares e treze centavos de dólar). O valor baixo pago ao pescador tem como justificativa a falta do SIF (Selo de Inspeção Federal – fornecido pelo Ministério da Agricultura). Se os pescadores entregassem a caixa para a indústria já com essa certificação, o valor pago subiria para R\$ 48,00 (Quarenta e oito reais) / US\$ 16,11 (Dezesseis dólares e onze centavos de dólares)⁶⁹.

A falta do selo, além de manter os pescadores distantes da autonomia de venda, os obriga a continuar submetido a uma situação de dependência.

⁶⁹ Os valores em dólares foram calculados usando-se como base a cotação de R\$ 2,98 do dia 01/09/03.

De uma forma geral, as formas de produção na pesca da manjuba estão centralizadas nos donos dos meios de produção. Esse fato pode representar um risco, pois sendo eles os donos do material de pesca podem definir as regras de mercado, além de atrair para a atividade um número cada vez maior de pessoas. Mesmo que efetivamente se tenha um ordenamento regulador de acesso ao espaço e ao recurso, como a fiada e o respeito, toda e qualquer forma de gestão promovida por essas comunidades está ameaçada. A difícil exclusão como destaca Berkes (1989) torna a manutenção das práticas um grande desafio para esses pescadores que procuram a todo o momento defender a territorialidade de seus lugares.

9. Considerações finais

“A senhora já tá acabando o trabáio né?” (Seu Benedito, Vila Nova, 2004).

Com o intuito de compreender a pesca da manjuba e as dinâmicas envolvidas na sua organização e na apropriação dos espaços e dos recursos, foi preciso, compreender as pessoas, seus valores culturais, suas atitudes e seu modo de vida. Afinal, como ensinam os pescadores, *a pesca não é só feita de peixe...tem gente também!* Gente que pesca e que constrói sua vida em torno dessa atividade, gente que conhece melhor do que ninguém as águas onde pesca. Como sugere Zaluar (1986), a recorrência de padrões e de ações permitiu a interpretação dos fatos. Foi possível captar o rotineiro, o decisivo e o conflitivo. O olhar do pesquisador, tenso e atento, descrito por Cardoso (1995), não mais se defrontou com os limites e as lacunas que estavam presentes no início do trabalho. Muitos significados haviam finalmente sido compreendidos.

Nesse processo, através do resgate histórico – a abertura do Valo Grande, a construção da barragem a industrialização da pesca e a intervenção das leis ambientais – foi possível demonstrar não só a origem da pesca da manjuba, como também a origem de conflitos significativos: diminuição dos espaços pesqueiros ocasionados pela construção e destruição sucessiva da barragem, que conseqüentemente alterou o ecossistema estuarino e a entrada da manjuba no estuário; conflitos relacionados às diferentes artes de pesca, a manjubeira e o currico, causados pela posterior introdução da rede de currico que, por sua vez, não segue os padrões culturais de uso da manjubeira; e, conflitos ocasionados pela imposição de leis ambientais que expulsaram muitos moradores do seu território, do seu “modo de vida”, leis que desconhecem ou ignoram a relação que o pescador desenvolve com o espaço em que pratica a pesca. Permeando todos esses eventos, destacaram-se, ainda, os conflitos de ordem social como o desemprego e a dependência do pescador em relação aos que detém os meio de produção.

Essa realidade conflituosa em que se insere a pesca da manjuba, no entanto, não impede os pescadores de reconhecer seus espaços como *lugares* produtivos que são por vezes organizados e defendidos. Partindo do conhecimento validado pela prática e expresso por meio da oralidade, os pescadores demonstraram que é possível conceber uma utilização compartilhada dos recursos. Dessa forma, ainda que os conflitos tenham sido evidenciados, esse trabalho procurou priorizar as práticas que envolvem a auto-organização e que permitem a gestão e a divisão do espaço pesqueiro.

As bases, que consolidam a pesca e que estão profundamente articuladas com as dinâmicas de apropriação dos espaços, estão fundamentadas no conhecimento construído a

partir da socialização entre os pescadores e por meio dos processos de inter-relação que desenvolvem com a natureza. Partindo desses princípios, o fundamento da lógica comunitária que assegura a utilização compartilhada dos recursos envolve, além da tradição pesqueira, a ligação que o pescador constrói com os espaços em que exerce sua atividade. Um espaço que é ao mesmo tempo, revestido de significados, de particularidades e de valores. Essa apropriação que é ao mesmo tempo simbólica e material permite aos pescadores a re-significação do seu espaço, viabilizando assim a concepção de “lugar”.

O lugar é o vivido, como assinala Furlan (2001), e é por essa razão que os pescadores de manjuba atribuem valores aos seus espaços produtivos. O “vivido” reflete as relações de afetividade, de identidade e de respeito o que, por sua vez, embasam as relações que se estabelecem na pesca: o compadrio, a amizade e o parentesco.

São esses os pilares que sustentam a “apropriação territorial” na pesca da manjuba, os mesmos que evidenciam, como assinala Fernandez (1993), a possibilidade de cooperação entre os pescadores, demonstrando assim o sentimento de coletividade entre eles. Ao seguir esses pressupostos, ao contrário do que supôs Hardin (1968), é possível afirmar que, a consciência, a responsabilidade e a ética podem conduzir à utilização adequada dos recursos. A experiência da *fiada* adotada pelos pescadores como forma de organização dos lances de rede, demonstra essa realidade.

A essência do co-manejo figura no interesse local da manutenção do recurso e, portanto entre os que dividem os mesmos interesses e as mesmas lógicas comunitárias. Dessa forma, a incorporação de sistemas de regulação da pesca, como a *fiada*, só se torna efetiva entre aqueles que, de alguma forma, se identificam ou com o “lugar” em que praticam suas atividades, ou com os próprios pescadores, valendo-se assim das inter-relações sociais existentes na pesca. Quando não se estabelece esse tipo de relação, ou seja, quando o pescador não possui nenhuma forma de identificação, configura-se a situação de conflito.

Sistemas de manejo são socialmente construídos e, por essa razão, apenas regras consideradas ecologicamente corretas, não são suficientes para controlar o acesso e o uso dos recursos pesqueiros. Em virtude da desconsideração da dimensão humana, como destaca McGoodwin (1990) muitos modelos propostos para a gestão dos recursos têm se revelados insuficientes e ineficazes ao longo do tempo. Nesse sentido, como sugere Ostrom (1994), a análise institucional local é uma ferramenta teórica-metodológica importante para se entender as relações entre os usuários, a área manejada, e as regras de acesso e de uso.

Tais reconhecimentos nos levam a propor que a gestão participativa da pesca, enquanto instrumento de administração dos recursos pesqueiros, deve ser incorporada como preceito básico na pesca da manjuba. A legitimação da participação dos pescadores,

enquanto membros ativos em processos de decisão, pode garantir, se não o discutível desenvolvimento sustentável, pelo menos um desenvolvimento mais eqüitativo da atividade pesqueira.



Acabou?

“Tem certeza que a senhora não vai me perguntá mais nada?”

“Puxa que eu cansei de tanto falar... a senhora acha que entedeu tudo? Foi inté bão contá essas coisas todas aí prá senhora. A gente quando fica velho pensa que nem tem mais utilidade... mas sabe que eu me senti igual um professor! Não sei não se a senhora ia consegui entendê tudo só com os ensinamentos aí dos livro! Agora a senhora já pode escrevê aí do seu jeito a seu trabáio prá modo de todo mundo também entendê como é que a gente pesca a manjuba por aqui!

Só não esquece de nós aqui...

E nem de colocá o meu nome no seu trabáio!”

Seu Benedito, 05 de maio de 2004

Bibliografia

- ALMEIDA, A. Paulino. O Ribeira de Iguape. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v. CII, p. 24-105, 1945.
- _____. As grandes enchentes. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v. CXLII. p. 7-15, 1951.
- ALMEIDA, Mauro. Populações Tradicionais: conceitos. In: SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DE PRIORIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1999, Amapá. (Texto utilizado no seminário).
- ALMEIDA, Mauro; CUNHA, Manuela. C. da. Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade da Amazônia Brasileira. In: PROGRAMA NACIONAL DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA, 1999, Macapá. **Textos para Subsídios ao GT povos indígenas e populações tradicionais**.
- ANDRADE, Daniela. **Pobreza rural e Conservação da Mata Atlântica no processo de transformação do sistema de produção agrícola caboclo**: história agrária do município de Iguape, Vale do Ribeira-SP. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- ÂNGELO, Sueli; SAMPAIO. Plínio de A. Políticas Públicas, agricultura e desmatamento no Vale do Ribeira de Iguape. AGB. **Boletim Paulista De Geografia**. São Paulo, n. 69, p. 61-73, 1990.
- ARAÚJO, F.G, et al. Enviromental influences on the demersal fish assemblages inthe Sepetiba Bay, Brasil. Estuaries, Kansas, n.59, p. 329-364, 1986. *apud* SILVA, Márcio Araújo et al. Distribuição espacial e temporal de *Centegraulis edentulus* (Cuvier) (Actinoptergii, Engraulidade) na Baía de Sepetiba, Rio de Janeiro, Brasil. **Revista Brasileira de Zoologia**, v. 20, n. 4, 2003.
- BALÉE, W. A. Cultura da Floresta Amazônica. In: POSEY, D.; E BALÉE, W. (Orgs). **Manejo de recursos na Amazônia: Estratégias Indígenas e Folclóricas**. Jardim Botânico de Nova York, Bronx, 1989. p. 1-20.
- BALÉE, W. Indigenous Transformation of Amazonin Forest. An Example from Maranhão, Brasil. In: **L'Homme**, 1992.
- BECKER, Howard. **Uma teoria da ação coletiva**: De que lado estamos? Texto extraído de Becker, H. S. Chicago: Aldine Publishing Company, 1970, Tradução Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [19 –].
- _____. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.

- BEGOSSI, Alpina. Fishingspots and sea tenure: incipient forms of local management in Atlantic Forest coastal communities. *Human Ecology*, Michigan, v.23, n.3, p.387-405, 1995.
- _____. (Org). **Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec / Nepam / Unicamp / Nupaub / Fapesp, 2004.
- BENDAZOLI, Arlete., et al. **A manjuba (*Anchoviella lepidentostole*) no Rio Ribeira de Iguape, biologia, comportamento e avaliação do estoque**. São Paulo: IBAMA/IOUSP/IP-AS/SEMA, 1990.
- BENEZERA, Clara.; CAVANAGH, Julie. **Antropologia Marítima e Gestão da Pesca Litorânea Brasileira**. Tradução Antonio Carlos Sant'ana Diegues, Quebec, 1994.
- BERKES, F. Local-level management and the commons problem: A comparative study of Turkish coastal fisheries. *Marine Policy*, v.10, p. 215-229, 1986.
- BERKES, F. et al. The benefits of the commons. *Nature*, v.340, n.13, p. 91-93, 1989.
- BERTA, Ribeiro. (Coord). **Suma Etnológica Brasileira**. 2.ed., Petrópolis: FINEP/VOZES, 1987.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade- lembranças de velhos**. 9.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org). A participação da pesquisa no trabalho popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 223-252.
- BROMLEY, D.; CERNEA, M. The management of Common property Natural resources: some operational fallacies. 1989. *apud* GOLDMAN, Michael. Inventando os Comuns: Teorias e Práticas do profissional em Bens Comuns, 1998. In: DIEGUES, Antonio. C.; MOREIRA, André. C. (Orgs). **Espaço e Recursos Naturais de Uso Comum**. Tradução André de Castro C. Moreira. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p. 43-76.
- BRUSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis. (Org). **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 29-40.
- CAMARA, Jaime. J.C. et al. Estrutura Populacional, Crescimento, Mortalidade e Taxa de Exploração do Estoque de Manjuba, *Anchoviella lepidentostole* (Pisces, Engraulidae), do rio Ribeira de

- Iguape, sudeste do Estado de São Paulo, Brasil, durante o período de 1993 a 1996. ***Boletim do Instituto de Pesca***, São Paulo, v.27, n.2, p.219 -230, 2001.
- CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 34. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1964.
- CAPRA, F. **A teia da vida: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Tradução Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, [19 –].
- CARDOSO, Eduardo. S. **Pescadores artesanais**: Natureza, Território, Movimento Social. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- CARDOSO, Ruth. (Org). **A aventura Antropológica**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- CARDOSO, Sérgio. O olhar viajante (do etnólogo). In: Novaes, Adauto. (Org). **O olhar**. São Paulo: Cia das letras, 1995. p. 347- 360.
- CARVALHO, J.P. Engraulídeos brasileiros do gênero *Anchoa*. ***Boletim do Instituto Paulista de Oceanografia***, São Paulo, n.1, p. 43 -70, 1950.
- CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e saberes de Populações Tradicionais. In DIEGUES, Antonio Carlos. (Org). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 165 -180.
- CASTRO, F. **Aspectos ecológicos da pesca artesanal no Rio Grande, à jusante da Usina Hidrelétrica de Marimbondo**. 1992. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Instituto de Ecologia, Universidade de Campinas, Campinas, 1992.
- CHARON, Joel. M. **Sociologia**. Tradução Laura Teixeira Mota. São Paulo: Saraiva, 1999.
- CLAVAL, Paul. Campo e Perspectivas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto, L.; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia Cultural**: um século. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002. p. 133-196.
- CORBIN, Alain. **O território do Vazio**: a praia e o imaginário ocidental. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CORDELL, John. The Lunar-Tide Fishing Cycle in Northeastern Brazil. ***Ethnology***, v.13, n.4, p.379-392, Oct, 1974.
- _____. **Locally managed sea territories in Brazilian coastal fishing**. Roma: FAO, 1982.
- _____. **A sea of small boats**. Massachusetts: Cultural Survival, 1989.

- _____. Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia, 1989. In: DIEGUES, Antonio. C.; MOREIRA, André. C (Orgs). **Espaço e Recursos Naturais de Uso Comum**. Tradução André de Castro Moreira. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p. 139-159.
- COSTA, Lucia Ferreira da. **Os fantasmas do Vale**: Qualidade Ambiental e Cidadania. Campinas: UNICAMP, 1993.
- COTO, C.F. et al. Abundância de algumas espécies de Anchoas en la laguna de Términos (México), estimada através de la captura de huevos. In: Annal Del Institute de Ciência Del Mar Limnologia da Universidad Autónoma de México, México, v.15, n.1, 1988. p.125-134. *apud* SILVA, Márcio Araújo. et al. Distribuição espacial e temporal de *Centegraulis edentulus* (Cuvier) (Actinoptergii, Engraulidae) na Baía de Sepetiba, Rio de Janeiro, Brasil. **Revista Brasileira de Zoologia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, 2003.
- CUNHA, Lucia Helena. **Conhecimentos e Práticas Tradicionais**. No prelo. [19 –].
- DASMANN, R.F. The importance of cultural and biological diversity. In: OLDFIELD, M.L.; ALCORN, J.B. **Biodiversity**: culture, conservation and ecodevelopment. Boulder: Westview Press, 1991. p. 7-15.
- DIAS, J.F. et al. Contribuição ao entendimento da dinâmica reprodutiva de *Anchoa mitchilli* (Engraulidae), do rio Ribeira de Iguape, SP, no período entre 2001 e 2002. In: II Simpósio Brasileiro de Oceanografia. Disponível em: <<http://sbo.oceanografia.org/trabalho/ver/288.htm>>. Acesso em jun. 2004.
- DIEGUES, Antonio. C. **A pesca no Vale do Ribeira**, São Paulo: SUDELPA, 1971.
- _____. **Pesca e Marginalização no Litoral Paulista**. 1973. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973.
- _____. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. **Povos e Mares**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1995.
- _____. **A imagem das Águas**. (Org). São Paulo: Hucitec, 2000.
- _____. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.
- _____. **Ecologia Humana e Planejamento Costeiro**. São Paulo: NUPAUB, 2001.
- DIEGUES, Antonio. C.; ARRUDA, Rinaldo. S.V. (Orgs). **Saberes Tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1990.

- FEENY, David.; BERKES, Fikret.; McCAY, Bonnie.; ACHESON, James M. A tragédia dos Comuns. 1990. In: DIEGUES, Antonio. C.; MOREIRA, André C. (Orgs). **Espaço e Recursos Naturais de Uso Comum**. Tradução André de Castro Moreira. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p.17-42.
- FERNÁNDEZ, José. P. (Coord). Apuntes para el debate en torno a la tragedia de los comunes. In: CONGRESSO DE ANTROPOLOGIA, 1993, Tenerife. **Actas del VI Congreso de Antropología, Procesos de Apropiación y Gestión de recursos Comunes**, Tenerife, 1993. p. 23-39.
- FOOTE-WHYTE, William. Treinando a observação participante. In: ZALUAR, Alba. **Desvendando máscaras sociais**. (Org). 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1980. p. 77-86.
- FORMAN, S. Cognition and catch; the location of fishing spots in a Brazilian coastal village. **Ethnology**, v.6, n.4, p. 405-426, 1967.
- _____. **Jangadeiros: raft Fishermen of Northeastern Brazil**. University of Indiana Press, 1970.
- FORTES, Roberto. **Iguape...Nossa história**. (Vol. I). Iguape: Roberto Fortes, 2000.
- FRANÇA, M.C. **Pequenos centros paulistas de função religiosa**. São Paulo: Instituto de Geografia, USP, 1975.
- FURLAN, Sueli. A. **Lugar e Cidadania: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental** (situação do Parque estadual na Ilha de São Sebastião – SP). Dissertação (Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- GALVÃO, H. **Novas Cartas da Praia**. Natal: Val, 1968.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1989
- _____. **Los usos de la diversidad**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1996.
- GIULIETTI, Nelson. **A pesca e a industrialização da manjuba, em Iguape, litoral sul do Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- GODARD, O. Aspects institutionnels de la gestion intégrée des ressources naturelles et de l'environnement. Paris: MSH, 1980. *apud* VIERA, Paulo Freire. Gestão Patrimonial de Recursos Naturais: Construindo o Ecodesenvolvimento em Regiões Litorâneas. In: CAVALCANTI, Clóvis. (Org). **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 293-322.

- _____. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: VIEIRA, Paulo. F.; WEBER, Jacques. **Gestão de recursos renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997.p. 107-114.
- GODELIER, M. **Antropologia**. Tradução Evaldo Sintoni. São Paulo: Ática, 1981
- _____. Considerations Théoriques et Critiques sur le Rapport entre L' Homme et son Environnement. Information sur les Sciences Sociales, v.13, n. 6, 1974. *apud* MALDONADO, Simone, C. **Mestres e Mares – Espaço e Indivisão na pesca marítima**. São Paulo: Annablume, 1993.
- _____. Racionalidade e Irracionalidade na Economia. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, [19 –]. *apud* LIMA, K. Pescadores de Itaipu - **A pescaria da tainha e a produção ritual da identidade social**. 1978. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de pós Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Niterói, 1978.
- GOLDEMBERG, Miriam. **A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: RECORD, 2002.
- GOLDMAN, Michael. Inventando os Comuns: Teorias e Práticas do profissional em bens comuns, 1998. In: DIEGUES, Antonio. C.; MOREIRA, André. C. (Orgs). **Espaço e Recursos Naturais de Uso Comum**. Tradução André de Castro Moreira. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p. 43-76.
- GOMÉZ-POMPA, A.; KAUS, Andréas. Domesticando o Mito Moderno da Natureza Selvagem, 1992. In: DIEGUES, Antonio. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 126-147.
- GORDON, H. The economic theory of a common property resource: The fishery. **The Journal of political Economy**, v. LXII, p. 124-142, feb./dec. 1954.
- GUHA, R. O Biólogo Autoritário e a Arrogância do Anti-Humanismo. In: DIEGUES, Antonio. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. Tradução Antonio Carlos Diegues; Daniela Andrade. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 81-99.
- HAESBAERT, Rogério. Território, Cultura e des-territorialização. In: ROSENDAHL, Zeny.; CÔRREA, Roberto. Lobato. (Orgs). **Religião, Identidade e território**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.
- HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**. n.162, 1968.
- HARTMANN, Wolf, D. Conflitos de pesca em águas interiores da Amazônia e tentativa para a sua solução. In: III ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR. 1999, São Paulo. **Pesca**

- Artesanal:** tradição e Modernidade, São Paulo: NUPAUB/IOUSP/ F. Ford/IUCN, 1999. p.103-118.
- ISA (Instituto Socioambiental) – **Diagnóstico Socioambiental do vale do Ribeira**. João Paulo Capobianco (Coord). São Paulo: ISA, 1998.
- KLINK, Federico Aguilera. Economía, medio Ambiente y Espacios Comunes. In: CONGRESO DE ANTROPOLOGIA, 1993, Tenerife. **Actas del VI Congreso de Antropología, Procesos de Apropiación y Gestión de recursos Comunes**, Tenerife, 1993. p. 13-21.
- KORMONDY, Edward. J.; BROWN, Daniel. E. **Ecologia Humana**. São Paulo: ATHENEU, 2002.
- KRONE, Ricardo. **Relatório da exploração do Ribeira de Iguape e seus afluentes**. Comissão Geográfica de São Paulo, 1914.
- KRUG, E. A Ribeira de Iguape. **Boletim de Agricultura**, São Paulo, n. 39, 1939. p. 536-596.
- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LEFF, Enrique. (Coord). **La Complejidad Ambiental**. Siglo XXI, México, 2000.
- _____. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.
- LEONEL, Mauro. **A morte social dos rios**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- LEVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papyrus, 1989.
- LIMA, K. Pescadores de Itaipu - **A pescaria da tainha e a produção ritual da identidade social**. 1978. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de pós Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Niterói, 1978.
- MACHADO, Paulo de Almeida. **Ecologia Humana**. São Paulo: Cortez, 1985.
- MALDONADO, Simone. C. **Mestres e Mares – espaço e divisão na pesca marítima**. São Paulo: Annablume, 1993.
- _____. O caminho das pedras: percepção e utilização do espaço na pesca simples. In: DIEGUES, Antonio. Carlos. (Org). **A imagem das águas**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2000. p. 59-68
- _____. **Botes e tripulações de iguais: ideário e instrumentos de trabalho na pesca marítima**. João Pessoa. No prelo, [19 –].

- MARQUES, José. Geraldo. W. **Pescando Pescadores**. 2.ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.
- MARTINS, Eduardo. A sustentabilidade procura espaço no mundo global. Disponível em: http://www.elabore.com.br/temas_artigos/sustenta.html. Acesso em: 28 maio. 2002.
- MARX, Karl. **O capital: Crítica da Economia Política**. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimó. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. p.237-326.
- Mc CAY, J. B.; ACHESON, J. **The question of the Commons: the culture and ecology of communal resources**. Tucson: The University of Arizona Press, 1987.
- Mc CAY, J. B. A fishermen's cooperative, limited: Indigenous resource management in a complex society. *Anthropological Quarterly*, v. 53, p. 29-38, 1980.
- Mc CAY, J. B.; ACHESON, J. **The question of the Commons: the culture and ecology of communal resources**. Tucson: The University of Arizona Press, 1987.
- MCGOODWIN, J.R. **Crisis in the World's Fisheries: people, problems, and policies**. Stanford, USA: Stanford University Press, 1990.
- MCGOWAN, M.F; BERRY, F.H. Clupeiformes - Development and Relationships, *Herpetologist*, California, v. 8, 1983. p. 108-126. *apud* SILVA, Márcio Araújo et al. Distribuição espacial e temporal de *Centegrais edentulus* (Cuvier) (Actinopterygii, Engraulidae) na Baía de Sepetiba, Rio de Janeiro, Brasil. **Revista Brasileira de Zoologia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, 2003.
- Mc GRATH, D.; CASTRO, Fabio de. O Manejo Comunitário de lagos na Amazônia. **Parcerias Estratégicas**, v.12, p. 112-126, 2001.
- MACGREGOR, J.M.; HOUE, E.D. Onshore-Offshore pattern and variability in distribution and abundance of bay anchovy *Anchoa mitchilli* eggs and larvae in Chesapeake bay. In: Marine Ecology Progress Series, Nordbunte, v. 138, 1996. p.15-25. *apud*, SILVA, Márcio Araújo et al. Distribuição espacial e temporal de *Centegrais edentulus* (Cuvier) (Actinopterygii, Engraulidae) na Baía de Sepetiba, Rio de Janeiro, Brasil. In: **Revista Brasileira de Zoologia**, v. 20, n. 4, 2003.
- Mc KEAN, M. **Success on the Commons: a comparative examination of Institutions for Common property Resource Management**. Duke University, 1989.
- MEADOWS, D. H. et al. **Limites do crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

- MENDONÇA, Jocemar. Plano de gestão participativa para o uso dos recursos pesqueiros do complexo estuarino-lagunar de Cananéia-Ilha Comprida e área costeira adjacente, 2003.
- MENDONÇA, Jocemar. Modelos desvendam crise da pesca no litoral sul de São Paulo. In: Com Ciência. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/modelagens/modelagem/mod04.htm>. Acesso em: 24 jul. 2004.
- MENDRAS, Henri. Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MENEZES, N.A.; FIGUEIREDO, J.L. Engraulidae. In: Buckup, P.A. & Menezes, N.A. (eds.) Catálogo dos Peixes Marinhos e de Água Doce do Brasil. 2.ed, 2003. Disponível em <http://www.mnrj.ufrj.br/catalogo/> >. Acesso em: 22 jul. 2004.
- MINTZ, Sidney. W. Encontrando Taso, me descobrindo. Tradução Mario Grynszpan. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 45-58, 1984.
- MIRANDA, Rosana, B. **Dinâmica de apropriação e saberes comuns dos manguezais e de seus recursos bênticos de interesse econômico no complexo estuarino da Baía de Paranaguá, Paraná**. (Doutorado em Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- MIYAO, S.Y.; NISHIHARA, L.; SARTI, C.C. Características físicas e químicas do sistema estuarino – lagunar de Iguape-Cananéia. **Boletim do Instituto Oceanográfico**, São Paulo, v. 34, p. 23-36, 1986.
- MONTEIRO, Allan. R. A. Depois do Meio Ambiente: Mudança Social em uma Unidade de Conservação Ambiental. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Departamento de Antropologia, Universidade de Campinas, Campinas, 2002.
- MORAN, Emilio. F. **Adaptabilidade Humana: uma introdução à Antropologia Ecológica**. Tradução Carlos E. A. Coimbra Jr; Marcelo Soares Brandão. São Paulo: EDUSP, 1994.
- _____. **A Ecologia Humana das Populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MORIN, Edgar. **O Método III. O conhecimento do Conhecimento**. Portugal: Europa-América, 1986.
- MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. A pesca no litoral sul do Estado de São Paulo e o pescador da região lagunar de Iguape-Cananéia. São Paulo: 1967. (Relatório de pesquisa).
- _____. Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial. Dissertação (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo: 1971.
- MUSEU NACIONAL. Disponível em: <http://www.mnrj.ufrj.br/results2.htm>. Acesso em 22 jul. 2004.

- MUSSOLINI, G. O cerco flutuante: uma rede de pesca japonesa que teve a ilha de São Sebastião como centro de difusão no Brasil. **Sociologia**, São Paulo, v. 8, n. 3, 1946.
- MUSSOLINI, G. Aspectos da Cultura e da vida social no litoral brasileiro. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.1, n. 2, 1953.
- NORTH, D.C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- NOVELLI, Y. S; CINTRON, G.M. Contribuição à avaliação da qualidade do ambiente estuarino lagunar de Cananéia. **Encontro Técnico sobre problemas ambientais na região de Cananéia-Iguape**. n.61 São Paulo: Aciesp / Cetesb, 1988.
- NUNES, Márcia. Do passado ao Futuro dos moradores tradicionais da estação ecológica Juréia-Itatins/SP. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- ODUM, E. **Ecologia**. Tradução Kurt G. Hell. São Paulo: Pioneira: 1977.
- OSTROM, Elionor.; McKEAN, Margaret. A. Regime de Propriedade Comum em florestas somente uma relíquia do passado?,1995. In: DIEGUES, Antonio, C.;MOREIRA, André. C. (Orgs). **Espaço e Recursos Naturais de Uso Comum**. Tradução André de Castro C. Moreira. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001 p. 79-96.
- OSTROM, Elionor. **Governing the Commons. The evolution of Institutions for collective action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- _____. **Rules, Games, and Common-pool Resources**. The University of Michigan Press, Ann Arbor, 1994.
- OSTROWIETSKI, S. Comunicação pessoal, UFPB, João Pessoa, 1990. *apud* MALDONADO, Simone C. **Mestres e Mares – espaço e Indivisão na pesca marítima**. São Paulo: Annablume, 1993.
- PAIVA-FILHO, A. M.; GIANNINI, F.B.R. A pesca da manjuba *Anchoviella lepidentostole* (Engraulidae) no estuário de São Vicente, SP. **Relatório Interno do Instituto Oceanográfico**, São Paulo, n. 29, p.1-6, 1990.
- PETRONE, Pasquale. A Baixada do Ribeira. **Boletim. n. 283, cadeira de geografia**, São Paulo, n.14, 1966.
- PIMBERT, Michael. P.; PRETTY, Jules. N. Parques, Comunidades e Profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, Antonio. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, p. 2000.p. 183-223.

- PINTO, A. Notas sobre estilos de desarrollo em América Latina. **Revista Cepal**, p.128-192, 1976.
- PRIMACK, Richard. B.; RODRIGUES, Efraim. **Biologia da Conservação**. Londrina: E. Rodrigues, 2001.
- PONS, Xavier. Austrália: entre o terror e a beleza. In: BOURG, Dominique. (Org). **Os Sentimentos da Natureza**. Tradução Ana Maria Novais. Lisboa, Instituto Piaget: Livraria Clássica, 1993. p.107-126.
- POSEY, Darrell. Conhecimento e desenvolvimento indígena: uma ponte ideológica para o futuro. **Ciência e Cultura**, n. 35, p. 877-894, 1983.
- _____. Etnobiologia: teoria e prática. In: BERTA, Ribeiro. (Coord). **Suma Etnológica Brasileira**. 2.ed., Petrópolis: FINEP/VOZES, 1987.
- QUEIROZ, Maria. Isaura. P. de. **Vale do Ribeira: Pesquisas Sociológicas**. São Paulo: DAEE/USP, 1969.
- _____. Relatos orais: Do "indizível" ao "dizível". In: SIMSON, Olga. (Org). **Experimentos com Histórias de vida**. São Paulo: Vértice, 1988. p. 15-43.
- _____. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. 2.ed São Paulo: CERU e FFLCH/USP, 1983.
- RAFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMALHO, Cristiano. W. N. **Ah, "esse povo do mar!" Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana**. 2002. Dissertação (Mestrado em sociologia) - Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
- REDCLIFT, M. **Sustainable Development- Exploring the contradicions**. Londres, Nova York: Methuen, 1987.
- REDCLIFT, M.; BENTON, T. **Social theory and the global environment**. Routledge, London/ New York, 1994.
- REDFORD, K.H. The empty forest. Bioscience, n. 42, p. 412-422, 1992. *apud* PRIMACK, Richard, B.; RODRIGUES, Efraim. **Biologia da Conservação**. Londrina: E. Rodrigues, 2001.
- RIBEIRO, Berta. (Coord). **Suma Etnológica Brasileira**. 2.ed. Petrópolis: FINEP/VOZES, 1987.
- ROBINSON, J. et al. Defining a sustainable society. Values, principles and definitios. In: Alternatives: perspectives on society, technology and enviroment. v.17,n.2, 1990. *apud* DIEGUES, Antonio. C. **Ecologia Humana e Planejamento Costeiro**, São Paulo: NUPAUB, 2001.

- ROHDE, Geraldo. M. Mudanças de Paradigma e desenvolvimento Sustentado. In CAVALCANTI, Clóvis. (Org). **Desenvolvimento e natureza**: Estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995. p. 41-53.
- ROUÉ, Marie. Novas Perspectivas em Etnoecologia: “Saberes Tradicionais” e Gestão dos recursos naturais. In: DIEGUES, Antonio. C. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 67-79.
- ROSSI-WONGTSCHOWSKI, Bianco. et al. **A manjuba (*Anchoviella lepidentostole*) no Rio Ribeira de Iguape, biologia, comportamento e avaliação do estoque**. São Paulo: IBAMA/IOUSP/IP-AS/SEMA, 1990.
- SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.
- _____. **Estratégias de Transição para o Século XXI - Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo: Studio Nobel / Fundap, 1993.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/cgi-bin/lingcv98/tabela.htm?anos=1991&anos=1...> >. Acesso em: 05 dez. 2004.
- SEIXAS, C.S.; BEGOSSI, A. Ethnozoology of Fishing Communities from Ilha Grande. **Journal of Etnobiology**, v. 21, n.1, p.107-135, 2001.
- SCOTT, A. “The fishery: the objectives of sole ownership”. **The Journal of Political Economy**, n.63, p. 116-124, 1955.
- _____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº4.340, de 22 de agosto de 2002. 2.ed. Brasília: MMA/SBF, 2002.
- SUNKEL, O. La interacción entre los estilos de desarrollo y meio ambiente en America Latina. Siglo XX. **Estilos de desarrollo y medio ambiente en la America Latina**. México, Fondo de Cultura Económica. (lecturas 36, 1), 1980.
- THOMPSON, Paul. **A voz do Passado**. São Paulo: Paz e terra, 1998.
- TOLEDO, V.M. La diversidad biológica de México. **Ciencia y Desarrollo**. Conacyt, México city, 1998.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Cia das letras, 1983.

- TUREKIAN, Karl, K. **Oceanos**. Tradução Carlos Augusto Luciano Isota.; Riuiti Oshida e Andréa Bartorelli. São Paulo: Edgard Blucher Ltda, 1996.
- VALENTIN, J.L. Ressurgência: Fonte de vida dos oceanos. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v.15, n. 102, p.19-25, 1994.
- VIEIRA, Paulo Freire. Gestão Patrimonial de Recursos Naturais: Construindo o Ecodesenvolvimento em Regiões Litorâneas. In: CAVALCANTI, Clóvis. (Org). **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 293-322.
- VIEIRA, Paulo. F.; WEBER, Jacques. Introdução Geral: sociedades, naturezas e desenvolvimento viável. In: **Gestão de recursos renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 17-49.
- WEBER, J. Gestão de recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisa. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Orgs). **Gestão de recursos renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 115-146.
- WOLFE, M. Desarrollo: imágenes, concepciones, criterios, agentes, opciones. **Boletim de Economia de Economia da America Latina**, v. 18 n. 1-2, 1973.
- YOUNG, Ernesto. G. Subsídios para a história de Iguape e seus fundadores. **Revista do IHGSP**, São Paulo, v.8. p. 286-298, 1902.
- ZALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: RUTH, C.L. **A aventura Antropológica - Teoria e Pesquisa**. (Org). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 107-123.